MARCELO ROMERO

O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NA CHARGE DE ANGELI: OS TONS E CONTORNOS DA CRÍTICA POLÍTICA NO TRAÇO DO ARTISTA

JUIZ DE FORA
2015

MARCELO ROMERO

O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NA CHARGE DE ANGELI: OS TONS E CONTORNOS DA CRÍTICA POLÍTICA NO TRAÇO DO ARTISTA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof. Dra. Valéria Marques Lobo.

JUIZ DE FORA
2015

*Folha de aprovação

DEDICATÓRIA

a Sheila Rigante,
meu reencontro diário com a vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Dra. Valéria Marques Lobo, orientadora dessa pesquisa, que tanto colaborou para a sua realização. Sou grato pela confiança, amizade, solidariedade e pelo respeito com que sempre conduziu o seu trabalho. Ressalte-se, sobretudo, a sua disposição em estimular a autonomia intelectual, tão necessária a qualquer pesquisador. A você o meu muito obrigado.

Sou grato também à professora Dra. Sonia Cristina da Fonseca Machado Lino, assim como aos professores Dr. Rodrigo Patto Sá Motta, Dr. Vinícius Liebel e Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim que, tão gentilmente, aceitaram o convite para participarem da minha banca de doutoramento.

Agradeço, ainda, às professoras Dra. Maraliz de Castro Vieira Christo, Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira, Dra. Cláudia Viscardi e ao professor Dr. Ignacio José Godinho Delgado, responsáveis pelas disciplinadas cursadas no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e que, igualmente, tanto colaboraram para a realização desta tese.

Outra valiosa contribuição deve-se aos professores Dr. Fernando Lamas e Ms. Pedro Ivo Tanagino. Pacientes e generosos interlocutores que muito me ofertaram, além de seu precioso tempo, e que ensejaram profícuas parcerias intelectuais.

Em decorrência dos esforços necessários para que membros de famílias que sobrevivem exclusivamente do seu trabalho concretizem um empreendimento desta envergadura, a convergência das tradicionais estratégias de sobrevivência familiar é tão fundamental quanto a luta pela sobrevivência em si mesma. Desse modo, agradeço a Sheila Rigante, Ágatha Rigante Romero, Walter Rigante, Alice Rigante, Tatiana Rigante (minha diligente revisora), Edimilson Oliveira, Isadora Rigante Oliveira e Wilma Bianqui, familiares que moveram montanhas nesse sentido e cujo auxílio demonstrou-se imprescindível. A vocês minha eterna gratidão.

Gostaria de agradecer também aos meus pais, Marta Santos e Celso Romero, já falecidos. Com a sabedoria e a tenacidade próprias daqueles que aprenderam que a luta pela sobrevivência não se faz sem muita força e coragem – mensagem sempre visível no generoso e obstinado olhar lançado pela minha mãe –, transmitiram para a sua descendência a ideia de que o trabalho é criador e molda a criatura que o produz. Justamente por isso, inferi de minha parte, exatamente porque o trabalho é arte – e assim, somente assim, pode ser visto como um

valor em si mesmo –, é que toda e qualquer exploração sobre ele deve ser combatida. Essa foi a maneira que encontrei para perseguir o ideal humanista implícito na concepção de mundo que recebi dos meus antepassados. Serei um homem bem-sucedido se um dia cultivar na minha descendência estes mesmos sentimentos e atitudes perante a vida que meus pais, tão generosamente, despertaram em mim. Foi este o modo que escolhi para retribuir tudo o que me ofertaram e para brindá-los com a minha mais profunda e perene gratidão. Com eles aprendi que é necessário resistir, sempre e sob quaisquer circunstâncias, a toda e qualquer forma de opressão. A luta de vocês segue comigo.

Já conheço os passos dessa estrada
Sei que não vai dar em nada
Seus segredos sei de cor
Já conheço as pedras do caminho,
E sei também que ali sozinho,
Eu vou ficar tanto pior
E o que é que eu posso contra o encanto,
Desse amor que eu nego tanto
Evito tanto e que, no entanto,
Volta sempre a enfeitiçar
Com seus mesmos tristes, velhos fatos,
Que num álbum de retratos
Eu teimo em colecionar

Lá vou eu de novo como um tolo,
Procurar o desconsolo,
Que cansei de conhecer
Novos dias tristes, noites claras,
Versos, cartas, minha cara
Ainda volto a lhe escrever
Pra lhe dizer que isso é pecado,
Eu trago o peito tão marcado
De lembranças do passado e você sabe a razão
Vou colecionar mais um soneto,
Outro retrato em branco e preto
A maltratar meu coração
(Tom Jobim e Chico Buarque. **Retrato em branco e preto**, 1968).

RESUMO

Essa tese analisa a série de imagens produzidas por Arnaldo Angeli Filho (1956), o chargista Angeli, sobre o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), intitulada **FHC: biografia não-autorizada**. Objetiva caracterizar a interpretação elaborada pelo artista sobre a prática política do governante por meio da identificação e sistematização das estratégias de enunciação da sua crítica política. Procurou demonstrar que nas charges analisadas prevalece o tom da crítica política irascível, além de mordaz e desconcertante, próprio da tradição imagética conformadora da arte caricatural desde o século XVIII, não obstante a subsunção da produção artística do desenhista à linguagem política do periódico que a veiculou, o jornal Folha de S.Paulo. Assim, concebeu-se a charge como um referente histórico por meio do qual se pode acessar o contexto linguístico que lhe foi correspondente, e cuja análise permite reconhecer as práticas e os conflitos políticos expressos pelos atores históricos que se constituíram como interlocutores do debate político no Brasil ao final do século XX.

Palavras-Chave: Charge. Angeli. Governo Fernando Henrique Cardoso.

ABSTRACT

This thesis analyzes the series of images produced by Arnaldo Angeli Filho (1956), the cartoonist Angeli, on the government of Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), entitled FHC: unauthorized biography. Objectively characterize the interpretation developed by the artist on the ruler's political practice by identifying and systematization of enunciation strategies of their political criticism. He sought to show that the charges analyzed prevails the tone of fractious political criticism, and biting and confusing, own the conformadora imagery tradition of caricature art since the eighteenth century, despite the subsumption of artistic production designer to the political language of the journal that ran , the newspaper Folha de S.Paulo. Thus was conceived the cartoon as a historical reference through which one can access the linguistic context that was his correspondent, whose analysis allows to recognize the practical and political conflicts expressed by the historical actors that formed as interlocutors of the political debate in Brazil at the end of the twentieth century.

Key-Words: Charge. Angeli. Government of Fernando Henrique Cardoso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....13

1 UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA CRÍTICA POLÍTICA DA CHARGE.....23

1.1 O sentido da crítica política na arte caricatural.....24

1.2 Os pressupostos teórico-metodológicos da análise da charge.....30

1.2.1 As estratégias de enunciação da crítica política do chargista.....34

1.2.2 A singularidade da linguagem da charge.....41

1.3 A charge em perspectiva histórica.....45

1.3.1 A aproximação semântica entre charge e caricatura.....46

1.3.2 A influência das tradições imagéticas da arte caricatural na charge.....51

1.3.3 O suporte material e *i*material da charge.....55

2 O CONTEXTO LINGUÍSTICO DO DEBATE POLÍTICO SOBRE O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.....59

2.1 O candidato do Plano Real e o Consenso de Washington.....59

2.2 Dependência econômica e Liberalismo na produção intelectual de Cardoso.....64

2.3 Democracia e autoritarismo na produção intelectual de Cardoso.....73

2.4 A modernidade brasileira entre otimismos e pessimismos.....81

2.5 Dependência econômica e democracia no governo do presidente sociólogo.....91

3. A INTERPRETAÇÃO DO ARTISTA SOBRE O POLÍTICO.....100

3.1 Os elementos constitutivos da linguagem da charge: a abordagem diacrônica...100

3.1.1 A caricatura.....101

3.1.2 As figuras de linguagem.....105

3.1.3 Os estereótipos.....107

3.1.4 Zoomorfismo e objetos inanimados.....108

3.1.5 Os contrastes.....109

3.1.6 A prática da intertextualidade.....110

3.1.7 A temporalidade da charge.....113

3.2 O "arsenal" de Angeli: a abordagem sincrônica.....114

3.2.1 O esboço do(e) presidente.....118
3.2.2 Galeria, retratos e faixas presidenciais.....123
3.2.3 O presidente intelectual.....130
3.3 A fala presidencial e o debate político no periódico Folha de S.Paulo.....136
3.4. Inventário temático e Ficha técnica.....145

4 AS RELAÇÕES ENTRE OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.....164
4.1 A construção do conceito de presidencialismo de coalizão.....164
4.1.1 A dinâmica assumida pelo conceito de presidencialismo de coalizão no debate político.....166
4.1.2 A formação da coligação partidária.....168
4.1.3 A proeminência do poder Executivo e a concentração dos recursos de poder.....171
4.1.4 A prática política institucional.....173
4.1.4.1 As instâncias de veto.....175
4.1.4.2 A agenda governamental.....177
4.1.4.3 A dinâmica institucional do Estado brasileiro.....179
4.2 A proeminência do poder Executivo na charge de Angeli: **a distribuição de cargos e verbas na charge**.....183
4.2.1 A amplitude da coalizão partidária governista.....187
4.2.2 A heterogeneidade da coligação partidária expressa na formação ministerial.....189
4.2.3 A correlação de forças no interior da coligação partidária governista.....191
4.2.4 A dependência do poder Executivo da coligação partidária governista.....192
4.3 O governo de Cardoso entre os recursos de poder e a tendência ao isolamento.....196
4.3.1 O jardim de "faz-de-conta" de Fernando Henrique Cardoso.....198

5. AS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE NO BRASIL DURANTE O GOVERNO FERNANDO QUENRIQUE CARDOSO.....208
5.1 A modernidade no Brasil entre âncoras e catapultas.....209
5.1.1 As reformas entre a âncora cambial e a catapulta do desemprego.....210
5.1.2 A "questão social" no Brasil.....227
5.1.3 As reformas entre a âncora da crise econômica e a catapulta dos juros.....235
5.1.4 As reformas entre a âncora da democracia eleitoral e a catapulta do

Autoritarismo.....245

5.2 A demonização do adversário político.....257

CONCLUSÃO.....266

FONTES TEXTUAIS.....273

REFERÊNCIAS.....276

ANEXO.....285

INTRODUÇÃO

Essa tese analisa a série de imagens produzidas por Arnaldo Angeli Filho (1956), o chargista Angeli, sobre o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), intitulada **FHC: biografia não-autorizada**. Objetiva caracterizar a interpretação elaborada pelo artista sobre a prática política do governante por meio da identificação e sistematização das estratégias de enunciação da sua crítica política. Procurou demonstrar que nas charges analisadas prevalece o tom da crítica política irascível, além de mordaz e desconcertante, próprio da tradição imagética conformadora da arte caricatural desde o século XVIII, não obstante a subsunção da produção artística do desenhista à linguagem política do periódico que a veiculou, o jornal Folha de S.Paulo. Assim, concebeu-se a charge como um referente histórico por meio do qual se pode acessar o contexto linguístico que lhe foi correspondente, e cuja análise permite reconhecer as práticas e os conflitos políticos expressos pelos atores históricos que se constituíram como interlocutores do debate político no Brasil ao final do século XX.

A opção por analisar a produção artística de um indivíduo em particular implica na necessária articulação da sua interpretação às circunstâncias históricas que propiciaram sua emergência[1]. Interessada em apreendê-la em sua historicidade, a abordagem instituída por essa investigação orientou-se por uma perspectiva diacrônica e sincrônica, de modo a favorecer a apreensão das práticas de apropriação e expropriação da linguagem política promovidas pelo artífice para a criação do seu artefato[2]. Ao que se encaminhou por meio da identificação das estratégias de enunciação mobilizadas com maior recorrência por Angeli

[1] Concebeu-se a interpretação de Angeli, portanto, no interior da problemática referente ao "mundo como representação", tal qual esquadrinhada pelo historiador francês Roger Chartier em sua célebre "caracterização das práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação" (1990, p. 27-28). Ressalte-se, ainda, a ênfase do historiador quanto à relação que uma análise dessa natureza deve estabelecer, "em termos de homologias estruturais ou correspondências globais", entre o processo de significação da realidade elaborado por um autor e as diversificadas esferas constitutivas da tessitura social em que ele se insere. Reduzida "à escala de segmentos sociais bem delimitados, mesmo à do indivíduo", tal análise pode, assim, contribuir para evidenciar os nexos existentes entre a interpretação de um "autor" e os "sistemas de crenças, de valores e de representações, por um lado, e de pertenças sociais, por outro" (1990, p. 53).

[2] Essa perspectiva quanto ao recorte temporal foi retirada de premissas instituídas por historiadores filiados a campos específicos da construção do conhecimento histórico, o que levou ao estabelecimento de um ponto de encontro teórico-metodológico entre a história política e a história da arte. No campo da história política tal perspectiva se verifica em abordagens como as dos estudiosos da filosofia da linguagem, tal qual o historiador neozelandês John Pocock (1824), ligado à vertente collingwoodiana, assim nomeada por um dos seus representantes mais renomados, o historiador britânico Quentin Skinner (1940). Já no campo da história da arte, a perspectiva foi adotada por historiadores como Ernst H. Gombrich (1909-2001) para a análise do gênero artístico caricatural, assim como – cada qual a seu modo (GINZBURG, 1986) – por Abraham Moritz Warburg (1866-1929), idealizador do Instituto Warburg, e por Erwin Panofsky (1892-1968).

para a construção da sua crítica política sobre o governo de Cardoso. Assim, elegeu-se a compreensão da linguagem da charge como o procedimento privilegiado de análise da dinâmica comunicativa presente nas imagens inquiridas.

A seleção das fontes inicialmente imaginada abrangia as charges publicadas nos quatro periódicos de maior circulação nacional no Brasil, os jornais **Folha de S.Paulo**, **Estado de São Paulo**, **O Globo** e o **Jornal do Brasil**, objetivo, porém, que se demonstrou inviável perante a imensidão de publicações a serem analisadas. Devido à mesma razão, provou-se igualmente impraticável a análise de todas as charges de, até mesmo, somente um artista. Tais procedimentos não afunilariam suficientemente o objeto de estudo de maneira a permitir o devido cotejamento das fontes imagéticas. Assim, restringiu-se a análise à série de charges do desenhista Angeli.

De acordo com Angeli[3], foram publicadas no jornal Folha de S.Paulo, entre 1995 e 2002, "mais de 1500 charges" diretamente relacionadas a Fernando Henrique Cardoso. Algumas dessas imagens foram novamente publicadas em um livro singular, intitulado **O presidente que sabia javanês (2000)**. Fruto de uma inciativa editorial, a obra reúne as crônicas do jornalista Carlos Heitor Cony e quarenta e uma charges de Angeli, publicadas até o lançamento do livro. Esta foi a primeira seleção dos desenhos do artista sobre o assunto, publicados em outro suporte material. Das quarenta e uma imagens reunidas nessa obra, apenas seis ficaram de fora da seleção de charges que compõem a série investigada nessa tese (ANGELI, CONY, 2000).

A série de imagens analisadas foi selecionada pelo artista para compor a página que o periódico Folha de S.Paulo mantém sobre o artista na Rede Mundial de Computadores (*World Wide Web*), doravante, a internet, o terceiro suporte material em que as charges foram novamente veiculadas[4]. Nesta página apresenta-se uma área reservada às imagens de Angeli sobre Cardoso, intitulada **Anos FHC: 300 charges contam a história recente do Brasil**[5]. Acessando tal área, o *hiperlink* da página, em seu interior se encontra outra página, exclusivamente reservada para as charges que compõem o objeto dessa investigação, **FHC: biografia não-autorizada**[6] **(2002)**.

Não obstante o título da página de Angeli na internet, a série é composta, na realidade, por 298 charges sobre o governo Fernando Henrique Cardoso, representando, aproximadamente, 20% (19, 8%) das mais de 1500 charges que Angeli produziu sobre o

[3] cf.: ANGELI. **FHC**: biografia não-autorizada (2002). Disponível em: < http://www2.uol.com.br/angeli/fhc/>.
[4] cf. ANGELI (2002). Disponível em: <http://www2.uol.com.br/angeli/>.
[5] Idem.
[6] cf.: ANGELI. **FHC**: biografia não-autorizada (2002). Disponível em: < http://www2.uol.com.br/angeli/fhc/>.

assunto, publicadas em três suportes materiais distintos ao longo de um período de oito anos: o periódico, o livro e a página do artista mantida pelo jornal Folha de S.Paulo na internet. Do total das imagens que constituem a série averiguada, portanto, 12% das charges publicadas por Angeli no periódico já haviam sido objeto de uma organização preliminar e publicadas no livro lançado em outubro de 2000. Já os 87,9% das charges restantes completaram a série quando, ao término do governo de Cardoso em 2002, o periódico passou a manter em sua página na internet o conjunto de charges analisado por essa investigação.

Ressalte-se que o levantamento quantitativo e qualitativo das fontes textuais – selecionadas para a reconstrução do contexto linguístico a ser investigado – foi realizado de maneira a auxiliar na identificação das particularidades das fontes imagéticas. Sua sistematização se deu apenas em função da sua relação com a charge e não, vale reiterar, na razão da magnitude da profusão de suas conexões. Assim, cotejou-se as fontes imagéticas com: 1) a literatura acadêmica relativa à análise imagética da arte caricatural e ao governo Fernando Henrique Cardoso, incluindo entre as últimas algumas obras de autoria de Cardoso – seja quando da sua passagem pela presidência da República, seja quando escrevia como sociólogo; 2) os editoriais, crônicas e as reportagens do periódico Folha de S.Paulo, publicados entre 1995 e 2002, aos quais os temas das charges de Angeli se relacionavam direta ou indiretamente.

Assim, foge ao escopo dessa investigação, por exemplo, o contraste da série analisada com as mais de 1.500 charges do artista sobre a mesma temática e recorte temporal, o que – além de oferecer um mapa mais abrangente das trilhas a serem percorridas para a compreensão e demarcação das assertivas do desenhista – poderia estimular, também, a profusão de reflexões acerca das práticas do silenciar. Uma percepção melhor aquilatada da recorrência com que as grandes empresas jornalísticas deixam de pautar os seus editoriais e as suas reportagens por determinadas questões atinentes à prática política do seu contexto histórico, tornaria eloquente o silêncio verificado em relação a certos aspectos do debate jornalístico sobre a prática política de uma época.

Essa pesquisa procurou enfatizar, portanto, a centralidade que a crítica política adquire na charge (MOTTA, 2006), para o que se considerou a familiaridade do artista com o léxico político marxista próprio da esquerda brasileira, em virtude do trânsito de Angeli em meio ao ambiente que caracterizou a prática política do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na década de 1970[7]. Angeli costumou expressar-se criticamente acerca dos governantes e presidentes do

[7] cf. entrevista concedida à **REVISTA TRIP**, 9 ago. 2010. Disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/revista/191/paginas-negras/angeli/page-1.html>. cf. também a reportagem, PEÑA,

país, ao menos a partir da década de 1980, quando os generais da última ditadura brasileira recolheram-se aos quartéis. Diferentemente de outros desenhistas que, por vezes, depositaram suas expectativas em um ou outro desses governantes[8], tanto na série analisada quanto naquelas com as quais se deparou durante a pesquisa, não se encontrou imagem alguma que os elogiasse. Seja ao aproximar-se da postura indicada na linha editorial do jornal em que foram publicadas, seja ao dela se distanciar, percebeu-se que, nas charges de Angeli, é rotineiro o posicionamento do artista em favor da crítica ácida, da ridicularização sistemática da figura do governante, enfim, de uma "retórica de hostilidade à imposição de uma linguagem sobre si" (POCOCK, 2003, p. 68).

Nos termos em que Pocock (2003, p. 26) coloca a questão, uma "práxis em termos rigorosamente históricos" das charges de Angeli publicadas no jornal Folha de S.Paulo, sobre os governos e governantes que ocuparam a Presidência da República no Brasil a partir da segunda metade da década de 1980, somente poderá ser empreendida, portanto, quando a série analisada for comparada à análise do restante das mais de 1500 charges sobre Cardoso, assim como a toda produção artística do desenhista existente e publicada durante o período. Tal investigação terá de munir-se ainda de outras comparações. Desta feita, entre as charges dos demais artistas contratados pelo jornal Folha de S.Paulo, assim como entre os chargistas dos demais periódicos de circulação nacional que versaram, tanto sobre o governo Fernando Henrique Cardoso, quanto sobre os presidentes que cumpriram seus mandatos durante o período mencionado.

Assim, perseguindo a trilha aberta por John Pocock (2003), "esse é um historiador que não se envergonha da divisão do trabalho", para o que, entende-se ademais, não deveria haver impedimentos. A análise da miríade de articulações estabelecidas entre os objetos de estudo eventualmente oriundos das comparações esboçadas acima, se interseccionada com a problemática de Gombrich sobre o processo de "domesticação" da arte caricatural, poderia fixar significativos parâmetros para a compreensão das estratégias de enunciação da charge na História do Brasil contemporâneo. Habilitar-se-ia para desnudar, ao mesmo tempo, as práticas do silenciar presentes nas estratégias de enunciação das "páginas de periódicos e jornais" (GOMBRICH, 2012, p. 9-10).

Além de ensejar a ampliação do espaço analítico, que essa investigação circunscreveu ao contexto linguístico referente ao governo Fernando Henrique Cardoso, na razão

---

Renata. Contra o humor a favor. **Veja**. 26 jul. 2006. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/angeli/chargeangeli/chargeangeli>.

[8] cf. CARUSO, Chico. **Lula lá**. Parte 1: a (o)missão. São Paulo: Devir, 2006.

exponencial das conexões estabelecidas pela charge de Angeli, tal perspectiva permitiria instituir uma compreensão mais aquilatada das estratégias de enunciação de que esses chargistas se valeram para, por exemplo, driblar, transgredir ou consentir com tais práticas do silenciar. Todas essas questões e comparações, portanto, far-se-iam necessárias para uma "práxis" da história da charge no Brasil contemporâneo e aguardam os historiadores que se proponham a desvelá-las, uma vez que extrapolam os limites circunscritos pela investigação ora apresentada.

Do levantamento quantitativo procedeu-se à análise qualitativa das fontes imagéticas e textuais. Elaborou-se a primeira versão do inventário temático classificando as 298 charges em uma ordenação que privilegiou o recorte temático sem, contudo, desconsiderar a ordem cronológica em que foram publicadas. Isso porque os dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso evidenciaram momentos distintos entre si, o que também foi objeto de consideração do inquirir da sua prática política por meio da charge.

Desse modo, as charges foram enumeradas a partir da sua data de publicação e, cada qual, relacionada às temáticas de que tratavam por meio da criação de uma tabela de onde se originou a divisão dos capítulos desta tese. A estruturação das colunas em que se dividiram os temas do debate político verificados na charge decorreu da admissão de dois critérios: sua incidência temática e a sua potencialidade na identificação das características da dinâmica comunicativa da charge. Até que esse objetivo fosse entendido como apropriadamente alcançado, a configuração preliminar do inventário foi sendo apurada e depurada, de maneira que, até o momento em que essa etapa da pesquisa foi concluída, o inventário temático havia passado por três reformulações.

As reformulações na configuração inicial do inventário temático resultaram da apuração da análise das relações estabelecidas no cotejamento entre as fontes imagéticas e textuais, na medida em que se realizou a análise qualitativa de ambas. Os resultados dessa análise foram sistematizados por meio da criação de uma ficha temática para cada charge pesquisada. Nas fichas temáticas individuais foram registradas as conexões que cada imagem estabeleceu com as temáticas verificadas nas fontes textuais.

Desse modo, as alterações na configuração inicial incidiram, tanto em relação à estruturação das colunas correspondentes aos capítulos da tese quanto à identificação dos elementos constitutivos da charge, assim como da caracterização das suas estratégias de enunciação. Percebeu-se, diante da dinâmica de reformulações do inventário temático, que um levantamento estatístico referente aos temas e às estratégias de enunciação da dinâmica comunicativa da charge também se fazia necessário para melhor sistematizar as sucessivas

reformulações empreendidas. O levantamento estatístico realizado permitiu, assim, a cada reformulação, apurar, com maior eficácia e inteligibilidade, os temas mais recorrentes, assim como as estratégias de enunciação mais usualmente mobilizadas pelo artista para a construção da sua crítica.

Daí originou-se a organização de um quadro temático, abastecido com os resultados das análises obtidas por meio das consecutivas reformulações do inventário temático e do levantamento estatístico das fontes, divido de maneira a sistematizar a estruturação dos capítulos da tese. Constituído da sistematização dos dados obtidos nas estruturações operadas pelo inventário temático e pelo levantamento estatístico das fontes imagéticas, o quadro temático também sofreu alterações na sistematização dos seus dados ao longo da pesquisa.

Estruturaram-se os pressupostos teórico-metodológicos erigidos para empreender a análise da charge de Angeli sobre o governo Fernando Henrique Cardoso, portanto, por meio de seis procedimentos metodológicos fundamentais: 1) o levantamento quantitativo das fontes imagéticas e textuais; 2) a análise qualitativa das fontes; 3) a elaboração do inventário temático e das fichas técnicas de cada charge pesquisada; 4) o levantamento estatístico das fontes imagéticas e dos temas do debate político que lhe foi correspondente; 5) o quadro temático em que se configurou o ordenamento dos capítulos da tese; e 6) as consecutivas alterações na configuração dos quatro últimos procedimentos anteriores.

Dessa forma, no que diz respeito à recorrência com que os elementos constitutivos da linguagem da charge foram utilizados, averiguou-se que a técnica da redução caricatural, as figuras de linguagem e os estereótipos criados para retratar Fernando Henrique Cardoso foram os elementos constitutivos da linguagem da charge mais recorrentemente mobilizados no interior da dinâmica comunicativa das charges de Angeli. Percebeu-se também como usual o recurso à tradição imagética política presente no zoomorfismo, aos trocadilhos e contrates, assim como à prática da intertextualidade interna e externa da charge.

Por sua vez, a temática do debate político que se demonstrou mais recorrente na charge de Angeli referiu-se às práticas políticas institucionais, principalmente no âmbito das relações entre os poderes Executivo e Legislativo. Detectaram-se, igualmente, outras temáticas significativamente recorrentes, tais quais as que se referiram: às questões sociais; à economia política conduzida pelo governo; às reformas do Estado, à reeleição presidencial, à relação do governo com a oposição, à questão da corrupção, ao autoritarismo da prática política governamental, entre outras.

Os referidos procedimentos erigiram-se, desse modo, por meio da elaboração de uma configuração preliminar, da qual advieram outras novas reformulações. A cada nova

configuração dos procedimentos metodológicos referidos, a análise das fontes imagéticas capacitava-se para a nova configuração ulterior e, assim, sucessivamente, quantas vezes foram possíveis. Os benefícios angariados com esses procedimentos metodológicos promoveram a constante apuração e depuração dos resultados da análise das fontes imagéticas, permitindo, com isso, a constituição de uma base de dados, cuja sucessiva sistematização por meio da elaboração das fichas técnicas habilitou a análise para a progressiva depuração dos sentidos e significados que a crítica política da charge encerra em si quando relacionada ao contexto linguístico em que se pronunciou.

Outra das vantagens angariadas com a dinâmica que se imprimiu ao movimento dos procedimentos analíticos assim constituídos demonstrou-se, também, no progressivo aperfeiçoamento do processo de sistematização de análise das fontes imagéticas. Por exemplo, a sistematização da análise oriunda da configuração preliminar é sabidamente lacunar. Dessa forma, a sistematização inicial é sempre provisória, pois padece das generalizações que, nesse momento, foram as possíveis de se estabelecer devido à análise das conexões da linguagem da charge com o contexto linguístico que lhe é correspondente ainda se fazer de maneira igualmente preliminar.

Identificadas e caracterizadas, nas fichas técnicas de cada imagem, as conexões resultantes do primeiro cotejamento entre as fontes imagéticas e textuais ensejaram a primeira das reformulações elaboradas, tanto no inventário temático quanto no levantamento estatístico e no quadro temático. Daí se estabeleceram novas conexões entre as fontes que, por sua vez, foram entretecidas às conexões estabelecidas anteriormente, permitindo que a reformulação seguinte à configuração preliminar se fizesse melhor informada que a primeira, pois, em alguma medida, em sua nova reformulação, capacitou-se a análise para o aperfeiçoamento do seus procedimentos de sistematização e verificação.

As reflexões aqui explanadas resultaram, portanto, da sistematização dessas modificações na configuração da análise das fontes, concebidas por meio da estruturação de um referencial teórico-metodológico assentado nos procedimentos de análise referidos anteriormente e no interior dos pressupostos que tangenciaram as reflexões dos historiadores Ernst H. Gombrich e John G. H. Pocock.

Crônica política do seu tempo apreendeu-se a charge, portanto, como expressão da linguagem política do jornal Folha de S.Paulo, constituída também nos seus editoriais, nas colunas dos jornalistas que colaboram para o periódico, assim como em entrevistas, reportagens e textos publicados durante o período investigado. Contrastaram-se as críticas do desenhista, igualmente, às falas presidenciais veiculadas pelo periódico ou em obras

produzidas por Fernando Henrique Cardoso, especialmente as referentes à sua passagem pela presidência da República.

A ampliação da esfera pública do debate político provocada pelo desenvolvimento dos veículos de comunicação de massas nas sociedades contemporâneas favoreceu a profusão da arte caricatural e alçou um número cada vez maior de atores históricos à condição de interlocutores desse debate. A influência das empresas jornalísticas na definição da pauta dessa discussão, evidenciada nas tentativas de direcionamento do processo de deliberação política no Brasil, visíveis nas práticas de manipulação da informação e do próprio debate político – particularmente nos momentos de campanha eleitoral e de escolha dos governantes do país –, torna a análise da linguagem jornalística um elemento fundamental para a compreensão da prática política governamental no país.

O processo de democratização social no Brasil, impulsionado a partir do ocaso da ditadura-civil militar na década de 1970, foi obliterado no interior da agenda governamental, entre outros motivos, devido à proeminência que o problema inflacionário assumiu na década de 1980. Isso ocorreu ao mesmo tempo em que atores históricos ligados ao sistema financeiro mundial articularam novas estratégias de organização do sistema capitalista internacional que culminaram na chamada globalização e na prescrição de programas econômicos voltados para a reorientação dos sistemas produtivos nacionais denominados, especialmente por aqueles que se opuseram à sua concretização, de neoliberalismo.

Foi no âmbito dessas relações, permeadas por significativas interdições concernentes aos interesses políticos, econômicos e sociais que as empresas jornalísticas estabelecem com o Estado e a sociedade brasileiros, que se empreendeu, portanto, a análise da produção artística de Angeli sobre o governo de Cardoso. Sobressai, dessa maneira, a pertinência em se compreender as diferentes formas de mediação e apropriação da linguagem política jornalística, conformada por atores históricos distintos, situados em diversificados níveis hierárquicos no interior da formação social brasileira.

O governo Fernando Henrique Cardoso notabilizou-se pelas reformas que empreendeu no Estado brasileiro[9] e promoveu significativas mudanças na Constituição promulgada em 1988, como a que permitiu a reeleição para os cargos do Poder Executivo no país, por exemplo. Cardoso esteve também, ainda na condição e ministro de Itamar Franco, à frente do

[9] Compreende-se a reforma do Estado em sentido amplo, ou seja, como o conjunto de transformações engendradas pelo governo Fernando Henrique Cardoso e que resultaram em modificações na estrutura do sistema de dominação vigente, como a aprovação da emenda da reeleição, por exemplo, e não somente na sua estrutura administrativa, como a que resultou na criação das agências de regulação ou a que decorreu do processo de privatização das empresas estatais.

plano econômico que criou a nova moeda, o Real, e, ao longo de seus dois mandatos, empreendeu uma série de reformas na economia do país, que resultaram, principalmente, na privatização de empresas estatais e na abertura do mercado interno ao capital internacional.

No que tange ao recorte temático e temporal da investigação proposta, as charges de Angeli sobre o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso mergulharam no campo da discussão política por meio do posicionamento crítico que historicamente se atribuiu aos chargistas brasileiros (LIMA, 1963), contribuindo, assim, para a elucidação das formas de apropriação do pensamento político por atores históricos situados no âmbito da produção da linguagem jornalística no Brasil do final do século XX.

A análise da crônica política sobre o governo Fernando Henrique Cardoso contribui, portanto, para a identificação dos revezes da prática política governamental, assim como para a problematização dos seus impactos sobre as formas de sociabilidade existentes no país. Nessa perspectiva, a ênfase conferida por Angeli aos obstáculos enfrentados pelo governo para a consecução dos seus objetivos, além de evidenciar as interdições que se opuseram à ação governamental, explicita as suas estratégias políticas e caracteriza as relações que o Estado estabelece com a sociedade brasileira. A análise da crônica política sobre o governo Fernando Henrique Cardoso por meio da produção imagética de Angeli contribui, assim, para evitar as armadilhas do olhar retrospectivo e, até mesmo, o eventual negligenciar das nuances que marcaram as correlações de forças políticas e sua dinâmica no interior da formação social que caracterizou a década de 1990 no Brasil.

Dessa forma, dividiu-se a exposição dos resultados da análise das imagens pesquisadas em cinco capítulos. No primeiro, além da explanação acerca da construção do suporte teórico-metodológico dessa investigação, desenvolveu-se também a abordagem diacrônica por meio da qual se identificaram e estabeleceram os parâmetros de análise da linguagem chargística no interior da tradição imagética referente à arte caricatural.

Em virtude da necessidade de recuperação do contexto linguístico correspondente ao período histórico em que a série de imagens foi produzida e veiculada, o segundo capítulo dedicou-se à contextualização do debate político travado na década de 1990 sobre o governo em tela, de maneira a relacioná-lo à produção intelectual de Fernando Henrique Cardoso durante as décadas de 1960 e 1970. Isso porque a interpretação de Angeli sobre o governo de Cardoso se expressou, do mesmo modo que a de outros atores históricos que se apresentaram como interlocutores do debate, de maneira a comparar a atuação política do sociólogo do passado com a prática política governamental do então presidente da República.

O terceiro capítulo estruturou-se com a finalidade de sistematizar as principais características da interpretação de Angeli sobre o governo Fernando Henrique Cardoso no entrecortar das dimensões sincrônica e diacrônica das temporalidades que a linguagem chargística encerra em si. Assim, a interpretação de Angeli sobre o governo Fernando Henrique Cardoso foi inquirida do âmbito da dinâmica comunicativa identificada na sua charge. Isso se fez por meio da compreensão das estratégias de enunciação de Angeli, apreendidas na relação existente entre o objetivo do artista em sintetizar a mensagem que pretende transmitir e a utilização que o desenhista promove dos elementos constitutivos da linguagem chargística para tanto. Neste capítulo apresenta-se, também, o inventário temático criado para a análise da série de imagens selecionada, assim como o modelo da ficha técnica elaborada para a constituição do banco de dados e a sistematização dos resultados.

O capítulo quatro abordou a principal temática existente na série de imagens selecionadas. A série de Angeli remete, predominantemente, aos esforços para a constituição e manutenção da coligação partidária em que o governo Fernando Henrique Cardoso buscou sustentação política. Em decorrência da ênfase do artista quanto a este aspecto da prática política governamental de Cardoso, encaminharam-se os procedimentos de verificação das relações entre o poder Executivo e Legislativo por meio da sistematização da sua discussão em torno do conceito de presidencialismo de coalizão e das principais características do sistema político-partidário brasileiro desde a década de 1980. A ênfase na discussão sobre o conceito de presidencialismo de coalizão se fez no sentido de realçar a contribuição que uma fonte imagética como a charge pode oferecer para a compreensão dos revezes da prática política governamental e das inflexões de sentido que ela pode sofrer, especialmente em decorrência da influência que as instituições exercem sobre o comportamento político dos atores históricos.

No último capítulo analisou-se interpretação que o desenhista elaborou sobre as relações entre o Estado e a sociedade no Brasil, dispostas em torno da segunda temática de maior centralidade na produção artística de Angeli: as implicações da economia política governamental sobre a situação social do país. Os demais temas presentes nas charges foram articulados em torno de tais questões e expostos de maneira a abordar o debate político por meio das enunciações de Angeli sobre as reformas do Estado, a reeleição de Cardoso e a caracterização da prática política presidencial.

Outro critério adotado refere-se às imagens selecionadas para a exposição dos resultados da investigação. Foram anexadas apenas as imagens com relação às quais se estabeleceu algum tipo de comparação com as fontes textuais.

1 UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA CRÍTICA POLÍTICA CHARGE

Crônica política imagética do seu contexto histórico, a charge de Angeli sobre Cardoso é expressão de uma linguagem jornalística institucionalizada no periódico Folha de S.Paulo. Foi do âmbito desse suporte material que se concebeu, portanto, a análise da série de imagens selecionadas pelo artista para a sua publicação, em 2002, na Rede Mundial de Computadores (*World Wide Web*), a internet. Outro suporte material em que também se veiculou parte das imagens pesquisadas foi o livro **O presidente que sabia Javanês**, publicado no ano 2000, em coautoria com o jornalista Carlos Heitor Cony, cujas crônicas veiculadas no mesmo periódico foram selecionadas para compor a obra juntamente com as charges de Angeli.

Assim, partindo do pressuposto de que a charge é expressão de uma crônica imagética política por meio da qual se pode averiguar a percepção do artista sobre a prática governamental de um determinado contexto histórico, recorreu-se a dois conjuntos de reflexões para a estruturação do referencial teórico-metodológico erigido por esta pesquisa. Por um lado, as desenvolvidas pelo historiador da arte Ernst H. Gombrich (1909-2001) voltada para a investigação da arte caricatural e, por outro, as elaboradas pelo historiador John G. H. Pocock (1924) para a análise da linguagem política.

A investigação proposta concerne à problemática apontada pelo historiador da arte acerca da lenta transformação da função social sofrida pelo gênero artístico entre os séculos XVIII e XX no mundo ocidental. De acordo com Ernst Gombrich (2012), a arte caricatural, que no século XVIII foi considerada pelo historiador como expressão de um mecanismo social capaz de impactar profundamente a sociabilidade que lhe era correspondente, no século XX aproximava-se mais de uma ineficaz propaganda de natureza política, do que de um veículo por meio do qual se proferiam críticas incisivas, especialmente aos governantes.

No âmbito dessa reflexão instituiu-se a seguinte problemática: é possível verificar a incidência da problemática assinalada por Gombrich em relação à série de charges selecionadas pelo desenhista Angeli sobre o governo Fernando Henrique Cardoso? A hipótese aventada é a de que, ao mesmo tempo em que se apreendem os indícios dessa prática na linguagem política do periódico em que a crítica de Angeli é veiculada, esse processo não explicita, ou mesmo resume, os interstícios em que a manifestação do artista se constitui como veículo de uma crítica desconcertante e contundente, tal qual o historiador da arte a

qualificou quando inferiu acerca dos impactos sociais que a arte caricatural provocou especialmente entre os séculos XVIII e XIX, denominando-a de "uma poderosa arma social".

Dessa maneira, procedeu-se à investigação da prática política governamental de Fernando Henrique Cardoso por meio da interpretação que o chargista Angeli elaborou sobre ela, analisando-a no âmbito das relações que estabelece com a linguagem política veiculada no jornal Folha de S.Paulo. Para tanto, contribuíram os preceitos elaborados pelo historiador John Pocock acerca dos procedimentos a serem instituídos para a averiguação das formas de utilização da linguagem política realizadas pelos diferentes atores históricos em conflito.

1.1 O sentido da crítica política na arte caricatural

No que tange ao primeiro conjunto de reflexões, concebeu-se a charge como um gênero artístico cuja historicidade pode ser apreensível no âmbito da fusão de duas tradições imagéticas existentes na Europa desde o século XVI: a que expressava uma crítica política de gênero jornalístico (NERY, 2006), proferida em tom grosseiro e ofensivo, por um lado, e, por outro, a que surgiu com o advento da caricatura, nascida de uma "brincadeira de estúdio" (GOMBRICH, 1938), em um ambiente seleto, habitado por "artistas acadêmicos de alto calibre que desenvolveram o retrato sarcástico para provocar seus amigos" (GOMBRICH, 1999, p. 134).

A problemática suscitada por Gombrich, acerca da dinâmica que a trajetória da arte caricatural cumpriu ao longo dos seus mais de três séculos de existência, promove a interseção entre as duas dimensões formadoras da historicidade de que a charge se reveste e, assim, contribui para a apreensão das tradições imagéticas em que também se encerram os significados históricos da produção artística do desenhista Angeli sobre o governo de Cardoso.

Ao considerar a natureza da crítica política ligada à tradição imagética de caráter jornalístico e expressa por meio de "estampas efêmeras de propaganda" – imagens características de uma Europa convulsionada pelas guerras religiosas do século XVI e consideradas as precursoras da caricatura –, o historiador da arte salienta a sua agressividade (GOMBRICH, 1999, p. 127), embora advirta que tais imagens não fossem, do ponto de vista artístico, propriamente caricaturas. Somente no século XVIII, depois do encontro dessa tradição imagética, em que prevaleciam temáticas de cunho político, com a inocente

brincadeira que deu início à tradição imagética ligada à caricatura, é que teria surgido a "poderosa arma social" (GOMBRICH; KRIS, 1938, p. 325).

O ataque ao periódico francês *Charlie Hebbdo*, em fevereiro de 2015[10], exemplifica a discussão ao pôr em relevo a afirmação do historiador austríaco sobre o quanto a arte caricatural pode ser considerada "uma das mais temidas armas sociais" (GOMBRICH; KRIS, 1938, p. 326). A assertiva, publicada em seu primeiro artigo sobre a temática – **Os princípios da caricatura (1938)** – há quase oitenta anos, adquiriu surpreendente atualidade, pois, além do tom profético, oferece valiosos indícios para a compreensão das relações que o gênero artístico estabelece com a tessitura social.

As consequências das críticas dirigidas ao profeta Maomé, fatais para os desenhistas do jornal parisiense, tornaram a questão do impacto das charges sobre a esfera pública, além de uma obviedade, um fato notório. Para que episódios como esse ou quaisquer outros ligados direta ou indiretamente à arte possam, entretanto, ser compreendidos como fatos históricos, é preciso relacioná-los às tradições imagéticas a que se vincularam de maneira a reconstruir a historicidade dos significados que constituíram suas formas de expressão.

Perseguindo a metáfora bélica, em **O arsenal do cartunista (1962)**, Gombrich explicitou novamente sua compreensão ao reiterar que a caricatura "dotou o cartunista de uma das mais eficientes armas do seu arsenal" (1999, p. 133-134). Todavia, ao final do século XX, em **Os usos das imagens: estudos sobre a função social da arte e da comunicação visual (1989)**, o estudioso passou a ressaltar que a dinâmica da trajetória percorrida pela arte caricatural exibiu uma inflexão em relação ao percurso transcorrido a partir do século XVI. Para o historiador,

> o nascimento da caricatura em um ambiente que apreciava a habilidade artística, seu florescimento em uma sociedade democrática e sua sobrevivência como uma inocente forma de jornalismo refletem a influência da situação social sobre o gênero artístico que deve suas origens a um artista individual, e sua sobrevivência às mudanças de demandas (GOMBRICH 2012, p. 10).

Nessa obra, Gombrich inicia o tratamento da sua problemática discutindo os significados da sentença de Jacob Burckhardt, que – ao ser indagado sobre o que deixaria

[10] A imprensa ocidental tratou o episódio, majoritariamente, como uma retaliação às charges publicadas pelo jornal sobre o profeta Maomé e o islamismo. O fato ganhou os noticiários do mundo, e as redes sociais multiplicaram as manifestações de solidariedade aos mortos em Paris. Entre os órgãos da imprensa ocidental que se manifestaram em defesa dos desenhistas assassinados prevaleceu o argumento em favor da liberdade de expressão e seu debate se pautou, em grande medida, em torno dos limites – que deveriam existir ou não – para o exercício deste direito.

como legado para os historiadores da arte vindouros – proferiu: “a arte como tarefa é meu legado”. Ao deduzir que o sentido da palavra “tarefa” poderia significar também “encargo”, Gombrich depreendeu que Burckhardt havia percebido o quanto os diferentes gêneros artísticos “devem sua existência ao que hoje é descrito como ‘forças de mercado’ – a interação entre demanda e suprimento” (GOMBRICH, 2012, p. 6).

O historiador da arte assinala os nexos entre a produção artística e as relações sociais vigentes em seu contexto histórico e os circunscreve ao plano dos esforços do artista para “encontrar uma demanda existente” para a sua obra. Segundo Gombrich, a subsunção da arte caricatural às “forças de mercado” tanto garantiu os meios para a sua sobrevivência – assim como os da sua difusão e afirmação enquanto gênero artístico – quanto consignou a crítica política proferida pelo artista às vicissitudes das relações que estabelece com o periódico que contrata o seu trabalho (GOMBRICH 2012, p. 6-12).

Dessa forma, o processo histórico problematizado é apresentado por Gombrich como o principal indício de que as interações entre a produção artística e a circulação de imagens estão suscetíveis a distintos arranjos históricos, provocados por inovações como as que fizeram surgir a caricatura e as que emergiram subsequentemente ao seu advento. Daí atribuir à arte caricatural a condição de exemplo paradigmático da suscetibilidade da produção artística às “mudanças de demandas” e às interações provocadas pelas “inovações técnicas” sobre as “demandas por imagens” (GOMBRICH, 2012, p. 6-12).

Um dos aspectos da tal suscetibilidade reside na questão da ampliação da produção e circulação da arte caricatural a partir do século XVIII. A sobrevivência do gênero artístico viu-se favorecida pela crescente profusão de periódicos que surgiram na Europa a partir de então (GOMBRICH, 2012, p. 6-12) e que, desde o século XIX, utilizavam essas imagens como atrativo para o fomento da venda do jornal no Brasil (MAGNO, 2012).

Outro aspecto da suscetibilidade da arte caricatural às suas condições de produção e circulação foi apontado por Gombrich na extrapolação do ambiente, até então restrito aos artistas profissionais, tornando a arte uma prática acessível ao desenhista amador e, até mesmo, inábil (GOMBRICH, 2007). Daí a inflexão na dinâmica da trajetória cumprida pela arte caricatural expressar a mudança de sentido que a “função social” da caricatura assumiu atualmente, para o que contribuiu a predominância da “demanda por imagens” característica das sociedades ocidentais no século XX. Nas palavras do autor,

> somos capazes de documentar passo a passo como a moda de fazer caricatura foi adotada pelos artistas ingleses que visitavam a Itália e popularizada no seu país de origem. [...] O que continua em aberto é a história da lenta domesticação do gênero em páginas de periódicos e jornais. O retrato satírico foi transformado pouco a pouco em uma conveniente fórmula de fácil acesso às características de um político, correspondendo menos à demanda de polêmicas do que à publicidade inócua. A fotografia tirada para o *New York Times* do Presidente Truman cercado de "seus" cartunistas resume esse desenvolvimento (GOMBRICH, 2012, p. 9-10).

Depreende-se, assim, que, para Gombrich, a trajetória da arte caricatural cumpriu-se em, ao menos, três momentos distintos. Ao analisar as tradições imagéticas existentes no século XVI, o historiador identificou uma tradição portadora de uma crítica política irascível, tanto afeita às polêmicas existentes no interior do debate político do contexto da Reforma Protestante quanto a agressivas ofensas. A dimensão pública a que eram endereçadas se diferenciava, no entanto, da dimensão em que se desdobrava a arte caricatural, ligada, então, a ambientes restritos a artistas profissionais (GOMBRICH, 1938).

Segundo momento da trajetória demarcada por Gombrich, o século XVIII foi o palco do encontro entre essas duas tradições. Sua fusão emerge em um contexto em que se verificou a ampliação da produção e circulação da arte caricatural, além da sua consolidação em gênero artístico que angariou a preferência do "gosto popular" (GOMBRICH, 2012). Esse encontro muniu a arte caricatural, pela primeira vez, da sua condição de "poderosa arma social" (GOMBRICH, 1938). O autor ressalta, inclusive, que foi das mãos de um político e desenhista amador que, ao colocar seu talento a serviço da crítica aos adversários políticos, surgiram as primeiras expressões da fusão que se procedeu entre as duas tradições imagéticas advindas do século XVI (GOMBRICH, 2012).

Os desdobramentos das reflexões que o historiador elaborou acerca das implicações dessa fusão são variados. Entre eles, destacam-se aqui as considerações acerca da emergência de uma arte caricatural, municiada de "inovações" que potencializaram a capacidade enunciativa da sua crítica política proferida no âmbito do movimento que ampliou o espaço da sua atuação. Contudo, embora ainda ostentasse a crítica agressiva e contumaz da tradição imagética de que foi herdeira, a aspereza da sua agressividade diluiu-se em um tom mordaz e desconcertante, uma vez que nessas imagens prevaleceram as "comparações chistosas" em vez dos "desaforos e agressão" (GOMBRICH, 1999, p. 134).

No século XX, o terceiro momento do processo histórico avaliado por Gombrich, a arte caricatural reforçou o seu prestígio e adesão popular ao mesmo tempo em que galgou as páginas dos jornais de grande circulação em uma sociedade de massas. Porém, o tom em que

se pronunciava a crítica política dessas imagens já reverberava distante do tom irascível que predominara anteriormente (GOMBRICH, 2012).

A trajetória da arte caricatural obedeceu, por conseguinte, a uma dinâmica cujo movimento pode ser apreendido ao se analisar o seu trânsito no âmbito da conjugação entre as duas tradições imagéticas delineadas. Como este movimento está sujeito aos arranjos historicamente estabelecidos entre a produção artística e a "demanda por imagens", o crescente aumento dessa demanda ao longo dos séculos seguintes não somente proporcionou as condições para que essa tradição imagética se consolidasse como, igualmente, modificou o tom e, assim, os significados da sua crítica política.

De acordo com Gombrich, entre as duas tradições formadoras da imagética política que emergiu no século XVIII, prevaleceu o tom de brincadeira jocosa. No transcorrer da sua trajetória, a crítica política mordaz existente na arte caricatural revestiu-se do bom-humor da zombaria, criando, assim, a demanda que viabilizou a sua consolidação como um dos gêneros artísticos de maior adesão popular. Entretanto, esse processo levou à sua "lenta domesticação", o que lhe impingiu a condição de "inocente forma de jornalismo". Assim, segundo o historiador, a dinâmica da trajetória da arte caricatural exibe um sentido instituído historicamente, erigido no âmbito da conjugação entre as duas tradições imagéticas delineadas acima, indicando, portanto, as mudanças verificadas na sua "função social" (GOMBBRICH, 2012).

Gombrich caracterizou as alterações na "função social" da caricatura como uma tradição imagética forjada no encontro de duas tradições anteriores e distintas entre si, responsáveis por transformar a arte caricatural em uma "poderosa arma social" e que, ao longo da sua existência, se desdobrou em um longo processo de enaltecimento e ampliação da visibilidade daquele que a partir do século XVIII fora, usualmente, o principal objeto de sua crítica demolidora, o governante.

Assim, a partir do século XVIII, o espaço ocupado pela arte caricatural no processo de constituição da sua tradição imagética representa uma das consequências geradas pelas "inovações" resultantes do advento da caricatura. A "influência da situação social" que garantiu a "sobrevivência" e a consolidação do gênero artístico diante das "mudanças de demandas" instituiu um "novo espaço [...] à imagística política" (GOMBRICH, 2012, p. 9). Outra das inovações procedentes do advento da caricatura no interior desse processo reside na inédita visibilidade angariada pelos governantes nessas imagens a partir de então, o que "tornou possível manter determinados políticos constantemente diante dos olhos do público em todos os tipos de papéis simbólicos" (GOMBRICH, 1999, p. 135).

Assim, o espaço ocupado pela arte caricatural no processo de ampliação da "imagística política" a partir do século XVIII modificou-se historicamente. Alteraram-se os arranjos de produção e circulação dessas imagens, e suas interações provocaram novas "mudanças de demandas" no interior da "demanda por imagens", agora, próprias do século XX e que, nas sociedades ocidentais que vivenciaram o contexto histórico da Guerra Fria, adquiriram os arranjos típicos de uma cultura de massas.

Tendo como horizonte as transformações desses novos arranjos históricos, Gombrich apreendeu a mudança no sentido da "função social" da arte caricatural e problematizou-a como "a lenta domesticação do gênero em páginas de periódicos e jornais". Particularmente, o processo de "domesticação" da natureza da sua crítica política evidenciou-se menos quando da inflexão verificada no sentido da sua crítica política no século XVIII – pois este contribuiu para que ela se tornasse uma "poderosa arma social" – do que em razão da mudança ocorrida na sua "função social", pontuada pelo historiador no século XX.

Para Gombrich foi, portanto, a partir do momento em que se instituiu essa configuração histórica que caracterizou o processo de ampliação do espaço da "imagística política", que a crítica política corrosiva de outrora se transformou em um desafortunado elogio a "determinados políticos", o que teria feito da arte caricatural expressão de uma "publicidade inócua". Dessa forma, sentencia o historiador da arte,

> Quanto mais nos aproximamos de nossa época, mais esse aspecto da sátira política parece vir à tona. Em geral, para o sátiro político, é mais importante, lisonjear o público, não incitar o ódio. A receita do sucesso é raramente diferente da seguida pela imprensa popular e pelo programa de televisão popular. Infle seus egos, confirme seus preconceitos e, acima de tudo, diga-lhes para não se preocuparem (GOMBRICH, 2012, p. 208).

Delineia-se, com isso, o sentido progressivamente negativo que a digressão na trajetória percorrida pela arte caricatural adquiriu para o historiador. Sentido que se reflete nas mudanças verificadas nas diferentes funções sociais assumidas pelo gênero artístico ao longo da sua existência. Tal atribuição de sentido decorre da compreensão que Gombrich desenvolve acerca dos significados que o gênero adquiriu no tempo, por entender que as "mudanças de demandas" que garantiram a sua sobrevivência deslocaram o âmbito da circulação dessas imagens para o da sua publicação em jornais de circulação diária, cujos interesses – econômicos, políticos e sociais (FONSECA, 2005) – estabeleceram as diretrizes

para as funções sociais que o desenho acabaria por cumprir. Nas palavras do historiador da arte,

> O modo como esses movimentos de demanda estão sujeitos a inovações técnicas dificilmente precisa ser mais bem especificado. No que diz respeito à demanda por imagens, a invenção e popularização da fotografia oferece o exemplo mais drástico. [...] O exemplo ilumina um elemento da situação que nunca deve ser deixado de fora: a função que se espera que uma imagem cumpra. Aqui, assim como em qualquer lugar, podemos facilmente observar como a função delegada a uma imagem irá interagir com seu formato e aparência (GOMBRICH, 2012, p. 7).

Essa mudança de sentido na função social da arte caricatural reflete, portanto, a subsunção da sua crítica política à lógica das "mudanças de demanda" que ensejou o aparecimento de empresas jornalísticas. É, portanto, do âmbito das relações de mercado que o desenhista estabelece com o comprador da sua produção artística, que Gombrich compreende as interações provocadas pelas inovações técnicas na produção da arte caricatural, presentes nos arranjos históricos em que o historiador assinalou o processo de transformação da "função social" da arte caricatural.

1.2 Os pressupostos teórico-metodológicos da análise da charge

É possível inferir, assim, que se terá empreendido uma análise histórica da charge na medida em que se obtiver êxito na tarefa de estabelecer os nexos entre as suas dimensões diacrônica e sincrônica. A identificação dos vínculos existentes entre as temporalidades que o desenho encerra em si contribui para a apreensão da charge, a um só tempo, como um fenômeno histórico que emergiu no interior da tradição imagética constituída pela arte caricatural e como uma peça de intervenção no debate político existente no contexto histórico em que foi produzida.

Assim, a inclinação por privilegiar a constituição de um arcabouço teórico-metodológico estruturado para a identificação das características da dinâmica comunicativa da charge decorre da percepção de que a valorização da análise da linguagem da charge demonstrou-se o caminho mais profícuo para satisfazer a premissa de entrelaçar as dimensões sincrônica e diacrônica que a temporalidade da charge encerra.

Conceber a charge como um referente histórico da tradição imagética peculiar à arte caricatural demandou, assim, o entretecer dos indícios da resiliência da tradição imagética da arte caricatural na linguagem da charge de Angeli junto aos indícios da intervenção do artista no debate político de seu tempo. Procurou-se, com isso, melhor apreender e compreender os significados que o chargista atribuiu à sua crítica ao governo Fernando Henrique Cardoso. Daí a circunscrição da análise da linguagem da charge ao plano da sua dinâmica comunicativa, ou seja, a compreensão da charge por meio da análise das relações existentes entre o objetivo do artista em traduzir o mais sinteticamente a sua crítica, por um lado, e, por outro, o manuseio que o chargista promove dos elementos constitutivos dessa linguagem para a consecução da sua premissa.

Isso significa dizer que a charge, em sua diacronia, foi apreendida como um gênero artístico que surgiu no século XVIII e que instituiu uma tradição imagética filiada, porém específica, a duas outras tradições existentes nos séculos anteriores, uma que deu origem à caricatura, proveniente de uma brincadeira entre amigos e, outra, expressa em "estampas efêmeras de propaganda" erigidas, essencialmente, como veículo da crítica política de natureza agressiva e contumaz.

Conceber a charge nessa perspectiva significa, igualmente, vislumbrar que a sua emergência se realizou em um contexto histórico específico da trajetória da arte caricatural, singularizado por um conjunto de interações históricas, cujo arranjo se configurou concomitantemente ao processo de ampliação da "imagística política", especialmente no que diz respeito ao âmbito da produção e circulação dessas imagens. Significa, ainda, perceber a ampliação do espaço em que se deu a criação da demanda que garantiu a constituição da tradição imagética da arte caricatural a que a charge se filia, e que essa transformação acompanhou o processo de ampliação da demanda por essas imagens nos folhetins, periódicos e jornais ao longo dos séculos seguintes.

Entre as inovações identificadas por Gombrich – resultantes das interações provocadas pelo advento da caricatura com os distintos contextos históricos que se sucederam ao seu aparecimento no século XVI, ressaltou-se, além da ampliação do espaço da imagética política, também o deslocamento do âmbito da produção desse gênero artístico, que transitou do espaço restrito ao artista profissional ao do desenhista amador ou mesmo desprovido de qualquer talento.

Outro aspecto relacionado a tais inovações foi igualmente salientado na observação acerca da inédita visibilidade que a "poderosa arma social", surgida no século XVIII, conferiu a políticos e governantes a partir de então. Desses arranjos históricos específicos, que

sofreram e provocaram as interações ensejadas pelas inovações resultantes do advento da caricatura, depreendeu-se a suscetibilidade da produção da arte caricatural à "influência da situação social" que incide sobre as suas condições de produção e circulação.

Nesse sentido, o recurso ao segundo conjunto de reflexões em torno das quais se estruturou o referencial teórico-metodológico para a análise da charge de Angeli revela sua pertinência. Foi o próprio historiador da arte Ernst Gombrich quem, ao ponderar suas considerações anteriores sobre a arte caricatural, ofereceu uma porta de acesso às reflexões do historiador das linguagens políticas, John G. H. Pocock (1924).

No momento em que Gombrich relegou a um plano secundário os pressupostos que o fizeram aproximar-se de uma hipótese psicanalítica interessada em esclarecer os motivos da – então suposta (GOMBRICH, 1938) – tardia emergência da arte caricatural na "arte ocidental" (GOMBRICH, 2007, p. 289-290), a reflexão do historiador passou a exibir a ênfase em uma análise mais centrada na identificação das especificidades da linguagem da arte caricatural, especialmente aquelas decorrentes das inovações que o advento da caricatura suscitou. No ano 2000, quando da publicação do prefácio da sexta edição inglesa da obra **Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica (1956)**, o estudioso reviu a posição defendida em seu primeiro artigo sobre a arte caricatural – publicado em parceria com Ernst Kris, o "historiador da arte que virou psicanalista" (GOMBRICH, 1999, p. 130) – e exclamou:

> nunca houve imagem que fosse igual à natureza; todas as imagens baseiam-se em convenções, tal como a linguagem ou as letras do alfabeto. Todas as imagens são sinais, e a disciplina que deve estudá-las não é a psicologia da percepção – como eu acreditava –, mas a *semiótica*, a ciência dos sinais (GOMBRICH, 2007, p. XV). (grifos do autor).

Dessa forma, na avaliação de Gombrich, a pertinência do referido suporte teórico-metodológico para a análise da crítica política existente na arte caricatural advém, primordialmente, da sua contribuição para a apreensão das convenções de que tais imagens são portadoras, para o que a investigação da linguagem característica do gênero artístico se demonstrou profícua. A opção por valorizar a análise da sua linguagem imagética foi particularmente sistematizada em **O arsenal do cartunista (1962)** e, com isso, demonstrou-se expressiva das práticas utilizadas pelo historiador para analisar a arte caricatural, tanto quanto contribuiu para a estruturação dos procedimentos metodológicos dessa pesquisa.

Nesse texto, o historiador elencou os principais elementos que constituem a linguagem dessa arte, destacando, assim, a recorrência na utilização das "figuras de linguagens", das práticas de "condensação e comparação", da "caricatura de pessoas", do "bestiário político", das "metáforas naturais", e do "poder dos contrastes" na construção da linguagem que o cartunista tem à disposição para o exercício do seu ofício. Posteriormente, Ernst Gombrich relacionou a identificação e a análise dos elementos constitutivos da linguagem da arte caricatural ao objetivo do artista em transmitir a sua mensagem o mais concisamente possível, assim como à utilização que o desenhista promove de tal linguagem na persecução desse fim (GOMBRICH, 1999).

Tais aspectos se revelam, em meio a outras questões, na distinção estabelecida entre o que o historiador denominou de "cartum moderno" e os seus predecessores. Para Gombrich, o que diferencia o primeiro dos últimos "não é sua intenção, mas apenas o tratamento do meio de comunicação. [...] O desenhista moderno trabalha geralmente para um público ocupado que quer captar tudo num simples olhar" (GOMBRICH, 1999, p. 133-134). Por meio dessa diferenciação, o historiador da arte explicita qual seria o objetivo do artista no manejo que ele promove da linguagem da arte caricatural. Assim, infere que "o processo de condensação e fusão que sempre foi o principal objetivo do cartunista" é uma das estratégias de enunciação responsáveis por tornar a arte caricatural em um relevante ato de intervenção social, pois "a verdadeira vantagem do cartunista derivada da nova arma era a possibilidade de ampliar a equiparação até transformar-se numa fusão visual" (GOMBRICH, 1999, p. 135).

Privilegiar a análise da linguagem da arte caricatural, especialmente no que diz respeito à relação existente entre o objetivo do artista em transmitir a sua mensagem o mais concisamente possível e a utilização que ele promove dessa linguagem para a concretização da sua meta, foi, portanto, o parâmetro estabelecido para a investigação da análise da charge de Angeli sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Este é um pressuposto cuja instituição também se beneficiou do recurso às contribuições adquiridas junto ao segundo conjunto de reflexões em torno das quais também se erigiu o referencial teórico-metodológico desta pesquisa. Outro benefício de uma abordagem interessada na análise da linguagem da charge, assim como em sua dinâmica comunicativa, consiste em acessar o universo de estratégias de enunciação à disposição do artista para a transmissão da sua mensagem, de maneira a dotar a análise de maior inteligibilidade na apreensão e compreensão dos sentidos e significados da sua crítica política.

1.2.1 As estratégias de enunciação da crítica política do chargista

O ganho metodológico auferido com o acesso às estratégias de enunciação da crítica política do artista, a seu turno, permitiu relacionar as características da linguagem da charge de Angeli e vinculá-las, diacronicamente, à tradição imagética da arte caricatural e, sincronicamente, ao debate político atinente ao governo Fernando Henrique Cardoso. Dessa forma, a análise da linguagem da charge de Angeli, assentada na identificação das estratégias de enunciação da sua crítica política, conferiu aos procedimentos de verificação dos significados imputados à charge o impulso para que se desse o trânsito entre as suas dimensões diacrônica e sincrônica.

A compreensão da crítica política de Angeli por meio das suas estratégias de enunciação demandou também, além do reconhecimento dos pontos de interseção entre a linguagem da sua charge e a da tradição imagética ligada à arte caricatural, a identificação dos pontos de contato responsáveis por estabelecer os nexos históricos entre a linguagem da charge de Angeli e as linguagens em que se desdobrou o debate político característico do seu contexto histórico.

A investigação da charge enveredou, assim, para a "reconstrução do contexto linguístico" em que ela foi elaborada, tornando esse procedimento uma premissa cujo atendimento se fez necessário para a inteligibilidade dos significados de seus enunciados. Dessa forma, encaminhou-se a busca empreendida na reconstrução do contexto linguístico correspondente ao período em que Fernando Henrique Cardoso ocupou a presidência da República no Brasil por meio dos procedimentos sugeridos por John G. H. Pocock (2003).

Aqui emergem com maior nitidez os aspectos que tornaram pertinente o tangenciar da metodologia reivindicada pelo historiador das linguagens políticas. Em **O estado da arte (1995)**, ao tratar da terminologia mais adequada para se empregar aos estudos dedicados à "história do pensamento político", John Pocock situa na década de 1950 – o mesmo momento em que Gombrich repensou o seu viés psicanalítico em favor de uma abordagem linguística – o início dos esforços para a "redefinição da historiografia" desse campo do saber historiográfico (POCOCK, 2003, p. 24-26).

Na década seguinte – enquanto Gombrich sistematizava os elementos constitutivos da linguagem própria da tradição imagética referente à arte caricatural, em **O arsenal do cartunista (1962)** –, o movimento assinalado por Pocock aproximava historiadores ingleses como Quentin Skinner (1940), um dos principais expoentes da "abordagem collingwoodiana" (FERES JR., 2005, p. 655), da "filosofia da linguagem" praticada nas universidades de

Cambridge e Oxford (POCOCK, 2003, p. 24-26), onde, desde 1940, circulavam perspectivas metodológicas, como as do historiador, arqueólogo e filósofo R. G. Collingwood (1889-1943), inclinadas à aproximação entre a filosofia e a história (PEREIRA, 2010, p. 73).

Tal discussão englobou, também historicamente, expressões como "história do pensamento político", "ideologia", "história intelectual", "análise do discurso", "história das mentalidades", entre outras. Todas indicadoras da pluralidade de concepções que caracterizaram os esforços de revisão no interior dessa historiografia, especialmente no sentido de afastá-la do tradicional enfoque nos pensadores "clássicos", observado em uma das mais longevas tradições no interior da construção do conhecimento histórico, a chamada "história das ideias políticas". O caminho pelo qual se delinearam as diversificadas abordagens, metodologias e enfoques da revisão historiográfica no interior da história política distava daquele tradicionalmente percorrido pela história das ideias políticas e conferiu, portanto, significativas inflexões às suas premissas epistemológicas (PEREIRA, 2010, p. 74-75).

A reorientação das abordagens que passaram a caracterizar as pesquisas em história política também foi ressaltada por Michel Winock, que identificou, no movimento de renovação dessas abordagens, a disposição em apreender e "[...] descobrir as marcas das ideias em todos os setores da sociedade [...]", despindo-se da hierarquização até então existente – a validar apenas o estudo das ideias políticas de pensadores renomados e reconhecidos como tais – para reiterar a mudança de paradigma, operada a partir da segunda metade do século XX, pautada pela compreensão de que os objetos de estudo nesse ramo do campo da história política devem ocupar-se também dos profissionais que realizam a mediação entre as ideias políticas e o seu público leitor de um modo geral.

Essas inflexões na historiografia contribuíram para a ampliação do leque de possibilidades analíticas, permitindo engendrar a profusão de novos objetos de estudos relacionados ao campo da história política. Isso promoveu a renovação do seu "*corpus* documental", bem como permitiu auferir expressivos ganhos metodológicos nessa área (WINOCK, 2003, p. 279-285). Entre as questões discutidas pelos historiadores que se debruçaram sobre o assunto, reside a compreensão de que o escopo dos objetos de estudos tradicionalmente focado na análise dos grandes "clássicos" do pensamento político deveria extrapolar esse círculo restrito e passar a abarcar também os "[...] pensadores 'secundários', jornalistas notórios, romancistas de grande tiragem, [ou seja,] todos os tipos de autores outrora indignos do panteão do pensamento político [...]" (WINOCK, 2003, p. 281).

Para o historiador Francisco Falcon, a ampliação do escopo de autores que passaram a

ser alvo da curiosidade dos historiadores políticos ocorreu em virtude da "[...] progressiva incorporação do social e, a seguir, do cultural [...] que, partindo do nível letrado ou das elites, caminhou lentamente rumo ao nível iletrado ou popular". Com isso, o pensamento político não sistematizado alçou o mesmo patamar de importância que as obras dos grandes pensadores tradicionalmente relacionados como objetos de estudo das reflexões concernentes à história das ideias políticas (FALCON, 1997, p. 93).

Foi no bojo desse movimento que surgiram os esforços em se "[...] promover uma total revisão das abordagens mais influentes ao estudo da história do pensamento político", levadas a cabo especialmente por historiadores como Quentin Skinner e John G. H. Pocock (FERES JR., 2005, p. 656). Um dos aspectos dessa revisão exprimiu a exigência metodológica de identificar e analisar uma determinada linguagem em seu contexto histórico ou recorte temporal. Segundo Pocock, cabe a este historiador o empreendimento metodológico de refazer o "contexto linguístico" da época em que se exprimiu a linguagem que se tornou objeto do seu estudo (POCOCK, 2003).

Cícero Araújo, na apresentação que faz para o livro organizado por John Pocock e Sérgio Miceli – **Linguagens do ideário político**, obra que traduziu alguns dos textos em que o historiador neozelandês sistematizou a sua metodologia –, relaciona as pesquisas efetuadas por Pocock ao movimento executado no interior dessa revisão da historiografia do pensamento político e salienta, tal qual o historiador francês Michel Winock, a ampliação da abrangência do seu enfoque, que passou a analisar também os "pensadores secundários". Assim, de acordo com Araújo (POCOCK, 2003, p. 10),

> como os dois primeiros ensaios desta coletânea tratam de esclarecer, a tarefa de refazer o contexto linguístico é bastante complexa, pois envolve não só delimitar a época e o lugar no qual supostamente operou, mas também estudar, nessas fronteiras, tanto grandes autores – o que hoje chamaríamos de clássicos – quanto autores menores.

Além da ampliação do enfoque da história do pensamento político, cujo foco passou a abarcar também "os pensadores menores", os adeptos dessa revisão epistemológica no campo da história política como Pocock interessaram-se, igualmente, por inquirir os "modos de discurso" (2003, p. 31). Ou seja, uma profusão de enfoques passou a ser suscitada e, entre eles, a maneira como os atores históricos utilizaram-se da linguagem disponível no seu contexto histórico para construir a sua intervenção no "debate político do seu tempo" (2003, p. 10).

Encaminhou-se, assim, à recuperação do debate político acerca do contexto histórico referente ao governo Fernando Henrique Cardoso, por meio das conexões estabelecidas com a análise das estratégias de enunciação da crítica política da charge de Angeli. Desse modo, abordou-se o contexto linguístico da época a partir de uma trajetória analítica iniciada com a identificação e sistematização preliminar das características da interpretação do desenhista sobre o governante, no âmbito sincrônico e diacrônico da sua interpretação. Daí procedeu-se à identificação das suas interseções com a linguagem política existente sobre o governo Fernando Henrique Cardoso, delimitando, assim, o perímetro analítico a que se circunscreveu a investigação do contexto linguístico correspondente ao debate político ocorrido no período.

Porém, esse trânsito não se deu na razão exponencial que tais conexões adquiriram quando estabelecidas, mas, sim, no plano das interseções tangenciadas a partir da crítica contida na charge de Angeli acerca da prática política governamental de Fernando Henrique Cardoso. Isso significa dizer que a charge de Angeli e as falas e práticas políticas presidenciais foram demarcadas como balizas equidistantes da extensão em que se delimitou o perímetro analítico desta pesquisa.

O reconhecimento desse espaço identificou nas relações entre a crítica política de Angeli e a prática política do governo de Cardoso, portanto, a tangente mais promissora para o estabelecimento do conjunto de interseções fundamentais para a tarefa de reconstrução do contexto linguístico em que a charge de Angeli se situa. Habilitou-se, com isso, à demarcação das balizas para o trânsito entre as multifacetadas "sublinguagens", tão específicas e conformadoras das generalidades do contexto linguístico em que se travaram as disputas políticas referentes ao governo de Cardoso, quanto a "sublinguagem" (POCOCK, 2003) criada pela charge de Angeli.

Não obstante a infinidade de sublinguagens conformadoras do debate político sobre o governo de Cardoso, circunscreveu-se, portanto, a terceira baliza dessa trajetória analítica no plano das interseções estabelecidas entre as charges e o periódico que as publicou, o jornal Folha de S.Paulo. Uma sublinguagem política em si mesma, o periódico, é suporte material para uma diversidade de outras sublinguagens políticas se alçarem à condição de interlocutores do debate político e espaço no qual, historicamente, se ampliou a imagística política e se criou a demanda que viabilizou a existência da arte caricatural. O mesmo espaço em que, de acordo com Gombrich, se impingiu à charge o lento processo de "domesticação" da sua crítica política. A sublinguagem do periódico foi apreendida na análise dos editoriais e das reportagens que, direta ou indiretamente, se referiram à crítica proferida pela charge. Por outro lado, interseções também foram estabelecidas com os cronistas mantidos pelo periódico

– outra sublinguagem em si mesma –, cujas colunas são publicadas na mesma página em que a charge, e que, de uma forma ou de outra, com ela dialogaram.

Demarcaram-se as balizas em torno das quais se delimitou o espaço analítico estruturado nesta pesquisa, portanto, em meio a um vasto e diversificado contexto linguístico, cuja circunscrição do perímetro verificado não abarca, conquanto, a plenitude de seus significados, inquirindo-o somente na razão do atendimento às premissas levantadas.

Das conexões preliminares entre as charges, o periódico e as falas e práticas políticas governamentais de Cardoso, traçou-se a primeira tangente entre as interseções erigidas no contexto linguístico averiguado. Tomando como ponto de partida as estratégias de enunciação da charge de Angeli, reconheceram-se, por um lado, os principais elementos constitutivos da linguagem chargística mobilizados pelo artista para a elaboração da sua crítica política e, por outro, as principais temáticas a que a charge se referiu no debate político que se desdobrou.

Tal qual Pocock, "esperamos encontrar uma linguagem como contexto, não como texto", (2003, p. 65), para, assim, empreender uma investigação da charge que a perceba como um referente histórico que traduz, em alguma medida, o debate político existente no contexto linguístico de seu tempo e, por conseguinte, alça o artista à condição de interlocutor desse debate. Assim compreendida, a charge demonstra-se como um "ato de fala" (2003, p. 27-28) proferido pelo desenhista em meio a um debate político constituído por outros "atos de fala" que, ao se relacionarem em um contexto linguístico determinado, transitam entre o âmbito particular da sua enunciação, a *parole*, e a generalidade da *langue* em que ocorre o debate político (2003, p. 64).

Daí serem fincadas, no interior desse contexto linguístico, as balizas entre a charge de Angeli e as falas presidenciais de maneira equidistante, para que se estabeleça a circunscrição do espaço analítico em um perímetro cuja extensão seja suficientemente abrangente para, assim, viabilizar a apreensão das características da interpretação da charge de Angeli em relação ao debate político existente sobre o governo Fernando Henrique Cardoso ao longo dos seus dois mandatos presidenciais.

Dessa maneira, as críticas existentes nas charges de Angeli sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso foram analisadas tais quais os "atos de fala" a que se refere o historiador das linguagens políticas John G. H. Pocock, ou seja, como enunciados proferidos por atores políticos no interior da linguagem disponível em seu contexto histórico. Por sua vez, a análise da linguagem da charge erigida para a veiculação dessa crítica foi empreendida em torno das premissas desenvolvidas pelo historiador da arte Ernst H. Gombrich e no âmbito da sua problemática acerca do processo de "lenta domesticação" da arte caricatural.

Assumir a charge como expressão de um ato de fala, na perspectiva aberta pela problemática de Gombrich sobre o sentido da crítica política na trajetória da arte caricatural, implica, dessa maneira, proceder a uma estruturação teórico-metodológica que perceba a charge como atos de fala que também provocam inovações, duradouras ou não, na linguagem política imagética e/ou no debate político próprios do seu contexto histórico.

Compreendeu-se, portanto, o âmbito de enunciação da crítica da charge como uma esfera na qual os sujeitos históricos em conflito proferem o seu *lance* com vistas a obter a melhor *performance* (POCOCK, 2003, p. 38-39), ou seja, interessados em que o desempenho do seu ato de fala se sobressaia aos dos demais interlocutores que participam do debate político nesse contexto linguístico.

O objetivo almejado com a enunciação do ato de fala existente na charge, independentemente de ser bem-sucedido ou não, já é relevante indício para a tentativa de recuperação dos significados de tais críticas e dos interesses envolvidos em suas disputas políticas. O procedimento erigido para tal empreendimento privilegiou, assim, a identificação das estratégias de enunciação da crítica política do artista de modo a, com isso, analisar a historicidade da sua *performance* (POCOCK, 2003) na *langue* disponível em seu contexto linguístico.

Assim, ao tratar das críticas dirigidas à proposição de Quentin Skinner, quanto à necessidade de se identificarem, ou não, quais eram as intenções do autor ao efetuar sua enunciação, Pocock infere que,

> [...] O autor habita um mundo historicamente determinado, que é apreensível somente por meios disponíveis graças a uma série de linguagens historicamente constituídas. **Os modos de discurso disponíveis dão-lhe as intenções** que ele pode ter, ao proporcionar-lhe os únicos meios de que ele poderá dispor para efetuá-las [...] (POCOCK, 2003, p. 27-28). (grifos meus)

Por sua vez, quanto à relação que o cartunista estabelece com a linguagem da arte caricatural e o contexto linguístico em que se pronuncia, Gombrich também depreende que "[...] o cartunista apenas assegura o que a linguagem preparou" (GOMBRICH, 1999, p. 128). A seu turno, John Pocock percebe a relação entre os interlocutores que transitam entre as *paroles* e a *langue* do debate político em que se pronunciam, em uma dupla perspectiva. Embora a linguagem seja impositiva e encerre em si uma unilateralidade que pode ser vislumbrada na maneira como alguns grupos sociais impuseram a sua linguagem a outros

grupos ao longo da história, ela também é objeto de apropriação dos interlocutores situados em diferentes níveis de autoridade da sua enunciação, o que pressupõe uma dinâmica no interior da hierarquia presente na *langue*. Assim, nas palavras do historiador neozelandês,

> É importante o fato de que o discurso político tenha sido desenvolvido em tão grande medida por clérigos e juristas, e nos modos de discurso que eles tinham condições de impor aos outros. Pois as *intelligentsias* não se dirigem somente aos seus próprios membros mas impõem suas linguagens esotéricas sobre uma variedade de grupos leigos e públicos leigos, algumas vezes para o desprazer em uníssono destes últimos. A criação e a difusão de linguagens, portanto, é em grande medida uma questão de autoridade das elites intelectuais, a história de como os estudiosos profissionais se envolveram na administração dos assuntos de terceiros e os obrigaram a discursar nas linguagens que eles haviam desenvolvido. Mas ao mesmo tempo, é também a história de como os grupos leigos se apropriaram de idiomas profissionais para propósitos não profissionais, de como empregaram idiomas de outras fontes, de maneira a modificar seus efeitos, ou de como desenvolveram **uma retórica de hostilidade à imposição de uma linguagem sobre si**. Nessa linha de raciocínio podemos vislumbrar o **uso antinômico da linguagem**: o uso pelos governados, da linguagem dos governantes, de maneira a esvaziá-la de seus significados e reverter seus efeitos. **Apropriação e expropriação** são aspectos importantes do que temos que estudar (POCOCK, 2003, p. 68). (grifos meus)

Tais afirmações são sintomáticas acerca da questão que relaciona as reflexões dos historiadores mobilizados para a estruturação do referencial teórico-metodológico desta investigação. Gombrich, novamente, acompanha o raciocínio de Pocock entre as relações que o cartunista estabelece com a linguagem disponível no seu contexto linguístico. Para o historiador da arte, "sem dúvida, os cartunistas de todos os tempos reclamaram o direito de inventar suas próprias comparações ou símiles e de caracterizar eventos novos em termos familiares, tivesse ou não a linguagem os precedido [...]" (GOMBRICH, 1999, p. 132).

Empreender uma análise histórica da charge de Angeli significa, portanto, concebê-la como um ato de fala cujo pronunciamento se realiza no âmbito das interações que a charge estabelece com outros atos de fala enunciados, providos de significados diversos e munidos de objetivos distintos. Essa relação se constitui em meio a lugares institucionais situados em diferentes níveis hierárquicos, que especificam a autoridade de que tais atos de fala se revestiram durante o contexto histórico investigado.

Assim, ao tangenciar as reflexões dos historiadores John G. H. Pocock e Ernest H. Gombrich, esta pesquisa se ocupou em apreender as interações que a *performance* da charge estabelece com a linguagem política imagética relativa à arte caricatural do seu contexto histórico, por meio de procedimentos orientados para a verificação do sentido que a sua crítica

política assume no interior do debate de que participa. Pode-se, dessa forma, conceber o surgimento da charge no século XVIII, assim como Gombrich compreendeu o advento da caricatura no século XVI, ou seja, nos termos de uma inovação na linguagem imagética provocada pela *performance* dos "atos de fala" dos atores históricos. Daí a charge como "poderosa arma social" e, por conseguinte, influente peça de intervenção pública do artista no debate político que lhe foi contemporâneo.

Propõe-se, dessa forma, a investigar a charge de Angeli sobre o governo Fernando Henrique Cardoso à luz da problemática aventada por Gombrich, acerca do sentido político da crítica presente na arte caricatural, durante a passagem do século XX para o XXI, por meio de uma compreensão que a entenda, ao mesmo tempo, como referente histórico e interlocutor do contexto linguístico em que se desdobrou o debate sobre a prática política do governante. O problema que se instituiu foi: pode a crítica política da charge de Angeli ser objeto da "domesticação" assinalada por Gombrich? Vislumbrando o horizonte do assassinato do desenhista do periódico francês *Charlie Hebdo*, habituado a endereçar suas críticas ao profeta do Islã, a resposta para a hipótese aventada é de que, por um lado, sim e, por outro, não.

A charge de Angeli sobre o governo de Cardoso expressa as condições do processo histórico caracterizado na problematização do historiador da arte, ao mesmo tempo em que mantém a sua condição de "poderosa arma social", uma vez que o desempenho do seu ato de fala é capaz, nas suas interações, de provocar transformações no tecido social de um determinado contexto histórico tanto quanto na linguagem referente ao seu contexto linguístico.

É nesse sentido que se infere, portanto, que a crítica política da charge, percebida como um ato de fala – cuja dinâmica comunicativa pode ser apreendida sincrônica e diacronicamente no interior de um determinado contexto linguístico, por meio das suas estratégias de enunciação –, é um referente histórico do debate político que permite tornar inteligíveis os conflitos e, sobretudo, as práticas políticas atinentes ao seu contexto histórico.

1.2.2 A singularidade da linguagem da charge

Ante o exposto, a charge pode ser considerada uma expressão singular da crítica política. Seu pertencimento à tradição imagética própria da arte caricatural lhe confere uma dupla particularidade, uma decorrente do seu objetivo de síntese e, outra, das implicações desse intuito sobre a maneira como o artista se vale dos elementos constitutivos da linguagem

dessa tradição imagética para a enunciação da sua crítica. Assumida como premissa metodológica, a valorização dessa singularidade da linguagem da charge favorece a edificação de uma abordagem melhor informada e, por conseguinte, mais apurada das inferências do desenhista e das suas referências a esse respeito.

O acolhimento dessa premissa resulta, também, por outro lado, da necessidade em se contemplar a exigência metodológica quanto à investigação dos nexos entre a prática política governamental e a sua mediação pela charge. Destacar as singularidades da linguagem da charge, de modo a alçá-las à condição de critério metódico privilegiado para a análise desse tipo de produção imagética implica, portanto, apreendê-las, ao mesmo tempo, como fonte histórica e objeto de estudo.

No que diz respeito à discussão sobre a análise das fontes imagéticas, a escolha por assim fazê-lo não pressupõe, entretanto, a imagem de modo geral, nem a charge em particular, como "uma fonte histórica *sui generes*", ao menos não nos termos da advertência feita pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989, p. 56). Ou seja, o reconhecimento e a valorização da sua especificidade não significam conjurar o suposto da sua autonomia interpretativa.

Ao contrário, a capacidade explicativa da escolha por tornar exequível a assunção da dupla particularidade da linguagem da charge em preceito metódico depende, antes, do entretecer da sua investigação diante do contexto histórico que provocou o seu erigir. Isso não significa, igualmente, reconhecer que o seu oposto tenha validade. Embora a influência provocada pelo contexto histórico seja determinante quanto à linguagem à disposição do artista, este não é o único condicionante do processo característico da produção da charge.

O embaraço metodológico que pode surgir na pesquisa que privilegia a singularidade da fonte imagética consiste em apresentar as informações obtidas por meio do acesso a outras fontes como se fossem provenientes da análise imagética. De acordo com o historiador italiano,

> os danos que podem resultar de uma tal leitura "fisiognomônica" dos documentos figurados são bastante claros. O historiador lê neles o que *já sabe*, ou crê saber, por outras vias, e pretende "demonstrar". [...] O pressuposto mais ou menos consciente dessa postura interpretativa é, naturalmente, a confiança em que as obras de arte, em sentido lato, fornecem uma mina de informações de primeira mão, interpretáveis *sem mediações* (este é o ponto), sobre a mentalidade e a vida afetiva de uma época talvez remota (GINZBURG, 1989, p. 63). (grifos do autor)

A investigação da interpretação que o desenhista Angeli elaborou sobre a prática política governamental de Fernando Henrique Cardoso recorreu, desse modo, aos referidos cotejamentos que auxiliaram o delinear do contexto linguístico (GINZBURG, 1989, p. 76) no interior do qual operaram os mecanismos de formulação da crítica do artista, empreendendo, assim, o reconhecimento dos devidos nexos entre a publicação das charges e o contexto histórico a que aludiam quando foram produzidas.

A reserva indicada por Ginzburg circunscreve-se à problemática da "dialética inerente aos documentos históricos" e à "circularidade" interpretativa que lhe é decorrente (GINZBURG, 1989, p, 63). Segundo essa compreensão, o movimento dialético que as evidências históricas estabelecem entre si impele a apreensão da "interpretação das obras individuais" (PANOFSKY, 2009, p. 58) a uma consequente e inextrincável circularidade da reflexão, a ser metodologicamente orientada. Segundo o historiador da arte Erwin Panofsky,

> de qualquer lado que se olhe, o começo de nossa investigação parece sempre pressupor seu fim, e os documentos que deveriam explicar os monumentos são tão enigmáticos quanto os próprios monumentos. [...] Estamos aparentemente num círculo vicioso. Na realidade, é o que os filósofos chamam de "situação orgânica". [...] É verdade que os monumentos e documentos individuais só podem ser examinados, interpretados e classificados à luz de um conceito histórico geral com base em monumentos e documentos individuais, [...]. Essa situação, no entanto, não é, de jeito algum, um beco sem saída (PANOFSKY, 2009, p. 28).

Como ponderou o historiador germânico, a alternativa para escapar ao óbice sinalizado está em reconhecer que o movimento dialético, próprio das evidências históricas, que percorre as singularidades da interpretação particular em meio às generalidades que condicionam a sua expressão, "na verdade é um círculo, porém não vicioso e sim metódico" (PANOFSKY, 2009, p. 58). Por sua vez, John Pocock, em **O conceito de linguagem e o "métier d'historiador" (1989)**, também oferece alguns preceitos indicados para aumentar "a confiança do historiador em que uma 'linguagem' não é um produto de sua própria mente" (2003, p. 71) e, assim, evitar que se incorra em anacronismos, tal qual Quentin Skinner igualmente advertiu, com o que nomeou de "mitologias políticas" (SKINNER, 2000).

Seguindo o veio aberto pelos historiadores, as relações entre a linguagem da charge e as demais linguagens, ou sublinguagens, políticas (POCOCK, 2003) foram apreciadas do âmbito das conexões estabelecidas entre as suas estratégias de enunciação, entretecidas, por um lado, na singularidade da sua relação com a tradição da linguagem imagética caricatural

(GOMBRICH, 1999), e, por outro, na especificidade do contexto linguístico no interior do qual se desdobrou o debate político característico do seu contexto histórico (POCOCK, 2003). Assim se procedeu também em razão das "salvaguardas" (PANOFSKY, 2009) sugeridas contra o risco de uma leitura anacrônica e tautológica das fontes imagéticas, devido ao seu redundar no "círculo vicioso" desaconselhado (GINZBURG, 1986).

O movimento que se imprimiu ao trânsito dos procedimentos instituídos para a inquirição da fonte imagética, no entrecortar sincrônico e diacrônico da historicidade da charge, buscou, assim, valer-se de uma dinâmica que o fizesse acompanhar o movimento dialético, identificado por Ginzburg (1986) e Panofsky (2009) nas relações que as expressões das especificidades que as fontes imagéticas estabelecem com o contexto histórico a que elas se referem. Procurou-se, com isso, dotar a estruturação dos procedimentos teórico-metodológicos desta pesquisa, tal qual sugerido por Pocock, do impulso dialético necessário para que "a redefinição da historiografia do pensamento político e suas implicações" possa "definir sua práxis em termos mais rigorosamente históricos" (POCOCK, 2003, p. 26).

Elevar a charge à condição de objeto de estudo e fonte histórica privilegiada comporta, desse modo, a valorização metódica da dinâmica existente no contexto linguístico de um determinado contexto histórico como, de maneira percuciente, salientou Pocock (2003, p. 68), ao evidenciar o uso antinômico que os atores históricos promovem com a linguagem na qual se pronunciam e por meio da qual estabelecem as suas relações sociais.

O comentário do historiador Michel Winock (2003), ao tratar da ampliação do enfoque da abordagem que o movimento de redefinição da historiografia do pensamento político ensejou no interior do campo da história política, permite relacionar a perspectiva em que se abordou a crítica política da charge – cuja "expressão jornalística" foi historicamente instituída – com a abordagem do historiador da arte Ernst Gombrich (2012, p. 6-12) ao refletir quanto à suscetibilidade da existência da produção artística à influência da situação social. Assim, para o historiador francês,

> [...] dedicar-se às mediações e aos mediadores, tanto quanto aos "pensadores", resulta da necessidade metodológica, quando o historiador quer avaliar o trabalho das ideias na sociedade tanto quanto o reflexo dos problemas sociais do momento na expressão jornalística [...] (WINCOK, 2003, p. 282).

Configurou-se a direção da investigação, portanto, também com a finalidade de compreender a prática política governamental de Cardoso por meio da interpretação que Angeli elaborou sobre ela. Para o que foram dispostos os procedimentos de análise da linguagem da charge. Assim, investigou-se as representações acerca da prática política governamental nas mediações caracterizadas pela linguagem chargística elaboradas para comentá-las. Dessa maneira, procurou-se, igualmente, evitar os riscos de uma leitura tautológica e anacrônica dos registros imagéticos.

1.3 A charge em perspectiva histórica

Em virtude da utilização dos termos charge e caricatura de maneira indeterminada por vários estudiosos que se debruçaram sobre o assunto, esta reflexão se preocupou em compreender a charge em uma perspectiva histórica, de modo a destacar os aspectos que a distinguem da caricatura, não obstante a falta de consenso acerca da questão.

Importante ressalva a ser levantada, em um trabalho que seleciona a charge como fonte histórica e objeto de estudo, diz respeito à polêmica circunscrita à sua definição. Assevera-se, portanto, que não há a pretensão de oferecer nenhuma concepção inequívoca a esse respeito. Nem mesmo há objetivo de abranger todos os seus argumentos ou subsumir suas controvérsias à discussão ora apresentada. A intenção em se delinear a especificidade da charge repousa, antes, na necessidade em se explicitar o conjunto de pressupostos teórico-metodológicos por meio dos quais se realizou a investigação da linguagem que lhe é subjacente.

A historiografia conta hoje, essencialmente, com dois posicionamentos relativos à definição de charge. Por um lado, compreendem-na como sinônimo de caricatura, não vislumbrando a necessidade de estabelecer distinções significativas entre ambos os termos. Muitos autores adotam essa concepção, e a publicação mais recente no interior dessa corrente é a do historiador Luciano Magno (2012, p. 15). No entanto, o posicionamento mais emblemático é o do pesquisador venezuelano Carlos Abreu Sojo (2001a, 2001b, 2001c) que publicou um conjunto de artigos identificando uma série de especificidades na forma, no conteúdo e nos objetivos das distintas produções imagéticas analisadas por ele, sem, contudo, deixar de utilizar o termo caricatura como forma de classificá-las.

Há, por outro lado, os que compreendem a charge como uma produção imagética dotada de características específicas o suficiente para ensejar a sua diferenciação ante a

técnica caricatural. As possibilidades de particularização dessas produções se dividem entre caricatura, charge e cartum. Não obstante os percucientes esforços em distingui-las[11], prevalece uma classificação mais abrangente denominada de humor gráfico, no interior da qual se agrega também o gênero relativo às histórias em quadrinhos. O regulamento do **Quadragésimo Salão Internacional de Humor de Piracicaba (2013)** é um exemplo contemporâneo de definições que atentam para as distinções existentes entre charge, caricatura e cartum, embora classifique todas sob a rubrica do humor gráfico.

1.3.1 A aproximação semântica entre charge e caricatura

Embora as controvérsias a respeito da definição de charge alimentem-se, em alguma medida, da inexistência da palavra no léxico espanhol, e os problemas de ordem semântica sejam responsáveis por boa parte das dissidências que cercam a questão, esses não são os únicos motivos para a explicação das dificuldades a respeito. Convém não minimizar, entretanto, a complexidade que esse aspecto adquiriu nas discussões acerca da definição de charge.

A associação procede, em parte, do significado que se imputa ao vocábulo nos léxicos inglês e francês. Sinônimo de carga (MOTTA, 2006, p. 15), charge expressa a noção de exagero, a disposição do artista em carregar no traço, distorcer exageradamente a representação das feições ao retratar alguém, principal aspecto apontado por Gombrich (2012, p. 190; 2007, p. 290; 1999, p. 134; 1938) à técnica inaugurada pelos irmãos Carracci no século XVI e aos quais se atribui o surgimento da caricatura moderna[12].

Em 1664, Annibale e Agostinno Carracci publicaram um conjunto de retratos[13] "dos tipos populares de Bolonha" (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 9). Ao batizar seus desenhos de *ritrattini carichi*, "expressão baseada no verbo italiano *caricare*, que quer dizer carregar" (NERY, 2006, p. 28), "exagerar, aumentar de coisas e atos além da medida" (MIANI, 2012, p. 38), Annibale firmou a elocução que se relacionaria ao significado atual do vocábulo charge[14].

Junto ao exagero figuraria o tom jocoso assumido pelo retrato em virtude da

[11] Entre os autores que optam pela caracterização particularizada das produções imagéticas destacam-se: Liebel (2011; 2010) Gawryszewski (2008); Motta (2006); Miani (2005) e Teixeira (2005).
[12] Sobre a atribuição da origem da caricatura moderna aos irmãos Carracci, cf.: Magno (2012, p. 15); Miani (2012, p. 38); Arrigoni (2011, p. 2064); Grudzinski (2009, p. 1); Gawryszewski (2008, p. 9); Gombrich (2007, p. 290); Motta (2006, p. 15); Nery (2006, p. 28-29) Abreu Sojo (2001c); Lima (1963, p. 6).
[13] cf. imagem 1, anexada.
[14] Para a relação do significado à charge cf.: Motta (2006, p. 15); Gawryszewski (2008, p. 9); Teixeira (2005) e Riani (2002); Gombrich (1938).

caracterização do modelo de forma distorcida, conforme sugeriu Gombrich ao citar a definição do **Dicionário de termos artísticos (1681)** de Filippo Baldinucci, editado em 1681, ocasião em que o termo caricatura apareceu pela primeira vez (GOMBRICH, 2007, p. 290). Tal prática demonstrava, contudo, que a intenção do artista em representar exageradamente os traços físicos do retratado voltava-se, antes, para o objetivo de revelar as fraquezas do seu caráter. De acordo com o historiador,

> [...] Por volta do século XVII, a tarefa do pintor de retratos era revelar o caráter, a essência do homem em um sentido heróico. O caricaturista tem um objetivo correspondente. Ele não busca a forma perfeita, mas a deformidade perfeita, penetrando, assim, através da mera aparência, no interior do ser em toda a sua pequenez ou feiúra (GOMBRICH, 1938).[15]

Herman Lima, por sua vez, valeu-se da inferência de Lionello Venturi que, a respeito do trabalho de Goya, conjecturou sobre o fato de a origem da caricatura – embora umbilicalmente relacionada à noção de exagero – não estar, necessariamente, ligada ao riso. Para ele, ainda que o cômico estivesse presente, seria imprescindível reconhecer, por outro lado, que a sua origem se aproximava, essencialmente, do método da caracterização. Assim, "pelo final do século XVIII, observou-se que o conceito estava se aproximando cada vez mais do cômico, mas também se reconheceu que o motivo original era o 'característico'" (LIMA, 1963, p. 7).

Ao duplo sentido do significado da técnica – caracterização exagerada e "às vezes" zombeteira, de acordo com Baldinucci, sem que esteja "necessariamente dotada de espírito cômico", segundo Venturi –, Laura Nery acrescentou que "[...] a palavra italiana, *carattere*, no sentido de caráter ou tipo humano, é também apontada como fonte para a escolha do termo caricatura [...]", seja em virtude da sonoridade da sua pronúncia ou "[...] pelo próprio sentido, uma vez que a caricatura essencialmente busca desmascarar seu modelo e revelar seu caráter [...]" (NERY, 2006, p. 29).

Acerca da última consideração aventada por Nery, presente também em Gombrich (2007; 1938), de que a caricatura tem por finalidade "desmascarar" o caráter da pessoa retratada, Herman Lima (1963) ponderou que o intuito se erige também em favor da

[15] Tradução livre do autor do trecho original reproduzido a seguir: *By the seventeenth century the portrait painter's task was to reveal the character, the essence of the man in an heroic sense. The caricaturist has a corresponding aim. He does not seek the perfect form but the* ***perfect deformity****, thus penetrating through the mere outward appearance to the inner being in all its littleness or ugliness*.

caracterização altiva, qual seja aquela preocupada em exagerar os traços físicos do retratado de modo a fazer sobressair as qualidades da sua personalidade, não os seus defeitos.

Lima exemplificou tal acepção ao aludir à macrocefalia utilizada para a representação hiperbólica da "inteligência superior" de Rui Barbosa, elaborada pela primeira vez, em 1903, pelo caricaturista português Alfredo Cândido, em **A Larva**, e que se tornou recorrente para a menção ao bacharel. Nas palavras do autor, em algumas ocasiões, "[...] é preciso ainda admitir que a acentuação do 'característico' [...] a própria deformação intencional, não sejam mais do que o reconhecimento de alguma particularidade superior" (LIMA, 1963, p. 7). A historiadora Isabel Lustosa lembra, no entanto, que a macrocefalia presente nas charges e caricaturas durante a Primeira República (1889-1930) era uma característica comum aos desenhos da época (LUSTOSA, 2003).

A caracterização intencionalmente exagerada seria, portanto, elemento definidor da caricatura desde o seu surgimento no século XVI. Podia apresentar-se como veículo ora da crítica zombeteira, ora da caracterização elogiosa. Não obstante as divergências a respeito, a prática da crítica derrisória acabou por prevalecer sobre a última nos séculos seguintes. Decerto que, independentemente do sentido imputado à técnica, a prática da caracterização exagerada não se atém apenas à caracterização física, mas tem, no objetivo precípuo de desvelar o caráter da pessoa retratada, a finalidade de explicitar os aspectos da sua personalidade, sejam eles positivos ou negativos.

Segundo Laura Nery (2006, p. 31), Gombrich identificou, na passagem do século XVII para o XVIII, o momento em que ocorreu a difusão da caricatura na Europa por meio do trabalho de artistas como Bernini (França) e Ghezzi (Roma e Inglaterra), ligados a "uma tradição de propaganda política através de peças gráficas" que já se fazia presente em "atividades panfletárias" datadas dos séculos XVI (Inglaterra) e XVII (Holanda e França). De acordo com a historiadora, é no bojo dessa tradição – que remonta ao período da Reforma Protestante[16] – que se deve apreender, por exemplo, a "campanha de propaganda" contra o reinado de Luís XIV (1643-1715) a que o historiador da arte austríaco se refere (GOMBRICH, 2012, p. 198).

Nas peças gráficas de caráter jornalístico – as quais Gombrich nomeou de *political broadsides and cartoons*, (1938, p. 325), em que se tornavam públicas as críticas com temáticas políticas, diferentemente da caricatura, não havia a deformação dos traços do retratado. Discrepância que, talvez, se explique em função da necessidade em se explicitar ao

[16] cf. imagem 2, anexada.

máximo a pessoa que se desejava atacar, já que as representações faziam parte de uma estratégia de natureza política. Nas palavras de Gombrich (1938),

> Os exemplos que são preservados dos países do Norte [...] não mostram a distorção do rosto, mas as tentativas grosseiras de semelhança real. A figura mostrada na forca é um "retrato"[17], mas não é feita nenhuma tentativa de transformá-lo em uma nova forma. Atributos simples servem ao propósito, que mais tarde servirão à caricatura.[18]

Em tais peças gráficas que, ao final do século XVII e início do XVIII, endereçavam suas críticas ao Rei Sol, de acordo com a historiadora Laura Nery, "[...] a técnica da caricatura não era aí aplicada, pois o objetivo não era a distorção ou o exagero da aparência do rei. O cartum e a caricatura eram formas distintas de representação, sendo o primeiro um gênero jornalístico, e a segunda, uma expressão artística" (NERY, 2006, p. 31).

Pode-se afirmar, assim, que a charge difere da caricatura por referir-se, essencialmente, à crítica de natureza política emergente dos conflitos característicos da Europa seiscentista. Produzida como peça gráfica de propaganda panfletária acerca de disputas e conflitos políticos, depreende-se que outro dos seus objetivos fosse a sua difusão pública, posto que relacionada ao gênero jornalístico.

O vocábulo charge (GOMBRICH, 1938) será referido à técnica inaugurada pelos irmãos Carracci somente a partir de meados do século XVIII. Segundo Laura Nery, foi nesse contexto que surgiram as primeiras formas de aproximação semântica entre a charge e a caricatura. Lacomb define caricatura no **Dictionnaire portatif des beaux-arts (1795)**, como "termo de pintura ou de desenho pelo qual entende-se uma charge-retrato cujos defeitos naturais são aumentados de maneira tal que encontra-se a semelhança da pessoa que se pretendeu ridicularizar". O mesmo se observa nas definições do **Dicionário Crítico da Língua Francesa (1787-1788)**, cuja aproximação semântica se construiu ao apresentar a palavra charge como pleonasmo de caricatura; e do **Dicionário da Academia Francesa (1798**), que a qualifica como uma "arte imitativa" (NERY, 2006, p. 32-34).

Em tais acepções, charge é o mesmo que caricatura. Esta, inclusive, passa a ser concebida sem o duplo sentido atribuído à técnica no século anterior. Desapareceram a caracterização como "motivo original" e a possibilidade de essa prática se realizar em favor

[17] cf. imagem 3, anexada.

[18] Tradução livre do autor do trecho original reproduzido a seguir: *The examples which are preserved from Northern countries [...] show no distortion of the face, but crude attempts at real likeness. The figure shown on the gallows is a 'portrait', but no attempt is made to transform it into a new shape. Simple attributes serve the purpose which later on is served by caricature*.

do enaltecimento das qualidades do retratado e, até mesmo, a finalidade em se desvelar o caráter do modelo representado. Subsistiu apenas a noção da caracterização exagerada que tenciona a crítica jocosa. O que se acrescenta diante das definições do século XVII, porém, é a qualificação de expressão artística.

Chama a atenção, no entanto, a definição de charge publicada na **Enciclopédia (1751)** de Diderot e D'Alembert, na qual o termo figura em um verbete à parte, separado do de caricatura. Nele, charge:

> É a representação, sobre tela ou papel, por meio de cores, de uma pessoa, ação, ou mais geralmente, um tema, na qual a verdade e a semelhança exatas são alteradas apenas pelo excesso do ridículo. A arte consiste em desmanchar o preconceito real ou de opinião já presente, e em levar pela expressão até o ponto máximo de exagero no qual ainda se reconhece a coisa, e a partir do qual não seria reconhecida; é aí que a charge é a mais forte possível (apud NERY, 2006, p. 33).

Ainda que permaneça a aproximação com o significado de caricatura, o verbete sobre a charge na Enciclopédia amplia e transmuta as definições dicionarizadas em vários pontos. Além do retrato pessoal, o termo, aqui, também se refere a uma ação ou a um tema, o que, certamente, é a maior diferença quanto às vinculações semânticas referidas anteriormente. Em primeiro lugar, porque, ao assegurar também – por meio da expressão "mais geralmente" – a faculdade de abordar principalmente temáticas, recupera-se, de certo modo, o vínculo com o conteúdo político, próprio das campanhas políticas de caráter panfletário do século XVI europeu.

Outras inovações foram, por um lado, a menção ao "excesso do ridículo", pertinente à caricatura e que, agora, passou a imbuir a charge da caracterização pela deformidade intencional que conduz ao riso. Nela, todavia, a técnica encerrou-se de maneira singular, já que a muniu da habilidade em potencializar o exagero até o seu limite. Por outro lado, o verbete atribuiu-lhe a prerrogativa de interceder junto à opinião pública, ao "desmanchar o preconceito real ou de opinião já presente", remetendo-a a sua qualidade de gênero jornalístico e de expressão da atividade panfletária. Mais um aspecto aludido diz respeito ao suporte material em que se produzia a charge, "sobre tela ou papel, por meio de cores".

O contato semântico entre charge e caricatura no século XVIII – que expressou a transformação e a ampliação arrogadas à definição da primeira, ao mesmo tempo em que anunciou a restrição das prerrogativas da última – aproxima-se da perspectiva de Gombrich

(2012, p. 201) sobre a interseção entre ambas nesse período. Para o autor,

> [...] o retrato caricatural, conforme estabelecido por Carracci e Bernini, atingiu seu ponto culminante como uma arma social somente quando entrou nos reinos destas peças gráficas e cartuns. Esta evolução começou na Inglaterra durante o século XVIII [...] a caricatura tornou-se uma das mais temidas armas sociais, desmascarando a pretensão e matando-a pelo ridículo (GOMBRICH, 1938, p. 326)[19].

O resultado dessa interseção pode ser compreendido, analogamente, como a referida imersão do retrato caricatural na tradição das campanhas políticas – cuja origem remete à tradição panfletária do século XVI –, resultando na sua incorporação à charge que, a partir do século seguinte, subsumiu a caricatura como elemento característico de sua crítica política, agora interessada também em provocar o riso.

A orientação procedida para a perseguição dos elementos constitutivos da linguagem da charge assentou-se, desse modo, no pressuposto que compreende a singularidade da linguagem charge por meio da observação da relação existente entre o objetivo do seu artífice, em sintetizar a sua mensagem, e a dinâmica comunicativa daí resultante. A relação entre a especificidade da linguagem da arte caricatural e a sua utilização pelo desenhista foi objeto da reflexão do historiador da arte Ernst Gombrich (1909-2001). Ao fazê-lo, engendrou as perspectivas analíticas em torno das quais se assentou parte significativa dos procedimentos teórico-metodológicos dessa investigação.

1.3.2 A influência das tradições imagéticas da arte caricatural na charge

Muito da condição de poderosa e temida "arma social" adquirida pela charge a partir do século XVIII se deve à incorporação da deformação intencionalmente zombeteira, já presente na caricatura. Tal recurso potencializou a crítica política intrínseca à charge, pois o auxílio ao riso é um dos mais poderosos atrativos de que um argumento pode se valer. O riso, por um lado, desqualifica o oponente político, coloca-o em uma situação desconcertante, submete-o à mordaz humilhação. Por outro, eleva quem o provocou à condição de pessoa com

[19] Tradução livre do autor do trecho original reproduzido a seguir: […] *portrait caricature, as established by the Carracci and Bernini, reached its culmination as a social weapon only when it entered the realms of these broadsides and cartoons. This evolution began in England during the eighteenth century* […]. *And, from a studio joke, caricature has developed into one of the most feared of social weapons, unmasking pretension and killing it by ridicule.*

quem o leitor pode, no mínimo, simpatizar e, no limite, tornar-se cúmplice da sua crítica.

Provocar o riso intensifica o processo de apropriação da mensagem do desenhista, facilita-o, contribui para a sedução do leitor em favor do ponto de vista de quem profere a narrativa. Mais ainda, torna o primeiro substancialmente menos resistente e mais afeito à crítica elaborada pelo último, favorecendo a conformação do posicionamento político de indivíduos ou grupos sociais capazes de se identificar com o sentido do julgamento presente na linguagem do artista.

Foi no âmbito do contexto histórico em que se realizou a incorporação da comicidade hiperbólica pela charge que se estabeleceu o que o historiador Rodrigo Patto Sá Motta designou como "o amadurecimento da caricatura política" na Inglaterra. Nesse momento, foram estabelecidos "os parâmetros básicos do desenho cômico" (2006, p. 16), no interior do qual a charge passará a figurar. Com isso, a aproximação semântica entre charge e caricatura indicou, historicamente, o momento em que o retrato caricatural se tornou elemento constitutivo da charge, ampliando o escopo da sua crítica política que, a partir do século XVIII, assumiu o viés da comicidade, inexistente nas peças gráficas da tradição panfletária característica dos séculos anteriores.

A assimilação da técnica caricatural como um recurso a ser utilizado na crítica política enunciada pela charge reforçou a dimensão pública derivada do seu pertencimento ao gênero jornalístico. A inclusão da comicidade presente no retrato caricaturado ampliou a capacidade de intervenção da charge na cena política[20], difundindo a representação daquele que se constituíra em objeto de sua crítica a ponto de "[...] oferecer uma interpretação visual de uma fisionomia que desde então não conseguimos esquecer e que a vítima sempre carregará consigo como um homem enfeitiçado" (GOMBRICH, 2007, p. 292), alçando tal representação a uma percepção "[...] mais verdadeira do que a própria realidade" (GOMBRICH, 1938).

Dessa forma, a conotação assumida pela charge no momento da sua aproximação semântica com a caricatura introduziu-a na trajetória da comicidade, até hoje percorrida, por meio dos vetores do exagero e da crítica derrisória. Transformou-a em poderoso arsenal político, cuja mira passou a fitar especialmente governantes e personalidades públicas. Desse contato subsistiram, além da técnica do retrato caricaturado, o aspecto que passaria a distinguir a charge em relação à caricatura e o seu pertencimento à tradição imagética voltada para a crítica política de gênero jornalístico.

[20] Além de Gombrich, outros autores contemporâneos inferem acerca da capacidade da charge em intervir no debate político. Cf.: Gawryszewski (2008); Motta (2006); Teixeira (2005) e Miani (2005).

Gombrich adverte que "é muito perigoso, numa discussão dos cartuns, ressaltar excessivamente os elementos de humor ou de propaganda às custas da satisfação que o cartum bem-sucedido nos proporciona pelo simples fato de resumir claramente a situação" (1999, p. 131). O alerta do historiador é sintomático de vários aspectos da discussão que abarca essa investigação. Em primeiro lugar, porque pontua a complexidade que a cerca, na sutileza da ênfase que o historiador deve empreender – se é que deva fazê-lo – ao incidir a ampliação do foco da sua abordagem em uma ou outra das tradições imagéticas das quais se originou a charge. Dessa forma, assumindo a ponderação de Gombrich como válida, qualquer trânsito por essas sendas, que confira demasiada atenção à influência de uma dessas tradições sobre a outra na conformação da linguagem da charge, deve cercar-se dos devidos cuidados para que o impulso tomado no momento do ensejo do trânsito entre as duas tradições não seja descomedido a ponto de impedir o retorno da análise para a órbita de onde ela foi instituída.

Nesse ponto da explanação, pode-se detectar no raciocínio de Gombrich, ou uma inflexão, ou uma contradição. Partindo do pressuposto de que o seu alerta seja pertinente, e entende-se que o seja, não teria o historiador da arte – ao levantar a problemática sobre a "lenta domesticação" da arte caricatural – amplificado demais a aproximação do olhar que lançou para a análise da tradição imagética, iniciada com a brincadeira das caricaturas dos irmãos Carracci e, assim, desfocado a lente da sua abordagem?

Do mesmo modo, não teria o historiador, com isso, nublado a percepção do seu olhar quanto à influência da tradição imagética relacionada à critica política irascível, presente nas críticas veiculadas publicamente desde os tempos da Reforma Protestante? Não seria a última tradição tão conformadora da arte caricatural quanto a primeira? Ou o atento historiador da década de 1960 (o texto é de 1962) descuidou-se quanto à precaução por ele mesmo evocada e, dessa maneira, não teria conectado devidamente, como de praxe, os pontos do seu exemplo – a foto de Truman com os "seus" caricaturistas (o texto é de 1989) –, incorrendo, assim, na generalização daquilo que, em realidade, teria sido expressão da particularidade de um contexto histórico específico?

Sendo a problemática da "domesticação" da arte caricatural uma inflexão no interior do próprio raciocínio do historiador, o seu alerta continuaria válido? Em caso negativo, pode-se imprimir a mesma ênfase em sentido contrário? Dito de outro modo, é possível sustentar, inversamente a Gombrich, que a crítica política da charge ainda se faça ouvir no mesmo tom irreverente, porém, contumaz e acaçapante, de quando se incorporou a caricatura às "estampas efêmeras e de propaganda" no século XVIII?

Considerando a pertinência do alerta de Gombrich, a despeito de uma eventual inflexão no seu raciocínio, teria sido exagerado o impulso da ênfase do historiador – ainda que amortecido pelo resvalar na ponderação de que a "domesticação" da charge é um lento processo – deduzindo-se, assim, que o mesmo ainda não teria sido suficientemente engendrado para que pudesse se expressar na plenitude de suas práticas, ainda por surgir? Ou, de outra forma, não obstante a ausência das devidas conexões, o exemplo do professor realmente concentra, no instantâneo tirado do presidente Truman, o sentido do processo em curso e, dessa maneira, sua hipótese de fato se aplica, fazendo supor que a trajetória da arte caricatural adquiriu um sentido que a subsumiu, perenemente, à lógica das "forças do mercado" preponderante nas empresas jornalísticas?

Advirta-se, contudo, que a ênfase do alerta de Gombrich na década de 1960 consistia em afirmar que, menos do que ponderar a influência de uma ou outra tradição imagética na conformação da linguagem da arte caricatural que emergiu do encontro entre a crítica política e a caricatura no século XVIII, importava perceber que a grande inovação da "caricatura política" consistia em resumir, muito objetivamente, o debate político do seu tempo, daí salientar o objetivo do desenhista em sintetizar a sua mensagem tanto quanto possível.

Obviamente que esta pesquisa não se propõe a responder a todas essas questões. Além do que, a investigação desdobrada procurou, inclusive, atenuar essa ênfase em específico. Não por entender que não seja esse o objetivo do artista ou, ainda, que não tenha sido a capacidade de simplificar o debate político, uma das maiores inovações decorrentes do advento da caricatura. Trata-se, sobretudo, de perceber que o objetivo de síntese do chargista também faz parte do conjunto de estratégias articuladas pelo desenhista para proferir a sua crítica. Ainda que ele prepondere sobre a dinâmica comunicativa da charge, o uso que o artista promove da linguagem da arte caricatural em virtude disso também é informativo e sintomático dos sentidos e significados atribuídos pelo desenhista à crítica política na charge, o principal foco da abordagem desta pesquisa.

Menos do que enfatizar a inovação na linguagem – o que é, certamente, devido –, essa investigação se preocupou, todavia, em salientar a dinâmica comunicativa da crítica política na charge, daí a ênfase na compreensão das estratégias de enunciação do chargista. Essa investigação procura, assim, apreender de que modo os mecanismos de enunciação da linguagem da arte caricatural que provocaram tais inovações constroem os significados e os sentidos da crítica política da charge de Angeli sobre o governo Fernando Henrique Cardoso.

Trata-se, portanto, de assinalar que as controvérsias decorrentes dos problemas com a terminologia são complexas, e que a sua simplificação contribui pouco para a apreensão da

charge – da caricatura política e/ou dos desenhos de humor[21] – como referente histórico do seu contexto linguístico. Dessa maneira, além dos fatores de natureza semântica, as dificuldades acerca da definição de charge giram em torno, ora da qualificação dos elementos que lhe são constitutivos, ora das funções que cumpre ou, ainda, dos objetivos que encerra. Em virtude de tais fatores se entrelaçarem, nos capítulos de análise das fontes a explanação foi organizada de modo a indicar o elemento constitutivo e discorrer, simultaneamente, acerca dos aspectos formais e substantivos da charge.

1.3.3 O suporte material e *i*material da charge

Depreendeu-se que a charge é composta por um desenho, podendo resultar também da intervenção do artista sobre uma fotografia[22], cuja inclusão de elementos verbais e/ou pictóricos, segundo Silva (2008), visa à comicidade. Abreu Sojo (2001a), por sua vez, assinala que as fotografias podem servir a distintos usos nas caricaturas. Apresentada em apenas um quadro, que pode ser divido em duas ou mais partes[23], atribuindo, assim, uma estrutura sequencial à narrativa, típica das "tirinhas" de jornal ou das histórias em quadrinhos, a utilização da linguagem nesse formato permite o desenvolvimento de narrativas que demandam um número maior de enunciados para a construção do discurso do artista dentro do exíguo espaço característico da charge. Angeli é um desenhista conhecido pelas inúmeras personagens e histórias em quadrinhos que criou e lança mão desse recurso com bastante frequência nos desenhos que produz para o jornal.

Seu suporte material foi historicamente marcado, por um lado, pela origem da caricatura, por meio das mãos de sofisticados pintores, como os irmãos Carracci no século XVI, e tal qual referido no verbete da **Enciclopédia (1751)** de Diderot e D'Alembert, quando definem a charge como uma "representação, sobre tela ou papel, por meio de cores", no século XVIII. Por outro lado, vinculou-se também ao gênero jornalístico próprio das atividades panfletárias em que se expressavam os conflitos políticos na Europa do século XVI.

Com a saída da caricatura do recôndito dos estúdios de artistas acadêmicos, a charge

[21] É sintomático que a imagem considerada como a primeira caricatura publicada no Brasil – "A campainha e o cujo" (1837), de Araújo Porto-Alegre (cf. MAGNO, 2012, p. 39-75), não tenha nenhuma personagem representada de forma caricatural.
[22] cf. imagem 4, anexada.
[23] Opinião divergente pode ser encontrada em Miani (2012, p. 39).

ganhou os jornais impressos que as publicam há séculos. Atualmente a charge se encontra presente também em meio virtual, na internet. Nele, em virtude dos recursos técnicos disponíveis, a linguagem utilizada para a representação da prática política alterou-se tão profundamente que proporcionou, inclusive, novas formas de enunciação, como as charges feitas no formato dos desenhos animados e os recentíssimos memes e menes, publicações características da linguagem utilizada nas redes sociais.

A charge tem a sua origem, portanto, relacionada à interseção entre a difusão da caricatura e o seu encontro com a crítica política panfletária de gênero jornalístico. Disso resultou a compreensão da caricatura também como um elemento da charge, historicamente vinculado à prática da caracterização exagerada e jocosa, elaborada com vistas a desnudar as fraquezas do caráter da pessoa retratada. Assim, ao identificar no uso promovido pelos irmãos Carracci da técnica artística responsável pela inovação que culminou no advento da caricatura, Gombrich infere que "sua inspiração, creio eu, proveio da chamada ciência da fisiognomia que há muito vinha insistindo na comparação entre tipos humanos e certos animais" (1999, p. 134).

As estampas efêmeras, vinculadas à tradição das campanhas políticas características do contexto histórico europeu no século XVI, por sua vez, abordavam o objeto da sua crítica por meio de um tom agressivo e vilipendiador, ausente das representações caricaturais dos irmãos Carracci (GOMBRICH, 1999, p. 134). Depreendeu-se, com isso, que a charge tem sua origem na reunião de duas tradições, perceptíveis no âmbito da linguagem acerca da representação da prática política imagética existente na Europa desde o século XVI. Em um processo histórico que resultou na incorporação da caricatura, com suas tradicionais técnicas e objetivos específicos, por uma linguagem política que flertava a crítica irascível.

Na análise elaborada em **O arsenal do cartunista (1962)**, Ernst Gombrich (1999) enumera os elementos característicos da linguagem presente na tradição imagética da arte caricatural. Além da "caricatura de pessoas", na relação do historiador constam, ainda, as figuras de linguagem, a prática da condensação e comparação, a prática do zoomorfismo, o recurso às metáforas naturais e aos diferentes tipos de contrastes. Embora sem a mesma sistematização, os estereótipos (GOMBRICH, 2012, p. 199-200) e trocadilhos (GOMBRICH, 2007; 1938), no entanto, também são considerados pelo historiador da arte como elementos pertencentes à linguagem da arte caricatural.

Ao circunscrever um conjunto de imagens sobre o governo Fernando Henrique Cardoso, Angeli delimitou a estruturação da sua narrativa em torno de aspectos específicos da interpretação que elaborou sobre a temática. O agrupamento dessas imagens em uma série

tornou-se, dessa forma, indício das ênfases que o artista imprimiu à narrativa daí proveniente. Assim, o desenhista redimensionou a amplitude dos significados existentes nas críticas destacadas, o que favoreceu a identificação das características que salientou acerca da prática política do mandatário. Disso decorre a amplitude em que se encerram os enunciados das charges do desenhista na série selecionada, cuja coerência reitera os significados subjacentes às críticas proferidas pelo desenhista.

Compreende-se, assim, que a construção de procedimentos de análise das estratégias de enunciação capacita a pesquisa para ensejar a articulação dos "atos de fala" (POCOCK, 2003) referentes ao debate político em que a charge se insere, por meio da sistematização de uma abordagem voltada para apreender e compreender os significados da crítica política da charge de Angeli sobre o governo de Cardoso.

A instituição da premissa de que a análise da charge pode ser realizada por meio da investigação das suas estratégias de enunciação adveio da contribuição que a sua identificação conferiu para o reconhecimento das interseções entre as distintas temporalidades dos contextos históricos encerrados na imagem, assim como das diferentes "sublinguagens" (POCOCK, 2003, p. 65) presentes no contexto linguístico (POCOCK, 2003, p. 38-39) em que se desdobra o debate político do qual o artista foi interlocutor. Isso significa dizer que se instituiu a análise das estratégias de enunciação contidas na charge como o preceito metódico mais profícuo para o estabelecimento desses pontos de interseção, os quais ensejaram o cotejamento dos atos de fala de Angeli no diálogo que o chargista estabeleceu com o debate político sobre o governo Fernando Henrique Cardoso.

A charge, inquirida do âmbito da sua historicidade, representa, assim, uma inovação no interior da linguagem referente à tradição imagética da arte caricatural. O objetivo da síntese, o manuseio dos elementos constitutivos da linguagem chargística, a redução do traço fisionômico de modo a representar o semelhante pelo seu equivalente, entre outros, são práticas que expressam as inovações nessa linguagem. Assim deslindados os aspectos fundamentais da dinâmica comunicativa existente na charge, investe-se a análise de vantajosos procedimentos teórico-metodológicos.

Foi, portanto, no sucessivo tangenciar entre as estratégias de enunciação da crítica política da charge de Angeli, a linguagem do jornal Folha de S.Paulo e a fala presidencial, que se instituíram os procedimentos teórico-metodológicos de análise da interpretação do desenhista acerca da prática política governamental de Fernando Henrique Cardoso.

Assim, o impulso tomado para o trânsito que se imprimiu à análise da linguagem da charge procurou evitar – por meio da dinâmica do movimento da sua análise, interessada que

esteve em acompanhar o "movimento dialético próprio das fontes imagéticas" (GIZNBURG, 1986) – que o específico se elipse no geral, seja porque foi confundido por ele, seja porque o último obliterou o acesso ao primeiro. Com isso, objetivou-se impedir que a mediação se substantivasse naquilo que cumpriria adjetivar e que a análise histórica se confundisse com a prática de generalização de contextos específicos. Quando isso conduz a empreendimentos metodologicamente malsucedidos, suas implicações podem levar a equívocos teóricos cuja miríade de implicações passa a abarcar desde o risco de sucumbir a uma leitura tautológica e anacrônica das fontes históricas imagéticas, até, no limite, fazer passar a ortodoxia pelo método.

2 O CONTEXTO LINGUÍSTICO DO DEBATE POLÍTICO SOBRE O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Em três de julho de 1994, um tradicional programa semanal da televisão brasileira exibia – em uma noite de domingo – uma reportagem do então ex-ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, promovendo o lançamento do Plano Real, ocorrido em primeiro de julho. O plano foi alardeado pela imprensa como aquele que, enfim, conseguiria deter a espiral inflacionária e, mais ainda, traria a tão desejada estabilidade econômica. Isso porque, desde a década passada, a economia brasileira encontrava dificuldades para restabelecer os canais de financiamento do seu sistema produtivo, assim como para amortizar os juros da sua dívida externa.

Nesse contexto, o otimismo que caracterizava o noticiário, com as promessas de estabilidade econômica e de controle da inflação, somava-se à euforia da torcida em favor do tetracampeonato mundial na Copa do Mundo, torneio organizado pela FIFA (Federação Internacional de Futebol) que, em 1994, fora sediado nos Estados Unidos. Esse foi o mote, inclusive, da reportagem que o programa de televisão dominical exibiu logo após a matéria sobre o lançamento da nova moeda, o Real. A reportagem mencionava o quanto o tetracampeonato no torneio era almejado por todos – afinal era da "paixão nacional" que se tratava – e dependia dos "fantásticos" gols do então jogador da seleção brasileira, eleito senador da República em 2014, o "craque" Romário. Entusiasmo que Fernando Henrique Cardoso, agora candidato à presidência da República pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), não disfarçava, quando anunciou, a três meses do pleito a ser realizado em outubro daquele ano, o lançamento da nova moeda.

2.1. O candidato do Plano Real e o Consenso de Washington

Na manhã daquele mesmo domingo, a edição do jornal Folha de S.Paulo publicava o texto que se tornaria paradigmático da discussão erigida em torno do governo Fernando Henrique Cardoso. Em **Os moedeiros falsos**[24], José Luís Fiori (1994) – doutor em ciência

[24] FIORI, José L. Os moedeiros falsos. **Folha de S.Paulo**: São Paulo, 3 jul. 1994.

política pela USP (Universidade de São Paulo), com pós-doutorado em economia pela Universidade de Cambridge, na Inglaterra – apresentou uma análise da situação da economia brasileira perante as transformações em curso na economia internacional e, dessa forma, teceu inúmeras considerações acerca dos significados e das possíveis implicações do Plano Real para o país em meio a esse novo contexto.

Fiori iniciou sua explanação mencionando a realização, em janeiro de 1993 em Washington, a capital estadunidense, do seminário internacional **A política econômica da reforma política** (*The Political Economy of Policy Reform*), em que se debateu o documento elaborado por John Williamson, **Em busca de um manual de Tecnopolíticos** (*In Search of a Manual for Technopols*). Segundo o autor, para John Williamson, aos tecnopolíticos caberia a tarefa de auxiliar na readequação das economias nacionais às novas demandas do capital financeiro globalizado, preconizadas pelas agências financeiras internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, em 1989, no chamado Consenso de Washington.

No entanto, o restabelecimento dos fluxos de capitais internacionais para as nações que dele dependiam para dinamizarem as suas economias, condicionava-se ao seu devido credenciamento aos recursos. Este se cumpriria na medida em que fossem atendidos os critérios dos programas de estabilização econômica, apresentado pelas referidas agências internacionais de financiamento. Dessa forma, de acordo com José Luís Fiori, no mencionado Congresso realizado em 1993,

> durante dois dias de debates, executivos de governo, dos bancos multilaterais e de empresas privadas, junto com alguns acadêmicos, discutiram com representantes de 11 países da Ásia, África e América Latina "as circunstâncias mais favoráveis e as regras de ação que poderiam ajudar um 'technopol' a obter o apoio político que lhe permitisse levar a cabo com sucesso" o programa de estabilização e reforma econômica, que o próprio Williamson, alguns anos antes, havia chamado de "Washington Consensus" (Consenso de Washington)[25].

Os parâmetros que regiam as políticas econômicas de tais programas relacionavam-se às medidas econômicas introduzidas na Grã-Bretanha no início da década de 1980, com a ascensão de Margareth Thatcher ao poder. José Luís Fiori caracteriza as medidas irradiadas pelo autodenominado Consenso de Washington como,

[25] FIORI, José L. Os moedeiros falsos. **Folha de S.Paulo**: São Paulo, 3 jul. 1994.

> um programa ou estratégia sequencial em três fases: a primeira consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário envolvendo invariavelmente a revisão das relações fiscais intergovernamentais e a reestruturação dos sistemas de previdência pública; a segunda, dedicada ao que o Banco Mundial vem chamando de "reformas estruturais": liberalização financeira e comercial, desregulação dos mercados, e privatização das empresas estatais; e a terceira etapa, definida como a da retomada dos investimentos e do crescimento econômico[26].

Segundo o autor, essa também foi a orientação do programa econômico introduzido no país quando do lançamento do Plano Real e da criação da nova moeda. Afirma José Luís Fiori que o próprio Williamson – ao tratar das dificuldades de implantação dos programas de estabilização econômica inspirados no Consenso de Washington – "reconheceu os perversos efeitos sociais e econômicos das medidas de austeridade e liberalização sobre as economias e populações nacionais". Diante disso, apresentou uma série de "táticas ou artifícios políticos" voltados para minar eventuais resistências ou obstáculos para a implantação das medidas econômicas do seu programa de estabilização. Entre elas o autor salienta a prática de "insular" os "tecnopolíticos" diante das "demandas sociais"[27].

Infere também o economista e cientista político que a instabilidade resultante das sucessivas e fracassadas tentativas de controle da inflação na década anterior "introduziu nos debates econômicos a importância crucial para o sucesso no combate anti-inflacionário do 'fator credibilidade'". Além disso, em função do prolongado tempo para que todas as etapas previstas no programa fossem levadas a termo, recomendava-se a formação de amplas coalizões parlamentares nas economias nacionais que garantissem a concretização das "reformas estruturais". A estratégia apresentava-se como necessária em face da possibilidade de o interregno entre o caráter "recessivo" das medidas fiscais – introduzidas na primeira etapa do Plano, e a "retomada do desenvolvimento econômico", vislumbrada na última – ser demasiadamente longo para o que se demandava a amplitude e coesão dessas alianças políticas[28].

Nesse texto, José Luís Fiori afirma, ainda, que a sugestão em favor da conformação de amplas alianças políticas nas economias nacionais que adotassem o programa econômico constava do estudo de J. Nelson e S. Haggard, que comparou as implicações das medidas econômicas do programa de Washington em 25 países que já o haviam adotado antes do

[26] FIORI, José L. Os moedeiros falsos. **Folha de S.Paulo**: São Paulo, 3 jul. 1994.
[27] Idem.
[28] Idem.

Brasil. De acordo com Fiori, a natureza recessiva das políticas ensejadas em tais países provocou uma série de implicações. "No caso das "experiências bem comportadas, as etapas de estabilização e reformas tomaram de três a quatro anos cada uma, e até uma década para a retomada efetiva do crescimento". E, continua o autor, "mesmo ali onde houve retomada do crescimento, esse tem sido lento e absolutamente incapaz de recuperar os empregos destruídos pela reestruturação e abertura das economias"[29].

Entretanto, as consequências mais drásticas das medidas econômicas adotadas precipitaram a economia desses países em "profundas recessões, perdas significativas da massa salarial e aumento geométrico do desemprego, os famosos 'custos sociais' da estabilização". Dessa forma, no entender de Fiori, a estratégia assentada na formação de amplas coalizões parlamentares adviria da compreensão de que as consequências das medidas recessivas seriam profundas e longevas, demandando, assim, uma aliança política que, analogamente, fosse duradoura e coesa o suficiente para evitar que as suas implicações sociais negativas impedissem a consecução dos objetivos das "reformas estruturais" propostas pelo Banco Mundial e o FMI no Consenso de Washington[30].

Muitas das questões discutidas por José Luís Fiori nesse texto pautaram o debate em que se desdobrou a discussão acerca da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso. A Fiori atribuiu-se, inclusive, o fato de ter sido o primeiro a relacionar a coerência existente entre a economia política do governo de Cardoso e as suas reflexões sociológicas acerca da dependência econômica dos países latino-americanos (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 9).

A partir de então, no debate que se seguiu, observou-se que muitos dos interlocutores dessa discussão exibiram um entendimento bastante próximo ao exposto por José Luís Fiori, com a publicação do seu texto em três de julho de 1994 no periódico Folha de S.Paulo. Tais abordagens se fizeram em torno de diferentes aspectos e pontos de vista. Suas inferências, desdobramentos e resultados conformaram a miríade de questões responsáveis por instituir o debate político que se travou acerca dos significados e das consequências do governo de Cardoso para a formação social brasileira.

Por exemplo, o cientista político também formado pela USP, Brasílio Sallum Júnior, em texto intitulado **O Brasil sob Cardoso** (2000), ao analisar a correlação de forças que caracterizou as disputas no interior do governo de Cardoso em torno da política econômica adotada pelo governo, enfatiza a existência de duas posições divergentes no interior do

[29] FIORI, José L. Os moedeiros falsos. **Folha de S.Paulo**: São Paulo, 3 jul. 1994.
[30] Idem.

governo: uma de viés "liberal desenvolvimentista", representada por Bresser Pereira e José Serra (PSDB-SP), e outra, de viés liberal e conservador, denominada de "liberal fundamentalista", cujo principal representante seria o então ministro da Fazenda do governo Fernando Henrique Cardoso, Pedro Malan. Com a proeminência adquirida pelo último no governo, Sallum Jr. infere que, no programa de "estabilização" de Cardoso, prevaleceram medidas econômicas de caráter fiscal em detrimento de políticas que estimulassem o crescimento econômico. Para este cientista político, a predominância da política anti-inflacionária levou, inclusive, até mesmo, a um processo de desindustrialização da economia brasileira (SALLUM JR., 2000).

Por outro lado, o uruguaio Bernardo Sorj, Ph.D. em sociologia pela Universidade de Manchester, na Inglaterra, em obra intitulada **A construção intelectual do Brasil** (2001), analisa o que entendeu ser o protagonismo de Fernando Henrique Cardoso na criação do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), criado no início da década de 1970, depois da aposentadoria compulsória que muitos professores da USP, entre eles, Fernando Henrique Cardoso, sofreram depois da instauração da ditadura civil-militar de 1964. Nessa obra, Bernardo Sorj, ao abordar o significado histórico do Plano Real no que diz respeito à questão das políticas de combate inflacionário levadas a termo pelo governo de Cardoso, inferiu que,

> a luta contra a inflação, independentemente de ir ao encontro dos interesses dos investidores estrangeiros, foi uma política que favoreceu os setores sociais mais pobres. As críticas aos eventuais erros ou à rigidez na aplicação desta política contém muitas vezes uma boa dose de ambiguidade quanto à prioridade que deveria ter a luta anti-inflacionária (SORJ, 2001, p. 122).

Sobre a política de combate à inflação ensejada pelo Plano Real em meados de 1994, o sociólogo formado pela USP, Paul Singer, em capítulo intitulado **O processo econômico** (2011) e publicado no último volume da coleção **Modernização, ditadura e democracia**, a seu turno, depreendeu que o efeito sobre a inflação no primeiro ano do governo de Cardoso, em 1995, "foi imediato". Ao comparar a introdução da nova moeda com as anti-inflacionárias empreendidas até então, infere que,

> o Plano Real não congelou os preços nem veio sob a forma de "pacote-surpresa". Foi submetido à discussão pública e à aprovação pelo Parlamento. Nesse sentido, teve caráter democrático e contou com o apoio da sociedade. [...] O efeito sobre a inflação foi imediato. Em abril, 45,57%; maio, 43,77%; junho, 49, 10%. Já em julho, a inflação desceu a 32,45%; em agosto despencou para 2,60%; em setembro, para 1,46%, subindo em outubro para 2,65%; em novembro, 3,11%; e, em dezembro, caiu para 1,11% (SINGER, 2011, p. 223).

Paul Singer, no entanto, não deixa de apontar que outro dos efeitos provocados pela política anti-inflacionária assentada na "âncora cambial" – além das implicações sobre a produção industrial, como indicou Sallum Jr. (2000) – foi ter provocado o aumento do custo de vida, atribuindo à estratégia de "estabilização dos preços" a responsabilidade por uma "certa crise industrial e social" (SINGER, 2011, p. 224).

Assim, para que se possa compreender o sentido e os significados das argumentações elaboradas e defendidas pelos interlocutores que participaram do debate político sobre o governo Fernando Henrique Cardoso, torna-se fundamental apreender a percepção que o sociólogo engendrou na sua produção intelectual – durante as décadas de 1960 e 1970 – acerca das temáticas relativas à dependência econômica que países como o Brasil, por exemplo, historicamente estabeleceram nas suas vinculações com a economia capitalista internacional.

2.2. Dependência econômica e Liberalismo na produção intelectual de Cardoso

O livro que conferiu notoriedade internacional à produção intelectual de Fernando Henrique Cardoso (SORJ, 2001), **Dependência e desenvolvimento na América Latina** (1969), foi escrito em parceria com o sociólogo chileno Enzo Faletto e publicado pela primeira vez no México, em espanhol, no momento em que Cardoso se encontrava exilado no Chile. Em uma abordagem histórica dos processos de industrialização em curso nos diferentes países latino-americanos, a análise dos sociólogos valorizou a dimensão política que caracterizava as relações econômicas entre os países centrais e periféricos no interior do sistema capitalista internacional. Afirmaram os autores dessa obra que as "situações de dependência" dos países periféricos se constituem no âmbito das próprias economias nacionais, por meio das relações políticas e sociais que os seus atores históricos conformaram com os países centrais (CARDOSO; FALETTO, 1973).

Nessa obra, os autores salientaram que um dos objetivos da análise consistia em "explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, por isso requer-se buscar um ponto de interseção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política" (CARDOSO, 1973, p. 23). Dessa maneira, adquire perspectiva histórica a *performance* (POCOCK, 2003) do livro **Dependência e desenvolvimento na América Latina (1969)**, cujo desempenho granjeou projeção nacional e internacional à produção intelectual de Fernando Henrique Cardoso (SORJ 2001). Ao analisarem o tipo de desenvolvimento econômico predominante nas economias latino-americanas e o resumirem por meio do emprego de três, "dependente, associado e assimétrico", os autores definiram o conceito de dependência econômica por meio do qual circunscreveram a sua apreensão acerca da dinâmica histórica de estrangulamento dos fluxos de capitais no âmbito da economia internacional em que se localizam os países periféricos (CARDOSO; FALETTO, 1973).

Para os sociólogos, os "diferentes graus de industrialização" em que se encontravam os países latino-americanos decorriam das distintas veiculações históricas que as elites políticas dessas economias estabeleceram com os países centrais da economia capitalista internacional. No interior desse processo, o grau de modernização capitalista dos países periféricos condicionava-se, portanto, ao desempenho dessas elites governamentais locais em angariar, junto aos países centrais, os recursos necessários para impulsionar o desenvolvimento dessas economias nacionais (CARDOSO; FALETTO, 1973).

Assim, os processos históricos de reiteração da subordinação das economias periféricas às economias centrais "estruturaram" a singularidade dos processos de modernização capitalista desses países entre si. Para Cardoso e Faletto, isso tornou o aporte de capitais internacionais para o financiamento do sistema produtivo das economias periféricas o elemento dinâmico do seu desenvolvimento econômico. Do mesmo modo que a "estruturação" histórica desse elemento de dinamização da modernização capitalista nas economias centrais evidenciou-se na estratégia de incorporação do avanço técnico aos seus sistemas produtivos nacionais, explicitando, dessa maneira, o viés da particularidade da dinamização da modernização capitalista nos países de economia central (CARDOSO; FALETTO, 1973).

Contudo, se, por um lado, isso gerava a dependência econômica dos países periféricos perante as economias centrais, por outro, também encerrava oportunidades de desenvolvimento para os primeiros. Na leitura dos sociólogos, o processo de "internacionalização dos mercados internos", em curso no Brasil, por exemplo, desde a

segunda metade do século XX, aproximava a periferia do centro (CARDOSO; FALETTO, 1973).

Dessa maneira, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto fundamentaram "semanticamente" (KOSELLECK, 2006, p. 307) a sua compreensão acerca das relações entre os países centrais e periféricos, por meio da identificação das diferentes "situações de dependência" que estes constituíram com aqueles. Elaboraram, assim, sua interpretação da dinâmica responsável por instituir as vinculações que singularizaram historicamente os distintos processos de modernização capitalista no centro e na periferia do sistema capitalista mundial.

O historiador José Carlos Reis (1999), a seu turno, afirma que o conceito de dependência econômica definido pelos sociólogos nos termos de um desenvolvimento capitalista "dependente, associado e assimétrico" (CARDOSO; FALETTO, 1973) expressa uma "interpretação [...] otimista em relação ao capitalismo dependente, é uma interpretação que reabre os horizontes do desenvolvimento latino-americano dentro e apesar da dependência" (REIS, 1999, p. 243).

Nesse sentido, pode-se elevar, portanto, o conceito de dependência econômica elaborado por Cardoso e Faletto ao preceito metódico de categoria histórica que contribui para a apreensão de uma "história concreta", "passada, presente, ou futura". Com isso, delimitam-se mais precisamente o "campo semântico" em que se desdobraram as *performances* dos autores de **Dependência e desenvolvimento na América Latina** (1969), tanto quanto os dos demais interlocutores que participaram do debate em torno do conceito de dependência econômica (KOSELLECK, 2006, p. 306).

Por exemplo, na década de 1950 e 1960, intelectuais como Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré somavam seus esforços – respectivamente – aos da CEPAL (Comissão Econômica de Planejamento para a América Latina), do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), preocupando-se em suscitar, entre outros aspectos, os mecanismos endógenos de financiamento dos sistemas produtivos das economias periféricas. Já Fernando Henrique Cardoso, na década de 1960 e 1970, chamava a atenção, em sentido contrário, para o movimento de internacionalização cada vez maior do sistema capitalista. Desse modo, infere José Carlos Reis,

> nos anos 1950, a maioria dos intelectuais e instituições de esquerda brasileiras e latino-americanas era nacional-desenvolvimentista. Iseb, PCB, Cepal. Todos defendiam o fortalecimento do mercado interno e da industrialização para o

> desenvolvimento autônomo nacional. Entretanto, afirma F. H. Cardoso, tal projeto não se referia à realidade: não há *capitalismo nacional*. O capitalismo é por definição internacional (REIS, 1999, p. 251). (grifos do autor)

Em livro intitulado **Repensando a dependência** (1994) – tese de doutoramento em economia defendida pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP) – Lídia Goldenstein afirma que Fernando Henrique Cardoso assim como os demais intelectuais elencados – isebianos, comunistas e cepalinos –, cada qual a seu modo (PÉCAULT, 1990)[31], seguiam a trilha aberta por Raúl Prebisch, em artigo seminal sobre a questão, publicado em 1949. Segundo a autora, Prebisch, ao formular a chamada "teoria do subdesenvolvimento", invalida o preceito que fundamentava a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo (GOLDENSTEIN, 1994).

De acordo com a economista brasileira, o precursor da abordagem cepalina depreende que, dadas as condições em que se estabelecem as relações de troca entre os países centrais e periféricos no sistema capitalista internacional (é do autor a denominação de tais relações nestes termos), a distância que ambos guardavam entre si aumentaria progressivamente, pois os produtos primários não agregavam o mesmo valor que as mercadorias industrializadas. E, o que seria ainda pior, nos períodos de crise internacional do sistema capitalista, essa desproporção se agravaria na medida em que os trabalhadores e capitalistas dos países centrais demonstravam sua capacidade de organização política em repassar os custos da crise para as economias periféricas (GOLDENSTEIN, 1994, p. 24).

Não obstante as controvérsias a respeito das divergências entre a produção intelectual de Cardoso e as reflexões elaboradas na CEPAL – apontadas, por exemplo, por Roberta Traspadini, em livro intitulado **A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso** (1999) –, a questão da valorização da perspectiva política para a abordagem histórica das relações econômicas entre os países centrais e periféricos já havia sido apontada nas reflexões de Raúl Prebisch, em torno das quais se erigiram boa parte dos esforços para a compreensão das relações de dependência econômica no interior do sistema capitalista (GOLDENSTEIN, 1994).

Expressão do projeto nacional-desenvolvimentista que mobilizou corações e mentes ao longo da segunda metade do século XX, o texto de Raúl Prebisch, intitulado **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais**

[31] Para as diferenças entre estes intelectuais em relação à problemática que temáticas como a ideologia, por exemplo, assumiam na sua produção intelectual cf. também: TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB**: fábrica de ideologias. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978.

(1949), enfatizava a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento para as nações periféricas do continente, que se somou às iniciativas das lideranças políticas de tais países àquilo que se convencionou chamar de projeto de "substituição de importações". A perspectiva "otimista" em relação à viabilidade do desenvolvimento industrial dos sistemas produtivos das economias latino-americanas já estava contida em sua análise. Da mesma maneira, sua reflexão atentava para a necessidade em se considerar as especificidades dos processos históricos das nações do continente, como reiteraram Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em **Dependência e Desenvolvimento na América Latina (1969)**.

Assim, o texto de Raúl Prebisch instituía outra das *performances* cuja força enunciativa a faria ecoar por décadas e que a muitos mobilizaria. Em relação ao desenvolvimento dos sistemas produtivos das economias periféricas na América Latina ao final da década de 1940, Prebisch inferiu,

> com efeito, a produtividade desses países é muito baixa, porque falta capital; e falta capital por ser muito estreita a margem de poupança, em virtude dessa baixa produtividade. Para **romper esse círculo vicioso**, sem deprimir exageradamente o atual consumo das massas, em geral muito baixo, é necessária a **ajuda transitória do capital estrangeiro**. Se sua aplicação for eficaz, o aumento da produtividade, **ao longo do tempo**, permitirá desenvolver a própria **poupança interna** e com ela substituir o capital estrangeiro, nas novas inversões exigidas pelas inovações técnicas e pelo crescimento da população (PREBISCH, 2000, p. 109). (grifos meus)

Raúl Prebisch constituía, assim, os fundamentos em torno dos quais se erigiram as reflexões da CEPAL e que tanto influenciaram as concepções elaboradas em torno dos projetos de industrialização das economias nacionais latino-americanas. Essa percepção advinha da constatação acerca da "vulnerabilidade" a que as economias periféricas estavam sujeitas, em função das "contingências" promovidas no âmbito das economias centrais do sistema capitalista (PREBISCH, 2000, p. 123). O economista procedeu, assim, à caracterização das relações que envolviam as vinculações entre esses dois grupos de países e, com isso, propôs uma estratégia de desenvolvimento econômico que denominou de "política anticíclica". Para o economista, "essa política é um complemento indispensável da política de desenvolvimento econômico a longo prazo, pois a indústria, como já foi dito, faz com que se evidencie a vulnerabilidade da periferia às flutuações e contingências do centro" (PREBISCH, 2000, p. 135).

A conclusão de Raúl Prebisch exortava, dessa maneira, à elaboração de estratégias que permitissem às economias periféricas alterarem a natureza das mercadorias que importavam das economias centrais, de maneira a constituir os seus setores industriais, privilegiando a emergência de indústrias concernentes ao setor de bens de capital, compreendidas como aquelas cujo desenvolvimento contribuiria para a incorporação do desenvolvimento técnico capaz de assegurar a constituição de uma poupança interna.

Por meio dessa estratégia imaginava-se que a dependência econômica dessas nações frente ao aporte de capitais internacionais se fizesse de modo a, no futuro, apenas complementar a quantidade de recursos necessários para o estímulo e desenvolvimento econômico dos sistemas produtivos das economias periféricas. Para tanto, sua emergência poderia ser, estrategicamente alavancada, também pelo desenvolvimento do setor industrial relativo à produção de bens consumo duráveis, não obstante as potencialidades e/ou os pontos de estrangulamento dos mecanismos responsáveis por fazê-lo em cada uma dessas economias latino-americanas, cujas especificidades históricas determinariam se tal caminho se percorreria com maior ou menor dificuldade.

É a essa perspectiva que se filia, portanto, a compreensão de Cardoso e Faletto acerca do potencial subjacente às vinculações que as economias periféricas estabelecem com o centro do sistema capitalista internacional, identificando nas suas relações de dependência econômica oportunidades para a dinamização do processo de industrialização dos seus sistemas produtivos. Nesse sentido, na década de 1970, a análise de Cardoso diferenciava-se de concepções que, até então, condicionavam o desenvolvimento econômico dos países periféricos à sua capacidade de acumulação endógena de capitais. Compreendendo que, não obstante essa dificuldade e as limitações daí consequentes, o desenvolvimento econômico de tipo capitalista se viabilizaria nas economias latino-americanas, na medida em que se mantivessem atreladas às economias dos países centrais do sistema capitalista.

A produção intelectual de Cardoso no período, relacionava-se à sua ativa participação no grupo d'O Capital, notabilizado pela proposta de analisar a obra de Karl Marx em uma perspectiva diferenciada do "tipo de marxismo" (REIS, 1999) que caracterizava os esforços dos intelectuais que orbitavam em torno do PCB e do ISEB (PÉCAULT, 1990; TOLEDO, 1978) daquele praticado pelos intelectuais que pertenciam à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como era designada à época da sua criação, em 1934.

Em texto intitulado **Recepções de Marx (1998)**, o filósofo da USP, José Arthur Giannotti, idealizador do grupo d'O Capital, afirma que a tese de doutoramento do historiador Fernando Novaes, **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial** (1973), foi um

dos "produtos" do grupo que se reuniu entre os anos de 1958 e 1964. Orientada por uma perspectiva analítica centrada no âmbito da circulação das mercadorias e não no da sua produção, a obra era representativa da perspectiva em que se assumia o referencial teórico marxista naqueles estudos. Para Giannotti,

> naquela época, a esquerda comunista, defensora intransigente do socialismo científico, misturava na prática ciência e ideologia. Ora, para nós, diferenciar esses dois vetores era questão de sobrevivência, pois só assim encontraríamos a brecha para uma ação transformadora eficaz e desalienante. É sintomático que, em 1969, depois de termos sido expulsos da universidade e tratávamos de criar o Cebrap, Paul Singer me tenha dito que passava a considerar a produção de conhecimento na nova instituição como sua atividade política primordial (GIANNOTTI, 1998, p. 118).

José Arthur Giannotti esclarece, ainda, que os principais esforços da intervenção política do grupo endereçavam-se também para a reforma universitária propugnada por eles e que exibiu em Florestan Fernandes a posição mais emblemática nesse sentido. Assim, na percepção do filósofo,

> Todos líamos Marx com o objetivo explícito de entender o estágio em que se encontravam as relações sociais de produção capitalistas, para situar nelas as dificuldades do desenvolvimento econômico e social brasileiro, com o intuito muito preciso de poder avaliar as políticas em curso (GIANNOTTI, 1998, p. 116).

Quanto aos propósitos políticos do grupo, o filósofo preocupou-se em reiterar que a influência das suas intenções e prática política não ultrapassava o plano dos esforços movidos em favor da reforma universitária, ainda que houvesse, entre os seus integrantes, intelectuais filiados a partidos políticos da época. Desse modo, nas palavras do autor,

> Essa ênfase no projeto intervencionista dos trabalhos do grupo [...] corrige certas interpretações correntes sobre o seminário d'*O Capital*, **hoje algumas vezes vistos unicamente como treino acadêmico de um grupo cuja vocação primeira seria o poder partidário**. Lembre-se que fomos expulsos da universidade sobretudo por estarmos lutando pela reforma universitária, e muito menos por nossas intervenções na política em geral (GIANNOTTI, 1998, p. 119). (grifos meus)

Ressalte-se, enfim, que as duas obras de Cardoso, **O empresariado brasileiro (1964)**, e a que escreveu com Enzo Faletto, **Dependência e desenvolvimento na América Latina** (1969) – o livro foi apresentado sob a forma de relatório de pesquisa em 1965 – expressam, em grande medida, igualmente, a filiação das reflexões que seu autor desenvolveu nesse momento junto ao chamado grupo d'O Capital.

Retornando à comparação que José Luís Fiori (1994) elaborou sobre a obra do sociólogo Fernando Henrique Cardoso e a sua prática política como o candidato do Plano Real, o economista da UERJ argumenta que a alegada coerência entre ambas, produção intelectual e prática política, permite "[...] entender e acompanhar de forma perfeitamente racional o caminho lógico que levou FHC à sua posição atual no xadrez político-ideológico brasileiro"[32]. Nesse momento da explanação do seu texto, José Luís Fiori menciona a tese de livre-docência de Fernando Henrique Cardoso, intitulada **O empresariado industrial brasileiro (1964)**, defendida na USP em 1963.

José Luís Fiori depreende que, no seu livro sobre os industriais no Brasil, Cardoso compreendeu bem a posição de "sócio-menor" (CARDODO, 1964) que esse ator histórico arvorou para si nas vinculações que tradicionalmente estabeleceu com os países centrais. Assim, na pauta do debate de José Luís Fiori, a questão já se apresentava em 1994, embora, em uma perspectiva diversa da comparação elaborada por José Carlos Reis (1999), ao definir como "otimista" a reflexão que Cardoso e Faletto elaboraram sobre as condições de dependência econômica dos países periféricos em relação aos países centrais.

Na compreensão de José Luís Fiori, Cardoso percebeu que não havia incompatibilidade entre a vinculação internacional da "burguesia" local e a sua defesa em favor de um ou outro "discurso ideológico", "protecionista ou livre-cambista", "estatista ou antiestatista", desde que se efetivasse, no âmbito das economias nacionais, o "interesse maior da liberdade de movimento do capital e dos desdobramentos geoeconômicos e políticos da sua continuada internacionalização"[33].

Em relação a esse aspecto, é sintomática da prática política governamental de Fernando Henrique Cardoso a sua análise sobre a correlação de forças políticas em que se assentava o Estado brasileiro durante a década de 1970. Em **Autoritarismo e democratização** (1975), outra das obras do sociólogo que ganhou repercussão nacional e internacional (SORJ, 2001), Cardoso salienta que, entre as forças políticas que ofereciam sustentação ao Estado, existiam grupos insatisfeitos com a manutenção do regime autoritário,

[32] FIORI, José L. Os moedeiros falsos. **Folha de S.Paulo**: São Paulo, 3 jul. 1994.
[33] Idem.

junto aos quais se poderiam ampliar as pressões por liberalização do regime e/ou isolamento político dos militares.

Por meio do conceito de "anéis burocráticos", Cardoso analisa as relações entre a burocracia estatal brasileira e as burocracias das empresas privadas, nacionais e internacionais, salientando que tais relações ocorrem no âmbito do Estado autocrático que emergiu a partir do golpe de 1964, quando deveriam se realizar, em uma sociedade democrática, no plano das relações entre o Estado e a sociedade civil, garantindo à última, a proeminência da esfera em que deveriam se desdobrar os conflitos políticos institucionalizados (CARDOSO, 1975, p. 182-183).

Nessa obra Cardoso discute, ainda, como o arranjo político que instituiu o "tripé econômico" erigido entre o capital estatal e os capitais privados nacional e internacional contribuiu tanto para a emergência do "milagre econômico" (1968-1973) quanto – depois de escasseados os fluxos de capitais internacionais em decorrência da crise do petróleo (1973) – para explicitar as "fissuras no bloco de poder" a serem aproveitadas para ampliar a oposição ao regime (CARDOSO, 1975).

Os motivos que ainda fariam com que os industriais continuassem a apoiar a ditadura também foram mencionados pelo sociólogo. Ao discutir os problemas políticos consequentes da singularidade que as ideias liberais assumiram no país até aquele momento, Cardoso infere que, no Brasil, os liberais,

> raramente têm aceito o ônus do liberalismo [...]. Derrubados regimes ou governos considerados pelos liberais como autoritários (como o de Vargas em 45) ou burocrático-populistas (como o de Vargas em 54 e Goulart em 64), eles próprios foram os primeiros a apelar e confiar na qualidade mediadora das Forças Armadas e do estado – e em sua capacidade repressiva – reforçando, assim, na prática, a concepção do Estado protetor (CARDOSO, 1975, p. 177).

Fernando Henrique Cardoso argumentava, portanto, que as facções políticas ligadas ao capital privado nacional, depois de economicamente desprestigiadas ante a retração dos fluxos de capitais internacionais, embora tivessem apoiado o golpe de 1964, depois da crise do petróleo, tinham poucos motivos para continuar a apoiar o regime (CARDOSO, 1975).

Em **O modelo político brasileiro** (1972), Cardoso já havia ressaltado a indisposição dos "liberais" no Brasil em arcar com o "ônus do liberalismo", lembrando que o empresariado brasileiro abdicara da sua condição de força hegemônica no interior do bloco de poder que

conduziu os militares ao Palácio do Planalto em 1964. O sociólogo afirmava, desse modo, que a reiteração da sua condição de "sócio-menor" também em termos políticos, e não somente econômicos, comprovava-se na sua predisposição em abrigar-se das tormentas do mercado entre as escoras do "Estado protetor", inclusive quando este se apresentava, ou talvez justamente por isso, como uma solução autoritária para os problemas econômicos.

2.3. Democracia e autoritarismo na produção intelectual de Cardoso

Quanto ao autoritarismo que historicamente enviesou, abertamente ou não, a dominação social sob a modernização capitalista no Brasil, o historiador José Carlos Reis – tal qual José Luís Fiori, em 1994 – na comparação que estabeleceu, em 1999, entre a obra do sociólogo Fernando Henrique Cardoso e a sua prática política como presidente, inferiu que,

> na nossa perspectiva, defini-lo como burguês ou intelectual orgânico da burguesia não é uma definição pejorativa e negativa. [...] Ele oferece à burguesia uma representação de si mesma que não é autoritária, mas democrática, pluralista, de uma classe social que acumula capital extraindo mais-valia relativa (REIS, 1999, p. 255).

Próximo dessa compreensão, David Lehmann depreendeu que "no Brasil, a influência de Cardoso foi mais política que teórica", além de concluir que "é provável que Cardoso considere a 'escola de dependência' como algo que coloca antes um problema político que um problema intelectual sério" (LEHMANN, 1986, p. 32-34). Note-se que Lehmann também atribuiu certo protagonismo político a Fernando Henrique Cardoso na década de 1970, quando este, segundo o autor, teria galvanizado forças políticas "liberais" e "radicais" em torno da oposição ao regime militar, como demonstra a citação a seguir:

> A partir de meados dos anos 70 suas intervenções orientaram o discurso da **oposição radical** no sentido de afastá-la da desconfiança com relação à democracia (como algo burguês ou formal) e encaminhá-la para um **diálogo com o discurso liberal** dos interesses empresariais que, mais ou menos desde 1977, exigiam de modo cada vez mais estridente o fim do regime militar e o retorno a democracia. Estes grupos, com sua democracia mercadológica da propriedade privada, colocavam um sério problema para os que se identificavam com a **tradição marxista** ou que se

> lembravam do apoio dado por eles ao golpe militar de 1964 a 1968 (LEHMANN, 1986, p. 34). (grifos meus)

Acrescentando à constatação de Lehmann, acerca da influência política da obra de Cardoso na década de 1970, a apreciação que o historiador José Carlos Reis elaborou sobre a prática política do sociólogo na presidência, é possível estabelecer significativas balizas no interior desse contexto linguístico (POCOCK, 2003), de maneira a favorecer a identificação dos contornos da prática política do mandatário, assim como do "espaço semântico" (KOSELLECK, 2006) em que as reflexões que a orientaram foram elaboradas. De acordo com José Carlos Reis, o então presidente,

> [...] na medida em que se especializou na burguesia e se tornou um seu assessor [sic] e informante, ele, por um lado, tornou-se aliado e cúmplice da sua ação autoritária e excludente e, por outro, tornou-se um "civilizador da burguesia", seu professor de democracia, de tolerância e de simpatia pelos excluídos (REIS, 1999, p. 265).

Ao definir a prática política do então presidente, o "civilizador da burguesia" (REIS, 1999), nos termos daquilo que seria o objeto de sua ação política, pode-se inferir que a análise do historiador caracterizou a ação do governante como aquela que estaria movida pelo benfazejo impulso democratizante, capaz de cumprir um papel civilizador em sua aliança política junto àquele que fora o seu objeto de estudo privilegiado, o empresariado industrial brasileiro.

Com os olhos na atuação histórica atribuída a esse ator político, que se associou aos militares para a derrubada do presidente João Goulart em 1964, José Carlos Reis depreende que, em sua missão "civilizatória", Cardoso foi de "aliado" a "cúmplice" do autoritarismo praticado pelos grupos políticos que, historicamente, gravitaram por entre as esferas governamentais do Estado brasileiro. Ou seja, o usual autoritarismo do Estado brasileiro obteve, com o governo de Cardoso, um aliado e, na pior das hipóteses, um cúmplice. Assim, a responsabilidade de Fernando Henrique Cardoso sobre o autoritarismo das práticas políticas governamentais no momento em que esteve à frente do Estado brasileiro foi, para o historiador, no máximo indireta, posto que "cúmplice" dessa prática, sem, portanto, identificar no presidente o ator político que, diretamente, teria recorrido a tais práticas para governar, como se observou em outros momentos da história republicana brasileira.

Desse modo, o impulso civilizador de que estaria imbuída a prática política de Cardoso decorreria do interesse, além da presumida capacidade, em demonstrar aos industriais brasileiros que a dominação social sob a égide do capitalismo pode realizar-se sem a restrição ou, até mesmo, a supressão formal dos direitos políticos dos cidadãos, como historicamente se verificou no país.

Na compreensão de Fernando Henrique Cardoso, os ideais afiançados pela rubrica do liberalismo no Brasil sempre gozaram de sólidas e históricas adesões, como o disse em **As ideias e seu lugar (1980)**, ao rebater a argumentação elaborada por Roberto Schwarz, em **As ideias fora do lugar (1977)**. O raciocínio do crítico literário, ao analisar a obra de Machado de Assis, levanta a problemática da convivência dos ideais do liberalismo político – como a consagração das garantias e liberdades individuais, por exemplo – com o histórico clientelismo instituído pelo "colonialismo" português e perpetuado nas tradicionais práticas políticas do "favor" (SCHWARZ, 1977).

Roberto Schwarz preocupou-se, assim, em demonstrar a maneira pela qual as elites políticas identificadas com o arbítrio da escravidão no Brasil apropriaram-se dos ideais do liberalismo, "importado" da Europa, e o travestiram para a justificação das suas tradicionais formas de dominação. Isso faria do léxico liberal no país, no mínimo, um "traje apertado". Com isso, o autor depreende que, ao aportarem na América portuguesa e se depararem com as práticas que permeavam a escravidão, esses ideais sofreram um deslocamento que caracterizaria a forma singular com que o liberalismo foi apreendido e utilizado politicamente no Brasil. Conforme Schwarz,

> O escravismo desmente as ideias liberais; mais insidiosamente o favor, tão incompatível com elas quanto o primeiro, as absorve e desloca, originando um padrão particular. [...] No processo de sua afirmação histórica, a civilização burguesa postulara a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho etc. O favor, ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais. [...] O mesmo se passa no plano das instituições, por exemplo, com burocracia e justiça, que embora regidas pelo clientelismo, proclamavam as formas e teorias do estado burguês moderno. [...] Aí a novidade: adotadas as idéias e razões européias, elas podiam servir e muitas vezes serviam de justificação, nominalmente "objetiva", para o momento de arbítrio que é da natureza do favor. Sem prejuízo de existir, o antagonismo se desfaz em fumaça e os incompatíveis saem de mão dada. Assim, com método, atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio, etc. Combinando-se à prática de que em princípio seria a crítica, o Liberalismo fazia com que o pensamento perdesse o pé. (SCHWARZ, 1977, p. 154-155).

Para Fernando Henrique Cardoso, ao contrário, o liberalismo cumpriu na América portuguesa, tanto quanto na Europa, o contraponto histórico às tradicionais formas de dominação a que Schwarz se referiu. Expressão de ideais que teriam capacidade de promover uma ação política transformadora da sociedade brasileira, Cardoso compreende a influência do liberalismo no processo histórico do país tal qual analisada por Florestan Fernandes em **A revolução burguesa no Brasil (1978)**.

A reflexão no interior da "escola de sociologia paulista" (MOTA, 1978) não negligenciava a peculiaridade do pensamento liberal no Brasil. Identificaram, assim como Roberto Schwarz (1975), que o seu caráter oligárquico se evidenciou na utilização que aqui se fez destes ideais para a manutenção de formas tradicionais de dominação social. Conquanto, para Florestan Fernandes, a influência do liberalismo político no Brasil não se resumia à sua dimensão oligárquica. Existiria outra esfera, evidenciada no papel que esses ideais promoveram no processo histórico que culminou em 1822 que "não obstante a forma em que se desenrolou, constituiu a primeira grande revolução social que se operou no Brasil" (FERNANDES, 1978, p. 31).

Dessa maneira, a despeito de sua forma oligárquica, os ideais do liberalismo no Brasil também haveriam de ampliar a dimensão do seu caráter libertário – contido em seu impulso "original" –, com potencial de ampliar os espaços públicos da prática política democrática e pluralista no Brasil e, historicamente, poderia vir a se contrapor com mais vigor ao seu antípoda, de cunho mais utilitário que emancipatório. Essa é, inclusive, uma das compreensões que permite filiar a reflexão de Cardoso à "escola de sociologia paulista" (ROMERO, 2002), cujo principal mentor e expoente foi o sociólogo Florestan Fernandes, professor, colega de profissão e amigo de Fernando Henrique Cardoso. Ao apontar para a indisposição dos liberais no Brasil em arcar com os custos do liberalismo, Cardoso referia-se, portanto, à dimensão oligárquica e arbitrária que a influência do liberalismo no Brasil também expressava. Dessa forma, exclamava Cardoso,

> o idealismo das Constituições, o utopismo como estilo de análise, a prevaricação cotidiana dos ideais para a manutenção de uma parcela de poder, caracterizam o liberalismo caboclo. Liberalismo castrado, porque temeroso quase sempre da organização efetiva da sociedade civil e da participação (CARDOSO, 1975, p. 177).

Depreende-se, com isso, que a percepção de Cardoso sobre a atuação histórica da prática política do empresariado brasileiro é dinâmica. Ou seja, compreendia o sociólogo que esse ator histórico não estava fadado a inclinar-se em favor de soluções autoritárias para a resolução das dificuldades na reiteração dos seus vínculos com os países centrais do sistema capitalista. Entende-se, portanto, que, para Cardoso, mantida a participação política nos moldes das democracias ocidentais, os industriais brasileiros poderiam reconhecer a legitimidade da participação política de outras classes sociais – como a do operariado, por exemplo – e, assim, arcar com o "ônus do liberalismo", sem colocar em xeque ou ter de continuar hipotecando a sua hegemonia no arranjo histórico da dominação local às Forças Armadas, como o fizeram em 1964.

Em relação à influência política das obras do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, importa mencionar, certamente, que a sua produção intelectual – particularmente depois da publicação do livro **Autoritarismo e democratização**, em 1975 – também exibiu a influência política do contexto histórico que caracterizava o país naquele momento. Especialmente a partir da segunda metade da década de 1970, quando se observou o processo que contribuiu para instituir a valorização do enfrentamento político-institucional como a principal estratégia a ser privilegiada para a oposição à ditadura civil-militar.

O historiador Rodrigo Motta salienta o radicalismo de um grupo – posteriormente designado como os "autênticos" – do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que já a partir de 1968 – e não somente a partir de 1973-74 como a literatura especializada usualmente delimitou – se opôs com veemência ao arbítrio da ditadura inaugurada em 1964. Motta assinala ainda que, a partir de 1973, a aproximação que se verificou entre o CEBRAP e o MDB, "trouxe ao MDB não só mais consistência e sofisticação programática, mas um apoio simbolicamente significativo para conquistar respeitabilidade entre a *intelligentsia*" (MOTTA, 2007, p. 286-295).

Com a assunção de Ernesto Geisel à frente do Estado ditatorial no Brasil, entre os anos de 1975 e 1979 – logo após a mencionada crise do petróleo e o fim do "milagre econômico", a prática política governamental pautou-se pela enunciação do ato de fala cujo eco ainda hoje ressoa entre os ouvidos de todos os brasileiros. A *performance* palaciana foi institucionalizada na prática governamental do **projeto de abertura lenta, gradual e segura**, de modo a permitir que **A volta aos quartéis** (ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1995) não implicasse em prejuízos ao *aggiornamento* que a "revolução gloriosa" de 1964 promoveu em relação à primeira "revolução" irrompida na República brasileira, a de 1930.

Segundo o jornalista Elio Gaspari – proprietário dos arquivos pessoais de Ernesto Geisel – constam do currículo do general as participações no movimento tenentista, durante a década de 1920; no movimento político-militar que conduziu Getúlio Vargas ao Estado brasileiro em 1930 – designado, inclusive pela historiografia, como "Revolução de 1930" –, assim como na "Revolução Gloriosa" inaugurada com o golpe civil-militar de 1964 (GASPARI, 2002).

Ernesto Geisel ligava-se a Castelo Branco, general que protagonizou o golpe de 1964, e cujo nome designou o grupo de militares – os "castelistas" – que tiveram de lidar com as resistências do seu congênere, o grupo designado como "linha dura", à consecução do projeto de abertura. Em obra intitulada **Labirintos: dos generais à nova República (1996)**, dedicada à análise da transição política da última ditadura brasileira, o cientista político Brasílio Sallum Jr. define a abertura de Geisel como um projeto de "liberalização do regime", interessado em permitir o retorno dos civis à frente do comando do Estado brasileiro, sem, com isso, abdicar da sua ingerência sobre as práticas políticas governamentais. O autor enfatiza que a mobilização social, especialmente a sindical, extrapolou os limites do projeto de abertura concebido por Geisel (SALLUM JR., 1996).

Nesse sentido, sobre a relação entre o projeto de abertura política de Geisel e a atuação política da oposição ao regime, Fernando Henrique Cardoso, que em 1978 pleiteava sua vaga ao Senado como suplente de Franco Montoro pelo MDB, em entrevista conferida à **Revista IstoÉ**, intitulada **O candidato Cardoso**, afirmou,

> neste momento em que tudo é fluido surge uma proposta – que vem, é verdade, das classes dirigentes, mais ainda, do setor – mas se essa proposta abre uma conjuntura que permite **acelerar o passo das transformações**, se essa proposta obriga o setor oficial que está no poder a fazer mais e mais concessões, então você tem de agarrar essa proposta (CARDOSO, 2010, p. 35). (grifos meus)

Depois de indagado sobre quais mazelas ainda pesavam sobre o país e que seriam responsáveis por perpetuar a "desigualdade na sociedade brasileira", o sociólogo, então candidato do MDB, respondeu com acuidade,

> Até hoje [1978] pesa, sobre nós, a escravidão. **Somos uma sociedade autoritária**. Em nossas relações, somos ao mesmo tempo cordiais e autoritários. Isso é escravidão. O autoritarismo político é reforçado pelo autoritarismo social. Esse é um

> caráter bem anterior aos nossos dias. Além do que, **somos um país** que teve a sua transformação econômica, empresarial, **sem a revolução burguesa no sentido pleno da palavra**. Tudo se deu num tremendo **sistema de acomodação das classes dominantes. É um autoritarismo para baixo, enquanto é conciliador ao nível da classe dominante.** (CARDOSO, 2010, p. 35). (grifos meus)

Recuperando o argumento acerca da influência política da obra de Cardoso nesse contexto histórico, de acordo com David Lehman, o trânsito político do sociólogo não se absteve de buscar o apoio para o enfrentamento ao regime junto aos grupos que, em 1964, haviam apoiado o golpe civil-militar. A perspectiva em favor do enfrentamento político-institucional como estratégia de oposição ao regime ditatorial na década de 1970 teria, assim, de acordo o autor, contado com a decisiva colaboração de Cardoso. Segundo Lehmann,

> uma análise de sua atuação no contexto brasileiro dos anos 70 nos leva a acreditar que ele de fato **operou uma mudança imperceptível mas crucial no discurso da oposição política**, que pode ter desempenhado um papel essencial na transição muito gradual por que passou o país, da ditadura militar a um governo (mais ou menos) de oposição (LEHMANN, 1986, p. 33). (grifos meus)

Em 1994, por sua vez, José Luís Fiori apontava para aquela que viria a se constituir em uma das questões de crescente repercussão no interior do debate político acerca do governo Fernando Henrique Cardoso. O economista reitera que a produção intelectual do sociólogo até o final da década de 1970 denunciava o caráter espoliador e autocrático da modernização capitalista no Brasil, ao mesmo tempo em que se esforçava por,

> demonstrar que esta "situação estrutural" não impedia o crescimento econômico nem o associava necessariamente a um só modelo social e político. Concluindo, logo antes de entrar para a vida política, que o caráter predatório, excludente e autoritário do capitalismo brasileiro era a marca própria que a coalizão conservadora de poder imprimira ao Estado desenvolvimentista brasileiro[34].

[34] FIORI, José L. Os moedeiros falsos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 de jul. 1994.

Fernando Henrique Cardoso ingressa na esfera institucional da política brasileira em 1978, como suplente do Senador Franco Montoro (PMDB-SP)[35]. De acordo com o breve currículo que Bernardo Sorj elabora em seu livro sobre o sociólogo, tem-se a seguinte definição: "militante, no início dos anos 50, na luta pela nacionalização dos recursos naturais e exploração do petróleo, simpatizante do Partido Comunista, renovador da sociologia marxista, socialista declarado ainda na década de 1980 [...]" (SORJ, 2001, p. 115).

Desse modo, pode-se inferir que a influência política da obra de Cardoso na década de 1970 no Brasil contribuiu para ensejar um consenso munido de um sentido progressista em relação à atuação política do intelectual engajado na oposição democrática ao regime militar e "otimista" (SORJ, 2001; REIS, 1999;) em relação às "situações de dependência" dos países periféricos (CARDOSO; FALETTO, 1973). Ou seja, um intelectual portador de uma perspectiva favorável acerca da capacidade política dos atores históricos das economias periféricas de empreenderem as suas vinculações com os países centrais de maneira a propiciar relações sociais que, se não forem capazes de ensejar um reposicionamento mais vantajoso da economia local no âmbito das suas relações com os países centrais, ao menos seja suficientemente propício para a manutenção do dinamismo das economias periféricas por meio do aporte de capitais internacionais.

Nesse sentido, o significado político da produção intelectual de Cardoso, elaborada ao longo das décadas de 1960 e 1970, pode ser problematizado em dois aspectos. Por um lado, constitui-se como uma premissa orientada para a otimização das relações de dependência econômica, a ser ensejada nos momentos mais oportunos para a captação de recursos internacionais. E, por outro, em uma apreciação positiva acerca do que poderia vir a significar o processo de modernização capitalista nos países periféricos.

Sobre a prática política que caberia ao intelectual Cardoso afirmou, em outras duas entrevistas concedidas em 1978, que "ser intelectual é problematizar. O mundo mudou. Estamos marchando para o século XXI e não temos teoria para isso", e que "o intelectual coloca questões, formula opções, visões de futuro. Mas essa imagem precisa estar enraizada no real" (CARDOSO, 2010, p. 60-61). Desse modo, o referido consenso em torno de Fernando Henrique Cardoso apresentou-se, essencialmente, sob a forma de uma percepção positiva acerca da habilidade política com que o sociólogo engajado na luta contra a ditadura civil-militar transitou, à esquerda e à direita, entre os diferentes atores históricos e forças políticas durante a década de 1970 no Brasil. Compartilhava-se, desse modo, a compreensão

[35] Para o relato do próprio ex-presidente sobre o seu ingresso na política cf. Fernando Henrique Cardoso (2006, p. 31-75).

de que a ação "civilizadora" (REIS, 1999) da sua prática política se projetava por entre as diversificadas facções políticas existentes no país, munida de um sentido progressista.

2.4 A modernidade brasileira entre otimismos e pessimismos

Em texto intitulado **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**, publicado em 1998 na coleção **História da vida privada no Brasil**, as características do autoritarismo dos projetos de dominação social, política e econômica no Brasil também foram analisadas por Fernando Novaes e João Manuel Cardoso de Mello. Nele, os autores desenvolvem o seu raciocínio assumindo como ponto de partida da sua investigação o objetivo de compreender "o otimismo presente na sociedade brasileira entre 1950 e 1979 pela crença de que poderíamos nos constituir como nação moderna" (NOVAES; MELLO, 1998, p. 561).

Interessados em apreender as implicações das relações de dependência econômica do Brasil sobre as formas de sociabilidade no país, os autores se valem do conceito de modernidade[36], articulando-o com os processos de modernização capitalista e com a difusão dos valores modernos na Europa Ocidental. Assim, de acordo com Novaes e Mello,

> historicamente, a modernidade resulta e avança por meio da tensão permanente entre o conjunto de valores mercantis, utilitários, propriamente capitalistas, e o outro conjunto de valores, fundamentados seja religiosa, seja secularmente. Mais ainda: são os valores modernos não mercantis, não capitalistas que, corporificados em instituições (a democracia de massas, a escola republicana, as igrejas, a família cristã etc.), põem freios ao funcionamento desregulado e socialmente destrutivo do capitalismo (NOVAES; MELLO, 1998, p. 606-607).

Nessa compreensão haveria, portanto, uma "tensão permanente" entre a defesa dos valores modernos, compreendidos nos termos "da autonomia, dos direitos do cidadão, da igualdade real, da educação republicana", e os efeitos da desorganização social provocada pelo desenvolvimento econômico de tipo capitalista. Porém, em relação ao caso brasileiro, "[...] é essa conjunção marcada por tensões que, como dissemos, não se configura no Brasil.

[36] Sobre a leitura marxista do conceito de modernidade cf. BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

Isto tem, evidentemente, profundas raízes históricas, antes de mais nada no caráter do nosso catolicismo. [...]" (NOVAES; MELLO, 1998, p. 607).

Depois da chegada de Cardoso à presidência da República em 1994, as apreciações sobre a sua prática política passaram, cada vez mais, a associá-lo às práticas historicamente relacionadas ao tradicional autoritarismo presente nas "iniciativas governamentais" (CARDOSO, 2006) do Estado brasileiro. Assim, ao evocar a clássica metáfora de Maquiavel – sobre a *virtú* e a *fortuna* necessárias ao príncipe que deseja êxito na sua tarefa de chegar, manter e conduzir o Estado –, o texto de José Luís Fiori apontava, em 1994, para o sentido e a perspectiva de muitas das comparações sobre a prática política do presidente e do sociólogo que foram elaboradas desse momento em diante. Referindo-se, portanto, a Cardoso como "o *condottiere* da burguesia industrial brasileira" que tanto pesquisou, Fiori assinala a perspectiva de muitas das críticas e defesas presentes, entre os anos de 1994 a 2002, no interior do debate político acerca do governo Fernando Henrique Cardoso.

Em 13 de dezembro de 1997, a um ano do fim do primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso e depois de aprovada a emenda constitucional que lhe permitira concorrer à reeleição, o jornal Folha de S.Paulo publicou uma resenha intitulada **O fim dos anos dourados** (1997), de autoria do economista da USP, Paul Singer, sobre o livro que José Luís Fiori acabara de lançar. Com o mesmo título do texto publicado em julho 1994, o livro era fruto de um conjunto de ensaios, conferências e entrevistas produzidos do lançamento do Plano Real até aquele momento. Paul Singer enfatiza as considerações de Fiori sobre a subordinação das economias periféricas aos interesses do capital especulativo e reforça que,

> Fiori mostra o tempo todo como os planos de estabilização apoiados em âncora cambial dependem crescentemente da disponibilidade de capitais externos, que de forma alguma estava e está garantida. O Plano Real não apresenta qualquer originalidade a este respeito e sua vulnerabilidade à especulação financeira está bem retratada[37].

Nesse momento, algumas comparações acerca da prática política do presidente e do sociólogo passaram a enfatizar a ambiguidade concernente à prática política do então presidente reeleito, como detectou José Carlos Reis (1999) no início do segundo mandato de Cardoso. Quando da sua eleição em 1994, o consenso criado em torno da ação "civilizatória"

[37] SINGER, Paul. O fim dos anos dourados. **Folha de S.Paulo**. 13 dez. 1997.

da prática política do sociólogo durante a década de 1970 já exibia uma inflexão significativa. As comparações entre a prática política do atual presidente e a do sociólogo do passado exibiam, agora, uma percepção essencialmente negativa da diferença que passaria a existir entre ambas. Ressalte-se, contudo, que essa inflexão não subsumiu em si o sentido progressista que pairava sobre a figura de Cardoso antes do seu ingresso para a política institucionalizada no Estado brasileiro.

Tal percepção se avolumou na medida em que transcorreu o primeiro mandato presidencial de Cardoso. Algumas delas também recorreram à metáfora de Maquiavel, como o fez José Luís Fiori, e passaram a expressar uma compreensão que opunha a, antes virtuosa, prática política do sociólogo a, dali em diante, desafortunada atuação política do presidente que chegara ao Palácio do Planalto em 1994 e fora reeleito em 1998.

Dessa forma, a prática política até então atribuída a Cardoso a partir da década de 1970, foi caracterizada como se estivesse munida de um papel "civilizatório" (REIS, 1999) que lhe permitiu – à esquerda e à direita (LEHMANN, 1986) – apresentar-se democraticamente para a condução do país à modernidade capitalista. Depois de eleito, as diversificadas críticas endereçadas ao mandatário, por meio do contraste entre a prática política do presidente reeleito e a do sociólogo do passado, foram assumindo destaque cada vez maior no interior do debate sobre a prática política governamental de Cardoso.

O próprio Fernando Henrique Cardoso saiu em defesa do seu governo em livro publicado em 1998. Resultante de uma série de entrevistas concedidas no Palácio do Planalto a Roberto Pompeu de Toledo, seu título, **O presidente segundo o sociólogo** (1998), era sintomático da repercussão que as comparações sobre a prática política do governante adquiriram desde a sua vitória eleitoral em 1994.

Nessa ocasião, mais precisamente, em 31 de outubro de 1994 – depois, portanto, da vitória de Fernando Henrique Cardoso, já no primeiro turno, das eleições presidenciais realizadas em três de outubro de 1994 – o jornal Folha de S.Paulo publicou o texto em que Florestan Fernandes teceu a sua primeira comparação acerca da prática política de Cardoso. Tal qual Fiori, o mentor da escola de sociologia paulista, em texto intitulado **O novo presidente** (1994), compara os atributos intelectuais e políticos do sociólogo de outrora às inflexões que se evidenciaram em decorrência da sua opção por aliar-se àqueles que denominou de "paladinos da reação"[38]. O amigo e ex-professor do atual presidente da República referia-se, com essa expressão, à aliança do partido do presidente recém-eleito, o

[38] FERNANDES, Florestan. O novo presidente. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 31 out. 1994.

PSDB, com o de Antônio Carlos Magalhães, o PFL, cuja origem se remetia ao antigo ARENA, agremiação criada pelos militares para lhe granjear o apoio político à ditadura civil-militar instaurada no Brasil com o golpe de 1964. Tradicional cacique político baiano, Antônio Carlos Magalhães, o ACM, representava, na década de 1990, o que havia de mais característico do renitente "liberalismo caboclo" criticado por Cardoso (1975) no passado.

A comparação tecida por Florestan Fernandes realiza-se, portanto, sob a crítica ao antigo aluno que havia se transformado em uma "imprevista decepção". Não que a aliança não fosse notória desde o lançamento da candidatura de Cardoso. A imprevisibilidade assinalada por Florestan Fernandes consistia, no entanto, em concluir que Cardoso estava disposto a aliar-se aos grupos políticos contra os quais ambos tiveram de lutar e se opor e que, em um passado não muito distante, ligavam-se aos militares que os aposentaram compulsoriamente de suas cátedras na Universidade de São Paulo. Assim, Florestan Fernandes contrastou a prática política de Cardoso da seguinte maneira:

> no início, foram seu talento, simpatia e capacidade de trabalho que me evidenciaram uma rara vocação sociológica. A qualidade de sua produção animou-me não só a convidá-lo, mas a formar com ele e com Octavio Ianni a cúpula da cadeira. Não travamos atritos amargos. Ao contrário, prevaleciam influências mútuas criativas. Só recentemente sofri decepção imprevista. Foi perturbador vê-lo conformar-se com o bloco político de sustentação da ditadura e dos paladinos da reação[39].

Florestan Fernandes havia se filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) visando, em 1986, participar da elaboração da Constituição promulgada em 1988. No texto publicado pelo jornal Folha de S.Paulo, em outubro de 1994, o professor explicitou a disposição que existia, por volta do final da década de 1970, em reunir, sob uma só sigla partidária (CARDOSO, 2006) as duas principais forças políticas que disputavam o pleito de 1994, o PSDB de Fernando Henrique Cardoso e o PT, de Luís Inácio Lula da Silva. Por esse e outros motivos, Florestan Fernandes justificou o fato de até então não ter tornado públicas as críticas que ora – depois de Cardoso eleito – trazia à tona. Assim, declarou Florestan Fernandes,

> durante a campanha presidencial enfrentei várias pressões, algumas cobrando críticas imediatistas a Fernando Henrique Cardoso. Entendo que pertencemos a

[39] FERNANDES, Florestan. O novo presidente. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 31 out. 1994.

> partidos que poderiam ser convergentes. Mas, tomaram vias opostas, o que **me obrigava ao silêncio**[40]. (grifos meus)

Depois de se referir aos programas de estabilização econômica – mencionados por José Luís Fiori há poucos meses – como "uma tendência daninha, pelo que se observa na Europa, América Latina e Ásia", Florestan Fernandes estabeleceu os parâmetros da sua comparação acerca da prática política do então presidente e do sociólogo do passado. Salientando o caráter conservador da aliança de Cardoso com o PFL e afinando o tom da sua crítica ao proferido por José Luís Fiori, o ex-professor do presidente relembra o sentido "autocrático" da dominação burguesa no Brasil, como investigou naquela que, provavelmente, foi uma de suas obras mais divulgadas, **A revolução burguesa no Brasil (1978)** e, não sem pesar, contundentemente disparou contra Fernando Henrique Cardoso,

> **temos frente a frente o grande cientista social e o político que tenta transmutar-se em estadista**. Espero que vença a prova. Isso é difícil, pois envolve a perversão da social democracia e a debilitação do PSDB. Sugere que, infelizmente, Fernando Henrique Cardoso está ansioso por ocupar o poder, ao mesmo velho estilo das elites, suscitando duas perguntas: o quinhão em perspectiva vale o sacrifício feito? **A aliança assegura a solução dos problemas e dilemas sociais, econômicos e raciais seculares do Brasil?** Duvido. Mas a sorte está lançada! Só nos resta esperar aonde conduz tão extravagante "conciliação pelo alto"[41].

O significado histórico da eleição presidencial de Cardoso atribuído por Florestan Fernandes remete, assim, o "novo presidente" às práticas políticas governamentais tradicionalmente empenhadas em conduzir os processos de transformação social no país sem a "ingerência" da participação política popular. Caracterizada nos termos da usual "conciliação pelo alto", ou seja, pelo sentido histórico da exclusão política, social e econômica a que tais práticas submeteram a formação social brasileira desde os primórdios da sua constituição com a colonização portuguesa na América, Florestan Fernandes impinge, já em 1994, um sentido essencialmente negativo à perspectiva da atuação política de Cardoso como presidente da República do Brasil.

Com isso, o expoente da escola de sociologia paulista aproxima a sua crítica da de Fiori, que também compreende o papel histórico do "novo presidente" como o mais recente

---

[40] FERNANDES, Florestan. O novo presidente. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 31 out. 1994.
[41] Idem.

condottiere[42] da, assim designada por Florestan Fernandes, "conciliação pelo alto" que, historicamente, caracterizou a dominação social no país.

Em uma apreciação bastante aproximada da compreensão de Florestan Fernandes, Luiz Werneck Vianna também elaborou a sua caracterização do contexto histórico que marcava os meses que antecederam a primeira eleição presidencial de Fernando Henrique Cardoso. Em texto intitulado **1964 (1994)** e que, assim como o de José Luís Fiori, também foi publicado em julho de 1994, o cientista político – à época membro do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro) – analisou este processo histórico também em outro texto, intitulado **Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira (1996)**, e publicado em 1997, no livro **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil** (VIANNA, 1997).

Para Luiz Werneck Vianna, na sua especificidade, "a modernização conservadora à brasileira" também evidenciava o seu caráter autoritário na lógica do "conservar mudando" (VIANNA, 1997), explicitada na prática política governamental da história republicana no Brasil especialmente nos momentos em que irromperam as ditaduras do Estado Novo e a que a sucedeu à deposição do presidente João Goulart (1961-1964). Recorde-se que os dois processos históricos também haviam sido mencionados por Cardoso quando, na obra **Autoritarismo e democratização** (1975), aludiu à recusa, daqueles que se apresentavam como depositários dos ideais do liberalismo político no Brasil, em aceitar a participação política como um princípio democrático.

Esses foram, justamente, os períodos aludidos pelo professor Luiz Werneck Vianna, no texto de julho de 1994, para externar o sentido das suas expectativas quanto ao significado do processo histórico vindouro que contaria, pela primeira vez, com a presidência de um sociólogo. O professor analisou o significado das duas ditaduras que caracterizaram a história do Brasil republicano como processos históricos que expressaram distintas modalidades da mesma modernização conservadora que tradicionalmente enviesou a prática política governamental no país, orientada pela lógica do "mudar para conservar" (VIANNA, 1997, p. 12-24).

Já na contundência da comparação promovida pelo título do seu texto, **1964**, Luiz Werneck Vianna aproximou sua perspectiva em relação aos tempos vindouros da histórica trajetória em que se apresentaram, no Brasil, os modelos de modernização conservadora. Dessa forma, o quadro analisado pelo cientista político apontava para a identificação do

[42] FIORI, José Luís. Os moedeiros falsos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 jul. 1994.

histórico sentido autoritário que as práticas políticas governamentais imprimiram às suas modernizações conservadoras, em um passado não muito remoto.

Luiz Werneck Vianna apontava para os efeitos desagregadores que os processos de modernização capitalista haviam gerado no país. Uma de suas implicações teria residido na constituição de uma sociedade "inorgânica", ou seja, com dificuldades para a constituição de laços de solidariedade de política que não ultrapassem o plano do interesse individual e utilitarista. Desse modo, ao contextualizar as implicações resultantes das modernizações conservadoras inauguradas em 1930 e 1964 para o contexto histórico do país na década de 1990, o cientista político depreende que,

> foi o processo de transição à democracia que revelou os efeitos da americanização "pelo alto" conduzida pelo regime militar – a degradação do público não somente na esfera estatal, mas também na própria sociedade civil, em que a dimensão do interesse se aparta da dimensão da opinião, reduzindo-se a vida associativa a uma confraria inorgânica de interesses corporativos para a qual inexiste, salvo como retórica de legitimação, o horizonte da política e do interesse geral. Ensaia-se, hoje, a lenta sedimentação de uma nova cultura política, que, partindo do mundo dos interesses da grande maioria se invista de uma expressão pública a fim de transformar as relações entre a sociedade e seu Estado. Nesse caminho, trata-se de traduzir e elevar ao plano da política a tumultuada democratização societária, fruto imprevisto da obra do regime militar, **convertendo interesses em direitos e demandas sociais em reformas públicas que democratizem o Estado** (VIANNA, 1994).

Fernando Novaes e João Manuel Cardoso de Mello, ao problematizarem, em 1998, a questão acerca dos tipos de modernização capitalista exequíveis, ou vislumbrados como tais, no contexto histórico brasileiro da década de 1960, também evidenciaram a proximidade da sua compreensão à percepção esboçada por Florestan Fernandes e analisada por Luiz Werneck Vianna em 1994. Ao explicitar a sua compreensão acerca do conjunto de significados encerrados nas disputas que envolveram os atores históricos naquele período, Novaes e Mello concluíram que o que se colocava em discussão às vésperas do golpe de 1964 não dizia respeito à opção pela industrialização ou não.

No entendimento desses autores, a questão que se levantava na década de 1960 era se o processo de modernização capitalista no Brasil se constituiria enviesado pela contraposição entre os valores modernos e seculares e os valores capitalistas centrados em uma visão utilitária das relações sociais (NOVAES; MELLO, 1998). Ou seja, nos termos em que o professor Werneck Vianna se valeu para refletir sobre o contexto histórico do país na década

de 1990, se a modernização capitalista no Brasil durante a década de 1960 instituiria o contraponto dos valores modernos à "confraria inorgânica dos interesses corporativos", capaz de tornar o processo de democratização social uma prática efetiva. Dessa forma, para Novaes e Mello,

> o embate não dizia respeito à defesa do que já ficara sepultado no passado, a economia exportadora e a sociedade agrária, não colocava em tela de juízo a necessidade ou não de industrialização. O que estava em jogo, isto sim, eram dois estilos de desenvolvimento econômico, dois modelos de sociedade urbana de massas: de um lado um capitalismo selvagem e plutocrático; de outro, um capitalismo domesticado pelos valores modernos de igualdade social e de participação democrática dos cidadãos, cidadãos conscientes de seus direitos, educados, verdadeiramente autônomos, politicamente ativos. [...] Portanto, 1964 representou a imposição, pela força, de uma das formas possíveis de sociedade capitalista no Brasil (NOVAES; MELLO, 617-618).

Assim, no Brasil, a partir da década de 1950, quando da industrialização "acelerada" do seu sistema produtivo, o processo de modernização capitalista teria suprimido a "etapa" de assimilação dos valores modernos no país. As consequências desse processo sobre as formas de sociabilidade teriam resultado em uma formação social "exposta ao impacto da indústria cultural, centrada na televisão" e, com isso, "a sociedade brasileira passou diretamente de iletrada e deseducada a massificada, sem percorrer a etapa intermediária de absorção da cultura moderna" (NOVAES; MELLO, 1998, p. 640).

Dessa forma, especialmente na década de 1970, Novaes e Mello apreenderam um processo de modernização capitalista no Brasil cujos vetores referentes aos valores e às práticas utilitárias próprios do sistema capitalista se demonstraram bastante "dinâmicos" em oposição àqueles que seriam capazes de ensejar a consolidação do processo de democratização social no país e, assim, concluíram que,

> Estamos, portanto, diante de um capitalismo plutocrático, mas extremamente dinâmico. Vivemos, entre 1967 e 1979, um período de altas taxas de crescimento, que nos levaram à posição de oitava economia capitalista do mundo. Mas nosso capitalismo combinava concentração gigantesca da riqueza e mobilidade social vertiginosa, concentração de renda assombrosa e ampliação rápida dos padrões de consumo moderno, diferenciação e massificação (NOVAES; MELLO, 1998, p. 635).

De maneira análoga a Fernando Novaes e João Cardoso de Mello, Luiz Werneck Vianna problematizou a discussão acerca dos desafios que se apresentaram ao país no limiar do século XX. Para Werneck Vianna, faltava efetivar a consolidação do processo de democratização social em curso depois da liberalização política (SALLUM JR., 1996) que se sucedeu a mais recente ditadura brasileira. Desse modo, inferiu o cientista político,

> cumprir esse novo processo requer a consolidação da democracia política e de instituições que garantam o fluxo da participação de uma cidadania que se expande, qualitativa e quantitativamente. 1964 é uma página virada, e, com tudo que trouxe de ruim, não deixou de confirmar, com independência das intenções, uma **grande e antiga paixão nacional: o desenvolvimento material**, com suas naturais repercussões sobre a desorganização da sociedade tradicional brasileira. De certo que agora nos defrontamos com um problema de construção da ordem – mas há os que a querem como resultado da participação de todos, como há os que a pretendem reduzi-la à razão, à vontade e aos interesses de alguns poucos. E é nesse novo "1964" que todos estamos entre Fujimores e Pinochets ou, no melhor, num processo de **afirmação da cidadania que reforce e institucionalize de vez a democracia política** (VIANNA, 1994). (grifos meus)

Dentro do contexto histórico recortado acima, José Luís Fiori, a seu turno, novamente pontua os impactos da chamada globalização na economia internacional, assim como o quadro de alternativas políticas nacionais existentes na década de 1990, em que se procederão as tentativas de solucionar o "problema de construção da ordem" referido por Werneck Vianna, e, a seu turno, problematiza a questão relacionando aquele presente à "década perdida" de 1980,

> o velho tripé econômico e sua aliança com as elites políticas regionais entrou em crise e precisa ser refeito. Dos antigos aliados, a velha elite política está esfacelada regionalmente; o sócio internacional "financeirizou-se"; o empresariado local, que já se "ajustou" a nível microeconômico, mantém sua velha opção ainda quando tenha encontrado seu exato lugar enquanto "sócio menor associado", e por isto já se alinhou plenamente com o livre-cambismo anti-estatista do "Washington Consensus"; e, por fim, o Estado, falido financeiramente, já foi além disto destruído de forma absolutamente irracional e ideológica pelo governo Collor[43].

A abordagem de Fiori identifica, assim, além dos atores políticos envolvidos nesse processo, também a hierarquia existente entre os "sócios" do Consenso de Washington e apresenta o novo contexto histórico em que se travará o arranjo político em torno do velho

[43] FIORI, José L. Os moedeiros falsos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 jul. 1994.

tripé econômico, caracterizado, agora, pelo aumento do caráter especulativo do capital financeiro internacional. Do mesmo modo que Cardoso na década de 1970, Fiori ressalva que a existência de alternativas políticas – embora premidas pela "situação estrutural" – evidencia que "a globalização não é um processo completamente apolítico". E que esse novo contexto histórico pode ensejar, tal qual percebeu Cardoso nas décadas de 1960 e 1970, um reposicionamento do Brasil nas suas relações com a economia internacional, ainda que dentro dos limites demarcados pela dependência econômica.

Diante disso, ainda que pondere que as implicações dos programas de estabilização econômica e das reformas estruturais vaticinadas pelo FMI e o Banco Mundial sobre as economias nacionais ocorram em um novo contexto histórico, e que este não está inexoravelmente dado ou estabelecido, José Luís Fiori relaciona os protagonistas do lançamento do Plano Real aos interesses do grupo de economias do Consenso de Washington que se puseram à procura do candidato capaz de arregimentar amplas coalizões político-partidárias no âmbito das economias nacionais. Estas, por sua vez, pensadas por ambos – economistas do Plano Real e do Consenso de Washington – como uma estratégia orientada para viabilizar os programas de estabilização econômica e as "reformas estruturais"[44] de dentro para fora, ou seja, do plano das relações que as elites políticas das economias periféricas estabelecem com os países centrais do sistema capitalista.

Desse modo, a candidatura de Fernando Henrique Cardoso para as eleições presidenciais de 1994 representaria, no entender de Fiori, a arregimentação das forças políticas nacionais instituídas para viabilizar a introdução dos programas e das reformas preconizados pelas agências de financiamento internacionais. Assim, invertendo o argumento da crítica que se fazia a Cardoso à época, que afirmava ter sido o Plano Real criado somente para eleger Fernando Henrique Cardoso, José Luís Fiori considera que,

> o Plano Real não foi concebido para eleger FHC, foi FHC que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e dar viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial[45].

Ressalte-se que, desde 1980 até o momento da publicação do texto de José Luís Fiori, em meados de 1994, as malsucedidas políticas de controle inflacionário e a referida abertura

[44] FIORI, José L. Os moedeiros falsos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 jul. 1994.
[45] Idem.

econômica "irracional" já levada a termo por Fernando Collor de Mello haviam sido os únicos dividendos auferidos pela economia brasileira. Para Fiori, Cardoso teria, assim, se credenciado para imprimir, no âmbito da economia nacional, o matiz local dos interesses do capital internacional globalizado, personificados nas agências de financiamento internacional, o FMI e o Banco mundial. Desse modo, argumenta José Luís Fiori,

> FHC sabe como ninguém que mudar ou **refazer esta articulação econômica e aliança política é o problema central que hoje está posto no cenário brasileiro** [...] resolveu acompanhar a posição do seu velho objeto de estudo, o empresariado brasileiro, e assumiu como um fato irrecusável as atuais relações de poder e dependência internacionais. Deixou seu idealismo reformista e ficou com seu realismo analítico abdicando dos "nexos científicos" para se propor como "condottiere" da sua burguesia industrial, capaz de reconduzi-la a seu destino manifesto de sócia-menor e dependente do mesmo capitalismo associado, renovado pela terceira revolução tecnológica e pela globalização financeira[46].

Nas diversas ocasiões em que se pronunciou sobre o assunto, Fernando Henrique Cardoso sempre recusou a pecha de neoliberal que os seus críticos atribuíram ao seu governo. Em uma delas, quando da publicação do livro **O presidente segundo o sociólogo** (TOLEDO, 1998), o então reeleito presidente da República fez, ele mesmo, a defesa das políticas econômicas e das reformas empreendidas no seu governo.

2.5 Dependência econômica e democracia no governo do presidente sociólogo

No capítulo da obra dedicado ao Plano Real, um diálogo é particularmente revelador da dinâmica da entrevista presidencial. Por volta do final do capítulo, Roberto Pompeu de Toledo, o entrevistador – tal qual o dirá Bernardo Sorj (2001, p; 123), ao avaliar aquele que compreendeu como um dos significados históricos do governo do sociólogo que virou presidente – dirige o seguinte comentário a Fernando Henrique Cardoso: "O Plano Real, ao que parece, coincidiu com uma grande novidade, digamos, doutrinária: a percepção clara de que as grandes vítimas da inflação eram os pobres", ao que Cardoso responde, "não há dúvida" (TOLEDO, 1998, p. 77).

[46] FIORI, José L. Os moedeiros falsos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 jul. 1994.

Toledo interpela novamente seu entrevistado por meio de uma retórica mais inclinada à asserção de natureza conclusiva, definitiva, do que propriamente inquisitiva ou averiguadora. Dessa forma, a indagação do eloquente entrevistador realiza-se no suposto da sua afirmação de que as primeiras versões nacionais dos programas de estabilização econômica – como as políticas de controle inflacionário do governo Sarney (1985-1990), os Planos Cruzado I e II – não dispuseram da popularidade angariada pelo Plano Real, decorrente, segundo Toledo, do bom desempenho da nova moeda no combate à inflação. Assim, finalmente, questiona o entrevistador, se o Plano Real não teria sido favorecido pelo fato de essa "consciência" – acerca das políticas anti-inflacionárias favorecerem principalmente os mais pobres – ter "se espalhado pela sociedade?", no que Cardoso responde, "não há dúvida", e continua, "eu insistia muito nisso na explicação do plano, sobretudo com os líderes dos sindicatos. Falei com todos, chamei todos ao Ministério da Fazenda. Nenhum, incluindo o Vicentinho[47], argumentou contra quando eu explicava. Todos, ao sair, falavam contra" (TOLEDO, 1998, p. 77).

Nesse momento da entrevista, Roberto Pompeu de Toledo, movido pela mesma retórica, indaga o entrevistado com outra assertiva, especulando agora sobre os motivos da demora em emergir "a consciência de algo tão simples?", no que é contemplado com a seguinte inferência,

> É que havia interesses organizados em torno da inflação, interesses materiais e interesses mentais. Muitos teóricos escreveram a favor. Havia também interesses financeiros. E o sindicato vivia disso, vamos ser claros: reivindicar aumento. [...] Era um jogo. Vinha um deputado e propunha: 'Dobra o salário mínimo'. Eu vetei aumentos do salário mínimo. Vetei como presidente e pedi para o Itamar vetar, como ministro. E me elegi. Por quê? Porque já havia a idéia de que os aumentos eram uma mentira (TOLEDO, 1998, p. 77-78).

Em outra obra, intitulada **A arte da política: a história que vivi (2006)**, o, agora, ex-presidente fez um balanço da sua própria atuação no poder. Ao final da introdução, Fernando Henrique Cardoso faz um convite aos analistas que investigam o seu governo e sugere que o façam tal qual ele o fez em **Dependência e desenvolvimento na América Latina (1969)**, em parceria com Enzo Faletto. Assim, afirmou Cardoso,

[47] À época, Vicente Paula da Silva, o Vicentinho (1956), era o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, entre 1987 e 1994. Tornando-se, posteriormente, Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT (TOLEDO, 1998, p. 77).

> é quase impossível separar as modificações consequentes de iniciativas do governo e o que se impôs de fora, fruto das novas formas de atuação das empresas e dos agentes econômicos em tempos de globalização e da economia de informação. Se para destrinchar essa realidade tão intrincada eu pudesse refazer, ainda que palidamente, o itinerário de Marx, repetiria o que tentei fazer com o sociólogo e historiador chileno Enzo Faletto, nos anos 1960, para explicar as "situações de dependência" na América Latina. Partiria das regras de funcionamento da economia globalizada – das determinações gerais, abstratas, no linguajar marxista –, e reconstruiria como elas foram sentidas, adaptadas ou transformadas em cada grupo relativamente homogêneo de países. Analisaria as relações dinâmicas entre as forças sociais locais e internacionais. Examinaria como se foram introduzindo adaptações e inovações na forma de vinculação de cada grupo homogêneo de países à economia global, como se construíram percursos históricos específicos, embora sujeitos a condicionantes gerais (CARDOSO, 2006, p. 28-29).

Dessa forma, Fernando Henrique Cardoso sugere àqueles que se dedicam a analisar o seu governo, como ele o desejaria fazer, ou seja, que abordem a questão tal qual ele a abordou em **Dependência e desenvolvimento na América Latina (1969)** e, do mesmo modo, segundo o ex-presidente, Karl Marx o fizera no século XIX, ao tratar do ocaso da II República francesa, em **O Dezoito de Brumário** (1852).

Assim, quando sociólogo, Cardoso apropriou-se da metodologia marxista buscando compreender as "situações de dependência econômica" às quais as economias dos países latino-americanos se viam historicamente vinculadas. Diferentemente de outros intelectuais que se debruçavam sobre a questão, particularmente daqueles que se aproximavam da posição expressa na política oficial do PCB na década de 1950 e 1960 (GOLDENSTEIN, 1994), o "marxismo de Cardoso" apontava, com "otimismo" (REIS, 1999), para as vantagens que uma economia periférica poderia angariar nos momentos de maior fluxo de capitais na economia internacional. Atrair esses recursos e, com eles, redimensionar o seu sistema produtivo, tanto quanto fosse oportuno, poderia ensejar a modificação das "situações de dependência" que as economias periféricas historicamente estabeleceram com as economias dos países centrais.

Modificar as condições de dependência das economias periféricas perante as economias centrais, no entendimento de Cardoso, implicava, assim, em construir o "bloco de poder" (CARDOSO, 1975) interessado em perseguir uma reinserção mais favorável à economia brasileira no interior do sistema capitalista internacional. Para tanto, importava reconhecer as particularidades em que tais arranjos políticos se davam no âmbito da própria nação e, desse modo, identificar as potencialidades e os limites da ação política empreendida nesse sentido. Recorrendo à afirmação de Lehmann (1986), esta também poderia ser vista como uma das implicações políticas do pensamento do sociólogo.

Desse modo, ao direcionar a sua reflexão para o plano da prática política concreta, Fernando Henrique Cardoso orientou sua ação política por uma racionalização que evidencia a síntese que elaborou entre os léxicos que remetem às tradições pensamento político liberal e marxista. A obra publicada em 2010, **Relembrando o que escrevi**, contribui para exemplificar o que se pretende demonstrar. Publicada no mesmo ano em que a candidatura do seu partido às eleições presidenciais foi derrotada pela terceira vez, seu título demonstra a disposição do então ex-presidente em retomar a polêmica em torno da frase que, segundo ele, lhe foi imposta por uma deturpação da imprensa. Portanto, como explicitado no seu título, segundo Cardoso, o objetivo da obra é trazer à tona aquilo que haveria realmente dito, antes, durante e depois da sua passagem pela presidência da República entre 1995 e 2001. Segundo Cardoso,

> relendo o que disse nessas entrevistas e textos, que abrangem mais de trinta anos, de 1972 a 2006, confesso que me surpreendi. É certo que muita coisa mudou e também eu mudei minha apreciação sobre algumas coisas. Mas as orientações gerais são as mesmas, os valores fundamentais continuam a ser os antigos. **Se houve *aggiornamento* foi mais na forma do que no conteúdo**, quando não na discussão de questões que a própria história foi colocando em novas bases (CARDOSO, 2010, p. 11). (grifos meus)

No capítulo **Liberdade e democracia**, o texto **Perspectivas da oposição (1978)** exibe mais uma passagem que auxilia na construção do argumento que ora se procura desenvolver. O ex-presidente, ao abordar o tema que ocupava a sua prática política naquele momento, a oposição democrática à ditadura civil-militar vigente, infere que,

> a construção de uma ordem social e econômica mais justa só será possível se formos capazes de criar simultaneamente um movimento político que seja radicalmente democrático e possa fundir o anseio da liberdade nos termos práticos da construção de sistemas econômicos mais igualitários e de uma ordem social mais justa. No mundo contemporâneo, toda oposição radicalmente democrática aponta para o horizonte da formação de sociedades igualitárias e participativas. **Eu acho que é mais do que tempo de as oposições democráticas brasileiras assumirem a contemporaneidade do desafio que têm pela frente** (CARDOSO, 2010, p. 31). (grifos meus)

Portanto, o consenso criado em torno de Fernando Henrique Cardoso, desde a década de 1970 até a sua candidatura às eleições presidenciais em 1994 (SALLUM JR., 2000),

contribuiu para que, no interior da agenda governamental (KINGDON, 1995), se verificasse, por exemplo, que o tema acerca das reformas do Estado passou a concorrer, especialmente a partir do lançamento do Plano Real, com a já saturada pauta referente às políticas de combate inflacionário, predominantes nessa agenda desde a década anterior.

A análise da relação entre essa e outras temáticas que perpassaram o debate sobre o governo Fernando Henrique Cardoso como citado acima – da dinâmica de sobreposições recíprocas que assumiram os temas das reformas do Estado e das políticas de controle inflacionário, por exemplo – contribuiu para assinalar a trajetória e o desempenho da *performance* (POCOCK, 2003) da fala presidencial em relação às dos demais interlocutores.

Tornou possível observar, ainda, as nuanças que essas transformações provocaram no "campo semântico" (KOSELLECK, 2006) referente ao consenso erigido em torno da prática política de Fernando Henrique Cardoso ao longo do período compreendido entre o lançamento do plano Real e a vitória da sua candidatura nas eleições presidenciais de 1994, passando pela sua reeleição em 1998, até o momento da vitória do candidato da oposição em 2002.

Na década de 1970, esse consenso foi erigido em torno de uma expectativa "otimista", para defini-la nos termos empregados por Bernardo Sorj (2001), da atuação política do sociólogo engajado na oposição democrática à ditadura. Foi o momento em que ele se constituiu na "esfera de influência" das "arenas de poder", de acordo com a chave interpretativa utilizada por Brasílio Sallum Jr (2000) para pontuar o processo histórico em que se deu a construção de tal consenso em torno da figura e da ação política de Cardoso. O seu sentido "otimista" decorria, assim, da galvanização dos diferentes interesses políticos que convergiram, naquele momento, para a luta democrática contra a ditadura vigente.

Com isso, procurou-se apreender as inflexões ocorridas na década de 1990 no consenso que se erigiu em torno da prática política de Fernando Henrique Cardoso na década de 1970 por meio das comparações que os interlocutores do debate político elaboraram, incluindo o próprio Cardoso, sobre a prática política do presidente e do sociólogo. A análise desse debate permitiu, assim, evidenciar os diferentes significados atribuídos por seus interlocutores aos conceitos de dependência econômica e democracia política na produção intelectual de Cardoso, por um lado, e, do mesmo modo, por outro, perceber – entre aqueles que se valeram dessa comparação – de que forma essa estratégia enunciativa apropriou-se da linguagem disponível no contexto linguístico da época (POCOCK, 2003) para endereçar a sua crítica ao governo em tela.

O uso que Fernando Henrique Cardoso promoveu dos conceitos de dependência econômica e de democracia política, especialmente a partir do momento em que o seu ato de fala se revestiu da autoridade presidencial (POCOCK, 2003), permite, assim, assumi-los como "conceitos de movimento" que contribuem para definir a síntese elaborada pelo mandatário entre as linguagens políticas tomadas do léxico liberal e marxista. A verificação da utilização que Cardoso empreende dos conceitos de dependência econômica e de democracia política contribuiu, portanto, para a apreensão do "campo de experiência" em que ele operou a sua análise sobre a realidade política e econômica do Brasil, tanto quanto do "horizonte de expectativas" que caracterizava o contexto histórico brasileiro até a sua chegada à presidência da República (KOSELLECK, 2006, p. 305-327).

Desse modo, retomando o exemplo da dinâmica de sobreposições no interior da agenda governamental, entre a discussão acerca das reformas do Estado e a temática do controle inflacionário, depreende-se que, na segunda metade da década de 1990, a *performance* da fala presidencial se sobrepôs à dos seus críticos no interior do debate político sobre o governo. Recorrendo à metáfora empregada pela linguagem jornalística, a *performance* de Cardoso passou tal qual um "rolo compressor" por sobre a *performance* de cronistas como Angeli, Carlos Heitor Cony e Clóvis Rossi, por exemplo. Entre os analistas também se enfatizou o "majoritarismo exacerbado" (FIGUEIREDO, LIMONGI, VALENTE, 1999) por meio do qual Fernando Henrique Cardoso conduziu as reformas "estruturais" do Estado ao longo do seu governo.

Dessa maneira, a ampla coligação partidária erigida em torno de Fernando Henrique Cardoso garantiu-lhe o apoio político para as mudanças constitucionais, tidas como imprescindíveis para a modernização do Estado brasileiro, e a consecução do programa de estabilização econômica perseguida desde o lançamento do Plano real em julho de 1994.

Todavia, particularmente entre 1996 e 1999, a despeito das mudanças constitucionais empreendidas por Cardoso – especialmente a que lhe granjeou o direito de disputar e vencer a reeleição presidencial –, também se observou momentos nos quais a *performance* dos críticos do governo, tanto quanto a dos cronistas e editoriais publicados no periódico investigado, se sobrepôs à do mandatário. Tais indícios puderam ser verificados na convergência dessas críticas, embora com sentidos e significados distintos, em relação às estratégias governamentais para a condução das reformas do Estado.

Nos momentos mais agudos das crises econômicas internacionais que ocorreram durante o governo de Cardoso – especificamente em 1997, quando foi irradiada dos países asiáticos – observou-se que o desempenho da *performance* presidencial perdeu a sua

proeminência no interior do debate, que passou a demonstrar a prevalência das temáticas discutidas e levantadas pelas *performances* dos interlocutores empenhados na crítica ao governo.

O debate sobre a eficácia das políticas de combate inflacionário, cujos significados ainda hoje estão em disputa, é, portanto, um bom exemplo do que se deseja afirmar. Não obstante a complexidade das minúcias em que esse debate foi travado, grosso modo, as divergências apresentaram-se em torno da acusação de que, por um lado, o controle da inflação era "artificial", porque assentado em estratégias de produção de "superávits primários" – a novidade que viabilizou o Plano Real –, instituídos para atrair os investimentos internacionais. Quando estes minguaram diminuiu a capacidade de controle efetivo do processo inflacionário, o que demonstrou a histórica "vulnerabilidade" da economia brasileira em relação ao aporte de capitais internacionais (FIORI, 1994; SINGER, 1997). A seu turno, os defensores do Plano Real salientaram o crescente volume de reservas econômicas auferidas pelo país com a "estabilização" da moeda (TOLEDO, 1998) e o controle substancial do processo inflacionário, posto que historicamente verificado (SORJ, 2001; CARDOSO, 2006).

Assim, a polissemia que resultou da apropriação do conceito de dependência econômica pelos diferentes atores históricos empenhados nas disputas políticas daquele contexto permitiu generalizar, não obstante a diversidade de sentidos e significados envolvidos nas *performances* investigadas, ao menos dois campos semânticos distintos (KOSELLECK, 2006) no interior do debate referente ao governo Fernando Henrique Cardoso. Por um lado, os significados atribuídos ao conceito de dependência econômica e que o relacionavam às suas implicações históricas: a desigualdade social, a concentração da renda e da propriedade da terra, o autoritarismo subjacente à prática política governamental, etc. E, por outro, os significados atribuídos ao mesmo conceito de dependência econômica, mas que o relacionavam às perspectivas "otimistas" que essas relações encerravam, como, por exemplo, as oportunidades de "retomada do desenvolvimento econômico" e da construção e fortalecimento da democracia política.

Dentre as inúmeras considerações e analogias cabíveis, ressalte-se que uma das maiores especificidades que "o marxismo de Cardoso" (REIS, 1999) guarda perante a reflexão desenvolvida por Karl Marx no **Dezoito de Brumário (1852)** – cuja trajetória analítica o próprio Fernando Henrique Cardoso (2006) sugere que se faça para compreender o seu governo – é a mudança de perspectiva quanto ao ator histórico ao qual se endereçam as expectativas acerca do sucesso dessa iniciativa (FIORI, 1994). Iniciativa política esta que não

se apresenta revolucionariamente tal qual o paradigma marxista, até porque sequer assim o deseja, pois, antes, se anuncia democrática (REIS, 1999).

Contudo, essa iniciativa se pretende, ao menos, "dinâmica" nas suas relações com o centro do capitalismo mundial. E, para Cardoso, tal dinâmica pode ser o impulso suficiente para o passo que se intenta imprimir "na forma de vinculação de cada grupo homogêneo de países à economia global". Assim, a mencionada opção pelo caminho das reformas democráticas, especialmente por meio de mudanças no sistema político, é vista por Cardoso como um mecanismo a ser progressivamente aperfeiçoado (CARDOSO, 2006).

Tal objetivo seria perseguido por meio de políticas que estimulassem, a um só tempo, o desenvolvimento econômico e os programas sociais. Os últimos deveriam voltar-se para a correção das iniquidades sociais historicamente constituídas, no que se fariam acompanhadas de políticas públicas voltadas para a "universalização do acesso à saúde e à educação" (CARDOSO, 2006; 1998; 1997). Estes foram, inclusive, dois dos cinco pontos que resumiram as promessas de campanha do candidato do Real em 1994.

Do contraste que se realizou entre as charges de Angeli e o contexto linguístico em que se travou o debate político no jornal Folha de S.Paulo sobre o governo Fernando Henrique Cardoso, verificou-se a presença de uma diversidade de expectativas e significados creditados à prática política de Cardoso, inclusive por ele mesmo. A análise de algumas dessas apreciações permitiu identificar diferentes compreensões e posicionamentos políticos assumidos pelos atores históricos que se apresentaram como interlocutores desse debate. A interlocução existente entre a charge de Angeli e a fala presidencial pôde, assim, ser apreendida na comparação da crítica política do artista às demais críticas dirigidas à prática política presidencial, tanto nos editoriais e nas reportagens quanto nas crônicas publicadas no periódico investigado acerca das temáticas que perpassaram esse debate, assim como por meio das assertivas presidenciais de Cardoso.

A comparação dessas apreciações acerca da prática política de Cardoso com a crônica imagética de Angeli permitiu relacionar a crítica política existente na charge do artista aos principais temas discutidos durante o governo do mandatário. Dessa forma, verificou-se que a temática referente às "questões sociais" instituiu-se no segundo aspecto mais enfatizado por Angeli, depois das relacionadas ao poder Executivo e a sua base governista no Congresso Nacional.

A investigação da linguagem disponível aos atores políticos no contexto linguístico (POCOCK, 2003) em que se procedeu ao debate sobre o governo de Cardoso, na medida em que permitiu esclarecer e pontuar os temas a que as charges de Angeli se referiram, contribuiu

para a identificação e apreciação dos conflitos e das disputas políticas existentes naquele contexto histórico. Isso favoreceu, igualmente, a identificação dos interesses e grupos políticos em disputa, assim como a apreensão dos significados imputados pelos atores históricos a esses conflitos.

Desse modo, a análise dos significados atribuídos por estes atores históricos às transformações que vivenciaram permitiu, assim, circunscrever o "espaço semântico" (KOSELLECK, 2006) em que se desdobrou o debate político no interior do contexto linguístico de onde tais atores retiraram a linguagem disponível para a sua interlocução. No caso da fala presidencial de Cardoso, pode-se inferir, portanto, que sua estratégia de ação política foi enunciada do âmbito da conjunção entre dois léxicos políticos, o liberal e o marxista.

3 A INTERPRETAÇÃO DO ARTISTA SOBRE O POLÍTICO

Este capítulo objetiva caracterizar a interpretação de Angeli sobre o governo de Cardoso, relacionando as estratégias de enunciação da sua crítica política à linguagem imagética própria da arte caricatural. Apresenta, também, o inventário temático das fontes imagéticas criado para a sistematização da análise. Ferramenta utilizada visando entretecer as dimensões sincrônica e diacrônica presentes na charge do artista, o inventário temático permitiu: ressaltar os elementos constitutivos dessa linguagem; identificar e sistematizar aqueles acionados com maior recorrência pelo desenhista; cotejar as fontes primárias e secundárias; e constituir um banco de dados. A caracterização da interpretação do desenhista por meio da análise da dinâmica comunicativa da sua charge contribui, assim, para mapear os sentidos e os significados atribuídos por Angeli à prática govenamental de Cardoso, ao mesmo tempo em que salienta as suas formas de apropriação e expropriação da linguagem política.

Antes de analisar as reflexões do historiador da arte Ernst H. Gombrich sobre a representação da prática política na arte caricatural e proceder ao exame dos elementos constitutivos da sua linguagem, importa esclarecer alguns aspectos da sua terminologia. O termo caricatura é utilizado pelo historiador para definir a "inovação técnica" responsável pela emergência da arte caricatural no século XVI. Naquele momento, a prática consistia em simplificar os traços fisionômicos do retratado por meio do exagero intencionalmente zombeteiro. Ao artista que a inventou e a praticava, o historiador nomeou de "caricaturista" (2012, p. 10). Ambos, vocábulo e gênero artístico, tornaram-se referentes da prática, inédita até então.

3.1 Os elementos constitutivos da linguagem da charge: a abordagem diacrônica

A expressão "caricatura política" é utilizada para designar mais uma inovação. Desta feita, ocorrida no século XVIII, resultado da fusão entre a arte caricatural e a tradição imagética de cunho jornalístico que principiou o chamado "cartum". A seu turno, para designar o desenhista, seu artífice, o historiador da arte utiliza-se do termo "cartunista". Ao adjetivar a "caricatura", Gombrich assinalou a mudança sofrida pelo gênero que, além da simplificação zombeteira dos traços fisionômicos, passou a caracterizar-se também pelo

objetivo de revelar as falhas do caráter ou personalidade da "vítima". Somente depois dessa segunda inovação é que o historiador atribui à arte a condição de "poderosa arma social" (GOMBRICH, 1999).

Propõe-se, analogamente ao raciocínio de Gombrich, que se considere esta segunda inovação na linguagem da arte caricatural por meio do vocábulo charge. A mudança terminológica é sutil, porém, não fortuita. Por meio dela, pode-se encaminhar a discussão sobre os sentidos e significados da crítica política na charge de Angeli sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso. Aproxima-se, com isso, especialmente da definição de charge publicada, em 1751, no verbete da Enciclopédia de Diderot e D'Alembert, em que, acrescentou-se à deformação zombeteira o intuito de levar o exagero dos traços fisionômicos do retratado até o ponto máximo em que a vítima ainda possa ser reconhecida (NERY, 2006, p. 33).

3.1.1 A caricatura

Um dos exemplos escolhidos por Gombrich para analisar a arte caricatural – a clássica representação do Rei Luís Filipe, ***Le Poire***[48], elaborada por Philipon e publicada no seu periódico **Le Charivari**, em 1834 – é revelador da atenção dedicada pelo historiador às técnicas de elaboração da caricatura política. Governante da França entre 1830 e 1848, o monarca fora transformado por Philipon em uma pera. De acordo com o historiador,

> *Poire*, em francês, quer dizer imbecil, tolo, e, quando os jornais satíricos de Philipon passaram continuamente a expor o soberano ao ridículo como uma *poire*, o editor acabou sendo citado e teve de pagar pesada multa. A famosa série, uma espécie de câmera lenta do próprio processo de caricatura, foi publicada no seu jornal como elemento de defesa. O jornalista alegava inocência com base na equivalência. Por que etapa devo ser punido? Será crime substituir uma coisa por seu equivalente? Ou a etapa seguinte? E, se não for, por que não a pêra? Na verdade, sentimos que, a despeito da alteração de cada traço individual, o conjunto permanece notavelmente parecido (GOMBRICH, 2007, p. 290-291).

Observe-se que a "famosa série" é, na realidade, uma sucessão de caricaturas, divididas em quatro quadros, acompanhadas de suas respectivas legendas e antecedidas pelo

[48] cf. imagem 5, anexada.

título e comentário introdutórios. Todos dispostos em uma única imagem. A linguagem imagética tem seu ponto de partida na representação do retrato do *Roi Bourgeois*.

Em sua análise acerca da estrutura da representação caricatural, Gombrich remete-se às inferências de Leonardo da Vinci que, ao final do século XV, "[...] aconselha o artista a ter à sua disposição um sistema de classificação – dividir o rosto, para esse fim, em quatro partes: a fronte, o nariz, a boca e o queixo – e estudar as formas que podem tomar". Contudo, é no tratado de Charles Le Brun, do século XVII, que, de acordo com o historiador da arte, se encontra a sistematização das proposições anunciadas por Leonardo da Vinci, pois "[...] destinados a permitir ao mortal comum dominar as expressões humanas, espalharam-se pela Europa em inúmeros manuais e livros de desenho" (GOMBRICH, 2007, p. 294-295).

Os apontamentos acima fornecem valiosos procedimentos para a análise do processo de deformação caricatural. Ao dividir também a análise da estrutura facial do modelo em quatro partes, torna-se possível reconhecer os elementos privilegiados pelo artista para acentuar o exagero da sua deformação e definir os padrões da sua caracterização. O processo de deformação do retrato do rei Luís Filipe elaborado por Philipon é exemplar nesse sentido.

Displicentemente assinaladas, as evidentes rugas que marcam a expressão facial do protagonista, no quadro inicial, apresentam-se convidativamente ao processo de deformação caricatural. As rotundas bochechas e o nariz pontiagudo quase fazem desaparecer a boca escondida entre eles, para o que os contrastes entre o claro e o escuro também auxiliam. A protuberância do queixo, resultante do seu espremer entre as bochechas, é reforçada no sombrear do corpulento pescoço. Tão expressivo quanto o volume conferido às bochechas é o atribuído à fronte, consolidando, dessa forma, o diminuto tamanho dos olhos do monarca e antecipando a deformação do cabelo para o aspecto pontiagudo que a ele se imprimirá no quadro seguinte.

O desenhista já indica, no segundo quadro, alguns contornos do exagero a que as feições se distorcerão. Alongando a parte superior da cabeça, tornaram-se pontiagudo o cabelo e os olhos, ainda mais diminutos. Ao mesmo tempo, avultaram-se a proporção do nariz e das já salientes bochechas, inflando as protuberâncias das últimas de maneira a iniciar a sua fusão com o premido queixo – cada vez mais distanciado da boca – e a aristocrática papada que, nesta altura do processo, já substituiu o pescoço real.

O terceiro quadro antecipa a equivalência do formato da cabeça com o da fruta e realiza a transição final da transformação do retrato do monarca francês em uma pera. Nesta transição, promove-se a significativa redução das displicentes rugas que marcavam a expressão facial do monarca – da fronte ao pescoço, desde o primeiro quadro – até que, assim

como o queixo e a papada, desaparecessem no sombreamento que dá profundidade à fruta. A transformação dos cabelos nas folhas e no caule da pera também se cumpre nesta transição. Por sua vez, a convexidade imputada aos olhos no terceiro quadro permite que eles sejam representados apenas por um conjunto despretensioso de traços acima das poucas linhas em que se resumiu, no último quadro, o distorcer do nariz, da boca e das bochechas.

No capítulo **O experimento da caricatura**, publicado em **Arte e ilusão (1956)**, uma das conclusões de Gombrich sobre o advento da caricatura repousa na compreensão de que "a invenção da caricatura-retrato pressupõe a descoberta teórica da diferença entre semelhança e equivalência" (GOMBRICH, 2007, p. 290). Ou seja, a estratégia de Phillipon, em representar o semelhante por meio daquilo que lhe é equivalente, resulta de uma inovação que foi condição necessária para o próprio surgimento da caricatura. De acordo com o historiador da arte,

> Nessa formulação, a caricatura torna-se apenas um caso especial daquilo que tenho tentado descrever como o teste de sucesso do artista. Todas as descobertas artísticas são descobertas não de semelhanças, mas de equivalências que nos permitem ver a realidade em termos de uma imagem e uma imagem em termos da realidade. E essa equivalência não repousa tanto na semelhança dos elementos como na identidade de reações a certos parentescos. Reagimos a um borrão branco na silhueta negra de um jarro como se fosse um ponto de luz. Reagimos à pêra com suas linhas entrecruzadas como se fosse a cabeça do rei Luís Filipe (GOMBRICH, 2007, p. 292).

Com o intuito de exemplificar o significado dessa inovação, o autor referiu-se aos estudos fisionômicos produzidos no século XIX pelo pintor e ilustrador Rodolphe Töpffer, e atribuiu ao seu método a viabilidade de uma "[...] construção prévia para que esse aspecto da representação fosse dominado [...]". Desse modo, o habilidoso caricaturista, treinado nas técnicas da representação fisionômica, adquire, por meio do domínio sobre a expressão facial, "[...] um trunfo em relação à luz" (GOMBRICH, 2007, p. 289).

Assim, a escolha do historiador, ao eleger a ***Poire*** de Philipon como o "*locus classicus* para a demonstração dessa descoberta do semelhante no dessemelhante" (2007, p. 291), torna-se elucidativa da sua compreensão sobre o caráter da inovação surgida com a emergência da caricatura. Seu advento, por um lado, simplificou a representação da expressão facial a ponto de torná-la acessível aos leigos e, por outro, permitiu conferir uma visibilidade cada vez maior à prática política dos governantes.

O processo de redução caricatural, portanto, atribuiu à charge uma força enunciativa que, especialmente no traço do desenhista habilidoso na técnica da representação fisionômica,

tornou-a prestigioso instrumento, capaz de impactar as relações sociais. Assim, não obstante a desproporção nas consequências para os envolvidos nos episódios ocorridos quando do atentado ao periódico *Charlie Hebdo*, em janeiro de 2015, e no momento dos problemas de Philipon com a justiça, decorrentes da publicação da sua ***Poire*** em 1834, o simples fato de ambos gerarem suas implicações é revelador dos impactos dessas imagens sobre o tecido social. É nesse sentido que ganha importância a análise da crítica política existente na charge.

Dessa forma, sobressai o destaque atribuído por Gombrich à compreensão da especificidade da linguagem acerca da representação da prática política na arte caricatural. Em **O arsenal do cartunista (1962)**, o historiador acrescentou à sua assertiva – referente à centralidade que a caricatura assumiu para a construção da crítica elaborada no século XVIII – a reflexão acerca da prática de personificação a ela correspondente e resultante da tendência à abstração que acompanha os indivíduos desde a Antiguidade. Tal percepção se fundamenta na premissa que concebe a tendência ao pensamento abstrato como algo inerente aos indivíduos (GOMBRICH, 1999, p. 129).

Depreende-se, portanto, que da tendência à abstração própria aos indivíduos decorre a escolha do artífice em incluir, na sua estratégia enunciativa, a prática da personificação. O resumo da compreensão de Gombrich sobre tal prática pode ser encontrado no uso que faz do conceito de condensação, tomado à psicanálise, e nas considerações em que relacionou a arte caricatural à abordagem freudiana acerca das relações entre o chiste e o inconsciente humano (GOMBRICH, 2012, p. 190; 2007, p. 209; 1938).

Assim, de acordo com o historiador da arte, "as chamadas personificações, sem as quais os cartunistas raramente podem trabalhar, são os descendentes diretos dos antigos olimpianos [...], de uma tradição que remonta sem quebra de continuidade ao mundo mitológico da Grécia e Roma" (GOMBRICH, 1999, p. 129-132). No âmbito dessa tradição, encontra-se, portanto, a ferramenta que, igualmente, viabiliza o recurso às figuras de linguagem, significativo elemento da arte caricatural, também usualmente mobilizado nas estratégias de enunciação do artífice. A recorrência à prática da personificação é explicada pelo historiador em virtude do objetivo do artista em sintetizar a sua mensagem.

A caricatura adquire, dessa forma, notório destaque entre os elementos que compõem a linguagem da charge. Suas técnicas de elaboração se evidenciam no processo de redução caricatural. Ou seja, a deformação exagerada voltada para a crítica derrisória utiliza-se da técnica de simplificação do traço fisionômico por meio do método exemplificado na "Lei de Töpffer" (GOMBRICH, 2007), o que permite ao desenhista representar o semelhante por meio do seu equivalente. O chargista, ao dispor dessa valiosa ferramenta, mune-se de

poderosos recursos de enunciação definidores da dinâmica comunicativa da sua linguagem, tanto no que diz respeito à perseguição da síntese para a transmissão da sua mensagem quanto ao que se refere à escolha e utilização dos demais elementos da linguagem chargística mobilizados nesse sentido.

3.1.2 As figuras de linguagem

O alcance que as mensagens difundidas por meio de imagens permite atingir, em qualquer formação social, tanto as parcelas iletradas da população – favorecendo a sua politização (BURKE, 2004, p. 182) – quanto as alfabetizadas, colaborando para que ambos, letrados e iletrados, sintetizem as mensagens mais rapidamente e as assimilem de maneira mais eficaz do que por meio de outras formas de transmissão de ideias (MOTTA, 2002, p. 89). A respeito da inovação que a caricatura política provocou na linguagem da tradição imagética própria da arte caricatural, Ernst Gombrich infere que "essa liberdade de traduzir os conceitos e símbolos abreviados de nosso discurso político para tais situações metafóricas é que constituiu a inovação do cartum" (GOMBRICH, 1999, p. 129-130).

Gombrich afirma que a "retórica política" (GOMBRICH, 1999, p. 129) sempre se valeu, desde os tempos mais remotos, de figuras de linguagem para a sua expressão e filia, assim, o cartum à tradição da "arte simbólica medieval", período em que a Igreja se utilizava de imagens para a transmissão dos seus dogmas aos iletrados. Uma ampla gama delas encontra-se, portanto, à disposição do contexto linguístico (POCOCK, 2003) do artífice. Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, metáforas, ironias, e metonímias são as principais (MOTTA, 2006, p. 28).

Ante a necessidade em transmitir sua mensagem de maneira concisa e objetiva, o recurso às figuras de linguagem tornou-se, desse modo, uma estratégia por excelência da enunciação da crítica do chargista. Nas mãos do crítico habilidoso, permitem mobilizar os diferentes elementos constitutivos da linguagem da charge – como auxiliar no processo de condensação, por exemplo –, devido ao acesso que promovem a toda uma sorte de imagens consolidadas na tessitura social.

As figuras de linguagem presentes nas representações acerca da prática política na charge abastecem seu artífice, portanto, de um conjunto de ferramentas enunciativas que, em si mesmas, justificam a frequência com que o desenhista lança mão delas para a elaboração da sua produção artística. Ademais, além do acesso à multiplicidade de sentidos e significados,

as figuras de linguagem facilitam a construção da síntese que orienta a dinâmica comunicativa da charge, ao contribuir para a remissão a significados amplamente compartilhados no interior da linguagem política.

Determinadas expressões, tradicionalmente utilizadas para referir-se às práticas políticas, enraizaram-se de tal modo que a sua presença rotineira nos noticiários diários chega a passar despercebida, tamanha a sua naturalização. Tais expressões, matéria-prima produzida pelos atores políticos em disputa, e em cuja universalidade dos seus significados repousa parte significativa do seu atrativo para o chargista, são qualificadas por Gombrich de "metáforas universais" ou "naturais" (GOMBRICH, 1999, p. 138) por haverem consolidado jargões corriqueiros da prática política como,

> a reunião de cúpula ou a cortina de ferro; podemos ou não policiar o mundo, viver sob a sombra da bomba, ajustar nossas velas ao vento das mudanças, dar as mãos àquele grupo e ganhar vantagem sobre o outro, a estrada à frente é árdua mas o futuro, com certeza é brilhante, se conseguirmos evitar as armadilhas, contornar o abismo, e deter a tendência de queda (GOMBRICH, 1999, p. 130).

Sobre a recorrência com que as figuras de linguagem são utilizadas nas sátiras políticas, o historiador da arte afirma que a metáfora apresenta maior longevidade. A derrocada de um governante, representada por meio da queda de um cavaleiro da sua montaria, por exemplo, pode ser observada em registros que perpassam seiscentos anos. A recorrência da imagem da roda da fortuna, para se referir aos "altos e baixos do destino" político dos governantes, por sua vez, é perceptível desde o século XVII (GOMBRICH, 2012, p. 200). Alude-se também, por exemplo, a partidas de xadrez e futebol como símbolos das artimanhas dos atores políticos na sua luta pelo poder (MOTTA, 2006, p. 28). Barcos, carros, cavalos, além de outros inúmeros exemplos, também compõem os usuais motivos artísticos mobilizados para denotar metaforicamente o "edifício do Estado" (GOMBRICH, 1999, p. 130).

Ao tratar da questão no texto **Magia, mito e metáfora**, publicado em **Os usos da imagem (1989)**, Gombrich aventa, porém, que "se usássemos um computador para registrar e analisar todas as imagens satíricas dos últimos 500 anos em um banco de dados, o Diabo provavelmente apareceria em primeiro lugar". Utilizada desde o século XVI, na "primeira campanha de sátira pictórica com organização sistemática – a de Martinho Lutero", a remissão ao diabo é recorrente figura de linguagem e ocupa lugar de destaque no interior da

tradição constituída em torno da representação imagética da prática política (GOMBRICH, 2012, p. 184-186).

A demonização de conceitos, autores, atores e ideias – resultante das hierarquias entre os diversificados lugares de fala no interior da linguagem (POCOCK, 2003) – demonstra o quanto a alusão ao diabo é representativa da tradicional desqualificação e demonstração de desapreço pelo adversário político. Recorrentemente mobilizada no interior das figuras de linguagem que permeiam a representação da prática política na charge, pode-se observá-la, até mesmo, no âmbito da própria construção do conhecimento histórico, quando se promove, por exemplo, a "demonização" da história alemã na historiografia sobre o nazismo (SILVA, 2000, p. 117) ou a de autores como Karl Marx e seu paradigma revolucionário.

Assim, a perene existência de motivos artísticos relacionados a metáforas, cujos significados são amplamente compartilhados, encerra a tradição em que se assentou a representação da prática política na charge. A universalidade referente ao entendimento mútuo que tais figuras de linguagem ensejam configura-se, desse modo, como a principal explicação de Gombrich para a constante utilização que o caricaturista promove desse recurso. Pode-se inferir, portanto, que as figuras de linguagem, em especial as metáforas, são influentes elementos a impactar na dinâmica comunicativa assumida pela charge.

Gombrich sustenta também que isso decorre, em grande medida, do fato de ser a translação o tropo mais favorável para que a caricatura política alcance os seus efeitos no comentário que faz das "notícias da atualidade diária". Assim, habilmente manejada, a metáfora exclama a crítica do artista e oferece "[...] uma explicação imaginária dos acontecimentos do mundo. [...] Daí que nada seja mais característico da sátira política que seu conservadorismo, a tendência em recorrer ao mesmo velho fundo de motivos e estereótipos" (GOMBRICH, 2012, p. 199-200).

3.1.3 Os estereótipos

A relação entre o objetivo da concisão do comentário e o uso que se promove da linguagem acerca da representação da prática política na charge para essa finalidade envolve, igualmente, o recurso aos estereótipos. Apesar de associados a práticas e discursos preconceituosos e providos de conotação essencialmente pejorativa, "os estereótipos são parâmetros simplificados que transformam detalhes (calcados na observação da realidade ou tornados reais por insistências repetitivas) no todo" (GOODWIN, 2001, p. 535) e, dessa

maneira, podem transformar-se em “instrumento do conhecimento” ao permitir explicitar, sinteticamente, o “não dito” (ZINK, 2011, p. 47-48).

Assumir a validade da inferência acima permite reconhecer a vantagem proporcionada ao artífice que se auxilia desse elemento da linguagem chargística. Os estereótipos cumprem variadas funções nas estratégias enunciativas do desenhista. Além do recurso às figuras de linguagem – no leque de estratégias enunciativas que se abre com a introdução do processo de redução caricatural na linguagem da charge –, os estereótipos também podem, ainda, ensejar ligações com a prática da personificação, os sentidos dos contrastes imputados à imagem e com o manuseio da variedade de motivos artísticos tradicionalmente existentes no interior da linguagem utilizada para a representação da prática política na charge.

3.1.4 Zoomorfismo e objetos inanimados

O velho fundo de motivos mencionado por Gombrich apresenta-se, igualmente, no que o historiador da arte denominou de “bestiário político”. O autor remete sua origem a uma “brincadeira” atribuída aos irmãos Carracci, “[...] que consiste em transformar a cara da vítima na de um animal ou mesmo na de um utensílio inanimado, praticada pelos caricaturistas desde então” (GOMBRICH, 2007, p. 290). Assim, o tradicional recurso ao zoomorfismo também pode ser considerado um elemento privilegiado entre os elementos da linguagem da charge, ao permitir manusear a diversidade de “animais do zoo do cartunista” (GOMBRICH, 1999, p 135-136), introduzidos na linguagem voltada para a representação imagética da prática política. Pode-se dizer o mesmo da estratégia que transforma a vítima da crítica do artista em um objeto inanimado. Segundo Gombrich, a brincadeira iniciada com os irmãos Carracci consistia também em transformar “[...] os retratos de seus amigos em panelas, lanternas ou barris” (GOMBRICH, 1938).

O processo de redução caricatural por meio da criação de estereótipos selecionados entre “os animais do zoo do cartunista”, assim como entre uma multiplicidade de objetos inanimados, é, portanto, conformador das estratégias enunciativas do artífice. A prática, segundo Gombrich, foi incorporada à tradição imagética da arte caricatural por meio de outras duas tradições. Uma ligada à heráldica e seus brasões, em que as figuras de diversos animais foram mobilizadas na construção das identidades dos Estados nacionais, e a outra às tradicionais fábulas, em que a prática da personificação repousava na diversidade de estereótipos construídos por meio da alusão aos animais existentes no zoológico político. Ao

analisar os significados dessas tradições quando incorporados à caricatura política, o historiador da arte caracteriza as duas esferas desse saber da seguinte maneira:

> Uma é o sentido fixo que acabou por vincular-se a determinados animais desde a época de Esopo e de La Fontaine. Na verdade, as alusões a essas estórias são comuns em todas as línguas. [...] Para o cartunista, esses significados entendidos universalmente se fundem facilmente com outra esfera do saber convencional sobre os animais, as feras heráldicas derivadas dos brasões de armas e dos emblemas nacionais; o leão britânico, a águia americana, ou o urso russo descansarão pacificamente junto com o inocente cordeiro e o tímido coelho (GOMBRICH, 1999, p. 136).

Assim, os significados historicamente atribuídos à representação de determinados animais, ou objetos inanimados, permitem ao desenhista construir suas metáforas naturais em meio às imagens erigidas no âmbito do que Gombrich denominou de "saber convencional sobre os animais".

3.1.5 Os contrastes

A sistematização dada por Gombrich aos elementos constitutivos da linguagem da arte caricatural os pressupõe imbrincados em frequentes práticas de comparações, assumidas pelo desenhista como familiares ao seu público leitor. Veiculado principalmente por meio de convenções amplamente partilhadas pelas metáforas naturais, "o poder do contraste" facilita o objetivo do desenhista em transmitir a sua mensagem rápida e suscintamente, especialmente em virtude dos seus sentidos e significados estarem, há muito, relacionados a tais convenções. O historiador identifica duas práticas no seu manuseio, os contrastes entre "luz e sombra" e os contrastes produzidos por meio do "jogo de escalas" (GOMBRICH, 1999, p. 141-142).

A visão de mundo dicotômica entre o bem e o mal, que muitas tradições religiosas encerram em seus dogmas, é o principal exemplo do historiador para aludir aos contrastes entre luz e sombra. As comparações erigidas por meio do estabelecimento de contrastes são eficientes portas de acesso do artista à linguagem forjada em meio a imagens e símbolos criados no interior dessas tradições religiosas. Desse modo, segundo Gombrich, "[...] a noção de luz como o símbolo visível do bem é importante em filosofia, como o é também dentro da

tradição cristã", fazendo com que "a transição do simbolismo religioso para o político" se constitua em um processo "bastante natural" (GOMBRICH, 1999, p. 138).

Para o historiador, o contraste pelo jogo de escalas "é outra dessas metáforas universalmente inteligíveis". Comumente observado nas práticas de personificação realizadas pelo artista, Gombrich exemplifica "o poder do contraste", entre outras menções, àquele produzido por David Low, quando utilizou o "[...] artifício do aumento de escala e da mão gigantesca para mostrar, em sua campanha contra Hitler, que o desarmamento não é tudo" (GOMBRICH, 1999, p. 141-142). O jogo de escala, retirado do saber convencional existente nas metáforas naturais, demonstra-se, portanto, como um estratagema igualmente valorizado pelo desenhista no interior da dinâmica comunicativa da charge.

Na sistematização que o historiador da arte elabora sobre a importância d'**O arsenal do cartunista (1962)** no interior da tradição imagética própria da arte caricatural, Gombrich infere que uma "[...] das funções menos óbvias dessas personificações míticas, como 'Liberdade de Imprensa' ou a 'Paz', pode ser exatamente realçar o mundo das abstrações divinas idealizadas contra o mundo escuro e mesquinho do homem" (GOMBRICH, 1999, p. 141). Assim, ao retomar o exemplo do jogo de escala elaborado no desenho contra Hitler, o historiador da arte conjectura,

> Como Low, estou indeciso quanto à questão de saber se o desarmamento é necessariamente uma boa coisa. Certamente eu não desejaria que o arsenal do caricaturista fosse desmontado. As armas que ele contém podem ser usadas em causas boas e em sinistras. O cartunista pode mitologizar o mundo ou tentar espalhar ilusões. Pode inflar a frase estúpida e dar-lhe uma vida especiosa própria, ou desinflá-la por uma comparação de retórica com as realidades que ela descreve (GOMBRICH, 1999, p. 142).

Os contrastes entre luz e sombra, assim como aqueles que se promovem por meio da oposição realizada no jogo de escalas (1999, p. 141), expressam, portanto, o trânsito que tais elementos assumem no interior da dinâmica comunicativa da charge, evidenciando, dessa forma, a incidência dessas práticas entre os cartunistas, demonstrando-se recorrentes nas estratégias de enunciação da linguagem própria à arte caricatural.

3.1.6 A prática da intertextualidade

Outro elemento presente nas estratégias de enunciação da charge é a introdução da linguagem verbal ao lado da imagética. A primeira é apresentada sob a forma de títulos, legendas e diálogos. Usualmente os títulos e as legendas são dispostos nas partes superiores e/ou inferiores do quadro. Já os diálogos podem estar inseridos nos balões tal qual tradicionalmente se observa nas histórias em quadrinhos. A disposição da linguagem verbal não é rígida, escapando às indicações aqui apontadas em função da perspectiva adotada pelo artista.

A relação entre linguagem verbal e imagética na charge é complexa, recebendo atenção e tratamentos diversificados por autores de diferentes áreas do conhecimento. Nas charges de Angeli, tais linguagens exercem função complementar no diálogo que estabelecem entre si para a construção dos sentidos da narrativa, conforme indicado por Luciana Souza,

> [...] complementaridade que se caracteriza pela equivalência entre os dois códigos. Neste caso, são potencializados os vários recursos de expressão semióticos de cada sistema de linguagem e ambos tornam-se necessários para se compreender o significado global da mensagem [...] imagem e texto se equivalem em grau de importância, cada código informa com seu potencial midiático específico, a imagem possui lacunas que são preenchidas pelo texto ou vice-versa. O olhar do observador dirige-se, na mesma medida, de um código para o outro (SOUZA, 2009, p. 14).

Posição que se aproxima da ideia de complementaridade destacada por Souza (2009) se encontra em Arbach, autor que valoriza a subjetividade do artista ao inferir que "o material a ser utilizado pelo ilustrador não está diretamente nas palavras, mas no espaço entre elas. É nesse espaço vazio, indefinido, nesta área crepuscular entre uma palavra e outra que se localiza a ilustração" (ARBACH, 2007). Nem todos os analistas, porém, orientam-se pela mesma premissa. Genericamente, há os que apontam a assimetria existente na relação entre texto e imagem (ARRIGONI, 2011, p. 2072), os que a concebem em favor da imagem (SILVA, 2008); (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 24) e os que a percebem, em algumas situações, em favor do texto (ABREU SOJO, 2001b).

A perspectiva adotada por essa pesquisa aproxima-se da compreensão de autores como Rodrigo Motta, que refere-se a essa questão nos termos de uma "justaposição de imagem e texto" (2006, p. 29) e Vinícius Liebel, para quem "os elementos textuais promovem um reforço da mensagem apresentada pelo conjunto pictórico", embora advirta quanto à necessidade da linguagem textual ser analisada "em separado por poder ser o fator determinante da compreensão da imagem" (LIEBEL, 2010, p. 194).

A complementaridade na construção dos sentidos e significados que caracteriza a prática da intertextualidade entre as linguagens verbal e imagética é manuseada por Angeli em um significativo grau de complexidade, o que induziu essa pesquisa a tratá-la em duas esferas, as quais foram denominadas de intertextualidade interna e externa. A primeira diz respeito à complementaridade que os dois tipos de linguagem exercem para a construção dos sentidos da mensagem do artista no âmbito da própria imagem. Por sua vez, o que se denominou por intertextualidade externa diz respeito ao sentido, igualmente complementar, que as linguagens verbal e imagética contidas na charge de Angeli estabelecem com as crônicas, as reportagens e os editoriais publicados no periódico Folha de S.Paulo.

Entre as variadas formas de complementaridade obtidas pelo manejo das linguagens verbal e imagética por Angeli e a linguagem textual do periódico em que ela é publicada, salienta-se que a utilização que o desenhista promove dos trocadilhos nas suas estratégias de enunciação também é um aspecto que caracteriza a dinâmica comunicativa da sua charge. Coletados pelo artista no "contexto linguístico" (POCOCK, 2003) do "saber convencional" que caracteriza as "metáforas universais" aludidas por Gombrich (1999, p. 136-138), os trocadilhos cumprem em sua charge, usualmente, a função de relacionar a sua crítica política aos demais textos publicados no jornal pesquisado.

Isso não significa dizer que a prática da intertextualidade externa realizada por Angeli se faça apenas por meio da linguagem verbal que compõe a sua charge. A linguagem imagética, a seu turno, relaciona-se com a linguagem textual do periódico por meio de uma infinidade de motivos artísticos mobilizados pelo desenhista visando essa finalidade. A prática da intertextualidade na produção artística de Angeli sobre o governo Fernando Henrique Cardoso é tão significativa que pode ser observada também na publicação em coautoria com Carlos Heitor Cony, do livro **O presidente que sabia javanês (2000)**, no qual as crônicas do último estabelecem estreito diálogo com as críticas elaboradas pelo artista, evidenciando a frequência com que a charge se reporta aos textos que lhe são correspondentes no período (ANGELI, CONY, 2000).

A abordagem da realidade por meio do comentário crítico do cotidiano da política é, por sua vez, outro elemento constitutivo da charge.[49] Situa-se nesse aspecto uma das contribuições que a análise da dinâmica comunicativa da charge oferece para que se possa apreendê-la como um referente histórico. O comentário das notícias diárias promovido pela charge – indício do recurso à intertextualidade efetuado pelo desenhista – também se

[49] cf.: Gawryszewski (2008), Miani (2012; 2005), Motta (2006), Teixeira (2005).

caracteriza como uma das marcas distintivas desse tipo de produção imagética. Ao dialogar com as reportagens, a opinião dos cronistas e os editoriais publicados no jornal, o desenhista estabelece uma relação polifônica com os demais textos, o que contribui para uma apreensão mais abrangente das questões discutidas pelo chargista.

Assim, além da necessidade em se valer de tais textos para a compreensão do contexto linguístico em que a crítica política da charge é elaborada, torna-se possível, ainda, investigar todo o potencial que a reflexão decorrente da associação entre os diversos comentários publicados no jornal pode produzir (ROMUALDO, 2002).

3.1.7 A temporalidade da charge

Cumpre mencionar, enfim, uma última característica da linguagem chargística. Outra das suas especificidades encontra-se na temporalidade que lhe é subjacente. Veículo do comentário das notícias diárias, sua dinâmica comunicativa erigi-se em torno do acontecimento recente, quase imediato. Se, por um lado, tal característica subtrai ao autor a vantagem da análise distanciada, favorece-o com a perspectiva da proximidade com os fatos. Por outro lado, o trabalho de recuperação do passado pelo historiador, ao mesmo tempo em que se beneficia de tal proximidade do autor com o objeto do seu comentário, esbarra nas dificuldades inerentes a uma interpretação tão pontual quanto a do chargista. Desse modo, "[...] assim como a notícia, a charge indica transitoriedade e é importante observar também, que ela mantém sua força e ação num espaço breve de tempo em que os acontecimentos a que se refere permanecem na memória individual e social imediata [...]". Ressalve-se, entretanto, que a charge não se restringe exclusivamente ao acontecimento recente e imediato (GRUDZINSKI, 2012, p. 07).

Uma análise da charge orientada para a identificação das especificidades que lhe são intrínsecas deve considerar, portanto, os aspectos historicamente responsáveis pela sua configuração hodierna, as relações com o suporte material que a veicula, os objetivos a que se propõe e as funções que cumpre. Deve, sobretudo, analisar os mecanismos de construção dos significados provenientes da sua linguagem, assim como examinar as estratégias de elaboração da sua crítica política.

Dessa forma, a crônica – um dos "gêneros inovadores" introduzidos pela imprensa brasileira a partir do início do século XX para traduzir "a velocidade e a síntese características dos novos tempos" (NERY, 2011, p. 224) – de Angeli sobre o governo Fernando Henrique

Cardoso muniu a sua produção artística de narrativas históricas que trazem a "marca do individual e do coletivo" (LEMOS, 2006, p. 05). Assim compreendida, a análise das charges do desenhista permite caracterizar a prática e o debate políticos do contexto histórico que lhe é correspondente. A crônica política do artista sobre o governo de Cardoso pode ser apreendida, portanto, como expressão de um ato de fala (POCOCK, 2003) enunciado por Angeli e elaborado por meio de uma produção imagética que se concretiza nas charges publicadas no periódico Folha de S. Paulo entre os anos de 1995 e 2001.

3.2 O "arsenal" de Angeli: a abordagem sincrônica

A dinâmica comunicativa da charge de Angeli sobre o governo Fernando Henrique Cardoso, expressa na relação entre o objetivo do chargista em transmitir sinteticamente a sua mensagem e o manuseio dos elementos constitutivos da linguagem da charge para essa finalidade, tem como principal estratégia de enunciação a ridicularização da figura presidencial. Essa é a característica mais representativa da produção artística do desenhista. Presente em toda a série investigada, e imediatamente reconhecível em, ao menos, trinta e sete imagens[50] – 12,4% do total de charges pesquisadas –, sua centralidade no interior da dinâmica comunicativa da charge se verifica na medida em que articula as diversificadas estratégias de enunciação criadas pelo artista.

Por sua vez, os elementos constitutivos da linguagem chargística mais recorrentemente mobilizados por Angeli para a caracterização do governo de Cardoso forneceram indícios emblemáticos para a identificação e compreensão dos significados e sentidos presentes na interpretação do artista. Estes se demonstraram, sobretudo, na utilização das práticas: de criação de multifacetados estereótipos (19,7%)[51]; de imprimir diversificados graus de complexidade e/ou sofisticação às suas metáforas (16,4%)[52]; de personificação do governante

[50] cf. imagens com o recurso à ridicularização nas charges números: 4, 15, 16, 21, 24, 29, 52, 66, 69, 81, 111, 118, 127, 133, 136, 137, 138, 143, 146, 150, 151, 156, 158, 160, 167, 177, 178, 182, 186, 187, 189, 192, 206, 211, 217, 214, 284. Inventário temático.

[51] cf. imagens com o recurso aos estereótipos nas charges números: 9, 15, 17, 22, 23, 31, 32, 33, 36, 39, 40, 45, 48, 53, 62, 63, 64, 68, 69, 70, 75, 76, 79, 87, 90, 91, 94, 100, 114, 120, 123, 126, 129, 131, 144, 149, 154, 155, 161, 162, 164, 174, 182, 184, 194, 197, 200, 203, 207, 210, 216, 229, 230, 231, 235, 237, 258, 261, 263, 265. Inventário temático.

[52] cf. imagens com o recurso à metáfora nas charges números: 5, 17, 19, 49, 75, 87, 129, 132, 285, 92, 93, 100, 101, 107, 119, 123, 124, 127, 129, 132, 138, 144, 152, 156, 157, 164, 169, 171, 173, 184, 194, 197, 216, 221, 230, 237, 239, 241, 255, 257, 258, 259, 263, 271, 276, 277, 280, 285, 296. Inventário temático.

em uma variedade de objetos inanimados (8,7%)[53]; de recorrer ao "bestiário político" próprio do contexto linguístico dessa tradição imagética ligada ao zoomorfismo (8,3%)[54]; assim como nas representações em que Cardoso aparece miniaturizado (4,3%)[55] e/ou infantilizado (2%)[56], exemplificando algumas das diferentes maneiras com que Angeli alude aos contrastes que deseja elaborar.

Ao incidirem sobre a figura presidencial de Cardoso, os estereótipos construídos por Angeli permitem compreender tanto as características que o desenhista julga como próprias do seu caráter quanto o discernimento que o chargista deseja expressar acerca da prática política do governante. Assim, observa-se na produção de Angeli o escalonamento de uma série de tipos sociais que vão dos mais corriqueiros e tradicionais estereótipos – como náufrago, cientista, profeta, goleiro, sapateiro, cozinheiro, monarca, surfista, dona de casa – até arquétipos inusitados e com maior grau de sofisticação – tais quais o colonizador português, o cantor de axé Carlinhos Brown, o de *rock* Elvis Presley, o imperador romano Júlio César, o personagem de *reality show*, entre outros.

Já as metáforas construídas por Angeli agregam a maioria dos motivos artísticos tradicionalmente referidos à prática política, como o tradicional navio de guerra para aludir ao Estado, por exemplo. O desenhista constrói, no entanto, suas metáforas referentes ao Estado que no seu traço já foi caracterizado, entre outras formas, como um ônibus um robô, um aquário, um elevador e, até mesmo, na típica viatura policial, o "camburão".

Por sua vez, os animais abjetos (zoomorfismo) mobilizados para sugerir ora a relação de Cardoso com os seus opositores, ora a crítica de Angeli ao presidente, recorrem, do mesmo modo, a cobras, sapos, corvos e urubus, tubarões, gafanhotos, crocodilos, lobos que, junto a tantos outros, conformam tradicionalmente a imagética política.

Uma particularidade na utilização que Angeli faz dos elementos constitutivos da charge para sugerir a sensação de repulsa está na representação da oposição a Fernando Henrique Cardoso por meio da remissão à presença de mofo e bolor nas paredes do Palácio do Planalto[57] ou à irrupção de acnes e brotoejas no seu rosto[58], além do desconforto causado

[53] cf. imagens com o recurso aos objetos inanimados nas charges números: 17, 49, 52, 107, 118, 123, 127, 133, 138, 150, 156, 167, 187, 188, 196, 217, 211, 226, 232, 250, 252, 255, 258, 266, 282, 297. Inventário temático.
[54] cf. imagens com o recurso ao zoomorfismo nas charges números: 1, 19, 36, 42, 58, 90, 92, 103, 104, 119, 148, 157, 171, 175, 189, 199, 215, 218, 221, 230, 245, 271, 273, 258. Inventário temático.
[55] cf. imagens com o recurso à miniaturização nas charges números: 20, 21, 24, 44, 126, 137, 138, 143, 146, 158, 173, 251, 252, 297. Inventário temático.
[56] cf. imagens com o recurso à infantilização nas charges números: 178, 186, 192, 209, 213, 214. Inventário temático.
[57] cf. charge n. 124, **Palácio em Reforma**. Inventário temático.
[58] cf. charge n. 84, **Acnes e brotoejas**. Inventário temático.

pelas unhas encravadas, calos e joanetes nos pés[59] do presidente. O protagonista privilegiado nesse tipo de representação é, usualmente, o então presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva, embora outros atores políticos sejam mencionados, inclusive da base aliada do governo.

A prática da representação da figura presidencial por meio do contraste entre escalas também caracteriza a estratégia enunciativa de Angeli. É recorrente o uso que o desenhista faz de práticas como a miniaturização[60] e/ou a infantilização[61] da representação de Fernando Henrique Cardoso. Este é um dos aspectos, inclusive, que contribui para a explicitação do sentido da ênfase atribuída pelo artista ao selecionar as imagens que compuseram a série pesquisada. Um dos exemplos dessa prática pode ser observado na utilização que Angeli faz do motivo artístico que remete à gaveta de uma mesa de escritório ou de algum arquivo do gabinete presidencial.

A existência de séries menores de imagens no interior da série de charges investigadas é mais uma característica atinente às formas de enunciação da crítica de Angeli. Entre elas, a série "faixas presidenciais"[62] (6%) foi a única de fato explicitada pelo artista, dispondo, inclusive, de local específico para seu acesso na página do autor na internet[63]. Nesses casos, a estratégia enunciativa do desenhista consiste em valer-se recorrentemente de um motivo artístico específico – a faixa presidencial ou o retrato oficial, por exemplo – de modo a aquilatar ou recuperar determinados enunciados e argumentos proferidos anteriormente e, assim, ora reiterar os seus sentidos, ora imprimir-lhes novos significados.

Observou-se, dessa forma, outros três conjuntos de imagens em que se pode identificar, de maneira análoga, a mesma estratégia enunciativa presente na série "faixas presidenciais". Em virtude da convergência dos significados dos seus enunciados e da repetição das expressões ou dos motivos artísticos contidos nessas imagens – como em alguns de seus títulos, por exemplo –, as demais séries menores identificadas foram nomeadas de "presidente sociólogo"[64] (4%), "galeria de presidentes"[65] (2%) e "retratos oficiais"[66] (1,6%).

---

[59] cf. charge n. 121, **Calos e joanetes**. Inventário temático.
[60] cf. charge n. 24, **Nos arquivos do Planalto**. Inventário temático.
[61] cf. charge n. 192, **Fernandinho no país das maravilhas**, Inventário temático.
[62] cf. imagens com o recurso à série galeria de presidentes nas charges número: 21, 38, 51, 147, 160, 161, 162, 169, 190, 236, 238, 256, 259, 269, 275, 288, 289, 293. Inventário temático.
[63] Disponível em: <http://www2.uol.com.br/angeli/fhc/faixas.htm>.
[64] cf. imagens com o recurso à série presidente sociólogo nas charges número: 1, 6, 14, 70, 83, 114, 180, 236, 245, 246, 262, 287. Inventário temático.
[65] cf. imagens com o recurso à série galeria de presidentes nas charges número: 4, 50, 167, 188, 254, 291. Inventário temático.
[66] cf. imagens com o recurso à série retratos oficiais nas charges número: 21, 71, 89, 142, 161. Inventário temático.

Outra característica do conjunto de imagens selecionado pelo desenhista nesse sentido é a existências de sequências cronológicas[67] que acabam por constituir, outras séries menores sobre temas concernentes ao debate político. A sua identificação contribuiu também para a apreensão da periodicidade com que as charges de Angeli circulam no periódico, que publica, semanalmente, de três a quatro charges na seção do jornal Folha de S.Paulo, na seção **Opinião**, sempre na segunda página do periódico, no **Primeiro Caderno**.

Mais um aspecto relevante aspecto das estratégias de enunciação da crítica de Angeli é a constante referência às práticas do cotidiano. O contraste entre a prática política governamental e a vida cotidiana dos governados é outra significativa característica da enunciação da sua crítica política. O estabelecimento de tais alusões pelo desenhista é revelador do léxico predominante em seu contexto linguístico, tanto no que se refere à tradição imagética da arte caricatural quanto ao debate político relativo ao governo de Cardoso.

Assim, a referência a filmes em cartaz no cinema; comerciais e programas de televisão; músicas, cantores ou gêneros musicais; comemorações e felicitações típicas dos festejos de fim de ano; férias em família na praia; cenas da vida privada de um casal como o diálogo com o cônjuge dentro de casa, compras no supermercado, etc. Nas últimas situações, a principal personagem representada ao lado do então presidente é a socióloga Ruth Cardoso, sua esposa, cuja representação, normalmente, também se institui como estratégia do artista para proferir a sua crítica.

Finalmente, porém não menos significativa, a recorrência com que Angeli se vale de estratégias de enunciação voltadas para uma caracterização geral do governo Fernando Henrique Cardoso. Estas se encontram, predominantemente, entre as charges que compõem as últimas imagens da série. Entretanto, foram igualmente utilizadas em outros momentos do governo de Cardoso, que não somente ao final dos seus dois mandatos, em 2002.

Articuladas em torno da estratégia de ridicularização da figura presidencial, portanto, esses são os elementos constitutivos da linguagem da arte caricatural que predominaram na linguagem chargística de Angeli na série de imagens analisadas. As ênfases conferidas pelo chargista delinearam, assim, os contornos das estratégias e ferramentas de que o chargista se valeu com mais frequência para a enunciação da sua crítica política. Por meio delas se investigou a caracterização que Angeli elaborou sobre o governo Fernando Henrique Cardoso.

[67] cf. Capítulo 5.

3.2.1 O esboço do(e) presidente

Os procedimentos de análise da produção artística de Angeli orientaram-se, assim, de maneira a relacionar a dinâmica comunicativa da sua charge com os elementos constitutivos da linguagem acerca da representação imagética sobre a prática política. Intitulada **Vossa Excelência, um esboço**[68], a charge exemplifica essa prática. Nela, a estratégia enunciativa do artista explicita a alusão à ***Poire***[69] de Philipon. Uma das aproximações de Angeli junto à tradição em que se insere a crítica dirigida ao rei francês Luís Filipe I consiste em utilizar-se do processo de redução caricatural de Cardoso para expressar sua crítica ao mandatário e ao desempenho do governo.

Seguindo a trilha de Philipon, Angeli divide a sua charge em seis quadros – o que evidencia, também, a sua filiação à tradição imagética ligada às histórias em quadrinhos – cada um representando um ano de governo transcorrido. Usualmente confinada à temporalidade do acontecimento recente, nesta charge o artífice constrói uma visão retrospectiva do governo, imprimindo, assim, um enfoque estrutural para o seu comentário sobre a atuação política presidencial no período. Aspecto que igualmente se constata na dilatação da temporalidade impressa pela redução da velocidade da "câmera lenta" do seu processo de redução caricatural do presidente. Observe-se, ainda, que a figura presidencial só se mantém reconhecível até o terceiro quadro. Dali em diante, sua deformação culmina na representação de uma figura surreal, repleta de significados.

O padrão da caricatura de Cardoso feita por Angeli, visível no primeiro quadro, assenta-se na deformação de toda a estrutura facial do governante. Pode-se afirmar que o ângulo adotado para o processo de redução caricatural faz parte da estratégia enunciativa dessa charge, pois denota o objetivo do seu artífice em traçar o perfil presidencial. Todavia, o aspecto pontiagudo da testa e do cabelo não é usual nas demais representações que Angeli produziu sobre Cardoso. Neste caso, a sequência demonstra que isso se deve aos propósitos da deformação que o artista objetiva alcançar nessa imagem.

Em uma das imagens presentes na obra publicada em parceria com Carlos Heitor Cony, e que não foi selecionada pelo artista para compor a série publicada em sua página na internet, o desenhista associa o padrão caricatural que elaborou para a representação de Cardoso com a personagem do desenho animado da década de 1980, o urso Zé Colmeia (ANGELI, CONY, 2000, p. 31).

---

[68] cf. imagem 6, anexada.
[69] cf. imagem 1, anexada.

O desenhista afunilou as dimensões da parte superior da cabeça que, diminuta, passou a contrastar com o robusto alongamento dos componentes de sua metade inferior, fazendo com que o formato avantajado atribuído às orelhas, ao nariz e aos lábios – especialmente o superior, em cujo traço o desenhista intensifica o exagero da desfiguração – contribua para assinalar a desproporção entre as duas metades da cabeça presidencial. Algumas pinceladas bastaram para a equivalência com os poucos dentes responsáveis por atribuir ao banguela mandatário os ares da estupidez e imbecilidade evocados para a caracterização do rei burguês por Philipon.

Mencionou-se o quanto a sugestão de Leonardo da Vinci, acerca de um sistema de classificação que divida o rosto em quatro partes, pode ser útil para a análise da caricatura na charge (GOMBRICH, 2007, p. 294). Assim, uma das particularidades do processo de redução caricatural de Angeli reside no fato de a sua caricatura sobre Cardoso não ter o queixo representado. Em seu lugar, apresenta-se uma flácida e aristocrática papada, a substituir o republicano pescoço do mandatário. Do âmbito da tradição encetada por Philipon, a saliência da papada atribuída a Cardoso pode ser lida como uma referência de Angeli ao traço aristocrático que marca o perfil presidencial, tanto maior quanto mais proeminente.

No segundo quadro, a progressiva deformação atinge a cabeça e o cabelo do retratado, o que uniu o aprumado topete ao lábio superior no quadro seguinte. Neste, o lábio inferior é distorcido até a altura da papada, momento em que ainda é possível identificar o protagonista. Já nos três últimos quadros, no entanto, o alongamento das feições presidenciais resulta em um emaranhado irreconhecível. Desse modo, o processo de redução caricatural desenvolvido nessa imagem consistiu-se na principal estratégia para a enunciação da crítica de Angeli que, no olhar panorâmico e em "câmera lenta" que lançou sobre o governo, destaca o quanto o poder desfigurou Fernando Henrique Cardoso. A julgar pelo paroxismo a que o desenhista conduziu o processo de deformação caricatural do presidente, subjacente à metáfora explicitada encontra-se, ainda, a péssima avaliação acerca do desempenho governamental.

O demasiado exagero da distorção presente na redução caricatural de Cardoso refere-se à queda da popularidade do governo naquele momento, característica que marcou boa parte do segundo mandato presidencial e que também foi recorrentemente enfatizada por Angeli. Constatou-se a baixa aprovação que o presidente gozava à época da publicação da charge em pesquisa de opinião, realizada ao final do ano 2000, voltada para aferir a avaliação que os entrevistados faziam da administração do presidente Fernando Henrique Cardoso (COUTO; ABRUCIO, 2003, p. 284). A estratégia de enunciação do artífice nessa imagem consistiu, assim, em relacionar a surreal distorção do processo de redução caricatural à progressiva

queda dos índices de popularidade que marcavam também o segundo mandato de Cardoso até aquele momento.

A análise da produção artística de Angeli, por meio do procedimento que a relaciona com a típica linguagem acerca da representação imagética sobre a prática política, contribui, assim, para redimensionar a amplitude da sua crítica ao governo de Cardoso. A alusão à crítica de Philipon ao rei Luís Filipe I, em 1834, sob a clássica transformação do monarca francês em uma pera, auxilia, por exemplo, na compreensão da magnitude dos significados subjacentes ao perfil que Angeli traçou de Cardoso ao longo do tempo em que este permaneceu à frente da presidência da República. Dentro dessa perspectiva, portanto, a associação feita por Angeli, entre o grau de deformação a que foi conduzido o processo de redução caricatural e a queda da popularidade do governo ao longo do segundo mandato, é reveladora da caracterização que o artista elabora sobre o desempenho governamental de Cardoso que, na crítica política de Angeli, foi marcado pela "surreal imbecilidade, estupidez e tolice" do governante.

Na charge em questão, a interação com a linguagem verbal reforça esse sentido ao contrapor, em seu título, o formal e altivo tratamento protocolar que cerca a figura presidencial, indicado na expressão "vossa excelência", à sua imediata ridicularização por meio do trocadilho vindouro, "um esboço". O título acrescenta, assim, mais um sentido ao significado da crítica de Angeli ao desempenho governamental de Cardoso. A conjugação com a linguagem verbal indica que, para o desenhista, a atuação política presidencial demonstrou-se muito aquém dos resultados esperados e propalados pelo próprio mandatário, apresentando-se, dessa forma, como apenas um "esboço" daquilo que as expectativas e a propaganda política em torno de Cardoso preconizaram. Ressalte-se, ainda, o prognóstico do artista de que o ocaso do governo aponta para um horizonte nada promissor.

Presente na primeira serie de Angeli sobre Cardoso, publicada em outubro de 2000 (ANGELI; CONY, 2001), essa charge foi referenciada em outra, apresentada pelo artista como uma espécie de "rascunho" elaborado anteriormente sobre ela. Publicada como se fosse o "**Prefácio**"[70] dessa primeira série, o "rascunho" da charge **Vossa excelência, um esboço**. evidencia os aspectos da caracterização da figura presidencial que o artista intenta ressaltar. Essa imagem representa, ainda, os rascunhos e esboços que compõem o repertório elaborado por Angeli para a caracterização da sua vítima.

[70] cf. imagem 7, anexada.

A alusão de Angeli aos estudos fisionômicos de Töpffer (GOMBRICH, 2007) foi explicitada em uma sorte de rascunhos que, somados às variadas representações de Cardoso, formaram uma espécie de moldura sobre a imagem central, a charge **Vossa excelência, um esboço**. A sequência de rascunhos, imediatamente abaixo do título, evidencia a escolha pelo exagero do nariz e dos lábios de Cardoso, especialmente o superior, no estabelecimento do mencionado padrão da representação caricatural do governante. A aplicação da técnica de redução do traço fisionômico, referida no destaque atribuído à papada que substitui o pescoço de Cardoso, pode, agora, ser observada em outras caracterizações da figura presidencial.

Por sua vez, a representação de Cardoso como uma lagarta, disposta no centro do plano inferior da imagem, exemplifica o usual recurso de Angeli ao zoomorfismo, brincadeira originalmente atribuída aos irmãos Carracci (GOMBRICH, 2012; 2007; 1999; 1938).

Os rascunhos exibem, ainda, o cenário privilegiado por Angeli para a representação da figura presidencial, a Praça dos Três Poderes em Brasília. Por sua vez, a inscrição "Dom Fernando Henrique de Barganha", na lateral superior esquerda da moldura, conduz a um marcante estereótipo criado por Angeli. Não obstante o fato de ser a única charge da série em que esse estereótipo é mobilizado[71], a representação de Cardoso na figura de um monarca tornou-se veículo de uma crítica aguda e complexa sobre os significados da prática política presidencial para Angeli. Aqui, por meio da relação estabelecida com a linguagem verbal, o estereótipo do monarca relacionou Cardoso aos herdeiros do trono da dinastia de Bragança, família real que protagonizou a colonização portuguesa na América a partir do século XVI.

O trocadilho com o sobrenome da família real metropolitana sugere que o governo de Cardoso não modificou o sentido da exploração das riquezas do país, característico do período colonial. Só se depreende tal consideração, entretanto, informando-se do contexto linguístico referente ao debate político sobre o seu governo. Nesse contexto histórico, o debate comportou temáticas que se referiram às reformas do Estado brasileiro, como as privatizações das empresas estatais[72], por exemplo. Em razão disso, há uma quantidade relevante de imagens que aludem à política econômica e suas implicações sociais. Por sua vez, o contraste entre o manto e a coroa reais, por um lado, e a faixa presidencial por outro, denota mais uma crítica contundente de Angeli, agora, quanto ao autoritarismo que atribuiu à prática política governamental utilizada para a concretização de tais reformas e privatizações.

No canto direito inferior da charge, apresentam-se outros modelos igualmente utilizados pelo artista para a representação da figura presidencial. Pode-se depreender que a

[71] cf. imagem 33, anexada.
[72] cf. imagens com a temática sobre as privatizações nas charges número: 59, 62, 63, 65. Inventário temático.

imagem do mandatário absorto na suntuosa poltrona, por exemplo, é uma maneira de o artista aludir à inércia do governo de Cardoso. Do mesmo modo, na imagem acima, em que Cardoso está quase que completamente enrolado no desmesurado tamanho da faixa presidencial, se pode inferir a crítica ao imobilismo governamental. Tudo isso reforça o sentido da crítica à, no mínimo, atabalhoada trajetória do mandatário, explicitada na imagem ao centro, de onde resultou a charge analisada anteriormente.

A transformação do presidente em uma caneta, ou em qualquer outro tipo de objeto inanimado, também faz parte do repertório erigido para a representação da figura presidencial por Angeli. O recurso à tradicional arte caricatural de dar vida a objetos inanimados, expressa na inovação à qual Gombrich atrela o advento da caricatura, subentende a cumplicidade do leitor ao representar Cardoso por meio da redução dos seus traços fisionômicos, promovendo, assim, a representação do semelhante no seu equivalente. Dessa maneira, a caneta presidencial de Angeli é representativa, a um só tempo, das diversas formas de ridicularização da figura presidencial elaboradas por Angeli para caracterizá-la, assim como da principal ferramenta utilizada pelo artífice para exprimi-la[73].

Já a caracterização de Cardoso como um ovo é representativa da dupla perspectiva temporal que a charge pode encerrar (GOMBRICH, 1999). Como se observa no canto superior direito da imagem, as inscrições "ovo novo" funcionam como trocadilho para o início do ano seguinte, aludindo ao acontecimento recente. Por sua vez, a já referida pouco promissora expectativa do artista para o final dos dois mandatos de Cardoso se encontra evidenciada na imagem central. Reitera tal desesperança a inclusão do motivo do ovo estrelado, indicando a repulsa própria do ato de se atirar ovos em um político. Mencione-se, ainda, a temporalidade evocada na representação de Cardoso como descendente da dinastia de Bragança. O passado colonial torna ainda mais longevo o recuo no tempo, já operado pelo artista ao dispor os seis quadros representando, cada qual, os anos do governo transcorridos até a publicação da charge.

A caracterização geral do governo de Cardoso[74] (2%) também se delineou como uma das estratégias de enunciação da crítica de Angeli. Sua presença em outras imagens permite depreender o sentido essencialmente negativo que lhe foi atribuído, oferece valiosos exemplares da concisão das mensagens que caracterizam a dinâmica comunicativa da charge

[73] Esse foi um dos motivos artísticos mobilizados por vários desenhistas para expressar sua solidariedade aos mortos no ataque ao periódico *Charlie Hebdo*. Angeli também se manifestou em relação ao atentado cf. imagem 8, anexada. Disponível em: <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/31725-homenagem-charlie-hebdo#foto-471354>.

[74] cf. imagens com o recurso à caracterização geral do governo nas charges números: 29, 108, 197, 227, 250, 258, 278, 285. Inventário temático.

e informa sobre a ênfase do artista nos problemas apontados como definidores do conjunto da atuação governamental. Metade das charges a esse respeito se refere aos problemas sociais que marcaram a gestão de mandatário. Os problemas assinalados com maior frequência estão relacionados ao desemprego e à pobreza. Contudo, entram na lista também a crise na "saúde e educação", a fome, as injustiças sociais, a má distribuição de renda e a alta mortalidade infantil[75].

O *slogan* criado para a sua primeira campanha presidencial de Fernando Henrique Cardoso para as eleições de 1994, consistiu em apresentar – sob o signo da mão espalmada – as cinco áreas a serem priorizadas pelo seu governo: saúde, educação, trabalho, segurança e desenvolvimento[76]. Quatro anos depois, aos vinte e dois de julho de 1998 e, assim, às vésperas do pleito que reelegeu Fernando Henrique Cardoso, o jornal Folha de S.Paulo publicou a charge de Angeli, intitulada **Cinco dedos**.

Nela, por meio do recurso à linguagem disponível retirada do contexto linguístico (POCOCK, 2003) de sua época, o desenhista alude, ironicamente, à expressão "metendo os pés pelas mãos" para, com isso, recorrer ao saber convencional nela subentendido, como forma de criticar o desempenho governamental de Cardoso. A metáfora natural (GOMBRICH, 1999) a que recorre o artista para enunciar a sua apreciação quanto ao desempenho governamental nessas áreas sugere, assim, que as promessas do candidato não somente deixaram de ser cumpridas, como isso se fez da maneira mais atabalhoada possível.

Outro exemplo do uso das metáforas naturais por Angeli pode ser observado na charge intitulada Marca registrada[77], publicada aos dezesseis de julho de 2002, em que o então presidente é representado, ao final do seu segundo mandato, por meio da alusão à prática que, para o artista, caracterizou a atuação governante ao longo dos seus oitos anos no poder.

3.2.2 Galeria, Retratos e Faixas presidenciais

Ernst Gombrich elege o retrato caricatural como exemplo paradigmático da sua compreensão acerca das relações que o formato de uma imagem adquire em decorrência da "função social" que cumpre. Ao discutir as "interações" que a produção artística promove com as "demandas por imagens", o historiador depreende que,

[75] Em relação a estes temas, cf. imagens com o recurso à caracterização geral do governo, especialmente números: 108, 197, 258. Inventário temático.
[76] cf. imagem 9, anexada.
[77] cf. imagem 10, anexada.

> [...] podemos facilmente observar como a função delegada a uma imagem irá interagir com seu formato e aparência [...] um retrato presidencial será diferente em tamanho formato e postura de um retrato caricatural; e este, por sua vez, será diferente em forma e espírito de acordo com sua função social (GOMBRICH, 2012, p. 7-8).

Quanto a esse aspecto da discussão de Gombrich, as charges de Angeli oferecem um significativo exemplo do que o historiador das linguagens políticas, John Pocock (2003), caracterizou como o "uso antinômico da linguagem" que os governados promovem da linguagem que os governantes lhes impõem. Entre as quatro séries menores identificadas no interior do conjunto de charges selecionadas para análise, aqui intituladas como as "faixas presidenciais", os "retratos oficiais", a "galeria de presidentes" e "o presidente sociólogo".

Nestas séries menores, assim como em outras charges da série analisada, o desenhista apropria-se dos significados imputados à imagem de Cardoso na linguagem oficial [78], enunciada do âmbito do Estado, subvertendo os seus sentidos originais e imprimindo-lhe significados distintos e antagônicos à "função social" com a qual a linguagem oficial a expressa [79]. Somadas, as três séries menores – galeria de presidentes, retratos e faixas presidenciais – representam 10,4% do total de imagens investigadas. Em todas elas foi possível a identificação dessa prática entre as estratégias de enunciação da charge de Angeli. Por meio dessas imagens, foi possível identificar também alguns dos temas atinentes ao debate político sobre o governo Fernando Henrique Cardoso.

Na série "retrato oficial" [80], é possível reconhecer, por exemplo, significativas características da dinâmica comunicativa da charge de Angeli, assim como as temáticas que aludem ao debate político, além da sintomática particularidade referente à identidade política do desenhista, a temática referente ao movimento punk, surgido ao final da década de 1970 na Inglaterra e que se difundiu pelo mundo como um expressivo movimento de contestação política e social.

A aproximação junto a essa temática é proveniente de outro círculo social em que o chargista também transitou. Além da órbita do Partido Comunista Brasileiro (PCB), durante a década de 1980 – momento em que o desenhista passou a publicar a **Revista Chiclete com Banana** e criou inúmeras personagens que ficaram famosas com suas histórias em quadrinhos

---

[78] cf. BRASIL. Galeria de presidentes. **Palácio do Planalto**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/galeria-de-presidentes>.

[79] cf. Sobre a troca da fotografia oficial de Fernando Henrique Cardoso, do primeiro para o segundo mandato, cf. a reportagem **Todos os retratos da Presidência**. Disponível em: <http://gq.globo.com/Prazeres/Poder/noticia/2014/05/todos-os-retratos-da-presidencia.html>.

[80] cf. imagens com o recurso série retrato oficial nas charges números: 21, 71, 89, 142, 161. Inventário temático.

–, Angeli frequentava o meio "underground" paulistano, como a **Editora Circo** autodenomina-se no livro intitulado, **Humor paulistano: a experiência da circo editorial (1985-1995)**, lançado em 2014, para comemorar os trinta anos de sua existência. A editora foi criada em parceria com um amigo de infância de Angeli, Toninho Mendes (MENDES, 2014).

Bob Cuspe – um punk que vivia nos canos da rede de esgoto da capital paulista – principal personagem de Angeli, foi o estereótipo por meio do qual o desenhista criticou os costumes e as práticas sociais vigentes no Brasil à época. Outras personagens, como a dupla **Meia oito** e **Nanico**, foram representados como estereótipos dos militantes políticos de esquerda que lutaram contra a ditadura civil-militar na década passada, além da **Rê Bordosa**, estereótipo da "alcoólatra notória", por meio da qual o chargista também recriou o universo "underground" em que constituiu seu próprio "arsenal", entre vários outros. Em 2003, sob direção de Otto Guerra, foi lançado ***Wood & Stock*: Sexo, Orégano e *Rock'n'Roll* (2003)**, longa metragem cujo título carrega os nomes, e os hábitos, de outras duas personagens criadas por Angeli na década de 1980 e que também ganharam notoriedade.

A charge intitulada **Presidente underground**[81], exemplifica esse universo por meio do qual Angeli subverte os significados da linguagem oficial e protocolar dos retratos e imagens presidenciais. O descomunal grampo de cabelo que atravessa as republicanas narinas de Cardoso é representativo da fina ironia com que o artista se refere a essa linguagem oficial. O grampo alude a um dos mais emblemáticos acessórios da indumentária e estética do movimento punk, o alfinete espetado no nariz.

Por outro lado, nesse contexto histórico, o acessório é alusivo também ao grampo telefônico da conversa entre o presidente da República e o presidente do BNDES à época, André Lara Resende, que levou às denúncias acerca de eventuais práticas de corrupção no leilão que privatizou, em julho 1998, setores da Telebrás, empresa estatal que dispunha do monopólio dos serviços de telefonia do país até aquele momento[82].

Em nota oficial, intitulada **Noticiário obscurece fatos**, o Palácio do Planalto repudiou a publicação das transcrições da sua conversa pelo periódico Folha de S.Paulo, classificando a prática de "sensacionalista"[83]. Em evento na Confederação Nacional da Indústria, a fala presidencial questionou se o país deveria continuar a ter as "suas tripas expostas por CPI's (Comissão Parlamentar de Inquérito), porque os caminhos normais não permitem que essas

[81] cf. Imagem 11, anexada.
[82] FHC vê "sensacionalismo" na divulgação de grampo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 maio 1999. (Reportagem da sucursal de Brasília).
[83] Noticiário obscurece os fatos. **Folha de S.Paulo,** São Paulo, 26 maio 1999. (Reportagem da redação).

mesmas tripas sejam expostas"[84]. O PSDB, partido do então presidente, também lançou nota oficial minimizando as acusações de corrupção feitas pelos partidos de oposição. Nesta, o líder do partido no Senado, Arthur Virgílio (PSDB-AM), ironiza as denúncias afirmando que o "PT é viciado em CPI, como há gente viciada em outras drogas". Por sua vez, Aécio Neves, líder do partido na Câmara (PSDB-MG), descartou a necessidade de instituir-se uma CPI para a averiguação da privatização da Telebrás inferindo que, embora tenha havido "exagero e destempero verbal, não houve dolo"[85].

Capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), os partidos de oposição, a seu turno, mobilizaram-se para a apresentação de um pedido de *impeachment* contra Cardoso. José Genuíno, líder do partido na Câmara (PT-SP), afirmou que "o Congresso não pode se omitir com o nível de detalhes da reportagem da Folha. As fitas falam por si". Já o então presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, condenou a prática exclamando que "o governo parece até uma quadrilha. Todo dia tem uma pessoa ligada ao presidente envolvida em alguma falcatrua", e advertiu, "ele perdeu o senso de responsabilidade e não poderia participar de uma conversa tentando criar condições para favorecer uma empresa"[86].

O então presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP) – pertencente à base governista da época e responsável por acatar, ou não, a interpelação contra Fernando Henrique Cardoso –, por outro lado, qualificou o pedido de *impeachment* da oposição, assentado na denúncia de crime de responsabilidade contra o então presidente da República, como "exagerado"[87].

Na charge **Presidente underground**, a prática da intertextualidade estabelecida com a linguagem verbal presente no título reforça a alusão do artista ao movimento punk, ao mencionar – no balão criado para a representação da fala presidencial – o gênero musical que o caracterizou e foi a sua forma de expressão por excelência, o punk *rock*. Com a última expressão dessa fala, "[...] nunca viu?", a sugestão de Angeli quanto à suposta agressividade do retratado, típica do comportamento dos adeptos do referido movimento de contestação social, concluiu o sentido da ironia empregada pelo artista para a enunciação da sua crítica ao mandatário.

Quanto às estratégias de enunciação da dinâmica comunicativa das charges de Angeli, também é possível verificar nessa série o uso do contraste de escalas como uma das armas do

[84] FHC critica "tripas expostas" a todo instante. **Folha de S.Paulo,** São Paulo, 26 maio 1999. (Reportagem da sucursal de Brasília).
[85] Oposição quer *impeachment* de FHC. **Folha de S.Paulo,** São Paulo, 26 maio 1999. (Reportagem da sucursal de Brasília).
[86] Idem.
[87] Idem.

"arsenal do cartunista" (GOMBRICH,1999, p. 141-142). Na imagem 12, publicada em 22 de maio de 1996, e justamente intitulada **Retrato oficial**[88], Cardoso é miniaturizado pelo artista de modo a caracterizar a "pequenez" da sua estatura em oposição à envergadura do traje presidencial. Refere-se o chargista, com isso, ao contraste entre a queda da aprovação do governo e os seus esforços, seja para aprovar a emenda constitucional que permitiria a sua recondução à presidência da República em 1998, seja para traçar as estratégias capazes de fazê-lo subir nas pesquisas de intenção e voto e, assim, se reeleger.

A crônica de Clóvis Rossi, publicada no mesmo dia e imediatamente abaixo à crônica de Angeli, com o sugestivo título **Pra que estudar tanto? (1996)**[89], resume a fragilidade política e o momento delicado em que se encontrava Cardoso no segundo ano de mandato. De acordo com o colunista, um conjunto de fatores colaborava para a situação:

> Marcha da indústria sobre Brasília, greve geral já convocada, assinalando a união da CUT e da Força Sindical, que amam odiar-se, funcionalismo ainda em greve, PFL e PSDB fazendo de conta que se entendem, embora cada qual leve um punhal às costas para cravar no inimigo-aliado. É o fim do mundo, digo, do mundinho de Fernando Henrique Cardoso?[90]

Enquanto Clóvis Rossi relaciona a conjuntura mais imediata à pesquisa que aferiu a queda de popularidade do governo e, assim, depreende ser "inequívoco o sentimento de frustração a FHC"[91], o jornalista Carlos Heitor Cony, em crônica intitulada **O time da Cantuária**[92], acompanha o sentido da sua crítica ao comparar a baixa popularidade de Cardoso com os problemas estruturais da formação social brasileira. Para Cony,

> o Brasil não atravessa uma ditadura convencional, com Congresso e tribunais fechados. O jeitinho brasileiro criou, contudo, um simulacro de ditadura que repousa no "Diário Oficial", nas MPs (um instrumento ditatorial), nas barganhas que afinal cumprem a liturgia da democracia: o governo obtém o que deseja com a aprovação do Congresso, pagando o preço previamente ajustado. Nas ditaduras em geral a referência máxima costuma ser os militares. No Brasil neoliberal, o referencial são os interesses de ruralistas que atravancam a reforma agrária e os banqueiros quebrados que sugam bilhões que deveriam ser destinados à saúde, educação, segurança e geração de empregos[93].

---

[88] cf. imagem 12, anexada.
[89] ROSSI, Clóvis. Pra que estudar tanto? **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 22 maio 1996.
[90] Idem.
[91] Idem.
[92] CONY, Carlos Heitor. O time da Cantuária. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 maio 1996.
[93] Idem.

Esta citação é emblemática das críticas que Carlos Heitor Cony endereçou ao Palácio do Planalto durante os oito anos da gestão de Cardoso. Na obra publicada com Angeli em outubro de 2000, **O presidente que sabia Javanês** (ANGELI; CONY, 2000), existem inúmeros exemplares de críticas que se referem ao mesmo conjunto de temas abordados pelo jornalista. Entre eles, destaca-se a recorrência com que o cronista caracteriza o governo de Cardoso como neoliberal, prática também significativa nas charges de Angeli.

A citação explicita também as principais temáticas que perpassaram o debate político sobre o governo de Cardoso. Além dos tradicionais problemas referentes à qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade brasileira, tais quais "saúde, educação, segurança", sintetizam os problemas da chamada "política social" do governo que, entre outras mazelas, não impediu o crescimento do desemprego durante o período.

Quanto à questão das reformas do Estado, o colunista enfatiza a necessidade da reforma agrária, por exemplo, ao mesmo tempo em que critica as privatizações das empresas estatais que norteavam as reformas encampadas por Cardoso. Outra temática frequente na crônica do jornalista e do desenhista verifica-se na crítica aos programas de recuperação do sistema financeiro nacional, o PROER, programa criado pelo governo para socorrer os bancos que não conseguiam saldar as suas dívidas (ANGELI; CONY, 2000).

Já a crônica de Valdo Cruz – intitulada **Cobrança real** – entre outros obstáculos, salienta os problemas do mandatário em conquistar o apoio, até mesmo, do empresariado brasileiro. Insatisfeitos com a política econômica do governo, assentada na estratégia de juros altos para atração do capital internacional, o jornalista adverte que, ainda que o governo tenha acenado com a possibilidade de redução da taxa de juros "[...] tem empresário que já não aguenta mais o discurso oficial" [94].

Assim, a apropriação que o artista realiza da linguagem oficial demarcada na produção dos retratos presidenciais se concretiza tanto nas estratégias enunciativas da charge de Angeli quanto nas temáticas a que o desenhista se refere para anunciar a sua crítica. Quando o artista recorre, por exemplo, à prática do uso do contraste por escala, como na charge da imagem 12, **Retrato oficial**, ou mesmo à ironia que emprega na charge **Presidente underground**, da imagem 11, exemplifica os elementos constitutivos da linguagem chargística mobilizados para a elaboração da sua charge, do mesmo modo que exprime a sua interpretação sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso, assim como critica e discute as práticas políticas de seu tempo.

[94] CRUZ, Valdo. Cobrança Real. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 maio 1996.

Do mesmo modo, ao aludir às temáticas do debate político daquele contexto histórico, Angeli pontua a sua crítica em torno das questões relativas à prática política de Cardoso, seja ao remeter-se às denúncias de corrupção [95] (5,3%) que cercaram o seu governo – especialmente no tocante à falta de transparência das privatizações que foram realizadas pelo **Presidente underground** no âmbito das reformas do Estado brasileiro, como a imagem 11 sugere –, seja por criticar o diminuto desempenho governamental no que diz respeito às dificuldades de Cardoso em levar suas reformas adiante, tal qual apresentado no **Retrato oficial** da imagem 12.

Dentre as séries até aqui analisadas, as mais representativas, contudo, são as "faixas presidenciais". O motivo artístico é notoriamente preponderante nas charges de Angeli. A recorrente presença da faixa presidencial em suas charges expressa a facilidade com que o artista aciona essa construção metonímica capaz de representar, ora a presidência da República, ora o Estado brasileiro. O motivo artístico foi utilizado pelo desenhista para representar também uma gama de situações próprias do cotidiano dos brasileiros, o que lhe atribuiu uma variedade de funções, sentidos e significados.

Merece destaque a frequência com que Angeli emprega o motivo das faixas presidenciais para criticar o governo. Metonímia para a referência ao Poder Executivo, além de facilitar a caracterização da personagem presidencial, uma série de charges a emprega para versar sobre as inúmeras questões que perpassaram os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. As temáticas são diversas e abordam, metafórica e ironicamente, desde as discussões relativas às manobras para "alinhavar"[96] a unidade da coligação partidária governista, por exemplo, até os esforços promovidos em torno da reeleição de Cardoso – tópico mais recorrente.

Assim, a faixa presidencial no traço de Angeli já foi representada como se fosse: uma fralda[97], objetivando ridicularizar a figura presidencial, uma tatuagem[98] ou uma faixa de pedestres[99], para remeter ao autoritarismo subjacente à reeleição de Cardoso; lembrancinha do Estado da Bahia[100], com o intuito de salientar a dependência do governo das suas alianças partidárias, especialmente do partido de Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA); um cartaz de

[95] cf. charges com a temática da corrupção nas charges números: 7, 45, 134, 199, 201, 207, 212, 213, 215, 231, 239, 242, 244, 247, 248 291. Inventário temático.
[96] cf. charge n. 147, **Cortes e costura**, Inventário temático.
[97] cf. charge n. 269, **Nova moda**, Inventário temático.
[98] cf. charge n. 51, **Tatuagem**, Inventário temático.
[99] cf. charge n. 100, **Proibido estacionar**, Inventário temático.
[100] cf. charge n. 169, **Fitinha presidencial**, Inventário temático.

liquidação próprio de estabelecimentos comerciais[101], a coroa de espinhos colocada em Jesus no momento da sua crucificação[102], um bilhete suicida[103], ou uma placa de trânsito – como o aviso aos motoristas da existência de obras na rodovia[104] –, para enfatizar o desgaste do governo; a geladeira repleta de imãs em que se fixam as contas a serem pagas[105], de modo a criticar o aumento de impostos e da carestia no país; o espaço reservado para as advertências do Ministério da Saúde quanto aos malefícios que a mercadoria pode causar no indivíduo que a consome[106], visando defenestrar o candidato do partido governista à sucessão de Cardoso; o equipamento para a prática de *bungie jump*[107], para abordar a relação do governo com a imprensa; uma fantasia de carnaval[108], de maneira a sugerir que ambos – o sociólogo do passado e o então presidente, eram uma farsa. O motivo artístico também foi objeto da expressão do trânsito do artista entre o referido movimento punk, ao representá-lo como uma faixa esfarrapada presa por alfinetes[109].

3.2.3 O presidente intelectual

Na série analisada, existem outras duas imagens em que se pode verificar a mesma estratégia enunciativa da imagem 6, a charge **Vossa excelência, um esboço**[110]. Publicada no periódico Folha de S.Paulo, no primeiro ano do governo de Cardoso, em outubro de 1995, e reproduzida novamente no livro publicado em outubro de 2000 (ANGELI; CONY, 2001), a charge, intitulada **FHC, através dos tempos**[111], também foi dividida em seis quadros, nos quais a visão retrospectiva do desenhista assume um recuo no tempo ainda maior que na charge **Vossa Excelência, um esboço**, remetendo-se, agora, ao início da vida profissional do então sociólogo formado pela Universidade de São Paulo (USP), e não do mandato presidencial. Todavia, nessa charge, o processo de redução caricatural chega ao seu término com o protagonista, embora bastante deformado, ainda reconhecível, diferentemente do paroxismo a que foi conduzido na charge na imagem 6.

---

[101] cf. charge n. 240, **Ponta de Estoque**; e n. 286, **Tudo por R$: 1,99**, Inventário temático.
[102] cf. charge n. 259, **Faixa de espinhos**, Inventário temático.
[103] cf. charge n. 289, **Adeus mundo cruel**, Inventário temático.
[104] cf. charge n. 238, **Em obras**, Inventário temático.
[105] cf. charge n. 288, **Contas a pagar**, Inventário temático.
[106] cf. charge n. 272, **Ministério da saúde adverte Serra 2002**, Inventário temático.
[107] cf. charge n. 122, **Bungee Jump**, Inventário temático.
[108] cf. charge n. 236, **Carnaval em Brasília**, Inventário temático.
[109] cf. charge n. 256, **Alfinetes**, Inventário temático.
[110] cf. charge n. 14, **Simplesmente um luxo**, Inventário temático.
[111] cf. imagem 13, anexada.

Assim, na charge intitulada **FHC, através dos tempos**, o ângulo de observação não foi o perfil escolhido para a representação analisada anteriormente, o giro do modelo se fez de maneira a privilegiar a caracterização e observação frontal. O jogo de contrastes e assimetrias tornou-se, ao lado do processo de redução caricatural do sociólogo que virou presidente, a principal ferramenta do artífice para a enunciação da sua crítica. Assim, a diversidade da indumentária (GOMBRICH, 1999), presente na metade superior da charge, contraria a predominância do terno nas cenas retratadas na sua metade inferior. Outra oposição se realiza no contraste entre o claro e o escuro da charge que foi publicada em preto e branco. Na metade inferior, o progressivo escurecimento dos tons de cinza, que redundam na cor preta do último terno, também diverge da sua disposição na metade superior.

Os demais contrastes erigiram-se do mesmo modo, ou seja, assentados na assimetria criada entre as metades superior e inferior do desenho, o que revela a centralidade que a estratégia assumiu no interior da dinâmica comunicativa existente nessa charge. A assimetria mais explícita na linguagem imagética observa-se, contudo, no processo de redução caricatural. A deformação existente na metade superior do desenho minimiza o ar de imbecilidade, resultante do espaço exagerado entre os dentes, um dos elementos da caracterização do governante existente no processo de redução caricatural de Cardoso, referido no padrão da sua caracterização feita por Angeli. Ao camuflá-los, com o leve cerrar de lábios inseridos no segundo e terceiro quadros, Angeli os destaca na metade inferior, explicitando-os progressivamente, o que potencializa a assimetria ensejada.

A inclusão das legendas e dos balões, por sua vez, dotou o artífice de valiosos recursos para a consolidação dos significados atribuídos aos contrastes formadores dessa estratégia de enunciação. As legendas reforçam a discrepância entre as metades inferior e superior da charge. Por um lado, o enaltecimento da vida pregressa de Cardoso quando estudante, sociólogo e do seu ingresso na política como senador e, por outro, a crítica à sua atuação como ministro da fazenda e presidente da República. Com os balões, a assimetria construída por Angeli resulta na metáfora de uma eventual plástica, alusiva às reformas do Estado promovidas em seu governo. O sentido milagroso da cirurgia – explicitado no último balão, na expressão "tá limpo" – reside em aludir que a plástica não só reformaria as feições que "se desregularam" ao longo do tempo em que esteve Cardoso à frente do poder Executivo, como faria desaparecer as marcas que mancharam o currículo do sociólogo que se tornou presidente.

A última legenda revela, igualmente, a ironia da crítica sugerida na narrativa verbal que antecipa o título. Ao discordar do jargão fatalista que afirma que "o poder enfeia as

pessoas", o artista promove mais um contraste, desta feita, no interior da linguagem verbal da charge, entre a sua inferência inicial e a metáfora veiculada por meio da expressão "**lavo as minhas mãos!!**". Indica o desenhista, assim, que não se responsabiliza pelas consequências sobre as feições presidenciais – e, pode-se deduzir, menos ainda sobre as que recairão sobre o país – caso o presidente seja reeleito e permaneça no poder por mais quatro anos.

O realce da expressão, em negrito, acompanhado de dois pontos de exclamação, destaca, a seu turno, a complementaridade de sentidos existente no interior da própria linguagem verbal, entre a retórica presente na narrativa que introduz a mensagem contida na charge e a legenda do último quadro do desenho. Por sua vez, a complementaridade entre a linguagem verbal e imagética construiu-se em torno da simetria criada pelo artífice entre as legendas e os quadros em que o desenho foi dividido.

Entre as formas de complementaridade, as linguagens verbal e imagética exemplificam o uso que o artista promove da prática da intertextualidade interna. A legenda correspondente ao último quadro é reveladora, ainda, da expectativa criada por Angeli. Na eventualidade da reeleição de Cardoso, a legenda explicita a ineficácia da cirurgia denotada, pois avalia como igualmente impotente a capacidade do governante em realizar as reformas do Estado brasileiro, tão alardeadas pelo mandatário quanto apregoadas pelos periódicos de maior circulação nacional no Brasil desde a década de 1980 (FONSECA, 2005).

É quando se pode dizer, novamente, que o artista promove um "uso antinômico da linguagem" (POCOCK, 2003, p.). Angeli apropria-se do sentido da fala presidencial – como as que Cardoso proferiu em favor das reformas do Estado brasileiro, por exemplo – e subverte seu sentido original. Proferida em 1995, a crítica de Angeli aponta, desse modo, para o cenário das disputas políticas que cercam as eleições presidenciais de 1998. Um dos argumentos em favor da recondução de Cardoso ao poder Executivo, neste contexto, girava em torno da ideia de ser ele o único candidato capaz de levar adiante as reformas do Estado encetadas no seu primeiro mandato. Daí a premência dos esforços políticos mobilizados para viabilizar a sua reeleição.

O consenso em favor do protagonismo de Cardoso na condução das reformas estruturais do Estado brasileiro na década de 1990 foi erigido historicamente, e esse processo pode ser identificado a partir das décadas de 1960 e 1970 (SALLUM JR., 1999). Essa construção se remete à sua atuação ainda como estudante de sociologia, quando da sua participação na campanha pela criação da Petrobrás (SORJ, 2001, p. 115). A campanha "O petróleo é nosso", cujo lema decorreu de uma das *performances* presidenciais mais repercutidas à época, entoou a frase proferida por Getúlio Vargas e exemplifica a polarização

das elites políticas no país (CARVALHO, 2004) em torno de dois projetos distintos, o "nacional-desenvolvimentista" – que se mobilizou em favor da campanha, e o "liberal conservador", contrário a ela (FEREIRA, 2003).

Em **A construção intelectual do Brasil contemporâneo. Da resistência à ditadura ao governo FHC** (2001), Bernardo Sorj analisa o processo que levou à criação do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e atribui a Cardoso o papel de maior diligência na sua edificação. Infere o autor que, devido ao prestígio adquirido com o seu trânsito por diferentes e renomados centros acadêmicos internacionais, o então sociólogo angariou renome nacional e internacional, o que garantiu visibilidade à sua produção intelectual, além do financiamento internacional, da Fundação Ford, para a criação do centro de pesquisas (SORJ, 2001, p. 31).

Quanto à visibilidade conferida à sua produção intelectual, esta pôde ser observada tanto na repercussão das suas considerações acerca da dependência econômica dos países latino-americanos, perante os centros do capitalismo internacional (CARDOSO; FALETTO, 1971) e da sua interlocução no debate acerca da dependência econômica dos países latino-americanos, quanto em virtude da influência e dos desdobramentos políticos da sua análise em relação às fissuras no bloco político que deu sustentação ao Estado oriundo da ditadura civil-militar inaugurada em 1964 (CARDOSO, 1975).

A referida projeção internacional do sociólogo foi precedida pela notoriedade que já havia adquirido nacionalmente. Cardoso foi aluno e amigo de Florestan Fernandes, mentor e expoente da escola de sociologia paulista (SORJ, 2001; MOTA, 1978), e participou do chamado grupo d'**O Capital**, cujo objetivo voltava-se para o estudo sistemático da principal obra de Karl Marx (SCHWARZ, 1998, p. 115-124). Some-se a isso, a atuação política como constituinte e senador da República durante a década de 1980 e têm-se os elementos que colaboraram para a edificação de uma visão progressista acerca da atuação pública exercida pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso[112].

Subjacente à relação estabelecida por Angeli entre a prática política de Cardoso como presidente e a sua atuação no passado como sociólogo, encontra-se, portanto, um conjunto de experiências históricas vivenciadas no interior da formação social brasileira, referentes à figura pública do intelectual desde 1960. Existe, assim, todo um contexto linguístico, engendrado historicamente (POCOCK, 2003), a que o artista se refere nas comparações que elabora entre as figuras do intelectual e do político. A personificação de ambas as figuras,

[112] cf. Capítulo 4.

como forma de aludir à vida pública de Fernando Henrique Cardoso, forneceu valiosa matéria-prima ao artífice.

Mobilizado para a veiculação de complexas e significativas críticas ao governo, tal passado adquiriu relevância no interior da dinâmica comunicativa existente nas charges de Angeli. Como o próprio desenhista explicitou, na introdução em que apresenta a serie analisada,

> Como as hienas e os urubus, nós chargistas petiscamos a carniça da política dos homens. Na verdade eu preferiria uma dieta sem gorduras, mas como na República da buchada de Bode até refinados tucanos lambuzam os bicos, acabei passando os últimos oito anos fritando mais de 1500 charges em óleo quente. Aqui, nesta edição especial de final de governo, selecionei 300 delas, só aquelas que o protagonista é aquele sociólogo poliglota que, como presidente, comeu o pão croissant que o diabo do ACM amassou[113].

Segundo Angeli, portanto, a ênfase da sua interpretação nesta série de charges recai sobre a atuação do mandatário em relação ao seu passado como sociólogo. Expressões como "refinados tucanos" e "pão croissant" são, por sua vez, outras inferências que contribuem para reforçar, por exemplo, a assertiva referente ao traço aristocrático que o desenhista imprime ao perfil do presidente intelectual. A menção à relação entre o presidente e o seu passado como intelectual pode ser verificada em outras charges. Em todas elas se faz presente a ideia de que o sociólogo progressista tornou-se um presidente com posições políticas distantes, e até mesmo antagônicas, em relação ao seu passado.

Entre essas charges se encontra na charge intitulada **O príncipe da sociologia**[114], um dos exemplos que permitem relacionar a produção artística de Angeli a outro aspecto da linguagem acerca da representação imagética da prática política na charge em geral, o zoomorfismo. O desenhista utiliza-se de uma diversidade de animais, representativos do zoológico do cartunista (GOMBRICH, 1999, p. 135-136), para a representação de Fernando Henrique Cardoso, assim como de seus aliados e opositores políticos[115].

O recurso ao zoomorfismo por Angeli é frequente e incide sobre 8,3% das charges investigadas. Para traduzir a ideia de repulsa tradicionalmente atribuída ao adversário político (MOTTA, 2006), por exemplo, Angeli representa os adversários de Cardoso sob a forma de

---

[113] ANGELI. **FHC**: biografia não-autorizada. (2002). Disponível:< http://www2.uol.com.br/angeli/fhc/>.
[114] cf. imagem 14, anexada.
[115] cf. imagens com o recurso ao zoomorfismo nas charges número: 1, 19, 36, 42, 58, 90, 92, 103, 104, 119, 148, 157, 171, 175, 189, 199, 215, 218, 221, 230, 245, 258, 271, 273. Inventário temático.

animais peçonhentos, como cobras e insetos, assim como a de animais diversos, tais quais os citados pelo desenhista, como as hienas e os urubus, além de tantos outros como tubarões, crocodilos, lobos, etc.

Na imagem 14, a deformação da papada que substituiu o pescoço de **O príncipe da sociologia** é veículo, outra vez, do paroxismo a que Angeli conduz o processo de redução caricatural de Cardoso. Os limites entre o reconhecimento da personalidade retratada e o exagero da sua deformação caricatural são novamente extrapolados, de modo a permitir que o artista promova a equivalência da papada de Cardoso no contorno do próprio sapo em que ele foi representado.

A composição entre a linguagem verbal e imagética produziu a metáfora responsável por inferir que o príncipe da sociologia, uma vez na presidência, virou um sapo. O sugestivo título expressa, a seu turno, a menção de Angeli ao aludido "campo semântico" (KOSELLECK, 2006) referente ao passado do presidente. A expressão "príncipe da sociologia" faz menção ao apelido atribuído ao sociólogo por amigos[116]. A conjugação entre o título e a representação de Cardoso como um sapo evidencia, dessa forma, a exemplo da imagem anterior, o contraste entre o campo progressista em que ficou demarcada a atuação profissional e política do sociólogo no passado e a sua decepcionante atuação na presidência da República. O conto de fadas do sapo que, depois de beijado, se transforma em um príncipe tem, dessa forma, a sua narrativa e o seu significado invertidos. O beijo que o intelectual recebeu do poder o tornou "arquétipo" do político repugnante (MOTTA, 2006), imagem que se construiu em oposição à expectativa criada quanto à atuação do "príncipe da sociologia".

Assim, do mesmo modo que na charge intitulada **FHC, através dos tempos**, da imagem 13, a referência ao passado acadêmico de Cardoso na imagem 14, **O príncipe da sociologia**, é uma estratégia para a enunciação da crítica que denuncia a mudança no campo político da atuação de Cardoso, especialmente depois de eleito presidente. A referência ao seu passado transformou-se, dessa forma, na imagem criada pelo desenhista para inferir que o político do presente afastou-se dos princípios ideológicos que norteavam a atuação política do intelectual nas décadas de 1960 e 1970.

Outra menção à relação entre o presidente e seu passado como sociólogo pode ser verificada na charge intitulada **O príncipe e os miseráveis**[117], em que o governante recita

[116] FRAGA, Plínio. Ao comentar "O Príncipe", Fernando Henrique pede silêncio a Lula. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 5 ago. 2010. (Caderno Ilustrada). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2010/08/778374-ao-comentar-o-principe-fernando-henrique-pede-silencio-a-lula.shtml>.

[117] cf. imagem 33, anexada.

filósofos políticos como Maquiavel e Montesquieu a uma multidão que ostenta desesperados cartazes que sugerem a gravidade que as questões sociais assumiram ao longo dos dois mandatos de Cardoso. Nela observa-se, igualmente, a critica ao autoritarismo atribuído à pratica política do seu governo, assim como ao elitismo que pauta a sua relação com a sociedade, em especial os mais pobres. Pode-se afirmar que, nessa imagem, a crítica de Angeli denuncia, até mesmo, a presença de um certo academicismo na conduta do mandatário, devido ao contraste demarcado pelo artista entre a fala intelectualizada do monarca e a carestia que acomete os seus "súditos" manifestantes, expressa nas faixas e cartazes levantadas pela multidão que presencia o discurso oficial.

Dessa forma, verifica-se na interpretação elaborada por Angeli sobre o governo Fernando Henrique Cardoso a demarcação da distância entre o campo político do sociólogo do passado, tido como progressista, e aquele em que Cardoso passou a atuar quando presidente. Em todas as charges da série a respeito dessa temática foi possível observar a presença dessa compreensão. A discussão acerca da distância que o então presidente guardou frente ao sociólogo do passado passou a circular no interior da linguagem do periódico Folha de S.Paulo antes mesmo do início do governo, especialmente quanto às discussões acerca dos seus esforços para a aprovação das reformas do Estado, apresentadas pelo Executivo para apreciação no Congresso Nacional.

3.3 A fala presidencial e o debate político no periódico Folha de S.Paulo

O tema da inflação foi predominante na agenda governamental (KINGDON, 1995) brasileira desde a década de 1980. A inocuidade dos resultados dos planos econômicos lançados nessa área foi, em alguma medida, um dos fatores conjunturais responsáveis pela longevidade da crise econômica da chamada "década perdida". Com o lançamento do Plano Real em julho de 1994, e a insistência do poder Executivo em, a partir do ano seguinte, provocar um conjunto de mudanças na estrutura política e administrativa do Estado brasileiro, à temática da inflação e da abertura da economia – jamais abandonadas – somou-se a das reformas do Estado.

A multiplicidade de questões que cercaram as discussões a respeito das reformas do Estado levadas a termo pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2001), embrenhou a complexidade dos argumentos envolvidos em uma acirrada disputa política em torno das suas implicações políticas, econômicas e sociais. Uma parte desse debate foi travada por

intermédio das crônicas de Angeli publicadas no jornal Folha de S.Paulo e a sua análise permite vislumbrar os esforços políticos dos atores históricos nele envolvidos.

Na comemoração dos sete anos de criação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em três de julho de 1995 – um ano após o lançamento do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso demonstrou-se insatisfeito com a recusa dos parlamentares do seu partido em apoiar as emendas constitucionais que propunham a quebra do monopólio estatal sobre o petróleo no Brasil e a privatização das empresas estatais de telefonia. Em tom de desabafo, o o governante exclamou aos seus correligionários que "não é preciso ser burro para ser de esquerda", e os indagou se só o PFL era um partido inteligente[118].

A repercussão no periódico foi imediata e ruidosa. Entre os dias quatro e nove de julho, constatou-se a incidência da temática nas três charges publicadas por Angeli naquela semana, assim como em dois editoriais, duas reportagens, cinco colunas, além de quatro ocorrências na seção **Frases**. Todas sempre na mesma página em que a charge é publicada. No dia seguinte, a cobrança do presidente, quanto à fidelidade dos seus correligionários de partido, ganhou a manchete de capa e outra reportagem. O assunto foi retomado ao longo dos dias seguintes, e as críticas ao presidente se avolumaram.

Dois jornalistas foram responsáveis pelas cinco colunas publicadas sobre o assunto ao longo daquela semana, Carlos Heitor Cony e Clóvis Rossi. A crítica de ambos converge para a caracterização de um presidente que aderiu ao projeto neoliberal em voga e que se distanciou dos princípios políticos do sociólogo de outrora. A primeira coluna de Clóvis Rossi, por exemplo, publicada no dia cinco de julho de 1995 e prodigiosamente intitulada **Inteligência e vaidade**, inicia-se com a seguinte inferência:

> O Ministério da Saúde deveria mandar imprimir um cartaz que avisasse que **o exercício continuado da política faz mal à sociologia**. É a única conclusão possível a tirar das queixas do presidente-sociólogo Fernando Henrique Cardoso, para quem o PFL teria o monopólio da inteligência. Gosto não se discute. Fatos sim. [...][119]. (grifos meus).

Rossi menciona ainda que o fato de Cardoso chamar a esquerda de burra relacionar-se também à vaidade do mandatário intelectual que, anteriormente, já havia afirmado ser "mais

[118] FHC ataca infiéis e vê PSDB como um partido-avestruz. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 4 jul. 1995. (Reportagem sucursal de Brasília).
[119] ROSSI, Clóvis. Inteligência e vaidade. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 5 jul. 1995.

inteligente que vaidoso"[120]. Já na crônica do dia sete de julho de 1995, intitulada **A inteligência e o fim da linha**, a crítica do colunista incide sobre o que ele compreende ser uma posição de subserviência dos estadistas latino-americanos diante das pressões feitas – por nações como a Grã-Bretanha, "pátria-mãe do neoliberalismo", e os Estados Unidos –, para que os países do continente tropical incorporem o "receituário de ajuste econômico que o Primeiro Mundo avia, mas nem sempre aplica". Nessa coluna, o jornalista chama a todos, "esquerdistas ou neoliberais", de burros e sentencia: "com uns ou outros no governo, o fato é que a tal América Latina continua sendo o fim da linha [...]"[121].

A crítica do jornalista incide principalmente quanto à predominância da política neoliberal engendrada pelos chefes de Estado latino-americanos e à sua responsabilidade pela hegemonia de tais políticas no continente. De acordo com Rossi, não obstante o menosprezo que os mandatários dos países em que as práticas neoliberais foram gestadas lhes reservam, os seus congêneres latino-americanos ainda se esforçavam por aplicar medidas econômicas que, devido à sua natureza recessiva, nem sempre são executadas pelos próprios países que as sugerem.

Carlos Heitor Cony, por sua vez, aprofunda o contraste entre a prática política presidencial e a trajetória pregressa de Cardoso quando sociólogo. Na crônica do dia cinco de julho de 1995, intitulada **A inteligência de Laval**[122], o jornalista tece, espirituosamente, duras críticas ao presidente e, assim, explicita o sentido da sua indignação:

> Quando ouvi falar pela primeira vez em Fernando Henrique Cardoso, disseram-me que era homem inteligente, estava no Chile, em exílio voluntário, com amigos que eu conhecia aqui do Rio [...]. Eu estava na cadeia, achava que o meu lugar era aqui mesmo. **Nesse tempo eu já era burro e FHC inteligente** – era isso que eu queria dizer[123]. (grifos meus).

Cony lembrou que Fernando Henrique Cardoso proferiu a mesma fala que Pierre Laval, deputado francês colaboracionista da República de Vichy, e comparou a prática política subjacente à fala de Cardoso – seja no que diz respeito à desqualificação do adversário político que tal assertiva denuncia, seja no modo de apresentar as reformas neoliberais como uma necessidade inelutável para a modernização do Estado brasileiro –, à

[120] ROSSI, Clóvis. A inteligência e o fim da linha. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 7 jul. 1995.
[121] Idem.
[122] CONY, Carlos Heitor. A inteligência de Laval. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 5 jul. 1995.
[123] Idem.

maneira com que se apresentava a, assim também suposta, inelutável superioridade da modernidade fascista. Nas palavras do cronista, "Laval chamou seus adversários de burros, exatamente como FHC acaba de fazer. Como não perceber a modernidade do nazi-fascismo que estava vencendo em todas as frentes?". E conclui, "com a França libertada, Laval foi fuzilado pelos franceses livres. Seu nome é sinônimo de traição, de opróbio, de ignomínia. Mas, enquanto durou o regime de Vichy, Laval foi **bajulado e incensado pelos inteligentes de sempre**"[124]. (grifos meus)

Na crônica do dia seguinte, seis de julho de 1995, intitulada **Época de burros**, Carlos Heitor Cony volta ao tema da distância entre o sociólogo progressista e o presidente que prescreve reformas neoliberais, e estende o raciocínio aos renitentes parlamentares do PSDB. Assim, para o jornalista, "os intelectuais que cercam o presidente e o próprio, que é o mais entusiasmado consigo mesmo, já tiveram outras certezas, mas acharam complicado chegar ao poder com elas"[125]. Na conclusão, além de imperar um tom "pessimista" que destoa do contexto que prevalecia há menos de oito meses atrás, quando Cardoso foi eleito – em outubro de 1994, já no primeiro turno –, o jornalista sugere um tenebroso prognóstico acerca do problema da desigualdade de renda existente no país. Desse modo, não sem muita ironia, Carlos Heitor Cony pondera:

> Compreende-se o irritado desabafo do presidente. **Ele e seus correligionários todos os dias avisam e lamentam que o Brasil não é o México ainda. Lá, 0,3% da população detém 56% da renda nacional**. O Brasil ainda não chegou lá. FHC desindexou os salários e indexou o resto. Quem não entendeu isso só pode ser burro[126]. (grifos meus).

Cony menciona os impactos internacionais da crise financeira que eclodiu no México em dezembro de 1994, que afetaram a economia brasileira e o plano real, lançado no dia primeiro de julho de 1994.

Por fim, na coluna publicada no dia sete de julho de 1995 e intitulada **A fazenda dos animais**, Carlos Heitor Cony comenta a inspiração que as propostas de Bresser Pereira (PSDB-SP), Ministro da Administração do governo de Cardoso à época, suscitaram na concepção de administração da universidade pública do reitor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). O reitor Newton Lima Neto defendeu a aplicação da lógica de mercado

[124] CONY, Carlos Heitor. A inteligência de Laval. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 5 jul. 1995.
[125] CONY, Carlos Heitor. Época de burros. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 6 jul. 1995.
[126] Idem.

como a mais apropriada para a gestão dessas instittuições, uma vez que ela, a educação superior, "é gasto e não investimento. [...] O que importa é a contabilidade pública". Cony refere-se novamente à sua "burrice" e reitera que "com a tradicional obsessão das mulas, venho insistindo em que **o atual governo, no setor técnico**, é um aglomerado de guarda-livros"[127]. (grifos meus).

Perseguindo a temática, a ironia de Cony tornou-se provocativa ao conjecturar que "Bresser Pereira também é tido como inteligente. Pelo menos FHC deve achar isso, pois o seu tesoureiro na campanha eleitoral descolou grana com eficiência maior do que a de PC Farias [...]". E termina a sua crônica informando que vai reler o livro de George Orwell, de onde retirou o título para a sua coluna daquele dia. Segundo o jornalista, "é um esforço para ficar atualizado"[128].

Por sua vez, nos dois editoriais em que se verificou a crítica à fala presidencial, também se constatou a abordagem que privilegia o viés da relação entre o passado do sociólogo e o atual chefe do poder Executivo. O sentido da crítica existente nos editoriais diverge, no entanto, do das críticas dos colunistas referidos. Embora destaque o fisiologismo da prática política governamental, evidente, na opinião do periódico, nos esforços para aprovar as emendas acerca das reformas do Estado no Congresso Nacional, o editorial intitulado **Weber e o presidente** e publicado no dia cinco de julho de 1995, por exemplo, o faz muito mais em função de criticar o excesso dessas práticas do que condenar a validade das reformas em si mesmas. Assim, embora aponte para a incoerência da insatisfação presente na fala presidencial, dado que no programa do seu partido, elaborado em 1993, defende-se justamente "os monopólios do petróleo e das telecomunicações", esse editorial destaca – aludindo à reflexão de Nicolau Maquiavel, em sua notória obra **O Príncipe** –, a seguinte crítica à Cardoso,

> O que não é compreensível é que o presidente que leu Weber e pouco ou nada fez para atualizar o programa de seu partido venha criticar seus colegas 'ideólogos' e também **o leilão de votos por cargos a que ele mesmo sucumbiu. Os fins podem justificar os meios, mas apenas até um certo ponto**[129]. (grifos meus).

[127] CONY, Carlos Heitor. A fazenda dos animais. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 7 jul. 1995.
[128] Idem.
[129] Weber e o presidente. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 5 jul. 1995. (Editorial).

Do mesmo modo, o editorial do dia sete de julho de 1995, intitulado **Esquerda burra**, defende as reformas caracterizadas por Carlos Heitor Cony e Clóvis Rossi como neoliberais. A ênfase da sua crítica recai, porém, sobre a prática de desqualificação dos ideais da "esquerda tradicional" embutida na fala presidencial e sobre o quanto ela soa hipócrita quando contrastada à aliança que deu sustentação à vitória eleitoral de Cardoso em 1994. Sobre a condescendência com que Cardoso referiu-se à "fidelidade" dos parlamentares do PFL, o periódico desqualificou a fala presidencial ao afirmar que: "já considerar o PFL inteligente – um partido que está no poder há 30 ou 500 anos, dependendo dos critérios utilizados – denota uma acepção bastante curiosa de inteligência, considerando-se a penúria econômica e social em que se encontra o país"[130].

No dia seis de julho de 1995, a seção **Frases**, que compõe a segunda página do periódico, dentro da seção **Opinião**, a mesma em que a charge de Angeli é publicada, o periódico reproduziu os comentários dos parlamentares de oposição ao governo. A deputada federal à época, Cidinha Campos (PDT-SP), por exemplo, afirmou: "qualquer idiota se sente iluminado pelo poder. Essa frase é de um filósofo cujo nome não me lembro. Manda ele (FHC) descobrir, porque tem mais tempo do que eu". No mesmo tom se pronunciou o presidente do seu partido naquele momento, Leonel Brizola (PDT-RJ), "o Calabar também devia considerar a resistência nativista burra, atrasada, incompatível com a modernidade da dominação holandesa". Por sua vez, a então deputada federal Jandira Feghall, (PCdoB-RJ), afirmou, "Para ele (FHC), a referência de inteligência é o PFL. A cada votação ele fica mais refém desse fisiologismo inteligente"[131].

Quanto às charges de Angeli, das três publicadas ao longo da semana, nos dias cinco, sete e nove de julho de 1995, todas se referem à temática, porém, somente a do dia sete consta na série analisada. Igualmente presente na obra publicada em outubro de 2000 (ANGELI; CONY, 2000) como na charge intitulada **Esta é a sua vida**[132], o artista também repercute a polêmica criada no interior da linguagem do periódico em decorrência da fala proferida por Cardoso de que "não era preciso ser burro para ser de esquerda", e, desse modo, sintetiza a trajetória do sociólogo ao atrelá-la aos momentos mais marcantes do passado político recente do país.

A crítica nessa charge se constrói por meio de uma narrativa que pontua os mais significativos momentos da trajetória do sociólogo Fernando Henrique Cardoso. O exílio

[130] Esquerda burra. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 7 jul. 1995. p. 1-2. (Editorial).
[131] Jornal **Folha de S.Paulo**, São Paulo 6 jul. 1995. (seção Frases).
[132] cf. imagem 15, anexada.

durante a ditadura civil-militar no Brasil, na segunda metade da década de 1960, momento em que produziu a sua obra mais emblemática, **Dependência e desenvolvimento na América Latina (1969)**. Os anos em que lecionou em universidades estrangeiras na década de 1970, especialmente em países como a França e os Estados Unidos, quando elaborou o livro, já pragmático em suas considerações políticas, **Democracia e autoritarismo no Brasil (1975)**. E o mais recente processo de redemocratização experimentado pelo país, em que atuou – entre outros atores políticos progressistas e de esquerda – ao lado do então sindicalista e presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva, tanto na mobilização do movimento pelas "Diretas Já", entre 1984 e 1985, quanto na elaboração da Constituição de 1988.

Primeira imagem escolhida por Angeli para compor a série investigada, a charge **Esta é a sua vida** é outro exemplo da alusão ao passado do presidente intelectual em que o recurso ao zoomorfismo se faz presente. Nas fotos, orgulhosamente exibidas ao neto impressionado com os grandes feitos do avô presidencial, todas as personagens retratadas ao lado do protagonista foram representadas, indistintamente, por meio da figura de um burro. O animal escolhido explicita o diálogo do artista com os argumentos presentes nos editoriais, nos comentários dos colunistas, assim como nas reportagens a respeito da temática que enviesa essas crônicas e, sobretudo, a fala presidencial.

Ambientada em uma espécie de escritório, típico daqueles que professores costumam manter em suas residências, a charge traz a representação de Cardoso em dez das quatorze fotos ostensivamente exibidas na parede e em outros mobiliários do cômodo. A saturação da representação de Cardoso e da de seu antípoda, assim como a ampliada dimensão das fotografias, além de indícios que contribuem para reforçar a alusão de Angeli ao debate promovido no interior do periódico, são denotativas, ainda, da menção do artista à vaidade atribuída pela imprensa ao mandatário.

No tocante à identificação das características da interpretação de Angeli sobre o governo Fernando Henrique Cardoso, o mais representativo aspecto dessa charge consiste em expressar a prática do artista de atribuir à imagem que elaborou sobre o presidente intelectual uma vaidade narcisista, apresentada quase como se fosse inata à condição do intelectual que alçou a suprema chefia do poder Executivo. Identificou-se, dessa maneira, a presença do tema referente à vaidade do presidente intelectual em outras sete charges de Angeli, do total de imagens analisadas[133] (2,6%).

[133] cf. imagens com a temática acerca da vaidade nas charges números: 1, 14, 27, 33, 54, 56, 74, 191. Inventário temático.

Por outro lado, a análise das charges em que o artista alude à vaidade do presidente permitiu identificar uma das características da sua interpretação de Angeli sobre o governo de Cardoso quanto a esse aspecto. Ela se apresenta sob a forma do estereótipo do cantor Elvis Presley[134]. O recurso aos estereótipos – representativo de uma das três caracterizações com maior incidência nas charges analisadas, dentre todos os quarenta e sete diferentes estereótipos criados pelo artista para a representação de Cardoso[135] – foi utilizado por Angeli para reiterar essa faceta que a linguagem jornalística atribuiu à personalidade do governante. A maneira que o artista encontrou para fazê-lo foi mobilizar tal estereótipo para referir-se ao tamanho do ego de Cardoso. A menção ao lendário rei do *rock* amplificou, assim, a dimensão do "pecado capital" representado por Angeli como um dos aspectos que definem o perfil do presidente.

A amplitude que a inferência de Cardoso, "sou mais inteligente que vaidoso", adquiriu na crônica jornalística criou uma polêmica ainda maior em torno dessa fala presidencial. Recuperada inúmeras vezes – seja pelo próprio presidente, em entrevistas concedidas após o término do seu governo, seja quando retomada por intelectuais que se debruçam sobre as questões que permeiam o debate político no país –, a repercussão em torno da frase, proferida há mais de uma década, ainda hoje não terminou. Na série analisada preponderou, assim, entre os aspectos que cercaram os argumentos em torno das duas falas presidenciais referidas, a temática da vaidade imputada ao presidente, incidindo sobre 2,6% das charges, enquanto a referência ao fato de Cardoso chamar os seus adversários de burros restringiu-se apenas a essa imagem.

A estratégia enunciativa centrada no recurso ao zoomorfismo presente nessa charge foi, portanto, a maneira encontrada pelo artista para inserir-se no debate e dialogar com as demais crônicas do periódico. Dessa forma, o significado da fala de Cardoso – em que o presidente demonstra insatisfação quanto ao comportamento dos parlamentares do seu partido, devido à sua renitência em apoiar as emendas que propunham o fim do monopólio estatal sobre o petróleo e a privatização das empresas estatais de telecomunicação – assume, na crítica de Angeli, a conotação que exclama a prática da desqualificação do adversário político, subjacente à atuação do mandatário. Sentido igualmente presente nas críticas dos jornalistas Clóvis Rossi e Carlos Heitor Cony e nos editoriais do periódico em que o assunto foi abordado.

---

[134] cf. imagens com o recuso ao estereótipo do cantor Elvis Presley na charges números: 9, 33, 265. Inventário temático.
[135] cf. Nota n. 4.

Constatou-se mais uma convergência de sentidos existente entre as críticas endereçadas ao governante nos comentários tecidos pelo desenhista e os jornalistas supracitados. Por meio do entretecer de alusões recíprocas, as respectivas crônicas criaram um conjunto de imagens que guardaram significativas aproximações e semelhanças entre si. Dentre elas, a ideia de que Fernando Henrique Cardoso, prodigioso intelectual identificado com os ideais próprios do campo político progressista, capitulou perante a hegemonia dos postulados neoliberais. É sintomática, por sua vez, a ausência de uma crítica dessa natureza nos dois editoriais que repercutiram o assunto (FONSECA, 2005). Ao contrário dos demais cronistas, a opinião do periódico aproximou-se do imperativo da "modernização do Estado" ao reiterar, tal qual a assertiva presidencial, a premência das reformas anunciadas pelo então presidente da República.

Um detalhe não pode passar despercebido. A assinatura de Angeli, convencional na charge, valeu-se também da prática da intertextualidade, orientada para a conjugação da linguagem imagética e verbal utilizadas na sua composição. Único burro representado de óculos escuros, o recurso ao zoomorfismo para a representação da assinatura do desenhista é revelador, por um lado, do posicionamento político que Angeli reivindica para si no interior desse debate. Por outro lado, a representação de si mesmo ou por meio de motivos artísticos que remetam à sua identidade como indivíduo, cidadão e/ou profissional – prática verificável em outras charges da série – é indício da representação dos interesses e das visões de mundo concernentes ao artífice responsável pela elaboração do artefato que produz.

Assim, não obstante as interdições que predominam nas relações entre o jornal que encomenda e o desenhista que elabora as charges publicadas no periódico, essa imagem se instituiu como um exemplo de que é possível reconhecer nas charges de Angeli sobre o governo de Cardoso – como foi possível destacar entre os oleiros a quem se encomendavam os vasos utilizados nos banquetes atenienses do período clássico, investigados pela historiadora Sheila Rigante Romero (2008) – as marcas deliberadamente inscritas em suas obras, de maneira a denotar aspectos específicos da sua identidade por meio de diversificadas formas de expressão.

O perfil do mandatário elaborado por Angeli retrata, assim, o quanto a passagem de Fernando Henrique Cardoso pela presidência da República tornou-o objeto da surreal desfiguração que transformou todo o charme do intelectual progressista na estupidez neoliberal do presidente que sucumbiu aos interesses prescritos no receituário de medidas econômicas recessivas, apresentado, inelutavelmente, como o único caminho para a modernização do Estado e para o ingresso da sociedade brasileira na modernidade capitalista

(NOVAES, MELLO, 1998). Da bagagem adquirida pelo sociólogo do passado, o chefe de Estado carrega consigo apenas a vaidade narcisista, atribuída à personalidade do governante por meio do estereótipo do cantor Elvis Presley, o "rei do *rock*".

A interpretação de Angeli sobre o governo de Cardoso pode, dessa forma, ser caracterizada como uma narrativa cujo objetivo predominante consiste em ridicularizar a figura presidencial. Assentado em uma dinâmica comunicativa articulada em torno da comparação entre a prática política do presidente e o seu passado como sociólogo, o fio condutor dessa narratica instituiu-se em meio ao debate político da época, valendo-se da linguagem disponível no contexto linguístico que lhe foi correspondente.

As estratégias de enunciação de sua crítica política mobilizaram, predominantemente, um conjunto de variados estereótipos e metáforas "naturais", além dos tradicionais elementos constitutivos da linguagem política própria da tradição imagética referente à arte caricatural. Salientou-se o recurso ao processo de redução caricatural, utilizado para fundir a imagem do retratado com a de animais ou objetos inanimados. Enfatizou-se, também, o uso dos contrastes, seja entre escalas – por meio da prática de miniaturização e/ou infantilização da figura presidencial –, seja por meio da prática da intertextualidade – entre a linguagem imagética e textual (interna), ou entre a da charge e a do periódico (externa). Por sua vez, a identificação de séries menores permitiu ressaltar os motivos artísticos de maior incidência, como as faixas e os retratos presidenciais. Destacou-se, ainda, as reiteradas alusões às cenas da vida cotidiana e a frequência com que o autor se vale da caracterização geral do governo, extrapolando, assim, a temporalidade restrita ao acontecimento recente, de natureza factual.

Desse modo, a interpretação de Angeli cria, em estreito diálogo com o contexto linguístico do debate político do seu tempo, a representação de um governo autoritário na sua prática política, neoliberal na adoção da sua política econômica e no sentido impresso às reformas do Estado, e cuja política social abriga flagelos historicamente edificados e responsáveis pela perenidade de problemas sociais no país, como a profunda desigualdade de renda que, historicamente, marcou a formação social brasileira.

3.4 Inventário Temático e Ficha Técnica

Título: OS ANOS FHC. FHC: 300 CHARGES CONTAM A HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL (2002)
Autor: ANGELI FILHO, Arnaldo (1956)
Disponível em: <http://www2.uol.com.br/angeli/fhc/>.

CHARGES 1995	**TEMAS**	***Arsenal* Angeli**	**Executivo Legislativo**	**Estado e Sociedade**
1.“Esta é a sua vida” FHC e os outros (8 jul.)	“Esquerda Burra”	Presidente x Sociólogo Zoomorfismo Vaidade		
2.“Enquanto isso em Lisboa” Lisboa (22 jul.)	Questões Sociais	Cenas do cotidiano Ruth Cardoso		Manifestações: caminhoneiros
3.“Telefonema do ACM” Telefonema de FHC (6 ago.)	Base aliada	Contraste Escala	Dependência ACM	
4.“Galeria de Presidentes” Presidentes (4 out.)	Ridicularização da figura presidencial	Caricatura Galeria de presidentes “Smile”		
5.“Perdas e danos” (11 out.)	Questões Sociais	Metáfora Bonde da História		Desemprego, educação e alimentação
6.“Através dos tempos” (29 out.)	Reformas Reeleição	Presidente x Sociólogo Caricatura		
7.“Grampo telefônico” (22 nov.)	Visão negativa da política	Divisão diagonal do quadro	Corrupção	
8.“Mensagem de fim de ano” Fim de ano (29 dez.)	Fala presidencial	Bilhete suicida		
1996				
9.“Ele não morreu” Elvis não morreu (5 jan.)	Fragilidade do Sistema Partidário Brasileiro	Estereótipo Elvis		Editorial “Geléia geral”
10.“Chegada na Índia” Na Índia (23 jan.)	Questões Sociais			Carestia
11.“Almanaque 2020” Na Índia2 (24 jan.)	Base Aliada Oposição		Coalizão partidária e oposição	
12.“Dilúvio nacional” Dilúvio (4 mar.)	Desgaste do governo (?)	Metáfora Inundação		
13.“Sarney, você ainda vai ter um” Sarney FHC (18 mar.)	Base aliada Oposição		José Sarney PMDB	
14.“Simplesmente um luxo” Através dos tempos 2 (29 mar.)	Consenso progressista Fernando Henrique Cardoso	Sociólogo X Presidente Caricatura Vaidade		
15.“Museu das aberrações” Aberrações (31 mar.)	Ridicularização da figura presidencial	Aberração circense (Fernando Collor)		

CHARGES 1996	**TEMAS**	***Arsenal* Angeli**	**Executivo Legislativo**	**Estado e Sociedade**
16.“Encolheram o presidente” Encolheram FHC (24 abr.)	Ridicularização da figura presidencial	Miniaturização Filme em cartaz no cinema		
17.“Rogai por nós” Bancos (3 maio)	Política econômica Questões Sociais	Metáfora Religiosa		Capital Financeiro *versus* Carestia
18.“Novo Ministério” Alianças (8 maio)	Base Aliada Reforma ministerial		Heterogeneidade	
19.“Mar de tubarões” Alianças2 (10 maio)	Base Aliada Visão negativa da política	Metáfora: nadando com tubarões		
20. “Pá pum no social” Questões sociais (13 maio)	Questões Sociais	Miniaturização		Carestia
21.“Retrato oficial” (22 maio)	Ridicularização da figura presidencial	Série retratos oficiais Miniaturização		
22.O “Alienígena” (23 maio)	Infidelidade Base aliada Reformas			Derrota na votação da Reforma da Previdência
23.“Religião” O nosso senhor e os ateus (28 maio)	Infidelidade Base aliada Questões Sociais			Reformas Carestia
24.“Arquivos do Planalto” (7 jun.)	Ridicularização da figura presidencial	Miniaturização		
25.“O didático” (23 maio)	Política econômica Questões Sociais			Carestia
26.“Segunda-feira” Alianças3 (10 jun.)	Base aliada		ACM Maluf Sarney	
27.“Os dois Brasis” Dois Brasis (12 jun.)	Política Econômica Questões Sociais	Vaidade Dois Brasis		Greve Salário Mínimo
28.“Operação tartaruga” Dois Brasis2 (21 jun.)	Política Econômica Questões Sociais	Metáfora Inércia Dois Brasis		Greve Salário Mínimo
29.“Para todas as idades” Reformas (24 jun.)	Reformas	Caracterização Geral Infantilização		Editorial Geleia geral
30.“Crime passional” (3 jul.)	Política Econômica Questões Sociais	Crítica política irascível		Desemprego
31.“Falando	Ridicularização	Estereótipo Caipira		

Português" Países de Língua Portuguesa (17 jul.)	da figura presidencial			
CHARGES 1996	**TEMAS**	***Arsenal* Angeli**	**Executivo Legislativo**	**Estado e Sociedade**
32."Mundo mix" Mercado mundo mix (22 jul.)	Ridicularização da figura presidencial	Estereótipo vendedor		
33."Ego" (17 set.)	Ridicularização da figura presidencial	Estereótipo Elvis Presley Vaidade		
34."Histórias de amor" (11 out.)	Reeleição	Cotidiano Ruth Cardoso		
35."O grito" Oposição (15 out.)	Base aliada Oposição	Obra de arte "O Grito"	Maluf Sarney	
36."Pragas" Oposição2 (28 out.)	Base aliada Oposição	Estereótipo Agricultor	Maluf Sarney Itamar	
37."Homem do tempo" (23 maio)	Diferença: objetivos e resultados políticos	Cotidiano Programa de televisão		
38."Embrulho" Itamar-bomba (22 nov.)	Base Aliada Oposição	Metáfora Homem-bomba		
39."Novela mexicana" (25 nov.)	Base Aliada Reeleição	Estereótipo Galã novela mexicana	Conflitos com o Congresso	
40."Festival Punk" Punk (29 nov.)	Base Aliada Sérgio Mota	Punk Angeli		
41."casa e estilo" Alianças4 (10 dez.)	Proeminência do Poder Executivo Recursos de poder	Cotidiano Programa de Televisão		
42."Reserva marinha" (27 dez.)	Base aliada Oposição		Coalizão partidária e oposição	
1997				
43."Milagre da multiplicação" (6 jan.)	Reeleição Proeminência do Poder Executivo	Metáfora religiosa	Recursos de poder	
44."De pai para filho" (8 jan.)	Reeleição Proeminência do Poder Executivo		Recursos de poder Patriarcalismo	
45."Porta da felicidade" (10 jan.)	Reeleição Proeminência do Poder Executivo	Cotidiano Programa de televisão	Recursos de poder Corrupção	
46."Governo X oposição" (15 jan.)	Base aliada Oposição	Caricatura "Fusão" da oposição	Lula Sarney Maluf	
47."Voz rouca das	Reeleição		Maluf	

ruas” (19 jan.)	Base Aliada			
CHARGES 1997	**TEMAS**	***Arsenal* Angeli**	**Executivo Legislativo**	**Estado e Sociedade**
48.“Na cozinha com Fernando” (20 jan.)	Proeminência do Poder Executivo Questões Sociais	Estereótipo Cozinheiro	Recursos de Poder	
49.“Lavou, tá novo” (24 jan.)	Reeleição	Metáfora: roupa velha no varal		
50.“Novo retrato” (29 jan.)	Ridicularização da figura presidencial	Série Galeria dos presidentes		
51.“Tatuagem” (3 fev.)	Base Aliada Reeleição Autoritarismo	Série Faixas presidenciais		
52.“O telefone” (4 fev.)	Base aliada	Objeto inanimado	Dependência Sérgio Mota PSDB	
53.“Museu de ufologia” (7 fev.)	Tendência ao Isolamento	Estereótipo Extraterrestre		
54.“Em Roma” (14 fev.)	Vaidade	Simbolismo religioso/ político		
55.“Bom de garfo” (16 fev.)	Base Aliada Questões Sociais Autoritarismo	Rolo compressor	Amplitude Majoritarismo exacerbado	MST
56.“Discurso à nação” (18 fev.)	Elitismo	Vaidade		
57.“Arte e política” (14 mar.)	Popularidade governo			Manifestações
58.“O exterminador do futuro” (16 abr.)	Base aliada Oposição	Moscas mortas	Itamar Sarney Maluf	
59.“Adesivos para autos” (25 mar.)	Política Econômica			Privatizações
60.“O que o Brasil tem?” (27 abr.)	Proeminência do Poder Executivo		Recursos de Poder	
61.“Ópera bufa” (29 abr.)	Questões sociais	Elitismo		Movimentos sociais
62.“Compro ouro” (30 abr.)	Política Econômica			Privatizações
63.“No semáforo” (2 maio)	Política Econômica			Privatizações estatais VRD
64.“O bicho de sete cabeças” (7 maio)	Discurso contraditório	Caricatura fusão		
65.“Mãe só tem uma” (11 maio)	Política Econômica	Privatizações		
66.“A coisa” (16 maio)	Reformas	Geleia meleca editorial		
67.“Tenho mais o que fazer”	Reeleição Política	Relação com a mídia		“o país em crise”

(8 jun.)	Econômica			
CHARGES 1997	**TEMAS**	***Arsenal* Angeli**	**Executivo Legislativo**	**Estado e Sociedade**
68.“Campeões da temporada” (20 jun.)	Base Aliada	Metáfora	Maluf	
69.“Encontros em Nova York” (24 jun.)	Ridicularização da figura presidencial	Estereótipo Fantasia Super-herói		
70.“Poder e erudição” (4 jul.)	Autoritarismo	Presidente X Sociólogo FHCMilitar		
71.“Retratos do Brasil” (6 jul.)	Reeleição Autoritarismo	Série Retratos oficiais		
72.“Body piercing” (8 jul.)	Base Aliada	Punk Angeli	Maluf	
73.“FHC Style” (9 jul.)	Base Aliada		Recursos de poder Amplitude	
74.“Domingo no Alvorada” (20 jul.)	Vaidade	Cenários Palácio do Planalto X Alvorada		
75.“Policiamento ostensivo” (22 jul.)	Base aliada oposição Autoritarismo	Metáfora Estado Camburão	Itamar Sarney	
76. “Lobo do mar” (3 ago.)	Autoritarismo	Metáfora Estado navio de guerra		MST
77.“A casa do chapéu” (4 ago.)	Base Aliada Autoritarismo		Aliança conservadora	Repressão Oposição
78.“Candidato virtual” (27 ago.)	Base Aliada Reeleição		Heterogeneidade	
79.“Reformer” (31 ago.)	Reformas Reeleição Autoritarismo		Recursos de poder	
80.“Abaixo a dentadura” (3 set.)	Questões sociais Reformas Autoritarismo	Trocadilho: abaixo a ditadura		Carestia Previdência
81.“Arquitetura” (19 set.)	Base Aliada Proeminência do Poder Executivo	Cenários Palácio do Alvorada x do Planalto	Personificação do poder	
82.“Embate político” (24 set.)	Visão negativa da política		Baixo nível do debate político	
83.“Palanque da oposição” (30 set.)	Campanha eleitoral Oposição	Sociólogo X Presidente		
84.“Acnes e brotoejas” (1 out.)	Campanha eleitoral Oposição		Itamar Maluf Ciro Gomes Sarney	
85.“Foi-se o papa” (8 out.)	Base Aliada		Dependência ACM Sérgio Mota	
86.“Grandes TVs” (24 out.)	Desgaste do governo			
87.“Milagre da reeleição” (26 out.)	Reeleição Proeminência do Poder	Metáfora religiosa	Recursos de Poder	

	Executivo			
CHARGES 1997	**TEMAS**	***Arsenal* Angeli**	**Executivo Legislativo**	**Estado e Sociedade**
88.“Ética eleitoral” (28 out.)	Reeleição Recursos de poder	Metáfora máquina pública		
89.“Retrato oficial” 2 (9 nov.)	Base Aliada	Série Retratos oficiais	Maluf	
90.“Insolação” (14 nov.)	Reeleição Campanha eleitoral			Seca nordeste
91.“A crise bate à porta” (24 nov.)	Política Econômica			Aumento de impostos
92.“Amestrador de serpentes” (26 nov.)	Base aliada Visão negativa da política	Zoomorfismo cobra	ACM Maluf Sarney	
93.“London London” (3 dez.)	Popularidade do governo	Punk Angeli Metáfora Voodo		
94.“Civilização tucana” (8 dez.)	Base Aliada Infidelidade	Estereótipo Imperador Romano	FHC (Júlio César); ACM (Pilatos); Maluf (Nero)	
95.“Desejos mil” (23 dez.)	Base Aliada Reeleição		Dependência ACM	
96.“Presente de natal” (26 dez.)	Base Aliada		Amplitude Maluf	
97.“Praia da estopa” (31 dez.)	Base Aliada		Amplitude Maluf	
1998				
98.“Novo código de trânsito” (19 jan.)	Base Aliada		Caracterização ideológica Direita/Esquerda	“Política de sinais trocados” (Toledo, 1998)
99.“A crise vem da Ásia” (19 jan.) Data errada no site	Política Econômica			Crise econômica (Ásia)
100.“Proibido estacionar” (23 jan.)	Autoritarismo Reeleição Oposição	Metáforas: Faixa de pedestres/presidencial Moto	Recursos de poder	Lula/PT
101.“Uso da máquina” (27 fev.)	Recursos de poder Reeleição	Metáfora: jardim feito à mão		
102.“O futuro a Deus pertence” (2 mar.)	Política Econômica	Cenários Palácio Planalto Ruth Cardoso		Inflação Real
103.“Desentoca e mata” (11 mar.)	Base aliada Oposição		Itamar	
104.“Oposição” 3 (15 mar.)	Proeminência do Poder Executivo Oposição		Recursos de Poder	
105.“Quiz show” (30 mar.)	Base Aliada		Dependência/ACM	
106.“Novo ministério”1	Base Aliada Reforma	Estereótipo Alienígena (ministros)	Heterogeneidade do	

(8 abr.)	ministerial		ministério/coalizão	
CHARGES 1998	**TEMAS**	***Arsenal* Angeli**	**Executivo Legislativo**	**Estado e Sociedade**
107.“Ovos tucanos” (12 abr.)	Base Aliada	Metáfora: ovo de páscoa	Dependência/ACM	
108.“Reflexões no Alvorada” (13 abr.)	Caracterização Geral Questões Sociais	Cenários Ruth Cardoso Palácio do Alvorada x do Planalto		Pobreza fome desemprego injustiças sociais
109.“Sistema de franquia” (14 abr.)	Reeleição Base Aliada			
110.“Comidas típicas do Brasil” (28 abr.)	Questões Sociais	Trocadilho “o *croissant* que o diabo amassou”		Fome no Nordeste
111.“Derrota no Congresso” (9 maio)	Base Aliada	Ministro Pateta		
112.“Seca” (10 maio)	Questões Sociais			Seca Nordeste
113.“Pesos para papel” (11 maio)	Questões Sociais			Educação, Saúde, Fome, Trabalho agrícola
114.“O príncipe e os miseráveis” (13 maio)	Questões Sociais Autoritarismo	Presidente x sociólogo Maquiavel Montesquieu		Carestia
115.“Honra ao Mérito” (15 maio)	Reeleição Caracterização geral	Uso antinômico da linguagem		
116.“Lar doce lar” (22 maio)	Autoritarismo			Repressão oposição
117.“Cadê meus chinelos?” (24 maio)	Questões sociais	*Ruth Cardoso		MST Invasões
118.“Interior do Nordeste” (25 maio)	Questões Sociais	Objeto inanimado FHC/Cacto		Seca nordeste
119.“O peixe” (26 maio)	Questões Sociais Tendência ao isolamento	Zoomorfismo Metáfora Aquário		Greve: caminhoneiros/fora do sindicato
120.“Contatos imediatos” (29 maio)	Tendência ao isolamento	Estereótipo Extraterrestre		
121.“Calos e joanetes” (03 jun.)	Oposição			Lula
122.“Bungee Jump” (7 jun.)	Imprensa	Série faixas presidenciais		
123.“Charutos do presidente” (8 jun.)	Oposição	Metáfora: fumo tucano		Lula
124.“Palácio em Reforma” (9 jun.)	Oposição	Metáfora: Lula mofo		Lula
125.“A escada” (10 jun.)	Popularidade do governo			
126.“Goleiro”	Base aliada	Estereótipo goleiro		

(12 jun.)	Reeleição			
CHARGES 1998	**TEMAS**	***Arsenal* Angeli**	**Executivo Legislativo**	**Estado e Sociedade**
127.“Jardim dos tucanos” (21 jun.)	Oposição	Metáfora do jardim Objeto inanimado		Lula
128.“Varrendo a hipocrisia” (22 jun.)	Críticas ao Congresso	Ruth Cardoso Palácio do Planalto		
129.“Vendem-se imagens” (23 jun.) data errada no site	Oposição Lula	Metáfora Diabo (adversário político)		Populismo Demonização do adversário
130.“On the road” (05 jul.)	Reeleição Campanha eleitoral			
131.“Recepção à Mandela” (21 jul.)	Popularidade do governo	Estereótipos Carlinhos Brown		
132.“Cinco dedos” (22 jul.)	Caracterização geral	Metáfora: os pés pelas mãos		
133.“FHC for Kids” (28 jul.)	Ridicularização da figura presidencial	Miniaturização Brinquedo		
134.“Megacampanha ” (16 ago.)	Reeleição Campanha eleitoral	Ruth Cardoso	Corrupção Compra de votos	
135.“Meu pancake” (30 ago)	Reeleição Campanha eleitoral	Maquiagem		
136.“Inundação” (13 set.) geleia	Ridicularização da figura presidencial	Ruth Cardoso		
137.“Aceno ao povo” (15 set.)	Reeleição	“bastidores”		
138.“Presidente e candidato” (16 set.)	Reeleição Campanha eleitoral	Metáfora: banana		
139.“Pés de pato” (28 set.)	Ridicularização da figura presidencial			
140.“Brasil vai ao FMI” (11 out.)	Política econômica	Ruth Cardoso Aeroporto		Dependência do FMI
141.“Último pedido” (12 out.)	Política econômica	Série Faixas presidenciais prisioneiro		Dependência do FMI
142.“Passando o chapéu” (13 out.)	Política econômica	Série retratos oficiais Estereótipo mendigo		Dependência do FMI
143.“FMI” (14 out.)	Política econômica	Miniaturização		Dependência do FMI
144.“República do chapéu” (10 nov.)	Questões Sociais Política econômica	Estereótipo mendigo		Desemprego Recessão Aumento de impostos
145.“Ruth! Não puxe a coberta”	Desgaste do governo			

(23 nov.)	corrupção			
CHARGES 1998	**TEMAS**	***Arsenal* Angeli**	**Executivo Legislativo**	**Estado e Sociedade**
146.“Tempos dificeis” (6 dez.)	Ridicularização da figura presidencial	Miniaturização		
147.“Cortes e costura” (7 dez)	Base Aliada	Série: Faixas presidenciais	ACM	
148.“Milho para todos” (22 dez.)	Base Aliada		Recursos de poder/dependência	
149.“Surf 99” (30 dez.)	Desgaste do governo	Estereótipo FHC Surfista Ruth Cardoso		
1999				
150.“Política e confeitaria” (3 jan.)	Ridicularização da figura presidencial	Objeto inanimado Decoração de bolo de aniversário		
151.“Grandes momentos” (5 jan.)	Reforma Ministerial		Recursos de poder Ministérios	
152.“Concurso de resistência” (15 jan.)	Desgaste do Governo Economia política	Metáfora Aquário Clausura		Competição econômica:Rússia, México e Tailândia
153.“Bombril” (26 jan.)	Ministério/Plano Real	Programa de televisão		
154.“Dando uma arejada” (29 jan.)	Política Econômica	Fusão Seres rastejantes		FHC e Malam
155.“Nos porões do FMI” (3 fev.)	Política Econômica	Estereótipo prisioneiro Metáfora ditadura		Dependência do FMI
156.“Sabonete” (4 fev.)	Desgaste do governo	Objeto inanimado FHC/Sabonete		
157.“Os reis dos animais” (5 fev.)	Política Econômica	Zoomorfismo hienas e urubus		Capital financeiro
158.“Dane-se” (14 mar.)	Popularidade do governo 2º mandato	Miniaturização		
159.“Pesquisa de opinião” (11 abr.)	Popularidade do governo	Ruth Cardoso Palácio do Planalto		
160.“Saco de supermercado” Saco de pão (28 abr.)	Ridicularização da figura presidencial	Sem caricatura		
161.“Presidente underground” (26 maio)	Serie faixas presidenciais	Punk Angeli		
162.“Varal de Brasília” (28 maio)	Uso antinômico da linguagem	Língua grande		
163.“Debate político” (16 jun.)	Visão negativa da política	Baixo nível do debate político		
164.“Saparia do	Desgaste do	Metáfora Estado		

tucano” (20 jun.)	governo	Sapataria Estereótipo sapateiro		
CHARGES 1999	**TEMAS**	**FHC por Angeli**	**Executivo Legislativo**	**Estado e Sociedade**
165.“Brasília de todos os santos” (30 jun.)	Base aliada		Dependência ACM	
166.“Hombre não chora” (2 jul.)	Ridicularização da figura presidencial	FHC e Fidel Castro		
167.“João bobo” (4 jul.)	Ridicularização da figura presidencial	Galeria de presidentes Metáfora João Bobo		
168.“Os suspeitos” (5 jul.)	Base Aliada Visão negativa da política		Reforma ministerial	
169.“Fitinha presidencial” (7 jul.)	Base Aliada	Série faixas presidenciais Metáfora Nosso Sr. do Bonfim	Dependência ACM	
170.“Terra sem lei” (9 jul.)	Desgaste do governo	Punk Angeli		
171.“Exotiquário de Brasília” (14 jul.)	Metáfora Visão negativa da política	Metáfora Aquário Congresso tubarões		
172.“Novo ministério” 2 (16 jul.)	Base aliada Reforma Ministerial		Dependência	
173.“Atropelamento” (1 ago.)	Questões Sociais	Metáfora atropelamento		Greve: caminhoneiros
174.“Grandes feitos da ciência” (2 ago.)	Tendência ao isolamento	Estereótipo cientista		
175.“Nem mais um pio” (6 ago.)	Desgaste do governo	Zoomorfismo tucano Metáfora prisioneiro		Impostos
176.“O fim do mundo é aqui” (11 ago.)	Base Aliada		ACM em campanha p/ presidente	
177.“Gavetas do gabinete” (15 ago.)	Ridicularização da figura presidencial	Motivo gaveta escritório		
178.“Cadeirinha para bebê” (18 ago.)	Ridicularização da figura presidencial	Infantilização		
179.“As sandálias do pescador” (24 ago.)	Dependência econômica	Ruth Cardoso Palácio do Planalto		
180.“Marcha dos 100 mil” (27 ago.)	Fortalecimento oposição	Presidente X Sociólogo		Marcha MST
181.“Paciência no limite” (1 set.)	Questões sociais	Fora FHC		Manifestações
182.“Os maiores durões” (7 set.)	Ridicularização da figura presidencial	FHC mandachuva “Valentão”		
183.“Insustentável	Desgaste do	Trocadilho		

leveza do ser” (9 set.)	governo			
CHARGES 1999	**TEMAS**	**FHC por Angeli**	**Executivo Legislativo**	**Estado e Sociedade**
184.“Cadeia nacional” (22 set.)	Desgaste do governo 2º Mandato	Estereótipo prisioneiro Metáfora Clausura		
185.“Popularização do governo” (24 set.)	Elitismo Popularidade do governo	Ministério do Pagode e do Axé Music		
186.“Menores abandonados” (26 set.)	Ridicularização da figura presidencial	Estereótipo menor abandonado Infantilização		
187.“Contas a pagar” (5 out.)	Política Econômica Questões Sociais	Ímã de geladeira		Aumento de impostos
188.“Palácio dos enfeites” (17 out.)	Desgaste do governo Comparação 1º e 2º mandatos	Galeria de presidentes Zoomorfismo Pinguins de Geladeira		
189.“Empalha-se aves” (22 out.)	Ridicularização da figura presidencial	Zoomorfismo Tucano		
190.“O futuro da nação” (27 out.)	Questões Sociais	Faixa presidencial		Menores abandonados Usuários de drogas
191.“Biodegradável” (31 out.)	Vaidade	Cotidiano Ruth Cardoso		
192.“No país das maravilhas” (2 nov.)	Tendência ao isolamento	Infantilização Metáfora jardim		
193.“Realidade virtual” (3 nov.)	Questões Sociais	Filme em cartaz no cinema		Carestia Brasil Virtual e Brasil Real
194.“Recuerdos de Habana” (18 nov.)	Inflação	Motivo Dragão		
195.“Fora FHC” (23 nov.)	Fora FHC Viagens ao Exterior	Ruth Cardoso		
196.“Árvore de natal” (21 dez.)	Ridicularização da figura presidencial	Trocadilho		
197.“Elevador Brasil” (29 dez.)	Questões Sociais	Metáfora Estado elevador		Desemprego, saúde e educação em crise, má distribuição de renda, alta mortalidade infantil e pobreza
2000				
198.“Comemorando o ano 2000” (4 jan.)	Retrocesso	“Voltemos a 1999”		
199.“Crocodilagem” (9 jan.)	FHC Ministro Relações Exteriores	Sociólogo x presidente Zoomorfismo		

CHARGES 2000	**TEMAS**	***Arsenal* Angeli**	**Executivo Legislativo**	**Estado e Sociedade**
200.“Serviço de manobrista” (20 fev.)	Visão negativa da política	Estereótipo manobrista Metáfora manobra política		
201.“Bloco dos sujos” (5 mar.)	Poder Judiciário Visão negativa da política	Corrupção		
202.“O bamba do samba” (6 mar.)	Base Aliada		Dependência ACM	
203.“Brasil 500 anos” (21 abr.)	Questões Sociais 500 anos	Estereótipo colonizador português		MST Desemprego Saúde
204.“Festa do descobrimento” (25 abr.)	Questões sociais 500 anos	Trocadilho		Povos indígenas
205.“Domingo legal” (30 abr.)	500 anos Caravela	Trocadilho programa de televisão		
206.“Campanha contra a fome” (6 jul.)	Ridicularização da figura presidencial	Ironia Ovadas		
207.“Entrevista coletiva” (20 jul.)	Corrupção Mídia	Estereótipo Náufrago		Caso Eduardo Jorge (Lobby)
208.“Sem palavras” (23 jul.)	Sem Caricatura	Trocadilho silencia o presidente		
209.“Contra o abuso infantil” (23 jul.)	Questões Sociais			Campanha contra o abuso infantil
210.“Survivor” (26 jul.)	2º Mandato	Cenários Metáfora Clausura		
211.“Arquitetura e decoração” (30 jul.)	Ridicularização da figura presidencial	Objeto inanimado		
212.“Fora Eduardo Jorge” (3 ago.)	Corrupção			Caso Eduardo Jorge 15 dias de charges ininterruptas em julho
213.“Mãos que balançam o berço” (6 ago.) Data errada no site	Corrupção Base aliada		Dependência	
214.“Contra o trabalho infantil” (11 ago.)	Questões Sociais			Campanha contra o trabalho infantil
215.“Linguagem dos sinais” (15 ago.)	Corrupção	Macacos Surdo, cego e mudo		
216.“Excluídos da história” (20 ago.)	Questões Sociais	Estereótipo mendigo Metáfora Bonde da História		Perdeu o emprego, a casa e a família
217.“Embalagem one way” (20 ago.)	Ridicularização da figura presidencial	Caricatura fusão FHC pasta de dente		
218.“Cadeia	Visão negativa	Hienas		

alimentar” (27 ago.)	da política	Palácio do Planalto		
CHARGES 2000	**TEMAS**	***Arsenal* Angeli**	**Executivo Legislativo**	**Estado e Sociedade**
219.“República popular tucana” (31 ago.)	Popularidade do governo	Trocadilho		
220.“O rei dos pobres” (4 set.)	Questões Sociais	Trocadilho Príncipe da sociologia e Vargas/Pai dos pobres		“Vida digna e justa em suaves prestações”
221.“Exotiquário de Brasília 2” (22 out.)	Força centrípeta do poder Executivo	Metáfora Aquário Zoomorfismo	Recursos de Poder	
222.“A resposta das urnas” (29 out.)	Desgaste do governo	Palácio do Planalto		
223.“A caixa de pandora” (15 nov.) Data certa: 16 nov.	Interrogação?			
224.“A gosma assassina” (21 nov.)	Corrupção	Motivo gosma		
225.“O homem do tempo” (26 nov.)	Base aliada Desgaste do governo			
226.“Móbile presidencial” (27 nov.)	Ridicularização	FHC Móbile		
227.“Um esboço” (24 dez.)	Desgaste do governo	Caricatura		
228.“Sob o céu de Buritis” (29 dez.)	Cotidiano Base Aliada	Ruth Cardoso	Dependência ACM	
2001				
229.“Favela de Fernandópolis” (10 jan.)	Caracterização geral	Estereótipo Mendigo		
230.“Ovelha a vista” (11 jan.)	Estereótipo Visão negativa da política	Metáfora Pastor de Ovelhas inversão		
231.“Profetas de Brasília” Brasília e seus profetas (15 jan.)	Base Aliada	Estereótipo Profeta apocalíptico	Corrupção Caribe Jader ACM Sudam	
232.“Com a bola cheia” (21 jan.)	Desgaste do governo	Objeto inanimado Balões de FHC		
233.“De volta ao lar” (24 jan.)	Questões Sociais			Desigualdade social
234.“Mcdonald’s” O que não mata engorda (30 jan.)	Cenários Política Econômica	Palácio do Planalto franquia do Mc Donald		Dependência de capitais internacionais
235.“onda que não vem” Aquela onda que não vem	Desgaste do governo	Estereótipo Surfista “onda que não vem”		

(18 fev.)				
CHARGES 2001	**TEMAS**	***Arsenal* Angeli**	**Executivo Legislativo**	**Estado e Sociedade**
236.“Carnaval em Brasília” (25 fev.)	Consenso negativo	Presidente X Sociólogo “prefiro a fantasia de sociólogo”		
237.“O Exorcista” (4 abr.)	Metáfora Base Aliada 2º Mandato	Diabo adversário político ACM Filme em cartaz	FHC X ACM	
238.“Em obras” (11 mar.)	Desgaste do governo	Série: Faixas presidenciais		
239.“Palácio assombrado” (15 mar.)	Corrupção	Metáfora Música	Dossiê Caribe	
240.“Ponta de estoque” (18 mar.)	Caracterização geral	Série faixas presidenciais		
241.Os “Telhados de Brasília” (25 mar.)	Base Aliada 2º Mandato	Metáfora Teto de vidro/Acarajé	FHC X ACM	
242.“Vôo Brasília-Washington” Grandes momentos do vôo (1 abr.)	Corrupção		Dossiê Caribe	
243.“Nos elevadores de Washington” (2 abr.)	Viagens ao exterior			
244.“Plano contra a corrupção” (5 abr.)	Corrupção	Ironia Caixinha		
245.O “Príncipe da sociologia” (15 abr.)	Desgaste do governo	Sociólogo x Presidente Zoomorfismo		
246.“Almanaque 2314” (18 abr.)	Caracterização geral	“carteira de sociólogo”		
247.“Sala de troféus” (24 abr.)	Corrupção	Objetivo de Síntese		Síntese dos casos: BNDES; Eduardo Jorge; Sudam; Caribe; Painel eletrônico.
248.“L.E.R.” (13 maio)	Corrupção	Trocadilho		
249.“Adeus mundo cruel” (14 maio)	Desgaste do governo Apagão			
250.“Responda rápido” Pilhas Duracel (20 maio)	Caracterização geral do governo	Objeto inanimado Miniaturização		
251.“Balde” Dentro do balde (22 maio)	Ridicularização	Miniaturização		
252.“Mesa de trabalho” do presidente (27 maio)	Ridicularização	Miniaturização		

CHARGES 2001	**TEMAS**	***Arsenal* Angeli**	**Executivo Legislativo**	**Estado e Sociedade**
253.“Crise de energia” (10 jun.)	Desgaste do governo Apagão	“Espiriteira”		
254.“Aula de história” (11 jun.)	Desgaste do governo Apagão	Galeria de Presidentes		Excursão ao Palácio da Alvorada
255.“Tralhas do mundo moderno” (15 jun.)	Desgaste do governo	Objeto inanimado Tralhas do mundo moderno		
256.“Alfinetes” Faixa esfarrapada (17 jun.)	Desgaste do governo	Faixas presidenciais		
257.O “Governo em sintonia” (25 jun.)	Ironia Título Política Econômica	Metáfora religiosa		
258.“Vidas secas” (29 jun.)	Questões sociais Caracterização geral	Fusão Vaca/Brasil		
259.“Faixa de espinhos” A faixa de cada um (5 jul.)	Desgaste do governo	*Metáfora religiosa Faixa presidencial “a cruz de cada um”		
260.“Caminho do fim” (8 jul.)	Desgaste do governo			
261.“MPB” (15 jul.)	Popularidade do governo	Trocadilho populismo		
262.“Meu negócio é sociologia” (22 jul.)	Desgaste do governo	Presidente X Sociólogo Ruth Cardoso		
263.“Seleção dos tucanos” (29 jul.)	Desgaste do governo	Estereótipo goleiro Metáfora vazado		
264.“Próximo presidente” (31 jul.)	Questões Sociais sucessão presidencial	Trocadilho		Retirantes do Nordeste (seca)
265.“Elvis não morreu” 2 (5 ago.) Data errada no site	Desgaste do governo Estereótipo Cenários Questões Sociais	Estereótipo Elvis desgastado		
266.“Estiagem” (5 ago.)	Questões sociais Desgaste do governo	Palácio do Planalto		Seca Nordeste
267.“Boas notícias” Brasileiros boas notícias (19 ago.)	Desgaste do governo	“de todos os piores desempenhos do meu governo”		
268.“O mistério de Brasília” (22 ago.)	Desgaste do governo	Metáfora Clausura		
269.“Nova moda” (10 set.)	Desgaste do governo	Série faixas presidenciais Fralda		
270.“A casa do pijama”	Desgaste do governo	Faixa presidencial Metáfora pijama		

(29 out.)				
CHARGES 2001	**TEMAS**	***Arsenal* Angeli**	**Executivo Legislativo**	**Estado e Sociedade**
271.“Vôo de volta” O vôo de volta (11 nov.)	Dependência econômica	*Metáfora/Zoomorfismo : Pato		
272.“Ministério da saúde adverte Serra 2002” (22 nov.)	Sucessão presidencial	Série Faixas presidenciais		José Serra candidato PSDB
273.“Reserva de micos” (12 dez.)	Ridicularização da figura presidencial	Trocadilho		
274.“Grande queima de fogos” (25 dez.)	Desgaste do governo	Metáfora queimado		
2002				
275.“O senhor dos tributos” (13 jan.)	Política Econômica Síntese aumento de Impostos	Serie faixas presidenciais Trocadilho Filme em cartaz no cinema		Aumento de impostos PIS, CPMF, ICMS, IR, IPTU, IPVA
276.“Cookie” (17 jan.)	Sucessão presidencial	Objeto inanimado/Serra		
277.“PFL deixa o governo” (10 mar.)	Base Aliada Política Econômica Concentração de renda	Metáfora Delfim Neto: Bolo		
278.“O melhor casal presidencial” (12 mar.)	Questões Sociais Caracterização geral	Contrastes		Desigualdades sociais
279.“Café da manhã no Alvorada” (28 mar.)	Questões Sociais			MST invasões
280.“Armário de ossos” (9 maio)	Autoritarismo	Metáfora assassinato		MST
281.“Borracha-candidato” (24 maio)	Sucessão presidencial	Objeto inanimado/José Serra		
282.“Cultura Kitsch” (30 jun.)	Ridicularização da figura presidencial	Miniaturização Objeto inanimado		
283.“O Brasil vitorioso” (2 jul.)	Política Econômica	Vitória da seleção brasileira na copa do mundo		Dependência econômica
284.“Rolando na rampa” (4 jul.)	Ridicularização da figura presidencial	Cambalhotas na rampa do Palácio do Planalto		Fim do mandato
285.“Marca registrada” (16 jul.)	Caracterização geral do governo	Metáfora		
286.“Tudo por R$: 1,99” Tempo de liquidação (21 jul.)	Caracterização geral do governo 2º mandato	Série faixas presidenciais Metáfora Liquidação		
287.“Biblioteca	Desenho sobre	Presidente x Sociólogo		

presidencial” Sociologia e política (28 jul.)	fotografia			
CHARGES 2002	**TEMAS**	***Arsenal* Angeli**	**Executivo Legislativo**	**Estado e Sociedade**
288.“Contas a pagar” (4 ago.)	Questões Sociais Política Econômica	Série faixas presidenciais (imã de geladeira)		Carestia Dependência do FMI
289.“Adeus mundo cruel” (8 set.)	Caracterização geral do governo 2º Mandato	Série faixas presidenciais		
290.“De volta para casa” (29 set.)	Caracterização geral do governo 2º Mandato	Ruth Cardoso		
291.“O poder no paralelo” (2 out.)	Corrupção Visão negativa da política	Galeria de presidentes Trocadilho		PC Farias
292.“Bilhete de despedida” (8 out.)	Desgaste do governo 2º Mandato elitismo	TrocadilhoBilhete suicida		
293.“Família vende tudo” Família muda e vende tudo (2 out.)	Desgaste do governo 2º Mandato	Série: faixas presidenciais		
294.“Consciência limpa” Consciência tranquila (10 out.)	Desgaste do governo 2º Mandato Questões Sociais	Ruth Cardoso Palácio do Planalto		Desigualdades sociais
295.“Favelão” (13 out.)	Questões Sociais	Sem caricatura fusão		Desigualdades sociais Favelas
296.“Praia dos tucanos” (13 out.) Data errada	Oposição	Metáfora invadir a sua praia		Lula
297.“Coleção de miniaturas” (16 out.)	Ridicularização da figura presidencial	Miniaturização Objeto inanimado		
298.“Fim de mandato” (24 out.)	Inércia 2º Mandato	Metáfora Ping-pong e dominó		

* FICHA TÉCNICA

4 AS RELAÇÕES ENTRE OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Este capítulo objetiva analisar a temática de maior destaque na interpretação que Angeli formulou sobre o governo de Cardoso, as relações entre os poderes Executivo e Legislativo. Em virtude de tal proeminência, esquadrinhou-se a discussão em torno do conceito de presidencialismo de coalizão com a finalidade de realçar os pontos de convergência e dissonância entre a interpretação do artista e o desdobramento dessa questão no debate político da época. Sobressai, dessa forma, uma das contribuições mais expressivas da análise da charge de Angeli.

Em função da sua característica de crônica política imagética e, portanto, da sua condição de comentário diário do noticiário político, a temporalidade subjacente à charge favorece a explicitação das interdições antepostas à ação governamental, nem sempre devidamente consideradas pelo olhar retrospectivo, ao qual pode escapar, por exemplo, a dimensão dos constrangimentos à ação governamental, ainda que se verifique a capacidade do poder Executivo – como de fato se constatou – de sobrepor a agenda governamental à agenda do Congresso Nacional.

4.1 A construção do conceito de presidencialismo de coalizão

O presidencialismo é o sistema de governo hegemônico na história republicana do Brasil. Reiterado pelo plebiscito de 21 de abril de 1993, determina, em grande medida, a dinâmica da prática política na contemporaneidade brasileira. A redemocratização ensejada no país, impulsionada pelo retorno de políticos civis ao cargo da presidência da República a partir de 1985 e pela elaboração de uma nova Constituição em 1988, estimulou o desenvolvimento de estudos voltados para a identificação das conexões existentes entre esse sistema de governo e a prática política a ele correspondente.

Na década de 1980, momento crivado por demandas variadas, e até mesmo antagônicas, acerca da forma institucional que o Estado de direito deveria assumir, vivenciou-se a emergência da ênfase dos pesquisadores no plano institucional das práticas políticas no país. Exemplo disso se encontra na reflexão de Sérgio Abranches desenvolvida pouco antes

do término da elaboração da mais recente Constituição brasileira, em texto intitulado **Presidencialismo de coalização: o dilema institucional brasileiro (1988)**.

Diante de uma conjuntura marcada pela indefinição do formato que o Estado brasileiro deveria adquirir, a análise de Abranches reivindica uma arquitetura institucional apta a prover o sistema político brasileiro da eficiência necessária para, ao mesmo tempo, expressar a heterogeneidade de interesses própria da formação social existente no país e dotar o Estado da capacidade de intervenção que assegure tanto a inflexão das disparidades sociais e regionais quanto as exigências por maior "integração da ordem social" (ABRANCHES, 1988, p. 3) .

Preocupado com a estabilidade das instituições do pós-1985 no Brasil, o autor infere que a "nossa tradição republicana", fundamentada na combinação entre "[...] o presidencialismo, o federalismo, o bicameralismo, o multipartidarismo e a representação proporcional [...]", é definidora da singularidade do presidencialismo aqui praticado, cuja característica essencial reside na organização do poder Executivo por meio de amplas coligações partidárias, singularidade por ele nomeada de "presidencialismo de coalizão" (ABRANCHES, 1988, p. 5-15). Assim, de acordo com o pesquisador,

> Em síntese, a situação brasileira contemporânea, à luz de seu desenvolvimento histórico, indica as seguintes tendências: (a) alto grau de heterogeneidade estrutural, quer na sociedade, além de fortes disparidades regionais; (b) alta propensão ao conflito de interesses, cortando a estrutura de classes, horizontal e verticalmente, associada a diferentes manifestações de clivagens inter e intra-regionais; (c) fracionamento partidário-parlamentar, entre médio e mediano, e alta propensão à formação de governos baseados em grandes coalizões, muito provavelmente com índices relativamente elevados de fragmentação governamental; (d) forte tradição presidencialista e proporcional. A primeira indicando, talvez, a inviabilidade de consolidação de um regime parlamentarista puro. A segunda, apontando para a natural necessidade de admitir à representação os diversos segmentos da sociedade plural brasileira; (e) insuficiência e inadequação do quadro institucional do Estado para resolução de conflitos e inexistência de mecanismos institucionais para a manutenção do "equilíbrio constitucional" (ABRANCHES, 1988, p. 24-25).

Para Abranches, portanto, a heterogeneidade da formação social brasileira, depositária da pluralidade de interesses que encerra em si, é o principal fator responsável pela fragmentação partidária – cujo exponente se verifica no sistema eleitoral assentado no voto proporcional – em um ambiente de "forte tradição presidencialista". Diante da ausência de instituições responsáveis por arbitrar constitucionalmente a "propensão ao conflito", o sistema de governo padeceria de uma instabilidade que poderia levar a litígios constitucionalmente

insanáveis, dificultando a supressão de soluções autoritárias para os dilemas do presidencialismo de coalizão que singulariza o sistema de governo do país.

Assim, os argumentos levantados por Abranches no contexto imediatamente anterior à elaboração da Carta Magna de 1988 puseram em relevo as questões que ocuparão o cerne das discussões a esse respeito nas décadas seguintes e dominaram a pauta acerca da reforma política que ainda hoje acomete os atores históricos nela envolvidos. O debate iniciado orientou-se, desse modo, para a investigação da influência que os sistemas partidário e eleitoral, a organização federativa e a constituição de amplas coalizões para a formação dos governos operariam na conformação do chamado presidencialismo de coalizão brasileiro.

A Constituição de 1988 reforçou a "forte tradição presidencialista" do sistema político do país ao conferir significativas prerrogativas ao poder Executivo na sua relação com o Legislativo. A existência de "poderes proativos" – como o poder de decretar medidas provisórias (art. 62), criar leis delegadas (art. 68) e instituir decretos regulamentares e autônomos –, somados ao exercício de "poderes reativos" – como o poder de veto, total ou parcial (art. 66) –, juntamente com as iniciativas legais facultadas ao poder Executivo – como a exclusividade na elaboração da lei orçamentária (art. 84) e a proibição de emendas que gerem despesas nos projetos de iniciativa exclusiva do presidente da República (art. 63) (PIVA, 2010, p. 370) –, se não criou os mecanismos institucionais reivindicados por Abranches para sanar a instabilidade do presidencialismo de coalizão, muniu o Executivo de relevante capacidade para sobrepor-se ao Legislativo.

4.1.1 A dinâmica assumida pelo conceito de presidencialismo de coalizão no debate político

O alcance da perspectiva analítica aberta por Abranches favoreceu o surgimento de pesquisas que enveredaram, especialmente, pela ênfase na instabilidade do sistema político brasileiro, tônica das reflexões erigidas ao longo da década de 1990. Mainwaring (1990), por exemplo, reiterou a coexistência da forte tradição de regime presidencial combinada com um sistema eleitoral de representação proporcional e demarcou os limites da legislação eleitoral, que definiu como permissiva. Lamounier (1991), por sua vez, propôs a adoção do parlamentarismo diante da dificuldade do partido presidencial em obter a maioria da representação legislativa caracterizada pela indisciplina partidária.

Não obstante as diferentes maneiras de abordar a questão, a combinação entre fragmentação partidária, presidencialismo e a condição de fragilidade interna dos partidos, do

sistema eleitoral e do federalismo foram apontadas como os principais entraves para a estabilidade do sistema político brasileiro[136].

Ao final da década de 1990, Argelina C. Figueiredo, Fernando Limongi e Ana L. Valente (2000, p. 60) imprimiram, no entanto, uma reorientação na perspectiva adotada pelas pesquisas até aquele momento. Em texto publicado em outubro de 1999 – no **Dossiê** sobre o **governo Fernando Henrique Cardoso**, organizado pela **Revista Tempo Social**, do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) –, intitulado **Governabilidade e concentração de poder institucional: o governo FHC (2000)** os autores inferem que o presidencialismo de coalizão se habilita a conferir estabilidade ao sistema político na medida em que a governabilidade é alcançada por meio da capacidade do poder Executivo de impor a sua agenda ao Legislativo.

Concentram-se os interlocutores do debate, a partir de então, a verificar de que maneira os mecanismos institucionais mobilizados pelo Executivo são exitosos em garantir sua proeminência nas relações que estabelecem com o poder Legislativo. Power, por exemplo, demarcou a presença de análises interessadas no desenvolvimento das coalizões partidárias erigidas para a formação dos governos. Destaca, entre elas, a presença de temáticas referentes aos procedimentos utilizados para a formação ministerial; ao apelo ao clientelismo orçamentário; ao uso seletivo das prerrogativas presidenciais e aos mecanismos de controle da agenda institucional (2010).

Pode-se observar também a existência de tópicos relacionados às coligações partidárias – abordados por meio da questão da proporcionalidade entre as cadeiras do Legislativo e da distribuição de cargos ministeriais visando o apoio do Legislativo ao Executivo (AMORIN NETO, 2007; 2006; 2002) –; à questão da conformação da disciplina partidária no Congresso (SANTOS, 2002) em favor das propostas emanadas do Palácio do Planalto; e à verificação da atuação das lideranças partidárias no Congresso Nacional (FIGUEIREDO; LIMONGI; VALENTE, 2000) para o sucesso dessas iniciativas.

A influência exercida sobre o presidencialismo de coalizão pela organização federativa do Estado brasileiro (MENEGUELLO, 1998, p. 143-144) foi, igualmente, outro aspecto que se manteve no horizonte das análises desenvolvidas a partir do final da década de 1990, assim como as consequências da exclusividade do Palácio do Planalto nas matérias de deliberação orçamentária da União para as relações que estabelece com o Congresso Nacional (SANTOS, 2002); (PERREIRA; MUELLER, 2002).

[136] cf. Lamounier e Meneguello (1986); Reis (1988); Kinzo (1993); Mainwaring, (1999); Ames (2001); Carvalho (2003).

4.1.2 A formação da coligação partidária

A hoje já tão difundida constatação acerca da predominância do poder Executivo sobre o Legislativo no país[137] foi, portanto, historicamente edificada. Suas causas foram atribuídas a vários fatores e abordadas sob diferentes ângulos e aspectos. No presente estudo, a propalada assimetria será considerada por meio da identificação dos recursos de poder próprios de cada uma das instituições em tela e da dinâmica que caracterizou os esforços erigidos para a manutenção da coalizão partidária que deu sustentação ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

Um aspecto central apontado pela maioria dos interlocutores que participam do debate sobre o presidencialismo de coalizão no Brasil consiste em atribuir a responsabilidade pela sua natureza consociada ao imperativo de viabilizar sistemas decisórios pluripartidários com baixo grau de disciplina partidária. Daí, quanto maior a fragmentação do sistema partidário brasileiro, maior a necessidade de ampliar o número de partidos para a formação da coligação governista.

Em texto publicado no jornal Folha de S.Paulo em dezembro de 2004, intitulado **Fachada americana, estrutura barroca (2004)**, o cientista político Luiz Werneck Vianna, por exemplo, afirma que esse é um sistema no qual "[...] o governo articula sólidas maiorias no âmbito parlamentar por meio da concessão de postos ministeriais e outras funções relevantes na máquina da administração federal aos partidos que acedem participar da sua base governamental". Tais aspectos foram o mote da coligação partidária erigida em torno do governo Fernando Henrique Cardoso.

Formado para a disputa eleitoral de 1994, a aliança erigida pelo partido do presidente, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), fez do Partido da Frente Liberal (PFL) – atual DEM (Democratas) – o seu principal aliado na coalizão que contou também com a adesão do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Além da amplitude da aliança política formada para as eleições e da coligação governista que assumiu o poder em 1995, os interlocutores do debate enfatizaram a orientação política marcadamente conservadora da coalizão, situada à direita do quadro ideológico do sistema partidário brasileiro.

Assim como Luiz Werneck Vianna, o cientista político da USP, Brasílio Sallum Jr., em texto publicado em 1999, no dossiê da Revista Tempo Social, e intitulado **O Brasil sob Cardoso (1999)**, acentua o papel que a formação ministerial exerceu para a constituição da

[137] cf. Power (2010), Carey e Shugart (1998; 1992), Figueiredo, Limongi e Valente (2000), Figueiredo e Limongi (1995), Figueiredo (1995).

coligação governista que, no caso do governo Fernando Henrique Cardoso, levou à conquista do apoio da maior parte do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (SALLUM JR., 2000, p. 41).

Para cientista política Rachel Meneguello, em obra publicada em 1998 e intitulada **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**, a inclusão do PMDB à aliança original foi o sinal mais visível da necessidade de ampliação da coligação partidária com vistas à obtenção de maioria parlamentar do governo. Depois da adesão do partido, a base governista no Congresso Nacional passou de 36,4% para 59,8%, contando com 56,3% das cadeiras da Câmara dos Deputados e 69% das do Senado (MENEGUELLO, 1998, p. 142).

Brasílio Sallum Jr., por sua vez, chama a atenção para o fato de o Partido Progressista Brasileiro (PPB) – atual Partido Progressista (PP) – ter apoiado o governo na maioria das votações dentro do Congresso Nacional, mesmo sem ter participado formalmente da coligação. Raquel Meneguello (MENEGUELLO, 1998, p. 145) afirma, entretanto, que a partir da mudança ministerial ocorrida em dezembro de 1996, o PPB passou a integrar a coligação partidária governista que, desde então, aumentou sua base parlamentar para 79%. A impressionante maioria obtida por Fernando Henrique Cardoso no Congresso Nacional a partir desse momento não encontrou equivalência no período entre 1985 e 1997, com exceção do apoio conferido ao governo Sarney no momento imediatamente posterior às eleições de 1986 (SALLUM JR., 2000, p. 41).

Assim, Meneguello qualifica a coligação partidária em torno do candidato do PSDB como "[...] a bem-sucedida aglutinação de forças políticas conservadoras [...]" (MENEGUELLO, 1998, p. 168). Em Figueiredo, Limongi e Valente, também se pode vislumbrar o mesmo sentido das assertivas acima. Os autores, além de igualmente constatarem a busca pela ampliação da coligação partidária, qualificam o matiz ideológico da sua composição ao ressaltar que "[...] a estratégia de formação do governo foi ampliar as bases de apoio parlamentar, reforçando a participação dos partidos da aliança eleitoral e incorporando novos partidos dentro do espectro ideológico de centro direita [...]" (FIGUEIREDO, LIMONGI; VALENTE, 2000, p. 50).

A cientista política infere, ainda, chamando a atenção para a recorrência com que partidos como o PMDB e o PFL aparecem nas alianças para as disputas eleitorais e nas coligações majoritárias, participando de todos os governos formados no Brasil entre 1985 e 1997. A autora reconhece nisso a existência de um padrão cuja "dinâmica circular" revela a lógica de "retroalimentação" em que estão assentados tais componentes do sistema político brasileiro. Para ela, a explicação de tal cenário se encontra no "[...] círculo virtuoso pelo qual

os partidos se desenvolvem, fortalecem sua organização e definem sua presença regular nas coalizões" (MENEGUELLO, 1988, p. 152-170).

Foi durante o primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, inclusive, que a configuração indicada acima atingiu o seu paroxismo. Além de hegemônicos no interior das coligações promovidas desde 1985, PFL e PMDB aumentaram suas bancadas nas duas Casas Legislativas entre 1995 e 1997, mesmo sem a realização de eleições parlamentares nesse período. Como a mesma situação foi experimentada por todos os partidos da coligação governista, pode-se atribuir a responsabilidade por esse movimento "[...] à atração exercida pela arena governamental sobre os partidos e suas lideranças e à dinâmica de cooptação para a formação do apoio ao governo [...]" (MENEGUELLO, 1998, p. 154).

A atração centrípeta exercida pelo governo de Cardoso entre os parlamentares e partidos de orientação ideológica conservadora, particularmente visível durante o seu primeiro mandato, adquiriu tamanha intensidade que se constituiu em um dos motivos pelos quais os esforços do governo em favor das reformas do Estado passaram a ser qualificados pejorativamente pelos críticos do governo.

Esse aspecto da discussão foi explorado pelo sociólogo da Universidade de Campinas (UNICAMP), Ricardo Antunes, no balanço que realizou do primeiro mandato do presidente na ocasião da sua reeleição, em livro publicado em 2005 e intitulado **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula) (2005)**. Ao salientar a facilidade com que a coligação governista engendrou o processo de privatizações no Brasil até aquele momento, Antunes proferiu: "[...] depois que o **rolo compressor fernando-henriquista**, sob a **batuta real de ACM**, ganhou dinâmica, aí a velocidade aumentou. Privatizar, ou talvez, dar mais vida às privadas, era o que importava [...]" (ANTUNES, 2005, p. 38). (grifos meus).

Figueiredo, Limongi e Valente, a seu turno, também capturaram esse viés assumido pela hegemonia da coligação governista sob Cardoso e, da mesma maneira que Antunes, denotaram a qualificação que a ela se imputou nesse sentido. De acordo com os autores,

> [...] constituiu-se, portanto, um governo de coalizão majoritário de centro direita que fez amplo uso do aparato institucional de que dispunha e colocou em funcionamento um **"rolo compressor"**[138], como a **crônica jornalística** e a oposição parlamentar passaram a chamar a atuação do governo e de seus líderes na arena parlamentar. Nesse governo, portanto, verificou-se um majoritarismo exacerbado na definição das políticas públicas nacionais (FIGUEIREDO; LIMONGI; VALENTE, 2000, p. 50). (grifos meus).

[138] cf. imagem em que a temática do "rolo compressor" está presente na charge n.: 55, **O bom de garfo**. Inventário temático.

O “majoritarismo exacerbado” a que fazem menção os autores anteriormente citados reverbera o destaque conferido pelos interlocutores do debate à amplitude da aliança política entre o poder Executivo sob Cardoso e a base governista no Legislativo. Dessa configuração, juntamente com os recursos de poder facultados à presidência da República, depreendeu-se a situação hegemônica desfrutada por Cardoso nas relações que estabeleceu com sua coligação partidária no Congresso. A caracterização da coligação governista por meio da expressão “rolo compressor”, tanto pela oposição parlamentar quanto pela crônica jornalística, é reveladora da repercussão que a amplitude do apoio conquistado pelo Executivo no Congresso adquiriu ao longo do primeiro mandato de Cardoso.

Cumpre ainda salientar mais um atributo imputado à ampla, conservadora e majoritária aliança governista que, em 1997, contava com os seguintes partidos: PSDB, PFL, PMDB, PPB, PTB. A despeito da heterogeneidade que uma coligação partidária dessa envergadura acaba assumindo, Meneguello (1998, p. 169) infere que ela dispôs de “relativa unidade”, não obstante as “[...] fortes dissensões internas partidárias oriundas do posicionamento diante do governo [...]”.

Dessa forma, o encetar da compreensão da prática política de Cardoso demanda o reconhecimento da dinâmica que estruturou o presidencialismo de coalizão no país desde 1985, assim como a influência do poder Executivo nas estratégias que os partidos políticos promoveram para a formação das coligações criadas visando à composição da aliança para a disputa eleitoral e a formação do governo. Quanto a esses aspectos, parte relevante da literatura sobre o tema privilegia os expedientes oriundos do Palácio do Planalto como elementos centrais na conformação desse processo.

4.1.3 A proeminência do poder Executivo e a concentração dos recursos de poder

Simone Diniz chama a atenção para as estratégias que o Executivo empreende nas suas relações com o Legislativo e identifica, ao menos, duas diferentes vertentes analíticas que se debruçam sobre essa questão. Ambas compreendem que a capacidade de barganha do poder Executivo é um recurso de poder essencial para garantir a supremacia do presidente sobre o poder Legislativo. A divergência encontra-se na maneira de conceber a realização dessa prática. Na perspectiva centrada na presidência, entende-se que isso resulta das “habilidades pessoais” do mandatário, ao passo que na perspectiva centrada no sistema

político, ela é concebida enquanto resultado do jogo político institucional (DINIZ, 2005, p. 336).

Dessa forma, no interior do processo de barganha com o Legislativo, encontra-se a necessidade da construção, ampliação e manutenção de uma coalizão partidária majoritária em torno do Executivo. Isso dependerá, a seu turno, da capacidade do Palácio do Planalto em distribuir benesses à sua base partidária. A formação ministerial, um dos recursos de poder de que se vale o Executivo para garantir o apoio da base aliada, normalmente obedece à lógica que transforma os ministérios em objeto de permuta com o Legislativo, estabelecendo uma prática política assentada na distribuição de patronagem (*pork*) (RAILE; PEREIRA; POWER, 1996).

Contudo, não basta apenas acenar com a distribuição de cargos, torna-se forçoso considerar o peso que as "conversas de bastidores" – entre os representantes do Executivo e as lideranças partidárias no Congresso Nacional – exercem no manuseio da precedência da primeira instituição sobre a última (ZAULI; RODRIGUES, 2002, p. 202-203). Do mesmo modo, é fundamental lançar mão dos variados recursos de poder dispostos institucionalmente ao alcance do Executivo para a sobreposição dos seus interesses sobre os do Legislativo (POWER, 2010).

Assim, outro recurso de poder à disposição do Palácio do Planalto para garantir a sua proeminência sobre o Legislativo configura-se na iniciativa da produção das leis. Dentre as prerrogativas da iniciativa legal facultadas ao Executivo encontra-se aquela que, para os analistas, se institui como a mais prestigiosa ferramenta legislativa a favorecer a supremacia do poder Executivo sobre o Congresso Nacional: a **Medida Provisória** (MP). Pessanha ressalta que a Medida Provisória desponta na Constituição de 1988 como substitutivo do decreto-lei e infere, corroborando a assertiva de Figueiredo, Limongi e Valente (2000, p. 52), que, por meio dela, o Executivo tem o poder e a capacidade de controlar a agenda do Legislativo (PESSANHA, 2002, p. 173).

O poder de veto é mais uma ferramenta institucional a que o presidente pode recorrer para sustentar a sua preeminência sobre a atividade parlamentar (ZAULI; RODRIGUES, 2002, p. 184; DINIZ, 2005, p. 336). Dentre outros procedimentos, o veto é utilizado para evitar a capacidade reativa do Congresso Nacional, organizando de "[...] maneira mais eficiente as comissões especiais que devem ser formadas pelos membros das duas Casas para apreciar e/ou modificar cada MP que o Executivo edita" (ZAULI; RODRIGUES, 2002, p. 190-191).

No campo do Legislativo, os recursos de poder mobilizados para a persecução das maiorias parlamentares favoráveis ao governo estão regimentalmente estabelecidos e favorecem o controle das votações pelos líderes dos partidos e presidentes das Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados (FIGUEIREDO; LIMONGI; VALENTE, 2000, p. 52-53). Dispositivos regimentais como a determinação da pauta de votações e a indicação e substituição de membros das comissões – além do manuseio das consequências procedimentais daí resultantes, como os pedidos de urgência etc. – são os expedientes arregimentados em favor da satisfação dos interesses da coalizão governista no Congresso Nacional.

Portanto, o controle das Mesas das Casas legislativas e seus procedimentos regimentais pelos líderes partidários favoráveis ao governo; o poder de veto que limita a capacidade de reação das Casas legislativas; a prerrogativa da iniciativa legal por meio da utilização indiscriminada de medidas provisórias que permite definir e controlar a agenda do Legislativo; a formação ministerial como moeda de troca para obtenção de apoio partidário; e a distribuição de uma miríade de cargos e verbas da burocracia federal, são todos recursos de poder a garantir a supremacia do Executivo sobre o Legislativo por meio da formação de coalizões partidárias majoritárias.

Assim, a discussão referente à proeminência que o poder Executivo exerce sobre o Legislativo – por meio da questão acerca dos recursos de poder disponíveis à coalizão governista de modo geral e, em particular, especialmente ao presidente da República – permite aludir ao conjunto de temas abordados no debate político para tratar das relações entre os dois poderes. Os assuntos mais recorrentes estão endereçados às problemáticas sobre os impactos da coligação partidária sobre a formação governamental e o sistema eleitoral. Observam-se também menções ao clientelismo orçamentário e ao controle da agenda institucional praticados pelo Executivo, além das questões sobre a disciplina partidária.

4.1.4 A prática política institucional

Aquele que se dispuser a analisar a trajetória recente da teoria política perceberá as tentativas de aprimoramento dos estudos sobre o papel das instituições no processo político. O estreitamento do contato com a economia política, no final da década de 1970, contribuiu para o surgimento de análises comparativas interessadas em apreender, de maneira mais

minuciosa, a influência que as instituições exercem sobre a prática política engendrada pelos atores históricos.

O esforço analítico que culminou na corrente neoinstitucionalista foi inicialmente empreendido, na década de 1950 e início da de 1960, no campo da ciência política comparada por meio da chamada "revolução comportamental". As análises comportamentais surgiram da insatisfação com os procedimentos teórico-metodológicos erigidos no interior do que foi posteriormente denominado de "velho institucionalismo". Um dos aspectos da sua crítica referia-se à demasiada ênfase nas estruturas formais das instituições que dominava as análises dos últimos. Assim, o distanciamento que os comportamentalistas passaram a estabelecer perante o "velho institucionalismo" se fez devido à compreensão de que "o foco da análise não deveria estar nos atributos formais das instituições governamentais mas, ao contrário, na distribuição informal do poder, atitudes e comportamento político". Existia também, por parte dos comportamentalistas, a proposta de distanciamento diante da perspectiva teórica que orientava a crítica marxista das estruturas do capitalismo (STEINMO; THELEN, 1999, p. 3-5).

Não obstante a multiplicidade de relações observadas entre os atores políticos e a especificidade da configuração institucional existente em cada país tenha levado ao surgimento de diferentes compreensões acerca das vertentes que constituem o neoinstitucionalismo, verificam-se pontos de convergência entre essas análises que podem ser apreendidos por meio da presença de duas temáticas centrais às três correntes: 1) as relações entre as instituições e o comportamento político e 2) a questão da permanência e da mudança das instituições (HALL; TAYLOR, 2003, p. 213-217).

Exemplo da reorientação dos pressupostos teórico-metodológicos promovida pelo neoinstitucionalismo no campo da política comparada – tanto em relação às teses comportamentalistas quanto às do "velho institucionalismo" – encontra-se no trabalho de Ellen Immergut (1992). Ao tomar como objeto de estudo o processo de criação do seguro social de saúde na França, Suíça e Suécia, a autora envereda pelas temáticas que ocuparam a atenção dos estudiosos a partir das décadas de 1980 e de 1990. O grau de influência que as instituições exercem sobre o comportamento dos atores políticos e as questões relativas à mudança e permanência das instituições são alguns dos elementos desenvolvidos por Immergut e que receberam tratamento especial nas reflexões neoinstitucionalistas.

A elaboração do conceito de instâncias de veto (*veto point*) permite à abordagem empírica engendrada por Immergut avaliar a inferência acerca do papel que as instituições exercem no processo de elaboração do cálculo e da estratégia dos atores políticos. Na Suíça,

por exemplo, a tentativa de criação de um seguro social de saúde encontrou no processo eleitoral – e não na presumida capacidade de pressão dos médicos – o maior obstáculo para sua implantação. Como afirma a autora na citação a seguir:

> [...] a permanente possibilidade de empurrar as decisões para a arena eleitoral desencorajou as tentativas de acordo e permitiu até aos grupos de interesse de menor expressão [...], ter um papel fundamental no processo de reforma. No sistema político suíço, o referendo definia o conceito de poder e as regras do jogo eram determinadas pela maneira de interpretar seu modo de funcionamento [...] (IMMERGUT, 1992, p. 14).

A reflexão de Immergut indica que a possibilidade de sucesso na implantação de propostas e projetos políticos leva à necessidade de os atores políticos, interessados na sua concretização, avaliarem a melhor trajetória institucional para a sua realização. Desse modo, o processo eleitoral e os poderes Executivo e Legislativo constituem-se em arenas nas quais se desenrola a dinâmica dos interesses políticos em conflito, fazendo com que a trajetória institucional se incorpore às estratégias dos atores, evidenciando, assim, a influência do desenho institucional na prática política. Para a cientista política, "as oportunidades de veto é que determinam se a instância efetiva de decisão será a arena executiva, a arena parlamentar, ou ainda a arena eleitoral" (IMMERGUT, 1992, p. 09).

4.1.4.1 As instâncias de veto

O potencial dessa abordagem é de tal ordem que se torna possível estendê-la para a apreciação do caso brasileiro. Como exposto, diversos analistas apontaram para a identificação do poder Executivo como a principal arena decisória no interior da formação social brasileira. Isso não deve conduzir, entretanto, à minimização da capacidade das arenas legislativa e eleitoral de se constituírem em significativos pontos de veto no interior da arquitetura institucional do país.

Além de visar a governabilidade e a aprovação de propostas emanadas do poder Executivo, a formação e consolidação de maiorias parlamentares pelo governo cumprem também a função de garantir maior tempo no rádio e na televisão durante a campanha eleitoral, estratégia importante para a disputa eleitoral em um país de grande extensão

territorial e diversidade cultural como o Brasil, conforme assinalado por Abranches (1987). A configuração institucional do regime republicano brasileiro nos termos de um presidencialismo de coalizão induz, portanto, aqueles que planejam a conquista do poder a incorporarem em suas estratégias o pragmatismo político necessário para a formação de amplas alianças partidárias, o que resulta em coalizões políticas bastante heterogêneas.

As tentativas de evitar que o processo eleitoral se transforme em uma instância de veto devem ser compreendidas, também, no contexto das reformas do Estado levadas a termo pelo governo de Cardoso. Devido ao amplo leque de objetivos de um projeto que se propunha a "romper com a era Vargas" (BARBOSA FILHO, 1995) – no que diz respeito à mudança da orientação intervencionista do Estado em favor de uma prática regulatória[139] –, um mandato presidencial de quatro anos foi visto como insuficiente para a implantação de todas as reformas desejadas pelo governo. Assim, o interesse em continuar no poder lançou o governo de Cardoso em expedientes diversos, no sentido de promover a estratégia mais adequada para a satisfação de tais objetivos no interior de um contexto institucional marcado pelo presidencialismo de coalizão.

A proeminência do Poder Executivo sobre o Legislativo resulta da óbvia vantagem que o primeiro adquire pelo fato de ser o provedor das benesses materiais tão desejadas por parlamentares que dependem de tais recursos para o fortalecimento e a perpetuação de suas legislaturas. Contudo, a exigência que a Constituição brasileira estabelece para a aprovação das Propostas de Emendas Constitucionais (PEC's) apresentadas pelo Executivo por três quintos das cadeiras do Legislativo cria uma relação de dependência entre ambos que, por vezes, inverte a assimetria de poder em favor do Congresso Nacional. De acordo com Immergut, isso ocorre quando,

> [...] o governo não conta com o apoio de uma maioria parlamentar estável, ou se a regra da disciplina partidária não impõe aos congressistas votar com os seus companheiros de partido no governo, há uma boa chance de que os membros do Parlamento rejeitem as decisões do Executivo. Nessa situação, pode-se esperar significativas mudanças no rumo das políticas adotadas e até mesmo a rejeição das propostas; o Parlamento passaria a ser uma instância de veto (IMMERGUT, 1992, p. 08).

[139] Uma reflexão mais abrangente acerca dos diferentes papéis que um governo pode assumir nesse sentido encontra-se em LOWI, T. J. Distribution, Regulation, Redistribution: the functions of government. In: THEODOULOU, S.; CAHN, M. **Public policy**. New Jersey: Prentice Hall, 1995. p. 15-25.

No Brasil, as características do presidencialismo de coalizão tornam-se ainda mais imperativas na elaboração das estratégias do governo, uma vez que a disciplina partidária da base aliada dificilmente é obtida sem a distribuição de verbas e cargos aos parlamentares que a compõem. No governo Fernando Henrique Cardoso, a heterogeneidade das alianças constituídas gerou uma dificuldade a mais para o Executivo, pois, além de gerar consequências indesejáveis ao governo – como reforçar a sua dependência perante o Congresso Nacional –, levou a disputas pela hegemonia política no interior da coligação governista que se somaram à difícil concretização da fidelidade partidária. O conflito mais evidente no período realizou-se entre o PSDB e o PFL, especialmente em virtude das reiteradas tentativas de Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) em protagonizar a liderança da coalizão.

Assim, embora a arquitetura institucional do Estado brasileiro, no que tange às relações entre o Poder Executivo e Legislativo, ofereça ao primeiro um lugar privilegiado no âmbito das interações estabelecidas entre o presidente e a sua base aliada no Congresso Nacional – evidenciando a pertinência da definição do cenário republicano do país ensejada por Abranches (1987) nos termos de um presidencialismo de coalizão –, essa proeminência não é absoluta e sequer garante a unilateralidade da hegemonia política em favor do poder Executivo. A assimetria de poder decorrente do lugar que os atores ocupam no âmbito das instituições políticas – outro tema presente entre os teóricos do neoinstitucionalismo – não se constitui, portanto, de maneira estática e nem mesmo permanente.

Decerto que a forma como se dá o acesso dos atores às arenas políticas é um importante aspecto da configuração da correlação de forças entre eles (DAHL, 1996; 2005). Entretanto, um significativo vetor dessa dinâmica pode ser identificado nas maneiras pelas quais os atores políticos respondem às interdições que a configuração das instituições formais impõe sobre seus interesses. Portanto, a arquitetura institucional do Estado brasileiro, mesmo que tenha no poder Executivo a principal arena decisória, permite que o processo eleitoral e o poder Legislativo se constituam em instâncias de veto, fazendo com que os atores políticos tenham as suas estratégias de poder orientadas, em grande medida, pelas vicissitudes decorrentes das influências que essas instituições exercem sobre o comportamento político.

4.1.4.2 A agenda governamental

Ao mesmo tempo em que as instituições promovem uma ação restritiva ao comportamento político, por outro lado, a sua influência também pode ensejar "aberturas estratégicas" (IMMERGUT, 1992, p. 16) ao oferecer contextos mais favoráveis à concretização dos objetivos dos atores políticos. Essa proposição de Immergut permite uma aproximação junto à reflexão desenvolvida por John Kingdon (1995) sobre as janelas de oportunidades (*policy windows*). O Modelo de Fluxos Múltiplos foi desenvolvido para o estudo da formação da agenda governamental (*agenda setting*) do governo federal norte-americano e derivou do "modelo da lata de lixo" (*garbage can model*) que, por sua vez, se constituiu para a "análise de organizações que se configuram como 'anarquias organizadas', operando em condições de grande incerteza e ambiguidade (como universidades e governos nacionais) [...]" (CAPELLA, 2007, p. 89).

John Kingdon define agenda governamental como "a lista de assuntos ou problemas sobre os quais membros do governo, e pessoas fora do governo intimamente associadas a esses membros, estão prestando séria atenção em um determinado momento qualquer". Identifica três fluxos decisórios que influenciam a sua formação: reconhecimento de problema (*problem stream*), geração de propostas de política (*policy stream*) e eventos políticos (*politics stream*) (KINGDON, 1995, p. 3-18).

Não obstante o fato de cada fluxo dispor de mecanismos que lhe são próprios e da potencialidade de suas influências, em si mesmos não são capazes de mudar a agenda governamental. Esta condiciona-se à abertura de uma janela de oportunidade que ocorre quando os três fluxos convergem entre si (*coupling*), fazendo com que "[...] soluções se acoplem aos problemas, propostas se liguem às exigências políticas, e alternativas sejam introduzidas quando a agenda muda" (KINGDON, 1995, p. 173). Quando se abre uma janela de oportunidade, empreendedores políticos competem entre si para introduzir suas soluções ou alternativas na agenda governamental. Aqueles providos de mais recursos e habilidades terão mais chances de fazê-lo. Assim, os empreendedores políticos percebem que,

> [...] a abertura de uma janela de oportunidade política é uma oportunidade para defender o impulsionamento de soluções favoritas ou para chamar a atenção para os seus problemas especiais. De fato, defensores dentro e em torno do governo mantêm seus problemas à mão, esperando para que essas oportunidades ocorram. Eles têm soluções favoritas, por exemplo, e esperam por problemas que flutuam para com isso prender suas soluções a eles (KINGDON, 1995, p. 203).

Dentre os empreendedores políticos com maior capacidade para a conformação da agenda governamental encontra-se o presidente. “Nenhum outro ator no sistema político tem a capacidade do presidente em estabelecer agendas em uma dada área de políticas para aqueles que lidam com elas” (KINGDON, 2003, p. 23). Essa posição advém do acesso ao manejo de “recursos institucionais (principalmente o poder de veto e o poder de nomear pessoas para cargos-chave do processo decisório), recursos organizacionais e recursos de comando da atenção pública.” (CAPELLA, 2007, p. 99).

O modelo de Kingdon também oferece elementos para a análise do caso brasileiro. O deslocamento da ênfase na temática da democracia em favor da questão da recessão econômica na agenda governamental, por exemplo, realizou-se durante o governo José Sarney (1985-1989) quando a inflação elevou-se à condição de um problema para os formuladores de políticas. A incapacidade de resolução do problema inflacionário nos governos subsequentes valorizou ainda mais os efeitos do Plano Real nessa área. Sua implantação ocorreu no governo Itamar Franco (1992-1994) depois das vicissitudes que caracterizaram os governos Sarney e Fernando Collor de Mello (1990-1992), com os sucessivos fracassos dos planos econômicos criados nesse período e as denúncias de corrupção que levaram ao pedido de *impeachment* contra Fernando Collor de Mello.

No fluxo de geração de propostas de política, a criação da URV viabilizou tecnicamente o plano econômico que levou à introdução da nova moeda. Os custos de implementação viram-se reduzidos em virtude do consenso generalizado em torno da busca pela “estabilidade econômica”. A hiperinflação permitiu o compartilhamento de valores em favor do Plano Real.

A dinâmica no fluxo da política, diante dos primeiros impactos resultantes do plano econômico, viu-se acometida: 1) pelo “clima e “humor” nacionais que favoreceram o lançamento da candidatura à presidência da República em 1994 do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso; 2) pela presença de grupos de interesse como, por exemplo, a mobilização da imprensa em torno da candidatura de Cardoso; e 3) pela vindoura mudança de governo, prevista para as eleições de outubro de 1994. A convergência dos fluxos levou à abertura de uma janela de oportunidade política aproveitada por Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda, para se candidatar à presidência da República.

4.1.4.3 A dinâmica institucional do Estado brasileiro

Os estudos neoinstitucionalistas enfatizam o quanto a configuração institucional é relevante para o cálculo dos atores políticos na consecução de seus interesses. Sua perspectiva teórica contempla a importância das instituições ao identificarem a sua incorporação como um significativo vetor na construção das estratégias definidas pelos atores históricos para a sua prática política.

A investigação de Immergut sintetiza bem essa argumentação. O conceito de instâncias de veto sistematiza a natureza restritiva das instituições sobre a prática dos atores políticos ao mesmo tempo em que indica a possibilidade de o cenário institucional criar condições favoráveis à concretização dos objetivos traçados pelos atores políticos. De modo análogo, a reflexão de Kingdon indica os limites aos quais a prática política se submete, ao mesmo tempo em que enfatiza as situações em que a configuração institucional se revela profícua para o ensejo de determinados objetivos perseguidos pelos atores há muito empenhados para alcançá-los.

O recurso a esse conjunto de referências teórico-metodológicas para a análise do caso brasileiro eleva o plano da prática política institucional a uma condição privilegiada ao contribuir para a verificação de uma lógica que lhe é própria. O desenho institucional do Estado brasileiro, enviesado pelo presidencialismo de coalizão, aponta para a proeminência do Poder Executivo nas relações que estabelece tanto com o poder Legislativo quanto com o processo eleitoral, atribuindo-lhe a condição de principal arena de tomada de decisões políticas do país.

A abordagem neoinstitucional e a perspectiva analítica centrada na formação da agenda governamental induzem, por outro lado, à constatação de que a primazia do Executivo depende de uma engenharia institucional que ordene o conflito político favoravelmente às suas demandas. Disso resulta uma prática política orientada para a diluição de uma série de obstáculos – resultantes das exigências institucionais de construção da agenda governamental e da supressão dos pontos de veto – que, em muitas vezes, conduzem a trajetórias que se distanciam dos objetivos traçados inicialmente pelos atores políticos à frente do poder Executivo, relativizando a sua proeminência.

É nesse sentido que a reflexão de Douglass North (1990) ganha força explicativa. O autor vale-se do conceito de dependência da trajetória (*path dependence*) para explicitar os mecanismos que caracterizam o processo de transformação das instituições (NORTH, 1990, p. 95). Ao comentar o conceito de dependência da trajetória, Paulo Gala ressalta que o processo de mudança institucional é lento e não conduz, invariavelmente, à supressão das instituições obsoletas. Assim, de acordo com Paulo Gala,

> a consequência dessa concepção da dinâmica institucional é a de que mudanças ocorrem de forma gradual, ao alterar na margem a estrutura de regras das sociedades. O próprio conceito de retornos crescentes realça a ideia de que uma vez numa trajetória, maior a tendência de permanência nela. [...] O início de um processo tem papel fundamental sobre o curso de seus acontecimentos. Com o passar do tempo instituições ineficientes não sucumbem. [...] (GALA, 2003, p. 103).

A análise das relações entre o poder Executivo e o Legislativo no governo de Cardoso sob a luz do conceito de dependência da trajetória orienta a reflexão acerca da coligação partidária erigida para o seu apoio político para uma abordagem que a percebe como expressão da tendência de permanência do Estado brasileiro no interior de uma trajetória que reforça as práticas fisiológicas, historicamente constituídas, da base governista.

O pragmatismo político do PSDB – resultante da necessidade em evitar os pontos de veto e da disposição para hegemonizar a construção da agenda governamental – estreitou suas relações com os setores conservadores do espectro político brasileiro, por meio das alianças que promoveu com partidos como o PFL, o PPB e o PMDB, de modo a lançar o governo no âmbito de uma correlação de forças que inibiu transformações mais aprofundadas como, por exemplo, a criação de mecanismos institucionais que assegurassem maior controle do Estado pela sociedade civil, como enfatizou o presidente nas obras que escreveu quando era sociólogo[140].

Além disso, a prática política oriunda do governo Fernando Henrique Cardoso contribuiu para que se perpetuassem os elementos que mantêm o Estado brasileiro em uma trajetória situada em uma posição intermediária entre um Estado "predatório" e um Estado "desenvolvimentista", pois, ao reproduzir a prática política centrada no clientelismo e no patrimonialismo, reiterou os impedimentos para a "construção da coerência corporativa weberiana" (EVANS, 1993) no interior da burocracia estatal do país.

Assim, a compreensão das relações entre o poder Executivo e o Legislativo por meio do aludido presidencialismo de coalizão – ao reiterar apenas a proeminência do primeiro sobre o último – não contempla todas as dimensões concernentes à configuração institucional do Estado brasileiro, uma vez que não explica satisfatoriamente o enredar das forças políticas que se alçam ao vértice do Executivo na reprodução de práticas políticas tradicionalmente estabelecidas. Para isso contribuem as reflexões em torno da caracterização do Estado

[140] cf. Capítulo 4.

brasileiro como algo situado a meio caminho entre um Estado predatório e um Estado desenvolvimentista, elaborada por Peter Evans (1993), e por meio do conceito de dependência da trajetória, promovida por Douglass North (1990).

As abordagens neoinstitucionalistas, ao enfatizarem a análise das instituições intermediárias, contribuíram para uma apreciação mais acurada da prática política institucional, desnudando os mecanismos que lhe são intrínsecos e chamando a atenção para a especificidade da lógica que lhe é inerente. Desse modo, para a análise do caso brasileiro, a formação da base governista e a questão do acesso aos recursos de poder revelam-se centrais para a compreensão da dinâmica da prática política no interior do plano institucional.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a despeito da condição privilegiada do Poder Executivo nas suas relações com o Legislativo, pode-se inferir que o constrangimento decorrente do peso das instituições sobre a prática política enredou o governo em uma correlação de forças políticas que – menos do que garantir ao Executivo uma ampla margem de manobra que permitisse substanciais transformações do cenário institucional – acabaram por reiterar práticas políticas tradicionalmente estabelecidas no interior do Estado brasileiro.

Em texto também publicado no dossiê da revista Tempo Social sobre o governo de Cardoso, intitulado **O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições**, Cláudio Couto e Fernando Abrucio enfatizam que tais constrangimentos são mais facilmente perceptíveis ao se observar a incapacidade do governo em levar adiante todas as reformas do Estado brasileiro que compunham a agenda governamental do Estado durante o período recortado, especialmente ao longo do seu segundo mandato. Além das restrições oriundas do contexto internacional, "o andamento das reformas também enfrentou dificuldades no campo da coordenação intragovernamental, por conta do legado de estruturas que permanecem governo após governo e só são alteradas ao longo de muitos anos [...]" (COUTO; ABRUCIO, 2003, p. 298).

Ou seja, por maior que tenha sido a capacidade de acesso e manejo de recursos de poder pelo Executivo, as disputas políticas no interior da coligação partidária que deu sustentação ao governo Fernando Henrique Cardoso apresentaram-se como uma espécie de instância de veto. Embora a estratégia do PSDB tivesse contemplado o peso das instituições sobre os seus objetivos e levasse o partido a buscar uma coalizão partidária que lhe garantisse superar os estrangulamentos institucionais, os conflitos no interior da base governista inibiram a concretização de grande parte dos interesses do governo e introduziram percalços que distanciaram os resultados políticos alcançados dos objetivos inicialmente estabelecidos,

retirando do Executivo a suposta proeminência que a abordagem orientada pelo chamado presidencialismo de coalizão lhe atribui.

4.2 A proeminência do poder Executivo na charge de Angeli: a distribuição de cargos e verbas

A política institucional do Estado brasileiro também foi objeto da crônica de Angeli. Tema de maior incidência na série de charges analisadas, as relações de Cardoso com o Congresso Nacional foram salientadas pelo artista em quarenta e cinco charges (15,5%) do total de imagens pesquisadas. Identificou-se, ainda, a prevalência de temáticas relativas: às questões sociais, em trinta e nove imagens (12,7%); à economia política do governo, em trinta charges (10%); e à reeleição de Fernando Henrique Cardoso, em vinte e quatro imagens (8%). Esses temas se entrelaçam em várias das charges pesquisadas, havendo menções a muitos deles em uma única imagem.

Sobre as relações entre o poder Executivo e Legislativo durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a face mais visível da discussão de Angeli a esse respeito também enfatiza a questão da proeminência do poder Executivo, e o faz principalmente por meio da referência à sua prática de distribuição de cargos e verbas pelo governo. Um dos exemplos que a produção artística de Angeli pode oferecer em relação a isso se encontra na charge **O milagre da reeleição**[141], publicada aos vinte e seis de outubro de 1997.

A charge foi elaborada em quadro único, está ambientada na Praça dos Três Poderes, em Brasília, e representa, ao fundo, os prédios do Congresso Nacional e da Esplanada dos Ministérios, um dos principais cenários mobilizados pelo artista para tratar desta e de outras temáticas sobre o governo de Cardoso. Políticos identificados pela indumentária e pelas pastas que carregam – além da acentuada protuberância de seus abdomens – cumprem uma trajetória que tem sua origem no prédio do Congresso Nacional, um ponto intermediário na Esplanada dos Ministérios, e termina em um declive que, a julgar pela representação de Fernando Henrique Cardoso como o "santo milagreiro" que surge acima de suas cabeças, indica a rampa situada à frente do Palácio do Planalto, uma vez que o último não foi representado no desenho pelo artista.

[141] cf. imagem 16, anexada.

A ausência do Palácio do Planalto na representação que Angeli faz da Praça dos Três Poderes adquire relevo quando a charge é inserida no contexto político que a originou. Seu título, **O milagre da reeleição**, remete ao processo eleitoral a ser realizado em outubro do ano seguinte, quando o presidente tentaria a reeleição, já que a emenda constitucional acerca da matéria havia sido definitivamente aprovada em junho de 1997. Objetivando ser reeleito, portanto, Cardoso enseja os procedimentos que visam à manutenção do apoio da base aliada do governo no Congresso Nacional. A substituição do prédio do Palácio do Planalto pela figura presidencial imprime, assim, o tom personalista à prática política de distribuição de benesses pelo Executivo sob Cardoso.

A origem da trajetória no Congresso Nacional indica que são parlamentares os políticos retratados. O ponto intermediário na Esplanada dos Ministérios alude aos cargos ministeriais que serão objeto de barganha entre os dois poderes. Por sua vez, o fato de todos os políticos representados de maneira visível carregarem pastas e/ou envelopes insinua – mais do que apenas acessórios mobilizados pelo desenhista para a sua caracterização – a distribuição das verbas que o presidente promove junto à sua base aliada no Congresso.

Essas proposições são explicitadas pela utilização da linguagem verbal que estabelece uma relação de complementaridade com a mensagem emitida por meio da representação imagética, exigindo a necessidade de apreensão de ambas para que o significado da crítica do artista seja apreendido (SOUZA, 2009, p. 14).

Os três elementos formais que abrigam a linguagem verbal – balões, títulos e legendas – em uma charge estão presentes nesta charge. Além das informações já mencionadas, o balão acrescenta outras igualmente apresentadas de modo que complemente a mensagem imagética. Assim, o enunciado incluído no balão que figura acima da cabeça do parlamentar exibido no primeiro plano, “Repartir as verbas, multiplicar os cargos...e sempre a mesma reza!”, orienta a interpretação do leitor para a percepção do sentimento de insatisfação que o acomete, com certa resignação, inclusive, a despeito do recebimento das benesses com as quais deveria locupletar-se. Mais ainda, a última parte do enunciado adverte que a troca de apoio por meio da concessão de cargos e verbas federais é uma prática política recorrente no governo de Cardoso.

Não se capta, porém, tal informação imediatamente, ao menos não sem alguma ambiguidade, pois, se não é totalmente plausível atribuir à fisionomia dos parlamentares uma expressão de completa insatisfação, não se pode igualmente inferir que estejam felizes. A fisionomia do último parlamentar retratado de maneira visível, aliás, aproxima-se bastante da primeira condição. O fato é que essa informação somente adquire um significado sem

ambiguidades, se é que tal inferência pode ser proferida de maneira inequívoca, quando relacionada à última parte do enunciado contido no balão.

A questão da proeminência do Executivo sobre o Legislativo, por sua vez, foi enfatizada por meio da representação que o desenhista faz de Cardoso como a figura do "santo milagreiro". A estratégia de enunciação do artista, ao representar Cardoso pairando altivo nos céus da capital da República e por sobre a cabeça dos parlamentares, vale-se da metáfora religiosa para indicar a superioridade do Executivo e sugere, até mesmo, devido ao lugar que lhe foi atribuído no desenho pelo artista, a onipresença da figura presidencial. Outro aspecto, inclusive, a reforçar o já aludido tom personalista atribuído por Angeli à prática política do presidente.

Sob ele aparece uma faixa cuja inscrição não se pode vislumbrar em toda a sua extensão devido ao efeito nela imputado pelo chargista. Em situações como essa, o desenhista pressupõe a cumplicidade do leitor ao utilizar-se da técnica, referida por Ernst Gombrich ao tratar da caricatura, que constrói a semelhança por meio da equivalência, ou seja, produz a identificação da semelhança com determinados objetos ou palavras por meio da representação de traços que se equivalham a eles (GOMBRICH, 2007, p. 291-292).

Na faixa subentende-se, portanto, a inscrição "São Fernando Henrique Cardoso", sendo que apenas o primeiro nome do presidente foi completamente explicitado. Além da interseção entre as linguagens textual e imagética, observa-se, desse modo, a relação de complementaridade das linguagens verbais entre si. A legenda inscrita na faixa, o enunciado do balão e o título da charge reiteram a ideia de que o protagonista dos esforços para a reeleição de Fernando Henrique Cardoso é o próprio presidente, ao valer-se dos expedientes até então mencionados para tanto.

A interação observável entre as linguagens imagéticas a reiterar a informação de que o presidente é o santo responsável pelo milagre está, por sua vez, evidenciada na representação da figura de Cardoso envolto em uma bruma celestial, como se fosse uma aparição divina no céu da capital federal, com as duas mãos espalmadas para fora, em substituição ao prédio do Palácio do Planalto. Nessa charge se constituem, portanto, relações de complementaridade horizontais e verticais, por assim dizer, relacionando linguagens verbais e imagéticas.

O enunciado inscrito no balão alude ao texto bíblico, presente no Novo Testamento[142], e refere-se ao milagre feito por Jesus ao multiplicar peixes e pães para alimentar a multidão que o seguia. A metáfora de natureza religiosa, repleta de significações, além de se fazer

[142] cf. Mateus (14: 13-21), Marcos (6: 30-44), Lucas (9: 10-17) e João (6: 1-15).

presente também na linguagem verbal. No caso dessa charge de Angeli, pode-se acrescentar que a prática da intertextualidade se faz também com o texto bíblico da tradição judaico-cristã, ou seja, no interior do "saber convencional" referido por Gombrich ao tratar das "metáforas universais" (GOMBRICH, 1999), disponíveis no contexto linguístico dos atores políticos (POCOCK, 2003) no contexto histórico correspondente ao governo Fernando Henrique Cardoso.

No periódico Folha de S.Paulo, a charge é publicada na segunda página do Primeiro Caderno do jornal, na seção Opinião, e costuma dialogar, principalmente, com os textos dos colunistas publicados na mesma seção. Contudo, no caso da charge **O milagre da reeleição**, outra faceta da prática da intertextualidade externa que a charge promove pode ser observada na relação que estabelece com a reportagem publicada na página dezenove do mesmo caderno do periódico.

Versando sobre as emendas parlamentares apresentadas ao orçamento do Estado para o ano de 1998, a reportagem afirma que estas privilegiam as bases regionais dos líderes partidários no Congresso e que dispõem de forte sentido eleitoral por restringirem-se a solicitações de verbas para a construção de quadras e ginásios poliesportivos, além de postos de saúde, pedidos mais recorrentes devido ao seu menor custo[143].

Assim, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), líder do Partido da Frente Liberal na Câmara dos Deputados, solicitou R$: 450.000,00 para a construção de seis ginásios em Pernambuco; Michel Temer (PMDB-SP), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e presidente da Câmara naquele momento, apresentou emendas para a construção de três ginásios no interior de São Paulo; Aécio Neves (PSDB-MG), então líder do partido do presidente na Câmara, reivindicou R$: 320.000,00 para a construção de dois ginásios em cidades de Minas Gerais; Artur Virgílio (PSDB-AM), então Secretário-Geral do partido, apresentou emenda no valor de R$: 195.000,00 para a construção de uma quadra poliesportiva em Parintins, no Amazonas; Neiva Moreira (PDT-MA), líder do Partido Democrático Trabalhista na Câmara, requereu R$: 150.000,00 para duas quadras poliesportivas em cidades do Maranhão; Odelmo Leão (PPB-MG), líder do Partido Progressista Brasileiro, demandou R$: 500.000,00 para obras em um hospital em Uberlândia e diversas outras emendas para cidades do triângulo mineiro[144].

Assim, a crítica de Angeli enfatiza que a distribuição de benesses, que o poder Executivo promove para angariar e manter o apoio da sua base parlamentar no Congresso

[143] BUARIM JR., Oswaldo. Emendas favorecem redutos de líderes. **Folha de S.Paulo**, São Paulo 26 out. 1997. (Reportagem)
[144] Idem.

Nacional, é um "milagre" rotineiro. Com isso, é possível verificar a menção de Angeli às tradicionais práticas políticas coronelistas, analisadas por Vitor Nunes Leal, em **Coronelismo, enxada e voto (1949)**.

4.2.1 A amplitude da coalizão partidária governista

As questões relativas à formação da coligação partidária em torno da candidatura e do governo de Cardoso foram, igualmente, objeto da apreciação de Angeli. Uma das críticas do desenhista à coligação partidária formada em torno de Cardoso pode ser observada na charge, intitulada **FHC *Style***[145]. Publicada aos nove de julho de 1997, a charge dialoga com o editorial do periódico intitulado **Autodestruição**, publicado no mesmo dia. Nele faz-se a crítica da incapacidade de a base governista, em situação de convocação extraordinária do Congresso, não conseguir sequer realizar a sessão para a votação das emendas que, segundo o jornal, eram prementes para a diminuição dos gastos públicos. O editorial apresenta a contradição de tal cenário tendo em vista o número significativo de lideranças parlamentares a favor do governo e a condição majoritária da base governista no Congresso[146].

Outro exemplo de intertextualidade entre a charge e as publicações do periódico encontra-se na reportagem publicada, no Primeiro Caderno e com chamada na capa do jornal, sobre as ameaças feitas pelo presidente à sua base no Congresso para que as reformas propostas pelo Executivo adquiram maior celeridade nas votações das Casas Legislativas. Desde a supressão de emendas parlamentares ao orçamento da União e convênios do governo federal com as prefeituras, até as afirmações do ministro das Comunicações, Sérgio Motta (PSDB-SP), acerca da proposição de um plebiscito que indague sobre a necessidade de alterações na Constituição – passando pela mobilização dos governadores dos Estados da federação alinhados politicamente ao governo para a coação dos deputados e senadores recalcitrantes – desfia-se um rosário de ameaças contra os parlamentares da base aliada resistentes a apoiar o governo nas votações do Congresso[147].

De acordo com a reportagem, Cardoso vociferou contra a conduta dos aliados do PMDB da Paraíba que não acompanhavam o governo nas votações do Congresso. Reclamou também da demora na aprovação da reforma da Previdência, responsável por incorrer em

[145] cf. imagem 17, anexada.
[146] cf. Autodestruição. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 9 jul. 1997. (Editorial)
[147] CRUZ, Valdo; SOUZA, Vivaldo. Presidente ameaça prefeitos e parlamentares com cortes. **Folha de S.Paulo**, São Paulo 9 jul. 1997. (Reportagem)

prejuízo na arrecadação da instituição, que apresentou déficit no seu balanço contábil. O presidente inferiu ainda que a reforma administrativa permitiria aos governadores atenderem as demandas dos policiais militares por aumento salarial, por exemplo[148].

Como interlocutor dessa discussão inclui-se o jornalista Fernando Rodrigues, em coluna também publicada no mesmo dia da charge **FHC *Style***, intitulada **Os balões de ensaio**[149], que menciona aos arroubos do ministro das Comunicações quanto à sua proposta de plebiscito e alerta, ademais, para o fato de o calendário eleitoral do ano seguinte vir a competir com a capacidade de arregimentação da base aliada governista para os interesses do Executivo. Infere o jornalista que, sem as profundas reformas constitucionais, Cardoso terá de lançar mão de expedientes não ortodoxos para a concretização dos objetivos orientados a fim de garantir a longevidade proclamada pelo PSDB no que diz respeito à sua permanência no poder.

A charge **FHC *Style*** exemplifica, ainda, a estratégia de enunciação de uma crítica política que não se vale do processo de redução caricatural para enunciá-la. Em vez da caricatura, o artista vale-se da estrutura narrativa típica das histórias em quadrinhos para referenciar sua crítica à prática política de Fernando Henrique Cardoso. Ironizando o prolixo conteúdo das prestigiosas revistas e programas de televisão destinados a abordar o estilo de vida de artistas e personalidades públicas, o desenhista faz menção à indumentária do presidente.

Tencionando envolver o leitor com um enredo pautado na ênfase à sofisticação dos componentes e acessórios do traje presidencial – sumariados nos três primeiros quadros –, Angeli desenvolve o clímax da sua narrativa no último quadro, no interior do qual, de maneira irônica, aborda metaforicamente a temática do conjunto de forças políticas amealhadas por Cardoso por meio do motivo artístico representado pelas várias alianças em todos os dedos de suas mãos. O visível exagero na quantidade delas – observado também no contraste da espessura da primeira aliança colocada no dedo do meio em relação às demais – é representativo do destaque que se almeja conferir: a amplitude dos acordos políticos promovidos com vistas à formação de uma coligação partidária majoritária em favor do governo, conquistada a peso de ouro. Considere-se ainda a alusão ao símbolo da mão espalmada da campanha presidencial de Cardoso em 1994, com cada um dos cinco dedos

[148] CRUZ, Valdo; SOUZA, Vivaldo. Presidente ameaça prefeitos e parlamentares com cortes. **Folha de S.Paulo**, São Paulo 9 jul. 1997. (Reportagem).
[149] RODRIGUES, Fernando. Os balões de ensaio. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 9 jul. 1997.

representando as áreas de atuação a serem privilegiadas pelo governo: emprego, saúde, agricultura, segurança e educação.

4.2.2 A heterogeneidade da coligação partidária expressa na formação ministerial

Angeli também apresenta a sua interpretação acerca da discussão sobre a amplitude da coligação partidária do governo Fernando Henrique Cardoso por meio da questão relativa à formação ministerial. Tema recorrente nas suas charges sobre o governo, a narrativa do artista discorre sobre a questão com certa periodicidade e a descreve como algo corriqueiro, banal, e até mesmo, que se tronaria crônico, imprimindo a essa dinâmica da prática política do governo de Cardoso um significado essencialmente pejorativo.

A charge intitulada **Novo Ministério**[150], publicada aos oito de maio de 1999, traduz a ideia de amplitude e heterogeneidade da coalizão que compõe o governo do prostrado presidente da República. A infinidade de políticos representados como "alienígenas", reforçada pela diversidade com que foram caraterizados, é o maior indício de tal compreensão. Em primeiro plano, o combalido mandatário distingue-se da euforia dos demais, especialmente em virtude do desalento em seu olhar.

A charge expressa a argumentação mais explícita do desenhista nesse sentido. Nela, Fernando Henrique Cardoso aparece no centro do primeiro plano da imagem, constituindo-se no vértice das linhas formadas à sua direita e à sua esquerda pela quantidade incomensurável de políticos que figuram atrás dele. Dispondo as personagens desse modo, o artista representa o conjunto de ministros "alienígenas" de Cardoso sob a forma de um triângulo cuja base ocupa todo o pano de fundo do desenho.

Sugere o artista, dessa maneira, que o número de colaboradores do governo a quem se atribuíram as pastas ministeriais é de tamanha envergadura que sequer pode ser retratado completamente na cena. Essa representação hiperbólica do número de ministérios é reveladora da ênfase que Angeli quer atribuir à dimensão da coligação partidária governista, tanto quanto a sua caracterização como alienígenas diz respeito à sua heterogeneidade.

Importante consideração deve ser feita quanto ao enunciado que serve de legenda para a charge. Publicada em maio de 1996, momento a partir do qual Fernando Henrique Cardoso passou a realizar as primeiras mudanças nos ministérios, a legenda é uma zombeteira projeção

[150] cf. imagem 18, anexada.

de Angeli para a dinâmica que as reformas ministeriais podem assumir caso se transformem em uma prática rotineira, como ele sugere quando afirma que em 1997 "[...] depois de efetuar a décima mini reforma de seu governo, o presidente **Fernando Henrique** apresenta ao público o seu novo ministério, composto de técnicos, políticos e intelectuais de todos partidos aliados do governo".

A explicitação do caráter heterogêneo da coligação governista, imputando-lhes o estereótipo de alienígenas, explicita uma sintomática estratégia de enunciação de Angeli. Esse estereótipo é recorrentemente utilizado pelo artista para criticar a prática política do governante, embora nem sempre com a mesma significação. Aqui, além dos significados referidos, pode-se identificar no recurso ao estereótipo para fazer menção às dificuldades do presidente em "falar a mesma língua" dos seus ministros e, com isso, evidenciar os conflitos que caracterizavam a base governista, do que depreende-se o motivo da prostração do mandatário.

Esse aspecto da interpretação de Angeli reflete outra questão presente em suas charges, a constante caracterização negativa da prática política institucional. Essa é uma assertiva frequente na crítica de Angeli sobre o governo de Cardoso. Há mais de uma dezena de charges que se voltam especificamente para o desenvolvimento dessa ideia[151].

Quanto ao tema da formação ministerial, a charge **Montando o ministério**[152] oferece uma interessante síntese da questão acerca da definição pejorativa da prática política institucional enfatizada pelo artista. Publicada depois de transcorridos seis meses do segundo mandato de Cardoso, o discurso do desenhista evidencia o desgaste da prática política do mandatário, não obstante a sua reeleição para o cargo em outubro de 1998.

Ambientada nas tradicionais salas de reconhecimento de criminosos, típica dos filmes policiais hollywoodianos, o artista associa a coligação governista – de onde se originam os quadros políticos para a composição ministerial – aos cinco indivíduos perfilados, aos quais se imputou a condição de suspeitos em função de uma vida pregressa ligada a atividades ilícitas. Além de sugerir que a escolha do ministério se faz a esmo, ou seja, que a formação ministerial se orienta por qualquer outro critério que não o de uma política programática previamente estruturada, Angeli atribui ao presidente a condição de vítima dessa relação, uma vez que cabe a ele a tarefa de indicar o suspeito que comporá seu ministério, significado que

[151] cf. imagens com a temática acerca da visão negativa da política nas charges número: 7, 19, 45, 82, 92, 134, 163, 168, 171, 199, 201, 207, 212, 213, 215, 230, 231, 239, 242, 244, 247, 248 291. Inventário temático.
[152] cf. imagem 19, anexada.

atribui à sua crítica por meio da representação caricatural de Cardoso como quem se sente, ao menos, temeroso diante da situação em que se viu envolvido.

4.2.3 A correlação de forças no interior da coligação partidária governista

A narrativa elaborada por Angeli sobre as relações entre os poderes Executivo e Legislativo no governo de Cardoso nas charges anteriores refere-se, por conseguinte, às assertivas presentes nas crônicas e nos editoriais do periódico investigado. A identificação da assimetria nessas relações em favor do Palácio do Planalto; a predominância que este adquire sobre o Congresso Nacional por meio da distribuição de patronagem aos parlamentares; os cargos e as verbas da administração federal como expressão dos recursos de poder capazes de garantir tal supremacia; todos esses temas são expressões das interseções existentes no contexto linguístico da época entre a mensagem do artista, a discussão promovida pela literatura especializada, e aquelas veiculadas por meio das crônicas dos colunistas do jornal Folha de S. Paulo, assim como em suas reportagens e editoriais. A ênfase do desenhista recai, inclusive, na distribuição de verbas e cargos pelo Executivo, como exemplificado na charge, **O milagre da reeleição**.

Há, no entanto, componentes ressaltados por Angeli que não encontram muita repercussão na abordagem sistematizada sobre o assunto. A insatisfação resignada do parlamentar vislumbrada no primeiro plano da imagem **O milagre da reeleição** é reveladora da dificuldade do presidente em manter o apoio da coalizão governista no Legislativo. Disso resulta o empenho de um esforço constante por parte do Palácio do Planalto no propósito de garantir a manutenção da sua base aliada nas Casas legislativas. Tais esforços enredam o governo em uma teia de expedientes que, por vezes, altera a correlação de forças existentes entre o Executivo e a coalizão partidária erigida para o seu apoio no Congresso Nacional.

Essa alteração na correlação de forças tem, em parte, sua origem derivada de exigência constitucional – prevista no artigo 60, de pelo menos três quintos dos votos, em dois turnos e com votação nominal, na Câmara dos Deputados e no Senado – para a aprovação de Propostas de Emendas Constitucionais (PEC's). Como a agenda legislativa do poder Executivo previa uma série de emendas à Constituição, a necessidade de encaminhar as reformas do Estado impôs pesado ônus ao governo. Assim, o imperativo de constituir amplas e majoritárias coligações – característico do presidencialismo de coalizão – precipitou o segundo mandato de Cardoso em um imobilismo que o incapacitou de levar adiante o

conjunto de reformas que demandaram tais alianças (COUTO; ABRUCIO, 2003, p. 297-298), tal qual a crítica feita por Angeli em suas charges.

4.2.4 A dependência do poder Executivo da coligação partidária governista

A constatação de Angeli acerca da proeminência que o poder Executivo estabelece na sua relação com o Legislativo resulta, portanto, da vantagem que o primeiro adquire pelo fato de ser o provedor das benesses materiais tão desejadas por parlamentares que dependem de tais recursos para o fortalecimento e a perpetuação de suas legislaturas. Contudo, a exigência de apoio de três quintos das cadeiras do Legislativo para a aprovação das PEC's do Executivo estabeleceu uma relação de dependência entre ambos que, por vezes, inverteu a assimetria de poder em favor do Congresso Nacional, tornando-o um ponto de veto para a iniciativa governamental, como sugere Immergut (1992, p. 8), anteriormente mencionada.

Tanto o debate político quanto a produção imagética de Angeli reiteram que a prática política do Executivo se vale da distribuição de cargos e verbas federais para o êxito das estratégias governamentais junto ao Legislativo. Para Angeli, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a heterogeneidade das alianças constituídas evidenciou-se como uma dificuldade a mais para o poder Executivo.

As disputas pela hegemonia política no interior da coligação governista e dentro dos próprios partidos que a compõem – como se pode depreender das dificuldades de Cardoso em lidar com os conflitos gerados com os demais partidos aliados pelos integrantes do seu próprio partido, a exemplo do ministro das comunicações Sérgio Mota – imprimem um grau de dependência do poder Executivo da sua base de apoio parlamentar a ponto de tornar o primeiro refém das vicissitudes causadas pela amplitude e heterogeneidade da última. Somam-se a tal cenário as consequências indesejáveis para o governo da difícil concretização da fidelidade partidária da coalizão governista.

Os conflitos mais exasperados no âmbito da coligação partidária aliada ao governo realizaram-se entre o PSDB e o PFL. A **dependência** do governo Fernando Henrique Cardoso da aliança que estabeleceu, principalmente com o PFL, foi reiterada em diversas ocasiões por Angeli, como a charge da edição do dia vinte e três de dezembro de 1997, intitulada **Desejos mil**[153] pode exemplificar.

[153] cf. imagem 20, anexada.

Nessa imagem, publicada depois da aprovação da emenda constitucional que permitiu a Fernando Henrique Cardoso concorrer à reeleição presidencial no ano seguinte, o desenhista opta mais uma vez por desenvolver a sua narrativa sob o formato próprio das histórias em quadrinhos. A identificação das personagens realiza-se por meio das caricaturas dos interlocutores do diálogo travado entre ambos, embora a menção ao presidente esteja reforçada no balão atribuído a ele já no primeiro quadro da imagem. A identificação de Antônio Carlos Magalhães como interlocutor de Fernando Henrique Cardoso é reforçada – para além das características físicas robustas, na saliente papada que também substituiu o seu pescoço – por intermédio da introdução, no primeiro balão do diálogo, da expressão "digue", sotaque suficientemente esclarecedor acerca do Estado de origem do então presidente do Senado, a Bahia.

A compreensão do título, **Desejos mil**, e do contexto político a que ela remete se dão igualmente no primeiro quadro – em que Fernando Henrique Cardoso responde à indagação de Antônio Carlos Magalhães, acerca do seu pedido de presente para o Papai Noel, com a frase: "pedi um FHC novinho só pra mim". Ao representar, no quadro seguinte, o chefe do Executivo e o então presidente do Senado acometidos por uma euforia sem precedentes, Angeli critica o direito de Cardoso de disputar a reeleição, uma vez que esta foi aprovada durante a vigência do seu mandato enquanto presidente da República, tornando-o o principal beneficiário da contingência da legislação eleitoral que marcou a aprovação da emenda. O fato de proferirem ecoantes gargalhadas permite inferir, inclusive, o deboche de ambos quanto à ausência de interdições que impedissem a mudança dos critérios institucionais que até então orientavam as eleições dos cargos Executivos do país, para o que colabora a representação, provavelmente intencional, das risadas em verde e amarelo.

Se a narrativa de Angeli restringisse-se apenas aos dois primeiros quadros, o discurso neles contido já denotaria significativamente a crítica e o posicionamento do artista quanto à prática política de Cardoso acerca desse episódio. Seria capaz até mesmo de aludir a questão da concentração dos recursos de poder que a coligação majoritária capitaneada pelo PSDB e o PFL foi capaz de angariar em torno de si, pois selecionou como protagonistas da cena o presidente da República e do Senado Federal.

Todavia, a segunda metade da charge traduz ainda a interpretação que Angeli desposa sobre a correlação de forças existentes no âmbito da coligação partidária que deu sustentação ao governo. Ao fazer, no terceiro quadro, a mesma pergunta que Antônio Carlos Magalhães, Cardoso descobre, ao ouvir a resposta proferida pelo senador baiano no último quadro, que o pedido do então presidente do Senado é exatamente o mesmo que o seu.

A questão da dependência do Executivo de sua coligação partidária no Legislativo está apresentada de maneira tão explícita nos últimos dois enunciados que talvez prescindisse dos desenhos que lhes são correspondentes. A contrariedade vislumbrada na fisionomia de Cardoso, porém, dificilmente seria expressa de maneira tão sagaz e fidedigna à ideia de dependência da sua base parlamentar caso recorresse somente à linguagem verbal. Ainda mais quando se atenta para a coloração esverdeada que o rosto do presidente assume –próxima da cor exibida em seu terno –, de maneira a sugerir o mal estar a que foi submetido pela resposta do seu aliado. Também avigoram o constrangimento de Cardoso o cerrar do seu lábio inferior, a protuberância de suas olheiras e as borbulhas ao redor de sua cabeça, elementos da linguagem do desenhista que contribuem para o desfecho da crítica de maneira tão jocosa.

Ante o exposto, depreende-se que a investigação da prática política do governo Fernando Henrique Cardoso deve ser abordada por meio de um viés que possibilite compreender e assinalar as especificidades que a caracterizaram e, ao mesmo tempo, delimitar a perpetuação de condutas e procedimentos que jaziam na prática política do país anteriormente à sua ascensão à presidência da República. É nesse sentido que, para a análise das relações entre o poder Executivo e Legislativo, contribui o conceito de presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988).

Para tanto, o cotejamento das crônicas, das reportagens e dos editoriais do periódico, com a produção imagética de Angeli, demonstrou-se especialmente vantajoso, pois favorece a explicitação das inflexões contidas nessas distintas formas de apreensão e registro da prática política governamental do período. Assim, a comparação entre as diferentes fontes históricas que se debruçaram sobre a questão permite balizar os sentidos e os significados dos "atos de fala" (POCOCK, 2003) presentes na charge, o que contribui para aferir mais adequadamente as concepções, os interesses e os posicionamentos dos atores políticos envolvidos na discussão, assim como as características da interpretação de Angeli sobre o debate político acerca do governo Fernando Henrique Cardoso.

A análise demonstrou que um número representativo das temáticas desenvolvidas no interior do debate político sobre o assunto foi objeto da interpretação elaborada por Angeli em suas charges. Constatou-se ideias referentes à 1) proeminência do poder Executivo sobre o Legislativo; 2) dimensão, identificação do caráter ideológico e natureza da composição da coligação partidária governista; 3) dinâmica da formação ministerial; 4) influência que a organização federativa exerce sobre as relações entre os dois poderes; e 5) correlação de forças no interior da coligação partidária governista. Dessa forma, ao pontuar o debate político acerca das relações entre o poder Executivo e Legislativo no Brasil durante o governo

de Cardoso, a análise da linguagem da charge permite evidenciar as estratégias de enunciação criadas por Angeli para desferir a sua crítica política, assim como identificar as práticas políticas que envolveram aqueles atores históricos.

Identificou-se na charge de Angeli, portanto, que a ênfase acerca da proeminência do Executivo sobre o Legislativo decorre da compreensão de que o primeiro dispõe dos recursos de poder capazes de viabilizá-la. Contudo, existe uma diferença quanto aos argumentos mobilizados para demonstrá-la. No debate político sobre a questão, estes se desdobram em torno da capacidade do Palácio do Planalto em sobrepor a sua agenda à do Congresso Nacional (LIMONGI; FIGUEIREDO; VALENTE, 2000).

Assim, os recursos de poder identificados para a concretização de tal cenário são: 1) a distribuição de patronagem pelo Executivo aos parlamentares da base aliada, por meio da barganha de cargos da burocracia federal como, por exemplo, os ministérios (RAILE; PEREIRA; POWER, 1996); 2) a prerrogativa legal facultada ao Executivo pela Constituição de 1988 (PAIVA, 2010) como o uso indiscriminado das Medidas Provisórias (PESSANHA, 2002), a prática do chamado clientelismo orçamentário (POWER, 2010) e a utilização do veto presidencial contra as proposições de origem parlamentar (ZAULI; RODRIGUES, 2002; DINIZ, 2005); e 3) o controle das votações do Congresso Nacional, por meio do recurso às prerrogativas regimentais à disposição dos presidentes das Mesas Diretoras das Casas Legislativas e da atuação dos líderes dos partidos da base governista (FIGUEIREDO; LIMONGI; VALENTE, 2000).

Quanto à produção imagética de Angeli, o destaque recai sobre a prática da distribuição de benesses aos parlamentares. A barganha em torno dos cargos ministeriais é especialmente referida como veículo de tal procedimento – como a charge **O milagre da reeleição** pode atestar. Outro relevo conferido pelo desenhista nesse âmbito da argumentação consiste em personificar a prática da oferta dos proventos em torno da figura do presidente por meio da metáfora religiosa do “santo milagreiro”.

Acerca da discussão referente à coligação partidária governista, os pontos comuns entre as fontes imagéticas e textuais repousam sobre as temáticas ligadas à sua amplitude, qualificação ideológica e natureza da sua constituição. No que diz respeito ao debate político, a ampla dimensão da coligação partidária em favor do governo de Cardoso foi evidenciada por Luiz Werneck Vianna (2004), Figueiredo, Limongi e Valente (2000), Brasílio Sallum Jr. (2000) e Rachel Meneguello (1998). Os dois últimos, assim como Figueiredo, Limongi e Valente (2000), salientaram o caráter ideológico conservador assumido pela aliança política

que deu sustentação ao governo. A natureza da constituição da coalizão foi ressaltada por Raquel Meneguello (1998), que a definiu como provida de "relativa unidade".

Na interpretação de Angeli sobre os temas acima, observam-se as inferências, relativas à amplitude da coligação partidária governista, como se pode perceber nas charges **FHC *Style*** (imagem 17), e **Novo ministério** (imagem 18). Empenha-se o artista, ainda, em ressaltar os procedimentos – assentados na concessão de vantagens materiais para os aliados – utilizados para alavancar tal maioria, como se depreende da análise da última charge referida. Entretanto, o desenhista afasta-se, contudo, da assertiva postulada por Meneguello ao referir-se à natureza da composição da aliança governista como algo provido de "relativa unidade" e, a seu turno, enfatiza as dificuldades resultantes da sua heterogeneidade.

Os argumentos expostos nas charges das imagens **Novo ministério** (imagem 18) e **Montando o ministério** (imagem 19), são reveladores da distância que o artista guarda perante essa compreensão. A heterogeneidade imputada à coligação governista foi salientada já nos dias iniciais do primeiro mandato de Cardoso e acompanhou a interpretação que o artista fez do governo ao longo da vigência dos seus dois mandatos. Demonstrada ora de forma subentendida (imagem 18), ora de modo explícito (imagem 19), Angeli ressalta a disparidade de interesses presentes na base aliada ao governo como resultado direto da sua imponente, e exagerada, envergadura.

Quanto à temática referente à definição ideológica da coligação partidária que ofereceu sustentação política ao governo de Cardoso, o artista ressalta que o mandatário se aliou a partidos que deram sustentação à ditadura civil-militar inaugurada em 1964, como foi o caso do PFL de Antônio Carlos Magalhães, hoje, não sem muita ironia, autodenominado de Democratas (DEM) e do PPB, de Paulo Maluf, atualmente, também não por acaso, autodenominado Partido Progressista (PP).

4.3 O governo de Cardoso entre os recursos de poder e a tendência ao isolamento

A adesão do partido de Maluf (PPB) à coligação governista em torno do PSDB foi, inclusive, alvo da crítica do editorial do periódico, intitulado **Geléia Geral**, publicado em 5 de janeiro de 1996. Nele também se critica a heterogeneidade da base do governo de Cardoso, argumentando que não há de se espantar em conceber tal aliança, "se avaliada à luz das propostas hoje defendidas por ambas agremiações". A opinião do jornal aprofunda o teor dos seus comentários ao questionar,

> mas essa naturalidade com que se identificam em diferentes partidos programas mais ou menos similares traz curiosas indagações: quais são os motivos que recortam o quadro político? E, se existe um grande consenso, por que afinal o Brasil não se move mais rapidamente?[154]

Novamente, a crítica sugerida neste editorial, ao mencionar o suposto "grande consenso", ocorre no sentido de cobrar maior celeridade do governo na realização das reformas do Estado, especialmente em torno do consenso neoliberal (FONSECA, 2005) que, no governo Fernando Henrique Cardoso, se evidenciou particularmente na privatização das empresas estatais brasileiras. O próprio editorial propõe-se a responder as perguntas que levantou.

À primeira indagação, sobre o porquê de não haver "estranheza" na aliança entre dois partidos com origens tão diversas – o PSDB "formado a partir da oposição ao regime militar e o PPB, que pode ser identificado como um dos herdeiros daqueles governos" –, o editorial depreende que isso se deve ao fato de que "a multiplicidade de partidos e grupos não decorre de incompatibilidades programáticas" e responde afirmando o seguinte: "o que separa a maioria dos políticos não parece ser a adoção de princípios divergentes"[155].

Quanto à indagação acerca da lentidão da aprovação das reformas do Estado, já que a aliança entre os dois partidos sugere que o consenso exista, o periódico responde tecendo considerações sobre aquilo que identificou como,

> as deficiências do processo político nacional, ainda excessivamente entravado por questiúnculas particulares ou locais, quando não pelo jogo desavergonhado do fisiologismo. Até que se dê verdadeira consistência ao sistema partidário, as associações políticas continuarão a lembrar tristemente o movimento de uma **geléia geral**[156]. (grifos meus)

Dessa forma, o periódico enfatiza em sua crítica que os obstáculos para a aprovação das reformas decorrem das debilidades do sistema político, enviesado por práticas fisiológicas

[154] Geléia geral. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 5 jan. 1996. (Editorial)
[155] Idem.
[156] Idem.

e particularistas que a prática política do então presidente, menos do que contribuir para suprimi-las, favorece a sua perpetuação.

4.3.1 O jardim de "faz-de-conta" de Fernando Henrique Cardoso

Decorrente da compreensão de que Cardoso se tornou refém das alianças políticas que constituiu Angeli, por sua vez, enfatizou as relações entre o poder Executivo e Legislativo pelo viés do distanciamento do governo, tanto em relação à base governista e aos seus correligionários de partido no Congresso Nacional quanto à oposição e à sociedade brasileira como um todo. A imagem de um governo que exibe uma tendência ao isolamento foi firmada em um número significativo de charges.

A dinâmica comunicativa responsável por denotar essa ideia de distanciamento do presidente constitui-se, primordialmente, em torno de uma estratégia enunciativa interessada em imputar à figura presidencial uma imagem de isolamento. Identificou-se, do mesmo modo, que os principais elementos constitutivos da linguagem chargística mobilizados para tanto caracterizaram-se pelo recurso aos estereótipos do alienígena[157], do prisioneiro[158] e do cientista[159], à prática do zoomorfismo[160], assim como a utilização de metáforas que sugerem a ideia de clausura e distanciamento[161], especialmente por meio da utilização do motivo artístico do aquário[162] e da referência a um jardim[163].

Publicada em 23 de maio de 1996, a charge intitulada **O alienígena**[164], exemplifica a criação da imagem de isolamento imputada pelo artista ao governo Fernando Henrique Cardoso. Apresentada em um único quadro, retrata dois cenários opostos entre si. A dualidade de sentidos que a oposição entre o claro e o escuro provoca (GOMBRICH, 1999, p. 141-142) é um dos mecanismos utilizados pelo desenhista para realçar a atmosfera conflitiva entre as duas situações narradas na cena. A projeção, em primeiro plano, do cenário colorido sobre o cenário de fundo, em preto-e-branco, constrói a distância que o artista deseja demonstrar existir entre Cardoso e o mundo a sua volta.

---

[157] cf. charges n. 53, **Museu de ufologia**; n. 120, **Contatos imediatos**. Inventário temático.
[158] cf. charge n. 184, **Cadeia nacional**. Inventário temático.
[159] cf. charge n.174, **Grandes feitos da ciência**. Inventário temático.
[160] cf. charge n. 175, **Nem mais um pio**. Inventário temático.
[161] cf. charges n. 210, ***Survivor***; n. 268, **O mistério de Brasília**. Inventário temático.
[162] cf. charges n. 119, **O peixe**; n. 152, **Concurso de resistência**; n. 171 **Visite o exotiquário de Brasília (1)**; n. 221, **Visite o exotiquário de Brasília (2)**. Inventário temático
[163] cf. charge n. 127, **O jardim dos tucanos**. Inventário temático
[164] cf. imagem 21, anexada.

Enfiado até os joelhos no seu mundo de "faz-de-conta", um pedaço de terra de onde emergem maços de gramas forradas por uma infinidade de coloridas flores, Fernando Henrique Cardoso é apresentado como se fosse o ornamento principal de uma espécie de buquê que ele, ao mesmo tempo, compõe e representa. Já o cenário de fundo, em aberta oposição à harmonia predominante no jardim, retrata o mundo caótico que envolve e se sobrepõe a Cardoso. A representação da Praça dos Três Poderes, em ruínas e em chamas – na qual se suprimiu o poder Judiciário e destacou-se a Esplanada dos Ministérios –, contrasta com a gentileza impassível, alheia e indiferente com que o presidente cheira sua flor.

A ênfase na Esplanada dos Ministérios e nos poderes Legislativo e Executivo permite ao desenhista sugerir que Fernando Henrique Cardoso se encontra distante e alheio quanto a tudo o que eles representam. O fato de o PPB ter acabado de receber o Ministério da Indústria e Comércio e, com isso, passar a fazer parte da coligação governista, tornou-se "incendiário" quando o governo percebeu que foi esse o partido com o maior número de votos contra o governo na votação da reforma da Previdência na Câmara, em maio de 1996. Tal qual o desenho, "arruinada" também ficou a base governista no Congresso, pois muitos dos votos contrários à aprovação da emenda vieram dos aliados do governo[165].

Quanto à presença do edifício do Palácio do Planalto na cena há um aspecto emblemático. O artista, normalmente, representa o poder Executivo ora por meio do Palácio do Planalto, ora por intermédio da figura de Cardoso com a faixa de presidente da República. Aqui o artista retrata ambos. Com isso, pode-se inferir que ele retira de Cardoso a condição de representante do poder Executivo. Esta, por sua vez, foi assumida pelo prédio, pois, na mesma cena, Cardoso é o protagonista e encontra-se no cenário que o artista opõe ao do Palácio do Planalto. Ademais, nessa charge, o presidente foi representado sem a faixa oficial.

Tudo isso contribuiu para aumentar a distância que Angeli foi demarcando entre a figura de Cardoso e o cenário político daquela conjunta. A começar pelo título, **O alienígena**, que funciona como um trocadilho para alienado, palavra que traduz o significado da ênfase conferida pelo jornal às críticas do empresariado ao presidente. O desenhista privilegiou – do mesmo modo que as reportagens e os editoriais dos dias 23 e 24 de maio de 1996 – o sentido da crítica desferida por Mario Bernardini, então vice-presidente do Sindimaq/Abimaq, a Fernando Henrique Cardoso. Sobre a fala improvisada de Cardoso no encerramento do Seminário da Indústria no Hotel Nacional, em Brasília, o empresário do setor de máquinas afirmou:

---

[165] MADUENO, Denise. Governo sofre derrota e ameaça retirar emenda. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 maio 1996. (Reportagem)

> [...] o discurso me preocupa não por uma diferença de posições, mas porque mostra um **total alheamento da realidade** [...]. O que me preocupa é a **leitura alienada da realidade**, é que ele está convencido de que a indústria está indo bem e que somente meia dúzia de fracassomaníacos criticam o plano[166]. (grifos meus)

Na mesma direção seguiu a crítica de Sérgio Reze, naquele momento, presidente da FENABRE (Federação Brasileira dos distribuidores de Veículos Automotores), que "se disse 'perplexo' com a visão de FHC de que os juros estão sendo reduzidos para quem empresta aos bancos. '**Ele não reconheceu** que os juros na ponta estão altíssimos e causando inadimplência'"[167]. (grifos meus)

José Genuíno (PT-SP), deputado federal à época, engrossou a crítica ao presidente por entender que "[...] enquanto a sociedade é sacudida por uma sucessão de tragédias e chacinas, o governo se omite de governar [...]. O Estado não age, não fiscaliza, não administra e não executa"[168].

Entre as reportagens que trataram das críticas do empresariado ao presidente, o jornal dos dias 23 e 24 de maio destacou a fala do empresário Mario Bernardini, especialmente as expressões "alheamento da realidade" e "leitura alienada da realidade". A palavra "alienada" foi, por exemplo, reproduzida duas vezes no dia 23, em uma reportagem intitulada **Discurso de FHC é leitura alienada, diz empresário**. Já a palavra "alheamento" foi reproduzida três vezes – na capa e em outras duas reportagens diferentes[169] – e surgiu novamente na edição do dia seguinte no editorial intitulado **Fantasia oficial**. O termo "Faz-de-conta", título da seção **Frases**, encabeça mais uma fala de Mario Bernardini, estampada na mesma página em que foram publicados a charge e o referido editorial.

A notória articulação e a disposição pelo jornal desse conjunto de assertivas evidenciam o objetivo do periódico em construir a imagem de um presidente também alheio e distante da realidade que o cerca. Contudo, embora este seja um dos aspectos da crítica do empresariado dirigida ao presidente, essa questão não resumiu as insatisfações levadas a

---

[166] SEIDL, Antonio Carlos. Discurso de FHC "é leitura alienada", diz empresário. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 maio 1996. (Reportagem)
[167] Idem.
[168] GENOÍNO, José. As desmedidas do governo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 maio 1996. (Seção Tendências e Debates)
[169] cf. FHC pede ajuda a empresários para reformas **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 maio 1996. (Reportagem); e SEIDL, Antonio Carlos. Discurso de FHC "é leitura alienada", diz empresário. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 maio 1996. (Reportagem)

Brasília pela "caravana" de três mil empresários que se queixaram, principalmente, da morosidade nas reformas do Estado, além de reivindicações contra a política econômica do governo, como em favor da diminuição da taxa de juros e do maior controle da dívida pública por parte do governo[170].

A charge **O alienígena** constituiu, portanto, mais um entre os diversos enunciados erigidos pelo periódico para a construção de uma ideia específica sobre o comportamento presidencial. Tal ideia foi inspirada em uma única fala do clamor dos industriais junto a Cardoso. Constata-se, assim, a ênfase e a amplificação do enunciado de um ator político específico, representante de uma das entidades patronais que compunham as demais associações presentes na caravana dos empresários que se dirigiu à Brasília para expressar as suas insatisfações ao presidente da República.

A ideia de distanciamento do presidente, devido ao seu "alheamento da realidade", está, portanto, colocada em todas essas reportagens e foi, provavelmente, a principal informação de que Angeli se valeu para a elaboração da sua crônica sobre esses fatos. O jardim, que representa "o mar de rosas" em que, isoladamente, vive Fernando Henrique Cardoso, é um dos recursos de que se vale o desenhista para aludir à ênfase das reportagens e, aproximando-se do sentido da sua crítica, imputar a Cardoso a imagem de um presidente alienado, distante da realidade e sorvido pelo seu mundo de fantasia. Assim, o protagonista, absorto no regozijo de sua tarefa – colher e cheirar as flores que abundam ao seu redor – reverbera em sua fisionomia o olhar fixo, distante e impassível e, dessa maneira, salienta o principal significado da contradição evocada pelo artista entre os dois cenários: o fato de o caos, imperante na atmosfera vizinha, não demover Cardoso.

Nesse ponto, outro aspecto torna-se igualmente emblemático, agora no tocante à representação da Esplanada dos Ministérios – em chamas e em ruínas – e a imagem de Fernando Henrique Cardoso. Esta sugere a discrepância entre o presidente e os seus colaboradores mais próximos. Segundo a reportagem publicada no mesmo dia em que a charge, o então Ministro da Administração e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira (PSDB-SP), manifestou-se favoravelmente à retirada da emenda sobre a reforma da Previdência e considerou a possibilidade de mais uma derrota do governo na votação da próxima reforma que pretendia colocar em votação no Congresso Nacional, a reforma administrativa. Oportunamente, o ministro, assim como o senador José Aníbal (PSDB-SP),

[170] FHC pede ajuda a empresários para reformas **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 maio 1996. (Reportagem)

então líder do partido na Câmara dos Deputados, defendeu a punição dos governistas dissidentes, inclusive os do seu próprio partido[171].

No entanto, em reportagem anterior à referida acima, o jornal noticia que Cardoso "não pretende retaliar a dissidência e espera poder contar com ela nas votações" [172]. Dissidência significativa, pois nas três votações sobre a reforma da previdência, a coligação governista apresentou-se como imponente adversária do governo. Entre os governistas que votaram contra a emenda, o PPB foi o recordista. Na votação sobre a limitação da paridade entre o valor das aposentadorias e os salários dos servidores da ativa, por exemplo, dos votos contra, 28 vieram do PPB, 23 do PMDB, 14 do PFL, 11 do próprio partido de Cardoso, o PSDB, e 5 do PTB[173].

Desse modo, as incandescentes ruínas da Praça dos Três Poderes significam tanto a infidelidade dos partidos aliados – que dispararam seu "fogo amigo" contra o governo e fizeram ruir a base governista, incendiando as votações no Congresso –quanto as inflexões entre o presidente e seus ministros. Seja no que se refere às digressões com Bresser Pereira e José Aníbal, do PSDB, seja sobre a infidelidade do partido do recém-empossado ministro Francisco Dornelles, do PPB.

O reconhecimento da estratégia de enunciação de Angeli no exemplo ora apresentado permite afirmar que a crítica política do desenhista não somente converge com a posição adotada pelo jornal, como também a sintetiza por meio da representação do presidente da República absorto em seu "jardim de faz-de-conta" em meio à Praça dos Três Poderes em ruínas e em chamas. O recurso a tais metáforas auxiliou na construção da distância que se quis demarcar entre a fala presidencial, os clamores empresariais e as infidelidades dos parlamentares da coligação partidária governista, articuladas pelo periódico e sinteticamente reiteradas pela charge.

O tema do distanciamento de Cardoso perante o Congresso Nacional será recuperado adiante e tornar-se-á cada vez mais contundente na narrativa de Angeli sobre o governo, passando a abranger a sociedade brasileira de um modo geral, até culminar na representação de Cardoso como um alienígena, tal qual expresso no título da charge aqui analisada.

Contudo, na série pesquisada, a charge **O Alienígena**, foi sucedida pela charge intitulada **O nosso senhor e os ateus**, publicada cinco dias depois, em 28 de maio de 1996. A

---

[171] Ministro pede retirada. **Folha de S.Paulo**, São Paulo 24 maio 1996. (Reportagem)
[172] Governo vai tentar mudar regras para obter vitória. **Folha de S.Paulo**, São Paulo 24 maio 1996. (Reportagem)
[173] CRUZ, Valdo; SALOMON, Marta. Maior rebeldia foi entre o PPB. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 maio 1996. (Reportagem)

ênfase do periódico quanto à infidelidade partidária da base aliada ao governo foi referida por Angeli, agora, em outro sentido. A crítica do artista presente na charge **O nosso senhor e os ateus** recorre à saturação do termo provocada pelas reportagens e editoriais, especialmente verificada entre os dias 23 e 24 de maio, atribuindo a ele, porém, outro significado, para o que valeu-se da metáfora religiosa.

A estratégia de enunciação consistiu em dividir a imagem em quatro quadros, utilizada para identificar os atores históricos envolvidos nas disputas políticas em torno da reforma da Previdência, assim como para explicitar o entendimento do desenhista acerca do seu posicionamento político. A representação que associa Fernando Henrique Cardoso ao "nosso senhor" é indicativa da proeminência atribuída ao poder Executivo pelo desenhista no âmbito da política institucional do Estado brasileiro.

Valendo-se do simbolismo religioso para construir o trocadilho com a ênfase do jornal sobre a infidelidade da base aliada, considerada pelo periódico como a responsável pelas dificuldades na aprovação da reforma da Previdência, Angeli, por outro lado, salienta que os políticos representados sob as legendas "fiéis" e "infiéis" –inscritas, respectivamente, no segundo e terceiro quadros – a julgar pela semelhança com que foram representados e pela discussão que caracterizava o periódico nos dias anteriores, pertencem todos à base governista no Congresso Nacional.

O contraste ficou por conta da representação, no último quadro, de um grupo de moradores de rua, cujas desesperadas feições e o soturno beco em que se aprumam para escapar às intempéries de quem vive em tais condições, destoa da postura impassível ostentada pelos corpulentos parlamentares retratados. Ao designá-los como "ateus", Angeli ressalta o caráter excludente das reformas propostas por Fernando Henrique Cardoso, e evidencia, nessa charge que o isolamento do então presidente se faz, em realidade, face à sociedade, particularmente, aos contingentes da população que sofrem o processo de marginalização social provocado pelas práticas políticas governamentais. Assim, ao recorrer à metáfora de natureza religiosa como estratégia enunciativa privilegiada para desferir a sua crítica, Angeli provoca "a transição do simbolismo religioso para o político" (GOMBRICH, 1999, p. 138)

As charges **O alienígena** (imagem 21) e **Nosso senhor e os ateus** (imagem 22) exemplificam, portanto, a relação que a crítica de Angeli estabelece com o sentido das críticas emanadas pelo periódico em seus editoriais. O trânsito que o artista empreende entre a prática de sintetizar a linguagem política do jornal Folha de S.Paulo e a disposição em demonstrar que o posicionamento político da sua intervenção não corresponde, necessariamente, às

posturas assumidas pelo periódico, é indicativo da complexidade da problemática aventada pelo historiador da arte Ernst Gombrich acerca do processo de "domesticação" sofrido pelo gênero artístico aos ser incorporado à linguagem política jornalística dos periódicos de grande circulação, durante o século XX.

Em relação à incidência desse processo sobre a produção artística de Angeli acerca do governo Fernando Henrique Cardoso veiculada no jornal Folha de S.Paulo, pode-se inferir que, ao mesmo tempo em que a aproximação da crítica do desenhista junto à apreciação do editorial sobre o mandatário permite que o sentido da sua intervenção reforce os significados imputados pelo periódico, na maioria das imagens selecionadas para compor a sua página na internet mantida pelo jornal, o artista reitera um posicionamento político que se demonstra distante dos interesses explicitados pelas críticas do jornal folha de S.Paulo.

A respeito das relações que os chargistas estabeleciam com os periódicos que os contratavam durante a vigência da ditatura civil-militar no Brasil entre 1964 e 1969, o historiador Rodrigo Patto de Sá Motta afirma que em situações como essas,

> [...] frequentemente, as imagens expressam, mais que opiniões pessoais, o ponto de vista do jornal, às vezes reduzindo-se à charge editorial, cujo papel é ilustrar e fixar o pensamento da empresa. Ainda assim, alguma autonomia para o desenhista existia em certos casos, embora situações de desencontro frontal com a linha editorial não durassem muito [...] (MOTTA, 2013, p. 66).

O contexto histórico que culminou no retorno dos generais aos quartéis a partir de 1985 imprimiu a essas relações espaços de dissonância dificilmente construídos em ambientes autoritários e caracterizados pelo cerceamento dos direitos civis. Além disso, como acentua Ricky Goodwin (2011), devido às transformações que os avanços tecnológicos – notadamente a internet – promoveram nas relações de trabalho que os desenhistas estabelecem atualmente com os jornais que compram a sua produção artística, o grau de autonomia do primeiro em relação ao último viu-se ampliado em função da sua ausência física das redações dos periódicos para os quais contribui.

Isso não significa dizer que tais relações deixaram de se entrecortar pelas vicissitudes geradas por eventuais contradições existentes entre os interesses políticos e comerciais das empresas jornalísticas e as concepções políticas dos chargistas. Demonstra, porém, que a intenção em se valer de uma crítica mordaz à prática política governamental, ao menos no que diz respeito à produção artística de Angeli sobre o governo de Cardoso, ainda guarda muito da

contundência que caracterizou a tradição imagética ligada à crítica política de natureza agressiva e contumaz, existente na Europa Ocidental desde o século XVI.

A reflexão empreendida por Sérgio Abranches (1988), para analisar os condicionantes do sistema político brasileiro, adquiriu tamanha influência e repercussão que a expressão presidencialismo de coalizão se erigiu de maneira predominante entre as pesquisas acadêmicas que elegeram as relações entre os poderes Executivo e Legislativo no Brasil à condição de seu objeto de estudo. Tais pesquisadores se apropriaram, cada qual a seu modo, da expressão cunhada por Abranches e, com isso, fizeram com que as principais temáticas abordadas pelo autor se tornassem recorrentes nas investigações orientadas para a identificação das principais características do sistema político brasileiro a partir da década de 1980.

Independentemente da sua capacidade explicativa, a designação do sistema político brasileiro nos termos de um presidencialismo de coalizão extrapolou o âmbito das pesquisas acadêmicas e espraiou-se para outros círculos profissionais, como o jornalístico (LIMONGI, 2006, p. 18), por exemplo. A expressão adquiriu, assim, a capacidade de permear os enunciados e as reflexões de uma parcela cada vez mais abrangente dos atores históricos. Estes, por sua vez, ampliaram a esfera da sua apropriação para dimensões que transformaram as concepções subjacentes ao presidencialismo de coalizão em uma linguagem política hegemônica para a explicação do sistema político brasileiro.

Abranches fornece, desse modo, instigante exemplo de *performance* enunciativa que ultrapassa o círculo profissional que a originou e deriva suas significações para o processo de criação e difusão de uma linguagem política. Assim, dentre as linguagens e/ou "sublinguagens" que compõem o contexto linguístico de determinado período histórico,

> [...] algumas são linguagens da prática profissional que, por alguma razão, entraram na linguagem da política e se tornaram idiomas nos quais o discurso político é comumente realizado [...]. Outras são idiomas, modos ou estilos retóricos, que podem ser mais bem compreendidos como algo que se originou no interior do discurso e da retórica política, como resultado de lances ou *performances* operados pelos autores e atores no âmbito da política [...] (POCOCK, 2003, p. 70).

A linguagem política edificada em torno das premissas concernentes ao presidencialismo de coalizão passou a abrigar, portanto, uma infinidade de "sublinguagens" as quais, assim como as fontes primárias e secundárias, reverberaram as concepções que os

atores históricos que as elaboraram entenderam como fundamentais para a expressão da sua compreensão acerca dos principais condicionantes das práticas políticas que caracterizam o Brasil contemporâneo.

Longe de se constituírem em uma fala uníssona, entretanto, essas "sublinguagens" adquiriram trânsitos e graus de proeminência variados. Além disso, expressaram, a um só tempo, a complexidade das variáveis no interior das quais se encerram as práticas políticas existentes no país, assim como a diversidade de pontos de vista, posicionamentos e interesses políticos que cercaram essas questões. Tais "sublinguagens" evidenciaram, assim, a disputa pelos significados atribuídos à expressão elaborada por Abranches, validando ou recursando as apropriações e expropriações da linguagem realizadas pelos diferentes atores políticos, oriundos dos mais diversos círculos profissionais (POCOCK, 2003).

Entre essas "sublinguagens", encontra-se a crítica política oriunda da produção imagética de Angeli. Elaborada e difundida sob a forma de uma crônica política, Angeli concretizou em suas charges os "atos de fala" por meio dos quais interveio no debate político do seu tempo. Com isso promoveu a "paridade entre texto e ação" referida pelo historiador John Pocock, ao constituir-se em um ator histórico que se apropria dos temas e das ideias em que se desdobram as discussões sobre as relações entre os poderes Executivo e Legislativo no governo de Cardoso, imprimindo a eles sua própria compreensão (POCOCK, 2003, p. 24-29).

Exemplo de tal prática pode ser percebido no tratamento reservado pelo artista à temática da correlação de forças no interior da coligação partidária governista. Ao mesmo tempo em que se aproxima da ideia de que o poder Executivo formou uma aliança que, de tão majoritária, pôde ser designada como um "rolo compressor" – conforme indicaram Antunes (2005) e Figueiredo, Limongi e Valente (2002) –, identificou, igualmente, os revezes que essa maioria implicou para o controle da sua base aliada no Congresso que, em não raras ocasiões, submeteu o presidente a situações em que se prostrou refém das alianças que constituiu para o ensejo de sua hegemonia política, como enunciado nas charges **Desejos mil**, (imagem 20) e **O alienígena** (imagem 21), por exemplo.

A produção imagética de Angeli também comporta, assim, uma série de *performances* discursivas cujas características da sua "sublinguagem" podem ser apreendidas por meio da análise das suas charges. Todos esses elementos são requisitos que capacitam o artista a se posicionar no âmbito da esfera pública da formação social brasileira como um ator político hábil em criticar as assertivas governamentais, conferindo-lhe os instrumentos para a intervenção do desenhista no debate político do seu contexto histórico, do mesmo modo que contribuem para a apreensão dos conflitos políticos a que se referiu.

Assim, compreende-se que mais do que uma ambiguidade, a ênfase de Angeli sobre as relações entre o poder Executivo e Legislativo no Brasil durante o governo de Cardoso – que ora destaca a proeminência do poder Executivo (imagem 16), ora sublinha a dependência do Palácio do Planalto junto à coligação partidária governista (imagem 20) – é reveladora, também, da própria dinâmica assumida pelo debate referente às características do sistema político brasileiro, sistematizado pela literatura especializada sob o conceito de presidencialismo de coalizão.

A inflexão verificada na discussão acerca das implicações do presidencialismo de coalizão para o sistema político brasileiro – que, no contexto da redemocratização, foram vistas como elemento gerador de instabilidade (ABRANCHES, 1987) e, em pouco mais de uma década, deixaram de ser percebidas como um obstáculo para a capacidade do poder Executivo de impor a sua agenda ao Legislativo (FIGUEIREDO, LIMONGI, VALENTE, 2000), garantindo, assim, a chamada "governabilidade" –, não se faz presente na interpretação de Angeli. Diferentemente da literatura especializada, essa questão é abordada pelo desenhista, ainda que de maneira contraditória, como expressão das vicissitudes que permeiam as relações entre o Executivo e o Legislativo e, portanto, como aspectos simultâneos de um mesmo processo.

Ademais, Angeli ressalta a dependência de Cardoso frente à coligação partidária que lhe deu sustentação política, assim como destaca o seu caráter heterogêneo e conservador, desde os primeiros anos do governo em tela. Isso não significa afirmar, entretanto, que a literatura especializada não tenha capturado o peso dos constrangimentos institucionais causados pelo presidencialismo de coalizão sobre os objetivos dos atores políticos. Contudo, importa salientar que, destoando da discussão acadêmica, Angeli sublinhou – renitentemente – a dependência do poder Executivo junto à base governista no Congresso Nacional.

A julgar pelos acontecimentos recentes – a instabilidade política que tem caracterizado o primeiro ano do segundo mandato da presidente Dilma Roussef, do Partido dos Trabalhadores (PT) – o que hoje pode soar como um aviso premonitório feito no passado é, na realidade, uma compreensão da prática política que pode ser explicada historicamente, especialmente ao se privilegiar uma análise da linguagem política da charge. Mais ainda, dessa maneira, a análise da percepção do chargista sobre a prática política governamental contribui, igualmente, para a apreensão dessa prática em si mesma.

5. AS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE NO BRASIL DURANTE O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

As dificuldades enfrentadas pela economia brasileira no combate à inflação podem ser observadas na quantidade de planos econômicos introduzidos ao longo da vigência dos governos José Sarney (1985-1989) e Fernando Collor de Mello (1990-1992), sucedidos por Itamar Franco (1992-1994). O vice-presidente de Fernando Collor assumiu a presidência da República depois que o seu antecessor renunciou ao mandato, em meio a escândalos de corrupção e diante de um pedido de *impeachment* apresentado no Congresso Nacional.

De março de 1986 a fevereiro de 1991, a sociedade brasileira deparou-se com seis planos econômicos[174]. A cada plano econômico introduzido, criava-se uma nova moeda que, devido ao seu fracasso no combate à inflação, era substituída por outra. Essa dinâmica da política econômica governamental foi atestada nos carimbos com que se marcavam as notas em circulação e por meio dos quais se informava o nome da nova moeda então vigente, assim como os algarismos suprimidos da moeda anterior.

A cada desvalorização da moeda corrente, cortavam-se, portanto, os "zeros" da novidade anterior e daí seguia-se para uma nova rodada de criação de planos econômicos, moedas novas e suas respectivas desvalorizações. Algumas rotinas se tornaram tão visíveis quanto as evidenciadas nos carimbos das cédulas de então. Aquela que envolvia as compras nos supermercados é, provavelmente, uma das mais emblemáticas. "Galopante", a inflação conformava estratégias como a de realizá-las no mesmo dia do pagamento dos salários. Na "década perdida", a velocidade com que se dirigia a esses estabelecimentos comerciais, depois de recebidos os vencimentos daquele mês, só não era maior que a da máquina que remarcava os preços das mercadorias ali vendidas. Uma vez ali dentro, as pessoas procuravam se antecipar aos funcionários que as empunhavam e, freneticamente, remarcavam seus novos preços por sobre as inúmeras outras etiquetas, já antes afixadas com o mesmo fim.

Quando vencida a corrida empreendida contra a emblemática máquina de remarcar preços, somava-se seus dividendos na calculadora "portátil" – da qual não se separava em dias como estes – aos das demais mercadorias escolhidas, frugal e meticulosamente, para comporem o carinho de compras daquele mês. No entanto, a efêmera conquista logo se esvaía no cálculo mais angustiante de todos os que concerniam a essa rotina, o da conta do

[174] Plano Cruzado (mar. 1986); Plano Cruzado II (nov. 1986); Plano Bresser (jun. 1987); Plano Verão (jan. 1989); Plano Collor I (mar. 1990) e Plano Collor II (fev. 1991).

supermercado, para o qual havia tempo de sobra nas intermináveis filas dos caixas desses estabelecimentos comerciais, cuja velocidade era inversamente proporcional à dos esforços movidos para os cálculos anteriores.

5.1 A modernidade no Brasil entre âncoras e catapultas

Tal rotina exemplifica os efeitos das malsucedidas políticas anti-inflacionárias, cujo descompasso entre os reajustes dos preços, aluguéis e salários, por um lado, e a corrosão provocada pelos efeitos da inflação sobre esses valores, por outro, apresentava-se como a principal dificuldade para equacionar o problema da economia brasileira à época (SINGER, 2011).

A estratégia das famílias, abastadas ou não, consistia em adquirir, no mesmo dia do pagamento dos vencimentos do mês, tudo o que poderiam gastar para a obtenção dos mantimentos com os quais passariam até o próximo salário. Sempre que possível, estocava-se produtos de primeira necessidade. No aparelho de televisão da casa, assistia-se aos noticiários que enalteciam as ações da polícia federal, empenhada, com seus helicópteros, no confisco de rebanhos de fazendeiros que se recusavam a vender o seu gado a preços congelados. A seu modo, um tradicional programa de televisão dominical exaltava os "fiscais do Sarney" que, exibidos de tabela em punhos, eram apresentados como expressão da "fantástica" adesão popular à política de congelamento de preços introduzida com o Plano Cruzado. Na manhã seguinte, contudo, ao preço da carne, por exemplo, acrescentava-se o conhecido "ágio" – cobrança feita à parte nos açougues, paralelamente aos preços tabelados.

Em 1º de julho de 1994, quando do lançamento do Plano Real, foi essa dinâmica – com suas lógicas e rotinas – que o então candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) à presidência da República, Fernando Henrique Cardoso, prometeu modificar, para o que lançava o mais novo e moderno plano econômico, o sétimo em oito anos. Em sua campanha, o candidato elencava – sob o signo da mão espalmada[175] – as cinco áreas a serem priorizadas pelo seu governo: saúde, educação, trabalho, segurança e desenvolvimento.

[175] cf. imagem 9, anexada.

5.1.1 As reformas entre a âncora cambial e a catapulta do desemprego

De acordo com o historiador Ernst H. Gombrich, sobre a produção artística relativa à "caricatura política" incide um processo histórico responsável por transformar a arte caricatural em mecanismo social mais apropriado para garantir visibilidade aos governantes do que em um espaço para a expressão da crítica política propriamente dita. Segundo Gombrich, o "cartum" do século XX não expressava mais sua crítica sob a mesma ênfase com que artistas se pronunciaram contra os governantes europeus no século XIX, por exemplo, (NERY, 2006). Esse processo de "lenta domesticação do gênero artístico nas páginas de periódicos e jornais" teria transformado o espaço da "demanda por polêmicas" em espaço para a expressão de uma "inóspita propaganda política", situação que a foto do presidente "Truman e os "seus" cartunistas no jornal *New York Times*" resumiria (GOMBRICH, 2012).

O cotejamento com as fontes secundárias demonstrou que na série de charges investigadas, em alguma medida, esse processo também se pode verificar na relação que a produção artística de Angeli estabelece com o periódico Folha de S. Paulo. Portanto, o contraste entre as fontes imagéticas e secundárias permite depreender que a produção artística de Angeli também está subsumida ao mesmo processo histórico designado por Gombrich como a "lenta domesticação do gênero artístico" (GOMBRICH, 2012).

Identificou-se que muitas das temáticas abordadas pelo desenhista foram pautadas pelas questões levantadas e discutidas nos editoriais do periódico. Contudo, ainda que transite nesse âmbito, a análise da crítica política de Angeli, sobretudo quando contrastada à dos editoriais, permitiu identificar que, ao mesmo tempo em que a pauta do artista se vê condicionada pelos temas levantados pelo periódico, o desenhista confere-lhes um tratamento distinto. Ora sintetizando a linguagem do periódico em sua crítica, como na charge **O alienígena** (imagem 21), ora enfatizando um aspecto do debate acerca do qual se pronunciou e, na maioria das vezes, com uma opinião divergente da posição do editorial publicado, tal qual a charge **Nosso senhor e os ateus** (imagem 22)[176].

Outro exemplo a esse respeito pode ser observado na charge intitulada **Diversão para todas as idades**[177], publicada em 24 de junho de 1996, a poucos dias, portanto, de se completarem dois anos do lançamento do Plano Real. Ao representar as crianças nos dois quadros que compõem a metade superior da charge como se estivessem abrindo os presentes

[176] cf. Capítulo 3.
[177] cf. imagem 23, anexada.

que acabaram de receber – respectivamente, "a espuma cósmica" e "a gosma assassina"[178] –, o desenhista compara o "pacote" que Fernando Henrique Cardoso abre em cima de sua mesa, ambientada no gabinete presidencial, aos brinquedos aludidos anteriormente. Na comparação que faz da inábil desenvoltura de Cardoso com o seu "brinquedo", em oposição à felicidade estampada no rosto das crianças, repousa mais uma crítica de Angeli ao desempenho governamental de Cardoso, desta feita, especificamente à sua incapacidade de lidar com as reformas que anunciou como metas prioritárias do seu governo. Entretanto, essa não foi uma informação que se obteve por meio da análise dos editoriais, crônicas e reportagens daquela edição.

A capa do jornal Folha de S.Paulo daquela segunda-feira do dia 24 de junho de 1996 anunciava: "PC Farias é assassinado em Maceió". Morria, assim, o tesoureiro da campanha de Fernando Collor de Mello. A hipótese da polícia era de crime passional, a namorada que o acompanhava o teria matado e, em seguida, cometido suicídio. Ainda na capa desta edição o periódico também repercutia as especulações acerca da possibilidade da morte de Paulo César Farias significarem o que se noticiou como uma suposta "queima de arquivos"[179].

Da análise dos editoriais publicados na edição daquele dia não se depreendeu nenhuma informação que contribuísse para a apreensão da temática a que a charge se refere, nem mesmo que explique o significado do motivo artístico, a "gosma", que o artista equiparou aos brinquedos infantis. O primeiro desses editoriais, por exemplo, intitulado **Promoção de exportações**, trata da necessidade em se criar um novo padrão de desenvolvimento econômico no Brasil, como se observa na citação abaixo,

> o chamado processo de **substituição de importações** que caracterizou a **industrialização brasileira** desde os anos 30 foi de início uma **resposta** aos **sucessivos constrangimentos externos** e tornou-se por fim uma **política de Estado**. Mas **esgotou-se**. Uma alternativa possível é o país transitar para uma **estratégia de promoção de exportações**[180]. (grifos meus)

Antes de atribuir à proclamada obsolescência do programa de substituição de importações a responsabilidade pelo agravamento da "desigualdade de renda" e de "pressionar a inflação" no país, o editorial o contrastou ao atual modelo adotado pelos países do sudeste asiático "que ficou conhecido como promoção de exportações". Depois de sugerir

[178] cf. imagem com recurso ao motivo artístico da "gosma" na charge n. 66, **A coisa**. Inventário temático.
[179] **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 jun.1996.
[180] Promoção de exportações. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 jun.1996. (Editorial)

a sua adoção pelo Brasil, o editorial concluiu o seu comentário com a seguinte convicção, "a promoção de exportações pode vir a ser a um só tempo **âncora da moeda** e **estímulo ao desenvolvimento**". (grifos meus)

Já o editorial intitulado **Desaquecimento europeu**[181], ao mencionar a natureza recessiva do acordo econômico com vistas à criação da moeda única para os países que integravam a União Europeia, em 1997, informou, "com inflação bastante baixa, mas crescimento não tão promissor, surgem agora vozes dissonantes, tanto na Europa como nos EUA, defendendo políticas menos restritivas". Por sua vez, as crônicas do dia trataram do "fracasso" da greve geral que havia sido marcada pela oposição ao governo de Cardoso na semana anterior, sem, no entanto, atingir seu objetivo[182], mencionadas nas charges de Angeli publicadas nos dias 12 e 21 de junho de 1996[183]. Nenhuma das reportagens da edição do dia 24 de junho contribuiu para a apreensão dos significados da charge daquele dia.

Contudo, é provável que o motivo artístico escolhido pelo desenhista para referir-se ao parco desempenho governamental em relação às reformas do Estado por meio de uma "gosma", ainda que indiretamente, faça alusão ao título **Geléia Geral**[184], do editorial publicado no dia 5 de janeiro de 1996, cujo termo foi utilizado pelo jornal para criticar "as deficiências do processo político nacional". Este editorial, ao mencionar a formalização da aliança do partido do então presidente, o PSDB, com o de Paulo Maluf (1931), o então Partido Progressista (PP), criticou o "fisiologismo" das "associações políticas" brasileiras, que definiu como obstáculo ao empreendimento das reformas do Estado, em função do "sistema partidário" no Brasil se assemelhar a uma "geléia geral".

Neste caso, a prática de ridicularização da imagem presidencial consistiu em infantilizá-lo sem, contudo, recorrer à sua miniaturização por meio do contraste por escala. O recurso ao formato próprio das histórias em quadrinhos, que nessa charge divide a imagem em três quadros, foi o elemento utilizado pelo artista para estabelecer o contraste entre as metades inferior e superior da imagem. A crítica ao desempenho de Cardoso se vê reforçada por meio do recurso à intertextualidade entre a linguagem imagética e verbal, como no balão que imputa a Cardoso a designação do seu "brinquedo" como uma "meleca". Outra prática empreendida na tarefa de ridicularização da figura presidencial pode ser detectada no padrão da caricatura do mandatário – típico da representação de Cardoso ao longo do primeiro

[181] Desaquecimento europeu. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 jun.1996. (Editorial)
[182] cf. as crônicas de SOUZA, Josias de. Tiro no pé. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 jun. 1996. e CRUZ, Valdo. De olho nas eleições. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 jun. 1996.
[183] cf. imagens com a temática da greve geral nas charges n.: 27, 28. Inventário temático.
[184] Geléia Geral. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 5 jan. 1996. cf. Capítulo 3.

mandato e bastante aproximado do modelo que lhe inspirou o padrão caricatural, o protagonista do desenho animado produzido na década de 1980, o urso Zé Colmeia (ANGELI; CONY, 2000, p. 31).

Mais um indício nesse sentido foi encontrado na publicação de outro editorial, em 11 de junho de 1996, intitulado **O Político**. A crítica do periódico, tal qual a do editorial anterior, associa o baixo desempenho governamental na consecução das reformas do Estado aos problemas relacionados ao sistema político brasileiro, aludindo, assim, também à urgência de uma reforma política. Ademais, a crítica a respeito de Cardoso incide, também, sobre o que o periódico entendeu ser uma acomodação do mandatário a essa situação, de maneira a preocupar-se mais em aprovar a emenda que permitira a sua reeleição – segundo o editorial, igualmente importante – do que em mover os esforços governamentais para a continuidade das reformas de um modo geral, inclusive a reforma política.

Dessa forma, observa-se a seguinte crítica ao governo de Cardoso no editorial publicado no dia 11 de junho de 1996: "antes um 'entusiasta' das chamadas reformas políticas", o governo "parece ter-se acomodado ao 'statu quo' e agora como que limita a agenda das mudanças estruturais na política à questão [...] da reeleição presidencial"[185]. Entre as soluções apresentadas pelo periódico para o problema identificado como responsável pelas dificuldades da aprovação das reformas no Congresso Nacional, encontra-se a adoção de "medidas tão óbvias como reforçar a fidelidade partidária, acabar com a plêiade de legendas de aluguel sem nenhuma representatividade e que se apoderam de dinheiro público e a adoção do voto distrital misto [...][186]".

O periódico prossegue na sua crítica aos obstáculos que identificou como empecilhos à consecução das reformas e, por fim, sentencia,

> Essa situação não pode perdurar. É preciso dar seguimento prioritário às reformas políticas para que os brasileiros possam atingir a plena cidadania. Este é um momento em que a omissão é intolerável, autofágica. Se os políticos sérios não se empenharem nessas mudanças, acabarão identificados ao amálgama da fisiologia, da corrupção. Palavras certamente mudam de sentido ao longo dos séculos. **Aqui, corre-se o risco de ver um termo que significou "cívico" passar a designar algo fortemente pejorativo**. Algo tem de ser feito para resgatar o sentido mais elevado da política. E esse algo são as reformas[187]. (grifos meus)

[185] O Político. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 jun. 1996. (Editorial)
[186] Idem.
[187] Idem.

Note-se que o editorial condiciona a questão da construção da cidadania no país à urgente primazia que as reformas devem assumir na agenda governamental, sob o risco dos políticos "sérios" serem confundidos com os adeptos da "fisiologia" e da "corrupção". Ressalte-se, ainda, que o significado pejorativo que o termo cívico pode assumir no Brasil se deve, na opinião do periódico, não à herança de um Estado ditatorial que se valeu do termo justamente para legitimar o arbítrio do regime advindo de 1964, mas, sim, devido à sobrevivência das referidas práticas que fazem com que **O político** e a sua ação adquiram no país "um sentido às vezes pejorativo"[188].

Por sua vez, os editoriais subsequentes, publicados nos primeiros dias do mês seguinte, em julho de 1996, também evidenciaram as críticas do jornal Folha de S.Paulo, orientadas para a cobrança de maior agilidade na condução das reformas do Estado por parte do Executivo. Do mesmo modo, tais críticas não eximiram a base aliada ao governo no Congresso Nacional da responsabilidade pelos obstáculos antepostos para a aprovação das alterações constitucionais em favor das reformas. As críticas neste momento se dirigiam, especificamente, às dificuldades impostas pelo então Partido Progressista (PP), o partido de Paulo Maluf[189], caracterizado pelo periódico como "legenda de aluguel".

O editorial intitulado **Espelho quebrado** e publicado em 1º de julho de 1996, por exemplo, também reforça a crítica dos editoriais mencionados anteriormente. Entretanto, acrescenta uma série de outras questões que, na opinião do jornal, permitiram identificar os fatores responsáveis pelo que o periódico denominou de "desgaste do governo". Referindo-se à queda da sua popularidade, demonstrada pela pesquisa encomendada pelo periódico, o editorial apresenta um resumo dos problemas que envolvem o governo de Cardoso e o país até aquele momento, enfatizando que a sua popularidade já não conta mais com o mesmo apoio que se observou quando do lançamento do Plano Real que, neste dia, completava dois anos. Dessa forma, de acordo com o jornal Folha de S.Paulo, o governo começava a perder o seu "charme inicial", como se observa no trecho a seguir:

> Parece que acabou a lua-de-mel do governo FHC. A pesquisa nacional Datafolha de ontem é eloquente. Não é fácil explicar o fenômeno. Depois do *impeachment* de Collor, dos impasses da gestão Itamar Franco e da euforia com o Real, houve uma onda de expectativas claramente exageradas. Nada mais natural, portanto, que aos poucos a percepção popular ganhe realismo, e o governo FHC perca parte do seu

[188] cf. imagens com a temática da visão negativa da política (7,7%) nas charges números: 7, 19, 45, 82, 92, 134, 163, 168, 171, 199, 201, 207, 212, 213, 215, 230, 231, 239, 242, 244, 247, 248, 291. Inventário temático.
[189] cf. imagens com referências a Paulo Maluf (4,3%) nas charges números: 26, 35, 36, 46, 47, 58, 68, 72, 84, 89, 94, 96, 97. Inventário temático.

> charme inicial. O Planalto tem uma resposta rápida e fácil, ainda que pouco verossímil para o problema: o desgaste viria sobretudo de falhas de comunicação[190].

Assim, em virtude das "expectativas claramente exageradas", devido à "euforia com o Plano Real", o "realismo" da população perante o governo é encarado com naturalidade pelo periódico. Entre as dificuldades enfrentadas por Cardoso até aquele momento, o editorial elenca, inicialmente, os problemas do governo com a questão da corrupção[191], do assassinato dos integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) em abril daquele ano, além da, recorrente, crítica à demora de Fernando Henrique Cardoso em conduzir as reformas do Estado. Ao concluir o seu comentário daquele dia, o periódico pontua, ainda, os problemas na economia brasileira e reitera a situação de desgaste a que o governo se encontrava sujeito à época. Assim, na opinião do jornal,

> o fato é que na economia mesmo o governo vem acumulando tristes registros nos últimos meses: da retração quase generalizada da economia aos níveis altos de desemprego e inadimplência, passando pela correção politicamente incorreta do mínimo, motivos para desgaste não faltam[192].

As alusões ao desempenho governamental e aos seus índices de popularidade são frequentes na série de charges analisada. A temática do desgaste do governo de Cardoso foi amplamente explorada por Angeli. Essas menções aparecem já no primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso e tornam-se cada vez mais frequentes ao longo do segundo mandato.

Saliente-se ainda que o jornal Folha de S.Paulo relacionou os problemas da economia brasileira ao crescimento do desemprego e ao que julgou ser uma política equivocada da correção do salário mínimo. A última frase do editorial recorre a uma metáfora, cuja imagem será largamente utilizada pelos interlocutores que participaram do debate político sobre o governo de Cardoso. Dessa forma, segundo o periódico: "a sociedade em suma mostra que não já não tem mais o entusiasmo inicial pelo governo. **Resta saber se o rei será capaz de se livrar do espelho**[193]". (grifos meus)

---

[190] Espelho quebrado. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1 jul. 1996. (Editorial)
[191] cf. imagens com a temática sobre a corrupção nas charges números: 7, 45, 134, 199, 201, 207, 212, 213, 215, 231, 239, 242, 244, 247, 248 291. Inventário temático.
[192] Espelho quebrado. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1 jul. 1996. (Editorial)
[193] Idem.

Assim, além da questão relativa ao desgaste do governo, o editorial, em uma única frase, refere-se a Fernando Henrique Cardoso como um monarca ao mesmo tempo em que alude à sua vaidade. A menção ao narcisismo presidencial foi constante no periódico. Nesse caso, foi utilizada para fazer crítica àquilo que o editorial entendeu ser uma recusa de Cardoso em compreender que o seu governo já não dispunha do apoio popular angariado quando do lançamento do Plano Real e da sua vitória nas eleições presidenciais de 1994. Quanto à equiparação de Cardoso a um monarca, nesse editorial ao menos, não há nenhuma outra insinuação ao suposto autoritarismo de Cardoso para além daquilo que sugere o próprio termo empregado.

Dessa maneira, pôde-se verificar com a análise desses e outros editoriais que, assim com a charge **Diversão para todas as idades**, publicada no dia 24 de maio de 1996, os temas aludidos pelo desenhista Angeli em suas charges são, em grande medida, abordados pelos editoriais do periódico, tanto quanto, conforme se demonstrou nos capítulos anteriores, as crônicas e reportagens com as quais a charge do desenhista dialoga.

Com isso, é possível inferir que a síntese da linguagem política do periódico, elaborada por Angeli, o aproxima dos significados da crítica publicada no editorial. Todavia, ao fazê-lo, existem charges em que ele pode tanto se constituir em objeto do processo de "domesticação" do gênero artístico problematizado pelo historiador da arte Ernst Gombrich quanto expressar a sua discordância com a posição política do jornal.

Por fim, porém, não menos sintomático das temáticas que caracterizaram o debate político sobre o governo de Cardoso no jornal Folha de S.Paulo em meados de 1996, mencionem-se também os editoriais publicados em três de julho de 1996, dois anos após a publicação do texto de José Luís Fiori no mesmo periódico. O primeiro deles, intitulado **O risco do populismo**[194], é particularmente revelador da maneira como a linguagem política do jornal vale-se do termo populismo, analisado, entre outros, pelo historiador da Universidade Federal Fluminense (UFF), Jorge Ferreira, em texto intitulado **O nome e a coisa: o populismo na política brasileira (2001)**.

Logo no seu primeiro parágrafo, o editorial associa a demora na aprovação das reformas do Estado à possibilidade disso vir a se configurar em uma estratégia política governamental que culmine em "medidas populistas". Ao referir-se a um dito popular, o periódico começa o seu comentário do dia traçando um cenário alarmante,

[194] O risco do populismo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 jul. 1996. (Editorial)

> Um velho ditado diz que não há almoço grátis. A estabilização produziu inestimáveis benefícios ao país, mas a desaceleração da economia e a contenção de gastos do Estado começam agora a cobrar a conta. A fatura aparece como queda na popularidade do presidente. É nesse momento que o **risco de arrefecer no empenho das reformas e resvalar para medidas populistas se agudiza**. **Seria por a estabilização a perder**[195]. (grifos meus)

O editorial assume o suposto de que a "estabilização" se concluiu provavelmente em virtude da capacidade do Plano Real em manter a estabilidade da nova moeda, uma vez que os seis planos econômicos anteriores não obtiveram o mesmo resultado. Contudo, os problemas decorrentes do baixo desenvolvimento da economia brasileira, além dos cortes nos gastos da União, expressariam, segundo o jornal Folha de S.Paulo, os motivos responsáveis pela baixa popularidade do governo, que completaria dois anos de mandato em outubro de 1996.

A ameaça de que eventuais "medidas populistas" colocassem a "estabilização" em "risco" evidencia o tom mais incisivo da crítica do periódico, porém, agora não somente em relação à demora do governo em obter a aprovação das reformas, mas, sim, da possibilidade de manutenção da política governamental em torno da estratégia de ancoragem cambial, vista à época como algo necessário apenas para esse momento inicial do programa de estabilização da moeda, o que tornava premente, daí em diante, prosseguir com as reformas do Estado.

O editorial segue comentando a importância do Plano Real no "combate à inflação" e relativiza as dificuldades apresentadas pela política de "valorização do Real", assentada na estratégia da chamada "âncora cambial" (SINGER, 2011), e diz não ser esse o mérito da questão. Nas palavras do editorial,

> A questão é outra. **Documento do Banco Mundial** divulgado nesta segunda-feira alerta para o risco de que, na América Latina o aumento do desemprego seja um solo fértil para o reerguimento de tendências políticas contrárias à abertura comercial, aos cortes de gasto público e as privatizações. E uma **ameaça de retrocesso** que, em tese, pode eventualmente crescer dentro dos próprios governos comprometidos com a **modernização e a reforma do Estado**[196]. (grifos meus)

Desse modo, de acordo com o editorial, pode-se depreender que o Banco Mundial monitora os índices sociais das economias nacionais comprometidas com a "modernização e a

[195] O risco do populismo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 jul. 1996. (Editorial).
[196] Idem.

reforma do Estado"[197], e alerta, tal qual mencionado por José Luís Fiori (1994), que as consequências sociais das medidas econômicas dos programas de estabilização preconizados pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial no Consenso de Washington em 1989 – como o aumento do desemprego, por exemplo – podem constituir-se em obstáculos para que os "tecnopolíticos" (FIORI, 1994), empenhados na consecução de tais programas em suas economias locais, levem adiante as políticas econômicas orientadas para este fim, conforme recomendava o mais recente documento do Banco Mundial citado pelo periódico.

Com isso, o então presidente Fernando Henrique Cardoso foi visto pelo jornal como o governante que poderia ceder às tentações de introduzir medidas econômicas somente para agradar a população e, assim, recuperar o seu prestígio político. Desse modo, considerando as críticas dos editoriais mencionados até aqui, é possível depreender que o periódico vislumbrou a eventualidade de Cardoso submeter as demais reformas do Estado a um plano secundário para, assim, priorizar a sua reeleição, o que colocaria em "risco" a "estabilização" alcançada até aquele momento, o que poderia se constituir em uma "ameaça de retrocesso" à "modernização", assim como à "reforma do Estado".

Conquanto, ao prosseguir com o seu comentário, detecta-se a principal preocupação do periódico com a situação social e econômica do país naquele momento. A temeridade maior consistiria no risco de que a diminuição da popularidade do governo de Cardoso pudesse ensejar o fortalecimento político e eleitoral da oposição a Fernando Henrique Cardoso. Segundo o editorial daquela edição,

> Sob o descontentamento de uma população que **reconhece os ganhos da queda da inflação**, **mas não identifica com clareza a necessidade de alguns remédios amargos**, não seria difícil o **crescimento eleitoral de populistas que prometem o irrealizável**, galgando degraus de poder a custa de propostas demagógicas, **jogando por terra a incipiente estabilização** e a **chance de dar início a um novo ciclo de crescimento**[198]. (grifos meus)

Ou seja, na opinião do editorial, a gravidade do problema seria ainda maior se o arrefecimento do apoio popular ao governo de Cardoso contribuísse para promover o crescimento eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), principal candidato da oposição no período. Este, de acordo com o periódico, também poderia

[197] O risco do populismo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 jul. 1996. (Editorial)
[198] Idem.

colocar a "incipiente estabilização e a chance de dar início a um novo ciclo de crescimento" a perder. Assim, depreende-se que, no entendimento do jornal Folha de S.Paulo, qualquer um que se opusesse à concretização das demais etapas do programa de estabilização econômica não somente colocaria a estabilização da moeda em xeque quanto expressaria a tentação do governante que, para manter-se no poder, cederia à adoção de "medidas populistas", no que aludiu a Fernando Henrique Cardoso.

Do mesmo modo, a incompreensão da população acerca da "necessidade de alguns remédios amargos" poderia promover, por outro lado, "o crescimento eleitoral de populistas que prometem o irrealizável", ao que, muito provavelmente, se referia ao candidato de oposição ao governo, Luís Inácio Lula da Silva (PT), aquele que, até o momento, demonstrava maiores chances eleitorais de suceder Fernando Henrique Cardoso nas próximas eleições presidenciais, a serem realizadas em outubro de 1998.

Ou seja, tal qual inferiu o historiador Jorge Ferreira, a utilização do termo populista e populismo tornaram-se recorrentes nas disputas políticas no Brasil. Embora o sentido pejorativo empregado ao termo já estivesse presente na "explicação liberal" para a popularidade de Getúlio Vargas desde 1942, o recurso a ele tornou-se recorrente, especialmente a partir da década de 1960 em diante. O historiador verificou a persistência do termo e do seu sentido pejorativo e assinalou o seu uso por Fernando Henrique Cardoso ao se referir ao seu adversário na disputa presidencial de 1994 (FERREIRA, 2002).

O outro edital, publicado na mesma edição do dia três de julho de 1996, intitulado **Sem fatalismo**, enfatiza, já em seu primeiro parágrafo, o histórico de soluções e problemas econômicos existentes no país desde a década de 1970, como demonstra o trecho a seguir:

> Nenhum tema econômico provavelmente mobilizou tantos debates no regime militar, em especial ao longo dos anos 70. A questão teve tratamentos variados e em cada momento cristalizou-se em um enfoque específico, em geral de tonalidade fatalista: do modelo excludente à **teoria do bolo**, da denúncia do **arrocho salarial** às teses do capital humano, sem esquecer a tese da esquerda dos anos 70 que previa a **estagnação da economia brasileira**[199].

A "tese da esquerda" a que o periódico se refere diz respeito aos desdobramentos da discussão, na década de 1970, acerca da questão da dependência econômica, em que Cardoso foi refutado em sua perspectiva "otimista" quanto à possibilidade do desenvolvimento

[199] Sem fatalismo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 jul. 1994. (Editorial)

capitalista nos países da periferia do capitalismo mundial, por intelectuais como Theotonio dos Santos, Rui Mauro Marini e André Gunder Frank, por exemplo. Posteriormente, essa vertente do debate seria designada como a corrente "estagnacionista"[200]. De modo geral, ao concluírem que as economias periféricas não conseguiriam reverter a sua propensão à "estagnação econômica", a alternativa seria a realização de uma "revolução socialista", compreendida como o único meio capaz de ensejar, de fato, o desenvolvimento econômico em países periféricos como o Brasil, por exemplo.

A análise da economia dos países periféricos por meio da chave da estagnação econômica foi retirada da compreensão de Celso Furtado. Ativo colaborador das reflexões produzidas na CEPAL (Comissão Econômica de Planejamento para a América Latina), as análises de Celso Furtado durante a década de 1960 já indicavam a reflexão contida, por exemplo, em sua obra publicada no início da década de 1970 **O mito do desenvolvimento econômico (1973)**. Nela, o autor apontava para as dificuldades que essas economias apresentavam para constituírem uma poupança interna que lhes permitisse prescindir do aporte de capitais internacionais como elemento primordial de financiamento e dinamização dos seus sistemas produtivos. Desse modo, incapazes de tornarem endógenos os mecanismos que estimulassem a sua capacidade de acumulação de capitais, as economias nacionais periféricas exibiriam uma "**tendência** à estagnação econômica" (FURTADO, 1973).

Essa percepção advinha principalmente da queda dos índices de desenvolvimento econômico exibidos pelo sistema produtivo brasileiro entre 1962 e 1967. A partir de 1968, quando do início do "milagre econômico" promovido pela ditadura civil-militar, a diminuição das taxas de crescimento verificada em meados da década de 1960 reverteu-se e passou a ostentar sucessivos índices de crescimento do Produto Interno Bruto (SALLUM JR. 1996).

Segundo Lídia Goldenstein, essa compreensão dentro do debate sobre a dependência econômica entre as décadas de 1960 e 1970 resultou em uma percepção que polarizava as alternativas em questão entre o "socialismo ou regressão social". Nas palavras da economista,

> neste período, que se revelou, mais tarde, apenas **um interregno entre duas explosões de crescimento**, os acontecimentos políticos suscitaram, além da proliferação de posições estagnacionistas, o surgimento – pela esquerda – das versões catastrofistas da dependência: socialismo ou regressão social (GOLDESTEIN, 1994, p. 10). (grifos meus)

[200] Para um resumo dos temas e dos autores envolvidos nas discussões acerca das teses "catastrofistas" no interior do debate sobre a dependência econômica na América Latina durante a década de 1970, cf. Lídia Goldenstein (1994).

A seu turno, Gilson Schwartz, professor do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), em texto intitulado **Além da estabilização (1999)**, refere-se a esse debate por meio da alusão ao texto, publicado em 1972, de Maria da Conceição Tavares e José Serra, intitulado **Além da estagnação (1972)**, em que os autores refutaram as teses "catastrofistas" que emergiram no período. Em seu texto, o pesquisador da USP analisa a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso e a relaciona às políticas governamentais empreendidas no país desde a década de 1950, quando o projeto nacional desenvolvimentista caracterizou-se pelos esforços movidos em favor da industrialização "acelerada" (NOVAES; MELLO, 1998) do sistema produtivo brasileiro.

Por meio da alusão ao texto de Tavares e Serra (1972), Schwartz infere que, na década de 1990, seria preciso ir para "além da estabilização". Ou seja, passada a "idiotice cambial", o sistema industrial brasileiro demonstrou "mudanças qualitativas" e restabeleceu suas relações econômicas setoriais e internacionais, o que, segundo o autor, contribuiu para a recomposição do "famoso tripé" econômico em que "sempre esteve assentado" o sistema produtivo brasileiro: o "investimento estatal, investimento privado e investimento externo" (SCHWARTZ, 1999, p. 91).

Assim, a referência de Gilson Schwartz ao texto de Maria da Conceição Tavares e José Serra se faz de modo a exemplificar a sua percepção sobre a estratégia que o governo Fernando Henrique Cardoso deveria adotar em relação à sua política econômica, passada a fase de "estabilização" da moeda por meio da ancoragem cambial. Nesse sentido, a explanação do pesquisador concentra-se em explicitar a importância de uma política econômica governamental capaz de extrapolar a estratégia montada para o combate à inflação, alçando-se para além daquele que se apresentava "como um novo motor de expansão e estímulo à substituição de importações", procedendo, assim, à "superação da âncora cambial" (SCHWARTZ, 1999, p. 91). Segundo o autor,

> o objetivo maior do ensaio de Conceição e Serra era dar uma surra teórica nos "fracassomaníacos" de então, sobretudo os de esquerda, em plena ditadura militar, ao mesmo tempo reservando cascudos conceituais para o coro dos contentes da direita. [...] O criticado-mor, entretanto, tinha nome e *pedigree*: Celso Furtado. Seu "modelo" (designado pelos autores da crítica assim mesmo, entre aspas) indicava que o esgotamento do processo de substituição de importações condenava as economias latino-americanas à estagnação. Um pensamento inaceitável em pleno processo de recuperação cíclica, uma etapa que a mitologia fascista da época designava como "milagre". [...] Hoje, 30 anos depois de "Além da Estagnação", o modelo econômico brasileiro parece oscilar entre uma colcha de retalhos e desandar numa **geléia geral** (SCHWARTZ, 1999, p. 84). (grifos meus)

No editorial da edição do dia três de julho de 1996, **Sem Fatalismo**, o periódico depreendeu, a seu turno, que nenhuma dessas previsões se cumpriu, caracterizando o debate econômico estabelecido na década de 1970, que obviamente não envolveu apenas a corrente estagnacionista no interior das análises econômicas de então, como também uma sucessão de "equívocos". O periódico menciona, ademais, a incapacidade do modelo econômico constituído pela ditadura em levar adiante a transformação do sistema educacional brasileiro de maneira a promover a diminuição da "desigualdade social" no país. Desse modo, salienta o editorial,

> Houve equívocos de lado a lado: nem veio a estagnação, nem o modelo se mostrou capaz de efetivamente engendrar uma revolução educacional que reduzisse a desigualdade social. E a inflação, afinal, tornou-se crônica, servindo como fator aglutinador do movimento sindical, mas aprofundando as desigualdades e sacrificando mais os já pobres[201].

Identificou-se nesse editorial, portanto, o mesmo argumento defendido por Bernardo Sorj (2001) e Fernando Henrique Cardoso (TOLEDO, 1998) quanto ao significado histórico cumprido pelo Plano Real, ao se referir aos benefícios que o controle inflacionário ensejou para os "já pobres". Todavia, ao elencar os índices sociais que o país apresentava naquele momento, reiterou, tanto quanto nos editoriais analisados anteriormente, que o aumento do desemprego era um dos principais fatores responsáveis pelas dificuldades econômicas enfrentadas em meados de 1996. Assim, na opinião do jornal,

> Entre julho de 1994 e abril deste ano, a soma dos rendimentos dos que exercem algum tipo de trabalho, incluindo os assalariados, cresceu 89% na Grande São Paulo, contra um custo de vida que subiu 51,36% segundo o IPC da Fipe. Foram beneficiados principalmente os 25% mais pobres da população ocupada. O desemprego, entretanto, reduz esse benefício, enquanto cresce o mercado informal. A população em condições de trabalhar cresceu mais do que a oferta de trabalho entre julho de 94 e maio passado, deixando um saldo de 213 mil desempregados a mais em São Paulo[202].

Também do mesmo modo que nos editoriais até aqui arrolados, esse editorial reserva para o comentário final o alerta acerca da necessidade em se garantir a continuidade da

[201] Sem fatalismo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 jul. 1994. (Editorial)
[202] Idem.

persecução da política econômica inicialmente introduzida com o lançamento do Plano Real. Assim, com a premência que lhe caracteriza, o jornal Folha de S. Paulo assevera que,

> é urgente retomar o debate sobre **alternativas capazes** de ao mesmo tempo **preservar a estabilidade e criar empregos**. Sem ilusões, pois o drama é mundial e não há soluções fáceis. Mas **nada é pior que voltar aos fatalismos de vários matizes ideológicos das décadas passadas**[203]. (grifos meus)

Em sua conclusão, o periódico retoma o debate sobre a necessidade de o governo continuar a perseguir as políticas de estabilização econômica, o que também significava ir para além da política de combate à inflação que, não obstante a sua importância e os ganhos com ela auferidos, deveria manter-se conciliada aos meios capazes de estimular o crescimento econômico e "criar empregos". Assim, depreende-se que, para o jornal Folha de S.Paulo, o "fatalismo" vem daqueles que se opõem à "estabilidade alcançada", como a "tese da esquerda" que anunciava a estagnação econômica das economias periféricas em meio ao "milagre econômico" da ditadura na década de 1970. Na opinião do periódico, tais interpretações significavam o "risco" do "retrocesso", posto que expressão de reminiscência "das décadas passadas", e, assim, de caráter eminentemente ideológico e que na década de 1990 demonstravam-se ultrapassadas.

No dia três de julho de 1996, o jornal publicou também – na mesma página dos editoriais analisados acima - a coluna do economista Delfim Netto (1928), que comemorava os dois anos de vida do Plano Real. Em sua juventude, o economista foi ministro do general João Batista Figueiredo (1918-1999), o último general feito presidente da República do Brasil (1979-1985), quando esteve à frente do ministério do planejamento.

Na década de 1980, a cor local da chamada "crise fiscal do Estado" deve-se, em grande medida, à política econômica praticada pelo ex-ministro. Além do problema da inflação, outra dificuldade enfrentada pela economia brasileira naquele período dizia respeito às dificuldades para o pagamento da dívida externa do país. Em grande medida, essa foi a herança da política de endividamento externo institucionalizada durante a segunda metade da década de 1970 no **II Plano Nacional de Desenvolvimento** (SALLUM JR., 1996), conduzido por Delfim Netto.

---

[203] Sem fatalismo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 jul. 1994. (Editorial)

Assim, naquela época, o perspicaz economista, profundo conhecedor das finanças do Estado brasileiro, aconselhava que "primeiro é preciso fazer o bolo crescer, para depois reparti-lo". Já na metade da década de 1990, depois de dois anos do lançamento do Plano Real, Delfim Netto terminava sua crônica, intitulada **Vitória**, com mais um dos seus preciosos conselhos,

> Hoje é dia de comemorar a vitória parcial sobre a inflação que certamente mudou a cara da economia nacional. Não se deve, portanto, desestimular a continuação do combate. **As observações sobre alguns custos não-necessários dessa batalha devem ficar para outro dia**. (grifos meus)

Em meados de julho de 1996, portanto, as principais questões levantadas pelo jornal Folha de S.Paulo diziam respeito à renitência de Cardoso em não perseverar na aprovação das reformas e na diluição dos obstáculos impostos pela base aliada para tanto no Congresso Nacional, além dos problemas políticos que o agravamento dos índices sociais – como o aumento do desemprego e da desigualdade social, por exemplo – poderiam oferecer à continuidade do programa de "estabilização" econômica, no que se antevia "uma ameaça de retrocesso".

Os problemas sociais, inclusive, foram salientados de maneira a lembrar das dificuldades políticas que poderiam advir do "terreno fértil" que a elevação dos níveis de desemprego no país poderia ensejar para o fortalecimento de "tendências políticas contrárias à abertura comercial, aos cortes de gasto público e as privatizações", conforme assinalado no documento do Banco Mundial, citado no editorial intitulado **O risco do populismo**.

Nessa edição do dia três de julho de 1996, a charge de Angeli foi publicada sem título[204]. A crítica endereçada ao mandatário sugere que o discernimento do artista, acerca das responsabilidades cabíveis a Fernando Henrique Cardoso, difere do sentido da crítica dirigida a Cardoso pelo periódico. A responsabilidade pelas dificuldades que o país enfrentava quanto ao agravamento dos seus problemas sociais, particularmente no que diz respeito ao aumento do desemprego, por exemplo, é exclusivamente atribuída ao então presidente, cuja identidade o desenhista não revela imediatamente na narrativa que construiu nessa imagem.

Dividida horizontalmente em duas metades, a parte superior da imagem exibe Cardoso no banco de trás de um carro, em meio a duas outras personagens. Na primeira cena do

[204] cf. imagem 24, anexada.

quadro, o artista o representa de maneira a apenas sugerir sua identificação, sem, contudo explicitar a figura presidencial. A representação do assédio da imprensa ao protagonista da cena sugere que esta é apenas mais uma das suas corriqueiras interpelações, próprias, tanto da rotina dos repórteres quanto da rotina presidencial.

O artista recorre, portanto, a esse cotidiano da protocolar rotina presidencial e da atividade jornalística para introduzir a temática acerca da qual pretende se manifestar. Dessa maneira, as usuais indagações dos repórteres ao mandatário são mobilizadas por Angeli para elaborar a sua crítica ao governante e, assim, configuram-se em indícios das temáticas que acometiam o debate político sobre o governo Fernando Henrique Cardoso em julho de 1996.

As dificuldades do governo na promoção de políticas que estimulassem o desenvolvimento econômico e apresentassem alternativas ao problema do desemprego, tal qual nos editoriais analisados, também são mencionadas por Angeli, tanto quanto a estratégia do governo de assentar a "estabilidade" da moeda por meio da chamada âncora cambial, utilizada para o controle do processo inflacionário existente desde a década passada. Contudo, Angeli o faz diferentemente do editorial **O risco do populismo** – publicado ao lado da charge no periódico –, que se referia à aludida estratégia da política econômica governamental nos termos da "valorização da moeda".

Em um sentido diverso, Angeli recorre à expressão "juros altos" para referir-se à mesma estratégia concernente à política econômica praticada pelo governo Fernando Henrique Cardoso com vistas à estabilização da moeda. Desse modo, o artista demarca a distância que guarda do campo semântico (KOSELLECK, 2006) em que a crítica do periódico é elaborada, imputando à sua crítica um sentido essencialmente pejorativo à estratégia governamental nessa matéria.

A expressão "juros altos", referida por Angeli, diz respeito à produção de "superávits primários" pela economia brasileira, mencionada por José Luís Fiori (1994) exatamente há dois atrás, em **Os moedeiros falsos**, texto publicado no jornal Folha de S.Paulo em 3 de julho de 1994. Segundo o economista, essa estratégia faria parte da primeira das três etapas de introdução do programa de estabilização econômica preconizado pelo Consenso de Washington (FIORI, 1994).

De acordo com a crítica de José Luís Fiori quando do lançamento do Plano Real, essa fase seria "consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário" (FIORI, 1994). Os recursos assim levantados deveriam, inicialmente, ser mobilizados em duas frentes, por um lado, equilibrar as contas públicas, depauperadas pela "crise fiscal do Estado" na década de 1980 e, por outro, atrair o capital

internacional por meio do pagamento de juros e, assim, recuperar a capacidade de atrair investimentos e estimular o desenvolvimento econômico.

Assim, na charge da imagem 24, ao qualificar como criminosa a política de juros altos – por meio da declaração que o advogado do réu confesso anuncia à imprensa –, Angeli opõe-se ao sentido da qualificação feita pelo editorial à política de "valorização da moeda". Isso não significa dizer que o periódico não critique a política econômica de Cardoso relativa a esse assunto. Importa salientar, contudo, que o sentido da crítica do desenhista denota a sua descrença na possibilidade de a política econômica governamental ser capaz de vencer os desafios que o agravamento das questões sociais – como o aumento dos índices de desemprego, por exemplo – tem acarretado para a situação social do país naquele momento. Diferentemente, por exemplo, do editorial **O risco do populismo**, que sugere a necessidade de garantir a estabilidade alcançada ao mesmo tempo em que se deve promover alternativas para a criação de empregos.

Somente em 2002, quando a seleção de charges sobre o governo de Cardoso passou a figurar na página que o periódico mantém sobre o artista na internet, foi que o desenhista atribui-lhe o título que passou a acompanhar a imagem nesse suporte material. Retirado do único balão existente na cena da metade inferior da imagem, o título **Crime passional** apresenta-se como mais um indício da intenção do artista em caracterizar a política econômica do mandatário como uma prática criminosa. Considere-se, ademais, que esta foi a primeira hipótese levantada para a explicação do assassinato do tesoureiro da campanha presidencial de Fernando Collor de Mello, PC Farias.

São essas nuanças na interpretação de Angeli sobre o governo Fernando Henrique Cardoso que exemplificam a relação que a crítica presente na sua charge estabelece com a linguagem política existente no jornal Folha de S.Paulo. Na sua relação com as críticas proferidas pelos editoriais – âmbito no qual se pode vislumbrar o processo de "domesticação" da arte caricatural problematizado pelo historiador da arte Ernst Gombrich (2012) –, a crítica do desenhista não acede aos mesmos significados das cobranças e dos julgamentos dirigidos ao poder Executivo pelo periódico. O que igualmente se verifica na charge **Crime passional**, em que se observa a diferença dos sentidos e significado imputados pelo artista às reformas do Estado promovidas pelo governante.

O réu confesso, por sua vez, talvez argumentasse em sua defesa que as razões do **Crime passional** poderiam ser explicadas por meio da reflexão que Sérgio Buarque de Holanda elaborou em 1936 sobre o "homem cordial", cuja lógica "impulsiva" e "aventureira", analisada em sua obra **Raízes do Brasil (1936)**, seria resultante da herança ibérica do período

colonial. Herança que, assim como Sérgio Buarque de Holanda, Cardoso deseja abdicar em favor de uma orientação de viés "americanista" (VIANNA, 1997), especialmente naquilo que concerne às relações entre o Estado e a sociedade civil no âmbito da formação social brasileira. Em artigo publicado em 1993, intitulado **Livros que inventaram o Brasil (1993)**, foi o próprio Fernando Henrique Cardoso quem reivindicou a filiação da sua reflexão, acerca das relações entre o Estado e a sociedade no Brasil[205], à perspectiva presente na obra de Sérgio Buarque de Holanda (CARDOSO, 1993; 2006).

5.1.2 A "questão social" no Brasil

Publicada aos 13 de maio de 1996, a charge intitulada **Rogai por nós**[206] constituiu-se em um dos indícios mais significativos da relação que Angeli estabelece entre a política econômica governamental de Cardoso e o agravamento da chamada "questão social" no Brasil. Ao dividir a imagem em quatro quadros, o artista reserva a sua metade superior para aludir, por meio da metáfora religiosa, aos problemas sociais existentes na época, como a política de reajuste do salário mínimo, a questão do desemprego e dos baixos valores dos benefícios pagos aos aposentados, além de uma situação de carestia. As três personagens foram retratadas em ambientes que denotam a condição de vulnerabilidade social a que estão sujeitas, informação reforçada pelo olhar desesperado que lançam para as imagens de seus respectivos "santinhos", depositados sobre o humilde mobiliário.

A estratégia de enunciação do artista recorre à linguagem própria das histórias em quadrinhos para estabelecer o contraste entre aqueles que foram identificados como os maiores prejudicados pela política governamental, em oposição aos seus principais beneficiários. No espaço reservado ao último quadro da imagem, que ocupa toda a metade inferior da charge, o desenhista representa o estereótipo do banqueiro, identificado por meio da representação do letreiro no lado esquerdo da cena.

A oposição entre as personagens da charge também se fez por meio do contraste por escala. Na metade inferior da imagem, o desenhista representou apenas o rotundo financista – em seu amplo, moderno e equipado escritório –, falando ao telefone, acomodado em sua

[205] Para uma abordagem, publicada durante o mesmo contexto histórico, sobre as relações entre Estado e sociedade por meio do conceito de sociedade civil, cf. VACCA, Giuseppe. **Pensar o mundo novo**. São Paulo: Ática, 1996.
[206] cf. imagem 25, anexada.

poltrona, enquanto fuma tranquila e confortavelmente o seu charuto. Já na metade superior, o desenhista espremeu em três quadros as devotas, lânguidas e desesperadas personagens sobre as quais incidiam as implicações sociais que motivavam suas orações.

Desse modo, o recurso à representação de Cardoso como o "santo milagreiro"[207] apresenta-se como um indício da relação que Angeli estabelece em sua crítica entre a política econômica governamental e a precarização das condições de vida da maioria da população. Nessa charge, o desenhista pontua que as implicações sociais dessa política econômica recaem sobre as parcelas mais pobres da população brasileira, enquanto os donos de instituições financeiras são os seus maiores beneficiários.

Em cada um dos quatro quadros aparece a imagem de um santo. O único ao qual não se dirigiu nenhuma súplica foi a "São Fernando", cuja imagem figura miniaturizada sobre a mesa do financista. Não obstante a ausência de qualquer devoção de sua parte, o banqueiro informa ao seu interlocutor ao telefone que "o milagre veio rapidinho". A estratégia de miniaturização de Cardoso, personificado na figura de um santo milagreiro, reitera os contrastes presentes na crítica do artista. O recurso foi mobilizado de modo a opor a diminuta autoridade presidencial perante o poder econômico do banqueiro, metaforicamente representado na suntuosidade do seu escritório. Esse contraste foi reforçado pelo artista também na amplitude que atribuiu à janela e às cortinas do escritório do último, assim como, do mesmo modo, denota a vista panorâmica da cidade, a sugerir a imponência da altura do edifício onde o escritório está situado.

Nessa edição do periódico, publicada no dia três de maio de 1996, a manchete de capa alardeava: "Desemprego em SP é o maior desde 84". A seu turno, outra manchete publicada na capa desta edição informava que "Betinho ataca Serra e sai da Comunidade". "Comunidade Solidária" era o nome do programa criado pelo governo, sob a responsabilidade da então primeira-dama, a socióloga Ruth Cardoso.

Segundo a análise de Amélia Cohn, professora do Departamento de Medicina Preventiva da USP, em texto intitulado **As políticas sociais no governo FHC (1999)**, a política social do governo de Cardoso não inovou no tratamento da questão social no Brasil. De acordo com a pesquisadora,

> quando se analisa o conjunto de iniciativas governamentais na área social a partir de 1994, chama de imediato a atenção tanto a sua diversidade em termos de área de atuação – só o Comunidade Solidária, embora não se declare governo, desenvolve atualmente 16 programas setoriais – como o seu traço pouco ousado, talvez mesmo tímido e convencional (COHN, 1999, p. 184).

[207] cf. imagem 16, anexada.

A professora ressalta que o conjunto de ações e programas sociais colocados em prática pelo governo federal confirma o cumprimento da agenda social preconizada pela ONU. Contudo, a falta de propostas governamentais que apresentassem soluções para os problemas sociais no Brasil demonstrava que a "questão social" continuava a ser tratada pelo governo de Cardoso na mesma perspectiva da "era desenvolvimentista que se afirma atualmente buscar superar, de contrapor política econômica à política social" (COHN, 1999, p. 184). Assim, depreende a pesquisadora,

> é perceptível, portanto, uma contradição de base entre a política de ajuste e de estabilização econômica adotada pelo governo e a possibilidade de se promover políticas sociais com impacto efetivo sobre o desenvolvimento social no país. De fato, a gestão econômica governamental produziu um quadro de recessão econômica e rebateu sobre a questão social de modo dramático, haja visto o aumento da taxa do desemprego no país (COHN, 1999, p. 184).

A análise de Amélia Cohn sobre a relação existente entre as políticas econômica e social do governo Fernando Henrique Cardoso aproxima-se, dessa forma, da compreensão explicitada por José Luís Fiori, em 1994, ao relacionar o Plano Real ao programa de estabilização econômica irradiado pelo Consenso de Washington em 1989 (FIORI, 1994). A pesquisadora afirma que as implicações sociais da política econômica governamental incidem sobre as condições de trabalho no país, submetidas, ao longo do governo de Cardoso, à lógica de "um processo de flexibilização das relações de trabalho e de deterioração dos postos de trabalho". Desse modo, a professora estende o seu raciocínio para a avaliação sobre as reformas do Estado brasileiro propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Ao se deter sobre a discussão acerca da perspectiva que orientava os esforços governamentais em favor da reforma da previdência social, a pesquisadora depreende que,

> Coerente e articuladamente com esses processos, na área social vêm sendo propostas reformas não só dos programas sociais, mas também do sistema de proteção social, implantando novo padrão de regulação social não mais via trabalho, mas via renda. [...] **Com essa reforma, a previdência social, após ter sido alçada ao estatuto de seguridade social em 1988, retrocede por iniciativa do governo à concepção de seguro social**, uma vez que passa a vincular o acesso diferenciado ao valor dos benefícios segundo a capacidade de poupança individual de cada um durante a sua vida (COHN, 1999, p. 185). (grifos meus)

A noção de retrocesso explicitada por Amélia Cohn foi retirada da análise do sociólogo Francisco de Oliveira (1998), em texto citado pela pesquisadora, em que explicita a sua compreensão acerca dos significados da chegada do sociólogo Fernando Henrique Cardoso à presidência da República do Brasil em 1994. Quanto à "questão social" no Brasil, Francisco Oliveira salientou o agravamento dos seus indicadores, caracterizando esse processo, tal qual José Luís Fiori (1994), como implicações resultantes da adesão do governo de Cardoso ao programa de estabilização econômica preconizado pelo Consenso de Washington.

Segundo o sociólogo, os dados divulgados pelo IBGE sobre o desemprego no país assinalavam, em março de 1998, o índice da média nacional em 7,25%, tendo alcançado esse número depois de um aumento de 40% no índice em relação ao mês anterior (OLIVEIRA, 1998, p. 15).

Ao também se referir ao programa governamental "Comunidade Solidária", Francisco Oliveira remete-se a outra temática que permeou o debate político sobre o governo de Cardoso, a das relações entre o Estado e a sociedade civil no Brasil. Quanto a esse aspecto da discussão, o sociólogo infere que, entre os objetivos de mudança propalados pela fala governamental, havia a intenção de conferir maior autonomia à sociedade civil diante do que o próprio governo entendia ser uma ingerência do Estado. Assim, para Oliveira, o programa de Ruth Cardoso exemplificava bem o sentido da prática política do então presidente nessa área, pois,

> as iniciativas da sociedade civil são reprimidas e em seu lugar é colocada uma agência governamental: deu-se assim com a Comunidade Solidária, cuja perspectiva inicial, em benefício da dúvida, parecia querer apoiar-se sobre os movimentos sociais para combater as carências, mas cuja ação logo transformou-se numa subordinação das carências às necessidades da política governamental. **Retrocede-se, assim, dos direitos para as carências: os problemas da sociedade passam a ser apenas de administração** (OLIVEIRA, 1998, p. 16-17).

A ideia de que os problemas da sociedade não são mais do que questões passíveis de serem administradas parece coincidir com o julgamento que o editorial intitulado **Benefícios impagáveis** expressa sobre a questão da reforma da previdência social nesse momento. Publicado em três de julho de 1996, no mesmo dia da charge de Angeli **Rogai por nós**

(Imagem 25), o editorial do jornal Folha de S.Paulo também se remete à questão da reforma previdenciária no Brasil.

Desta feita, entretanto, a crítica dirigia-se não ao governo, mas ao problema relativo ao déficit orçamentário da previdência social no país, em relação ao qual o editorial apresentava como solução a instituição da colaboração previdenciária por parte dos funcionários públicos federais "inativos". Na perspectiva do periódico, isso eliminaria os impactos sobre o deficitário orçamento da previdência, decorrente dos "privilégios" garantidos ao funcionalismo público. Assim, na opinião do jornal Folha de S.Paulo,

> os **privilégios** do setor público estão entre os principais focos de desequilíbrio do sistema previdenciário nacional. Instituir a contribuição dos funcionários federais inativos ajudaria a reduzir **distorções** que são efetivamente **absurdas**. Parece **temerário**, porém, implantar tal dispositivo por **medida provisória** poucos meses depois de o Congresso tê-lo rejeitado. (grifos meus)

Sobre a reforma da previdência proposta por Fernando Henrique Cardoso, Francisco Oliveira sustenta uma opinião diametralmente oposta à do editorial supracitado. Na perspectiva da crítica desferida por Francisco Oliveira contra o mandatário, subjaz a percepção de que, de uma maneira geral, as reformas do Estado propostas por Cardoso significam um retrocesso perante o histórico processo de conquista e preservação dos direitos sociais no país. Assim, para Francisco Oliveira,

> Essa transformação de direitos em ameaça à estabilidade monetária é uma forma de culpabilização das vítimas, questão para a qual Adorno chamou a atenção em "A educação pós-Auschwitz". Assim, os direitos sociais que aumentam o "**custo Brasil**" devem-se ao "corporativismo" dos trabalhadores; as reivindicações do funcionalismo em geral, sua estabilidade, que uma vez foi condição para a construção de um Estado moderno, infenso ao fisiologismo das oligarquias, são também transformadas em "privilégios". A aposentadoria, para a qual trabalhadores pagaram a vida inteira, sem que tivessem responsabilidade pela má administração da Previdência, pois desde a ditadura de 64 a unificação dos vários institutos do INSS significou retirar a Previdência do alcance político dos trabalhadores, é transformada em privilégio e causa do déficit fiscal. O fato de que boa parte dos trabalhadores esteja em níveis inferiores de educação formal é transformado em explicação para a baixa competitividade da indústria nacional na competição internacional (OLIVEIRA, 1998, p. 18).

Quanto às reformas do Estado, o então presidente Fernando Henrique Cardoso publicou um artigo em março de 1998, intitulado **Notas sobre a reforma do Estado (1998)**. Nele, afirmou que "com as reformas o princípio orientador do Estado passa a ser a 'universalização do acesso'". Daí, explica Cardoso, adveio a "prioridade" do seu governo no ensino fundamental e no "atendimento de saúde não só hospitalar, mas preventivo". Ao referir-se à mudança nas regras da aposentadoria que decorreriam da sua proposta de reforma da previdência social, o então presidente afirmou estas incidiriam sobre contribuição "e não na repartição desigual do bolo[208] em benefício dos que detêm aposentadorias especiais etc." (CARDOSO, 1998, p. 12).

Ao prosseguir, Cardoso reitera o argumento de que as reformas do Estado têm um sentido mais abrangente e, assentadas como estão na premissa governamental de "universalização do acesso", assumem um caráter democrático, pois tornam os serviços públicos acessíveis à maioria da população, o que impediria a perpetuação das práticas clientelísticas que caracterizam o Estado brasileiro. Nas palavras do então presidente e, nesse momento, candidato à reeleição,

> Nesse sentido, a reforma do Estado não é apenas um movimento incentivador da racionalização formal da máquina pública e de incentivos a critérios de competição aberta em detrimento de cartórios fechados. É sobretudo um movimento democratizador, para assentar as bases de um Estado que tenha presença em uma sociedade que – embora os tenha, aos milhões – não aceita mais a existência de excluídos (CARDOSO, 1998, p. 12).

Desse modo, em uma compreensão oposta à do sentido atribuído às reformas do Estado por Francisco Oliveira, para quem elas significavam um histórico "retrocesso", Fernando Henrique Cardoso não somente refutou as acusações de que tais reformas seriam prejudiciais ao país, como lhes imputou um caráter universal, capazes de dotar o Estado do sentido que a sua intervenção deveria assumir, ou seja, um sentido "democratizador".

Em entrevista concedida ao cientista político Brasílio Sallum Jr. em agosto de 1996, e publicada em 1997, cujo título exibia uma das frases que sintetizava a fala do entrevistado, "**Estamos reorganizando o capitalismo brasileiro"**, o então presidente Fernando Henrique Cardoso fez uma retrospectiva dos problemas que o país atravessava desde o governo José Sarney, na segunda metade da década de 1980. Depois de avaliar os percalços e sucessos do

[208] Sobre a metáfora do bolo cf. charge n. 277, **PFL deixa o governo**. Inventário temático.

caminho percorrido em relação à questão da política econômica governamental, Cardoso afirmou que em 1993 "não havia propriamente uma estratégia de crescimento, ali era uma tentativa de ajustarmo-nos às condições: uma, da pressão externa do mercado, que exigia abertura; outra, era a questão da inflação; e a outra era a da privatização" (CARDOSO, 1997, p. 14).

Nessa entrevista, Cardoso também se refere ao "famoso tripé" econômico que caracteriza os tipos de capitais em que se sustenta o financiamento do sistema produtivo brasileiro e afirma: "a verdade é que nós já dispomos de uma massa de recursos na mão dos fundos de pensão, na mão das grandes corporações nacionais e nos fundos de que o Estado dispõe, suficientes para não se temer ficar totalmente dependente do capital internacional". Sugere, assim, que a etapa mais crítica dos problemas econômicos enfrentados quando da sua eleição em 1994 já havia se alterado não havendo mais a "necessidade de fazer **mega-superavits**. Porque você tem um fluxo grande de capital. Agora você tem que ficar olhando, não pode ocorrer **mega-déficits**" (CARDOSO, 1997, p. 23). (grifos meus)

Desse modo, segundo Cardoso, em dois anos de existência o Plano Real havia conseguido garantir a estabilização da moeda e reestruturar as finanças do Estado, havendo apenas a necessidade de monitoramento da economia internacional, atentando para as oscilações nos fluxos dos capitais internacionais. Daí não depender mais essencialmente do seu aporte, uma vez que os capitais obtidos com a estratégia de atração do capital internacional permitiram galgar outra "fase" do programa de estabilização da economia, a de retorno ao desenvolvimento econômico. Nesse momento da entrevista, é o entrevistado quem indaga o entrevistador: "sabe por quê? Porque o **capital de curto prazo** está indo embora. **Mudou a qualidade das reservas**" (CARDOSO, 1997, p. 23). (grifos meus)

Prosseguindo com o seu raciocínio, Fernando Henrique Cardoso sublinha que, portanto, "nós não precisamos ter uma política de crédito, que impeça a retomada do crescimento. [...] Se nós tivermos 10 anos no Brasil como esses últimos três anos, nós mudamos de patamar". Na percepção de Cardoso, há a compreensão de que as oscilações nos fluxos de capitais internacionais em uma economia globalizada demandam cuidados, embora, na sua opinião, não "haja riscos à vista. Só há um **risco real**, e não é nosso. O sistema financeiro está complicado [...]. Poder haver um pânico financeiro, e então a crise é mundial". (CARDOSO, 1997, p. 29). (grifos meus)

Na seção da entrevista intitulada "Os de baixo", Cardoso argumenta – como no artigo publicado em 1998, **Notas sobre a reforma do Estado** (CARDOSO, 1998) – sobre a perspectiva "universal" que vinha imprimindo ao Estado em seu governo. Cita que dobrou

para duas a quantidade de refeições diárias oferecidas nas regiões assistidas pelo programa "Comunidade Solidária", menciona o aumento na distribuição dos livros didáticos pelo governo federal, além dos programas na área de saúde como "os médicos de família". Ao concluir, Cardoso exclama o seu otimismo: "enfim, toda uma política para chegar 'lá embaixo'. Mas chegará!" (CARDOSO, 1997, p. 31).

Na interpretação que Angeli elabora sobre a política econômica governamental, a compreensão é outra. Retomando a charge **Rogai por nós**, pode-se inferir que o capital privado nacional, representado pelo estereótipo do banqueiro, é concebido pelo desenhista como o principal beneficiário da política governamental, especialmente ao se levar em consideração a existência do PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), criado pelo governo Federal em 1995.

Não obstante a compreensão por parte de alguns analistas de que o governo de Cardoso agiu acertadamente em preservar o sistema financeiro nacional (COUTO; ABRUCIO, 1999; SCHWARTZ, 1999), Angeli, ao referir-se às verbas estatais de que se valeram as instituições financeiras nacionais critica exatamente o volume de recursos públicos que abasteceram os cofres dos bancos nacionais privados. De acordo com a crônica do jornalista Carlos Heitor Cony, publicada em 1º de março de 1996, por exemplo, o programa levado a termo pela política governamental, desde 1995, havia destinado "R$ 25 bilhões de reais ao esquema bancário que entrou em pane" (ANGELI; CONY, 2000, p. 42).

Na crônica do dia 3 de março de 1996, intitulada **O governo ficou refém**, Cony relaciona o programa às práticas de corrupção que caracterizaram o governo de Fernando Collor de Mello e denuncia "a aliança PSDB-PFL que garantiu votos na eleição [...] agora garante escudo nas investigações. A simetria é perfeita: para um escândalo do PFL (Econômico) corresponde outro no PSDB (Nacional)". De acordo com a nota explicativa que se segue a esse comentário, em fevereiro de 1996, o dono do banco Econômico – Ângelo Calmon de Sá – foi "indiciado por sonegação fiscal e crime do colarinho branco". Já em relação ao caso do banco Nacional, mencionado pelo jornalista, a nota informa que se verificou a prática de "empréstimos fraudulentos de R$: 5 bilhões, que teriam levado à quebra do banco. A imprensa apurou que o governo sabia das irregularidades mas preferiu financiar a venda do Nacional ao Unibanco, para não desestabilizar o sistema financeiro" (ANGELI; CONY, 2000, p. 197).

Assim, a um contexto de crise social, em que o aumento do desemprego se tornou um dos indicadores mais expressivos e alarmantes, somava-se a repercussão das críticas à prática política governamental de recuperação do sistema financeiro nacional, institucionalizada por

Fernando Henrique Cardoso em programa governamental, o PROER. Em meio a um momento histórico assim delineado, uma situação de carestia que se via acompanhada de denúncias de corrupção envolvendo o governo e os bancos privados nacionais, os contrastes estabelecidos por Angeli nessa imagem – entre a diminuta autoridade presidencial perante o poder econômico do banqueiro brasileiro – se expressam, portanto, de maneira ainda mais incisiva.

Em agosto de 1996, em um dos trechos da entrevista conferida por Cardoso ao cientista político Brasílio Sallum Jr., em que comenta sobre as críticas ao seu governo nos noticiários dos periódicos e na televisão, o então presidente exclamou: "a imprensa aumenta tudo" (CARDOSO, 1997). Este não é, todavia, o caso da charge do desenhista Angeli, ao menos não necessariamente. O recurso à miniaturização da figura presidencial[209], como se observou na charge **Rogai por nós**, é usual entre as estratégias de enunciação mobilizadas para a crítica à prática política de Fernando Henrique Cardoso. Assim como em outras imagens, o uso que o desenhista faz do recurso ao contraste por escalas enfatiza, normalmente, a submissão dos interesses governamentais diante dos interesses de atores históricos em relação aos quais o governo de Cardoso não foi capaz de se sobrepor.

5.1.3 As reformas de Cardoso entre a âncora da crise econômica e a catapulta dos juros

Tomada em seu conjunto, portanto, a análise da série de imagens indica que, para o desenhista Angeli, o governo Fernando Henrique Cardoso representou um malfadado consenso em torno de um mandatário cuja política econômica teria favorecido os beneficiários de sempre, donos de instituições financeiras, partidos e políticos inescrupulosos (nota: visão negativa da política), entre outros. Constatou-se, dessa forma, que na série de imagens pesquisada, a intervenção do artista no debate acerca dessa temática se pautou pela relação entre a política econômica governamental e as suas implicações quanto ao agravamento das condições de vida da população. O artista relacionou fatores como o aumento do desemprego e a precarização das condições de vida e de trabalho às políticas econômicas de caráter recessivo e afinadas com o programa de estabilidade econômica irradiado pelo, autodesignado, Consenso de Washington.

[209] cf. Capítulo 2.

Entre os seus beneficiários, o artista enfatizou, primordialmente, os representantes do capital financeiro, nacional e internacional. As estratégias de enunciação da crítica do artista a esse respeito privilegiaram práticas como a personificação do estereótipo do banqueiro – como demonstrado na charge **Rogai por nós**, por exemplo –, para denotar os grupos agraciados com a política econômica engendrada por Fernando Henrique Cardoso, o capital financeiro e as suas instituições de um modo geral e o Fundo Monetário Internacional[210](FMI) em particular.

Por outro lado, a representação de Angeli acerca daqueles que sofreram as implicações do agravamento das condições sociais no país foi reiterada em um conjunto de imagens que salientaram a precariedade da situação social no país, para o que o artista mobilizou, preferencialmente, a prática da personificação de estereótipos como o do retirante nordestino[211], o mendigo[212], os moradores de rua[213] dos grandes centros urbanos, além do agricultor famélico[214]. O estereótipo do agricultor foi também utilizado para a representação do MST [215] (Movimento dos Sem Terra), especialmente para referir-se aos conflitos decorrentes da problemática que cerca a questão da reforma agrária no Brasil.

Os problemas sociais denunciados pelo artista são variados. Entre as temáticas aludidas prevalece a compreensão de que as políticas "neoliberais" de Cardoso colaboraram para reforçar as já perenes desigualdades sociais existentes no país como, por exemplo, as questões relativas à concentração de renda[216]. Outro aspecto do debate político salientado pelo artista referiu-se ao autoritarismo[217] que estaria subjacente à sua prática política. Essa ênfase se verificou, especialmente, em torno da crítica dirigida aos esforços governamentais para garantir a reeleição presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

Conforme mencionado, segundo o então presidente Fernando Henrique Cardoso, o sentido "democratizador" da ação governamental, ensejado nas políticas governamentais voltadas para a "universalização do acesso" ao Estado no Brasil (CARDOSO, 1998), residiria no processo de ampliação da oferta dos serviços públicos no país, privilegiando, essencialmente, aqueles que não pudessem prescindir da ação governamental, o que

[210] cf. imagens com a temática acerca do FMI (1,6%) nas charges números: 140, 141, 143, 155, 288. Inventário temático.
[211] cf. charge n. 264, **Próximo presidente**. Inventário temático.
[212] cf. charge n. 144, **A República do chapéu**. Inventário temático.
[213] cf. charge n. 216, **Excluídos da história**. Inventário temático.
[214] cf. charge n. 113, **Pesos para papel**. Inventário temático.
[215] cf. imagens com a temática acerca do MST (2,3%) nas charges números: 55, 76, 117, 180, 203, 279, 280. Inventário temático.
[216] cf. charge n. 233, **De volta ao lar**. Inventário temático.
[217] cf. imagens com a temática do autoritarismo (3,6%) nas charges números: 51, 55, 70, 71, 76, 77, 79, 80, 100, 116, 280. Inventário temático.

contribuiria, ademais, para o fim das práticas clientelísticas que historicamente enredaram o Estado brasileiro. Em agosto de 1996, Cardoso avaliava também não existirem riscos à política de estabilização econômica instituída com o Plano Real, exceto no caso de oscilações no cenário econômico internacional. E, assim, concluía afirmando que esta ênfase da ação governamental orientada para a democratização do Estado chegaria, na terminologia presidencial, aos "debaixo", a quem se dirigiam os seus esforços para o processo de democratização do Estado brasileiro (CARDOSO, 1997, p. 23).

Para Angeli, no entanto, o que chegou à maioria da população foi a crise econômica, que se somou ao já exasperado quadro social vigente, como demonstra a charge publicada aos 24 de novembro de 1997, intitulada **A crise bate à sua porta**[218]. Esta imagem exemplifica a utilização que o desenhista faz do recurso à personificação de Fernando Henrique Cardoso por meio do estereótipo do mendigo. Elaborada em quadro único, sua temática é explicitada já no título, o aumento da carga tributária, atribuindo à Cardoso a expressão da própria crise.

Nela o artista o representa como um pedinte que, ante ao admirado olhar dos habitantes da residência em cuja porta bateu, suplica por "qualquer coisa: pão velho, roupa usada, mais 10% no imposto de renda...". Além da linguagem verbal inscrita no balão, Angeli reitera a alusão ao estereótipo do mendigo por meio da linguagem corporal atribuída a Cardoso, que fecha seu paletó como se sofresse do frio dos moradores de rua, ao mesmo tempo em que, com a outra mão espalmada para cima, indica o rogo presidencial ao morador. Este por sua vez, segurando a edição do jornal do dia, se prostra admirado ante o pedido, o pedinte e a presença da comitiva presidencial na porta da sua casa. E mais, à espera da sua contribuição.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso ocorreram três crises financeiras de âmbito internacional, a quebra das bolsas de valores, no México, ao final de 1994, a dos países asiáticos em 1997, e a da Rússia, em 1999. A temática abordada por Angeli nesta charge foi igualmente referida no primeiro editorial do periódico, na crônica do jornalista Carlos Heitor Cony e do atual ministro do Planejamento, José Serra, assim como na seção **Frases**. Na última, o jornal Folha de S.Paulo destacou a fala do então ministro da Fazenda, Pedro Malan, cuja assertiva dificilmente surpreenderia os seus congêneres da década passada, "a crise estará conosco por algum tempo. O contexto internacional mudou para pior"[219].

O ministro referia-se à crise econômica internacional irradiada das economias asiáticas, em outubro de 1997, cujo colapso do sistema financeiro impactou severamente

[218] cf. imagem 26, anexada.
[219] **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 nov. 1997. (seção Frases)

sobre a política de "estabilização" e "valorização da moeda" brasileira. Assentada na chamada ancoragem cambial, mantida, a seu turno, por meio da produção de superávits primários (CARDOSO, 1997), a política econômica governamental reagiu à crise por meio da elevação da taxa de juros (SCHWARTZ, 1999). E, assim, o governou anunciou aquele que ficou conhecido como o "pacote fiscal" de novembro de 1997, um conjunto de medidas econômicas adotadas com a finalidade de combater os efeitos da crise financeira internacional. Naquele momento, a taxa de juros "ancorada" em 21,7%, depois do "pacote fiscal" de novembro de 1997, foi catapultada ao índice de 43,4%[220].

Recorde-se que em agosto de 1996, Cardoso sublinhara a estratégia em que estava centrada a sua política governamental como uma prática bem-sucedida, a ponto de afirmar que, se a década seguinte fosse semelhante aos três primeiros anos do seu governo, o país alcançaria outro "patamar" (CARDOSO, 1997). A crise financeira de 1997, todavia, além de não confirmar as expectativas presidenciais proferidas no ano anterior, acabou também por delinear, de modo mais explícito, o funcionamento e as engrenagens desse "novo motor de expansão e estímulo à substituição de importações" (SCHWARTZ, 1999, p. 91). A propósito, a política de valorização do câmbio brasileiro, quando do lançamento do Plano Real, equiparou o valor da moeda brasileira à moeda norte-americana em uma relação de 0,83 centavos de real para cada dólar (SINGER, 2011; CARDOSO, 2006). Naquele momento, a estratégia foi apresentada como o ingresso do país na modernidade capitalista (NOVAES, MELLO, 1998).

Na década de 1970, a percepção de Fernando Henrique Cardoso, no que diz respeito à recomposição dos vínculos das economias periféricas com os países centrais do sistema capitalista internacional, compreendia que as estratégias de desenvolvimento das economias periféricas deveriam orientar-se por uma perspectiva que lhes conferissem alternativas mais favoráveis nas suas relações com a economia internacional. De maneira que os momentos de maior fluxo de capitais internacionais deveriam ser compreendidos como oportunidades para o ensejo dessa direção. Imaginava-se com isso auferir benefícios que modificassem a histórica dependência de capitais internacionais para o financiamento da economia brasileira.

Assim, na melhor das hipóteses, o recurso aos capitais internacionais far-se-ia apenas de maneira a complementar os recursos mobilizados para o financiamento do sistema produtivo nacional. Dessa forma, não mais atribuindo a esses recursos a condição de principal esteio do financiamento da economia brasileira, procurava-se garantir ao país um vínculo

[220] CRUZ, Valdo. Pacote teve maldades desnecessárias, diz FHC. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 jun. 1998.

mais favorável com as economias centrais do sistema capitalista, tal qual depreenderam Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto ao analisarem as "situações de dependência" dos países latino-americanos durante a década de 1960 (CARDOSO, FALETTO, 1973).

Retornando à charge **A crise bate à sua porta**, embora o artista se refira à mesma temática que o editorial e as crônicas publicadas em 24 de novembro de 1997[221], assim como os publicados na edição do dia anterior[222], o chargista vale-se da discussão acerca da crise econômica para referir-se à questão da dependência do Tesouro da União em relação ao aumento da carga tributária no país. Ao contrastar a habitual solicitação do mendicante com o pedido de aumento de 10% no imposto de renda, o desenhista explicita a principal estratégia de enunciação da sua crítica nessa imagem. Assim, o recurso ao estereótipo do mendigo é mobilizado por Angeli para criticar a elevação da carga tributária no país, ao mesmo tempo em que constrói a imagem de um presidente fragilizado e vulnerável, à frente de um Estado dependente do aumento de impostos junto ao contribuinte. Novamente, portanto, observa-se que a crítica do desenhista e aquela que se expressa nos editoriais do periódico, usualmente divergem em seus significados, ainda que abordem as mesmas temáticas.

A questão do aumento da carga tributária foi, portanto, temática abordada por Angeli, que o fez mencionado, até mesmo, um dos mais notórios impostos criados durante o governo de Cardoso, a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira)[223]. Quando era ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso já havia instituído, entre janeiro e dezembro de 1994, outro imposto de caráter temporário, denominado de IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira). Chamado pelo contribuinte de o imposto do "cheque", em 1997 a CPMF instituiu a cobrança da alíquota de 0,2% sobre todo tipo de movimentações financeiras, excetuando-se as negociações nas bolsas de valores. Em junho de 1999 subiu para 0,38% e foi prorrogada até 2002, deixando de ser cobrada somente a partir de 1º de janeiro de 2008[224]. Dessa maneira, tornava-se perene aquilo que havia sido denominado como provisório, assim como o uso que se fez das Medidas Provisórias[225].

A crise internacional de 1997, a seu turno, provocou a insatisfação de industriais brasileiros como Antônio Ermínio de Moraes que, na coluna publicada um dia antes da charge

[221] cf. O combate à especulação (Editorial); e as colunas: SERRA, José. Das tulipas Hong Kong; CONY, Carlos Heitor. Governo Poder. **Folha S.Paulo**, São Paulo, 24 nov. 1997.
[222] cf. Esquerda sem ação (Editorial); e as colunas CANTANHÊDE, Eliane. Ataque especulativo; e CONY, Carlos Heitor. Protestos no Glória; e MORAES, Antonio Ermínio de. Acertos e desacertos da globalização. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 nov. 1997.
[223] cf. charge n. 275, **O senhor dos tributos**. Inventário temático.
[224] PONTUAL, Helena Daltro. CPMF. **Senado Federal**, 2015.
[225] cf. Capítulo 3.

em questão, intitulada **Acertos e desacertos da globalização**[226], expressava os seus temores em relação aos impactos do capital especulativo sobre o mundo da "produção". Enquanto o editorial intitulado **O combate à especulação** conjecturava sobre a retomada do debate sobre os capitais internacionais de "curto prazo" que, de acordo com Fernando Henrique Cardoso, na referida entrevista de agosto de 1996, estava deixando o país em favor da entrada de capitais de menor ímpeto especulativo, quando, segundo a fala presidencial, haviam mudado "a qualidade das reservas" da economia brasileira (CARDOSO, 1997, p. 23). Segundo o editorial,

> com a turbulência internacional nas Bolsas e a derrocada de várias moedas no Sudeste Asiático, ressurge a discussão sobre como lidar com a especulação financeira. Ou seja, como reduzir a sujeição das economias aos caprichos dos capitais voláteis sem ferir a liberdade dos investimentos diretos ou produtivos [...] o tema tende a prosperar, pois a especulação parece continuar propiciando emoções típicas de montanha-russa[227].

Sobre a temática acerca da dependência do governo Fernando Henrique Cardoso junto aos empréstimos concedidos pelo Fundo Monetário Internacional, existem duas sequências de charges publicadas consecutivamente em dois momentos distintos. A primeira entre os dias onze e quatorze de outubro de 1998, e a segunda entre os dias três e cinco de fevereiro de 1999. Tais sequências evidenciam o tratamento que o desenhista conferiu a essa questão, além de exemplificar a quantidade de charges que o artista chega a publicar no periódico ao longo da semana. São, portanto, no interior da série de charges selecionadas pelo desenhista os indícios mais proeminentes da sua percepção em relação à temática da dependência econômica brasileira durante o governo de Cardoso.

Segundo o pesquisador da USP Gilson Schwartz, os impactos da crise financeira internacional em 1997 sobre a política econômica governamental só não foram maiores porque o FMI conferiu acesso a significativos recursos financeiros, endereçados à manutenção da política de valorização cambial da moeda no Brasil, visando, com isso, minimizar os efeitos da especulação financeira sobre a desvalorização do Real naquele momento (SCHWARTZ, 1999).

---

[226] MORAES, Antonio Ermínio de. Acertos e desacertos da globalização. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 nov. 1997.
[227] O combate à especulação financeira. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 nov. 1997. (Editorial)

Por meio da comparação entre os editoriais publicados nas edições dos dias onze, **A terceira trégua do real**[228], e quatorze de outubro, **Ajuste caro e difícil**[229], é possível acessar o contexto em que se deu a discussão acerca da ajuda financeira ao país pelo FMI. No dia onze de outubro, o periódico inicia o seu comentário afirmando sobre a necessidade de a política econômica do governo de Cardoso "reconquistar a confiança internacional", tal qual enfatizou José Luís Fiori (1994), quando do lançamento do Plano Real, ao mencionar a "credibilidade" de que as nações que pleiteavam o acesso aos recursos da agência financeira internacional deveriam revestir-se. Isso posto, na frase imediatamente a seguir, o editorial sentencia "há uma convenção: é preciso seguir as regras do jogo financeiro global". Ao referir-se à ajuda financeira do FMI ao Brasil durante a crise de 1997, o editorial ressalta o quanto ela foi importante para que a economia brasileira não se descolasse, por completo, dos vínculos que a ligavam à economia internacional. De acordo com o periódico,

> colhido no meio da tormenta, o Brasil poderia chegar também a um ponto de ruptura. **O debate sobre** os meios para obter um **superávit primário** nas **contas públicas**, o exame mais detalhado da arquitetura da **política econômica** ou do **grau de recessão que se anuncia** e, por fim, a **reforma da política cambial** e da **abertura comercial ficam, por ora, em segundo plano**. **A ordem do dia é evitar o pânico**[230].

Na charge publicada no dia onze de outubro de 1998, **O Brasil vai ao FMI**[231] (imagem X), o pânico que o editorial afirma ser urgente evitar foi estampado por Angeli na expressão com que Fernando Henrique Cardoso se despediu da primeira-dama, antes de embarcar no avião estacionado em frente ao Palácio do Planalto. A estratégia enunciativa do artista nessa imagem reside em demonstrar que Cardoso está ciente de que o destino do seu voo pode ser fatal. O artista procura, com isso, evidenciar o grau de vulnerabilidade que a economia brasileira se encontra em relação ao aporte dos empréstimos concedidos pela agência de financiamento internacional. Ou seja, não obstante a consciência de que esta decisão pode lhe carrear uma série de implicações negativas, Cardoso ainda assim prossegue na busca pelos recursos junto ao FMI.

---

[228] A terceira trégua do real. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 out. 1998. (Editorial)
[229] Ajuste caro e difícil. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 14 out. 1998. (Editorial)
[230] A terceira trégua do real. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 out. 1998. (Editorial)
[231] cf. imagem 27, anexada.

A reprodução da típica rotina presidencial de viagens internacionais é um cenário frequente na estratégia enunciativa elaborada pelo desenhista para desferir sua crítica à prática política governamental, inclusive em relação à questão da dependência econômica sob o governo de Cardoso[232].

Já na imagem publicada no dia 12 de outubro de 1998, intitulada **Último pedido**[233], o motivo da faixa presidencial foi igualmente utilizado pelo desenhista para criticar a demanda do governo brasileiro pelos empréstimos da agência financeira. Nessa charge, Cardoso é representado sob o estereótipo do prisioneiro que enfrenta o momento do seu fuzilamento, não sem antes o representante do FMI lhe indagar acerca do valor do empréstimo que o presidente e seus congêneres gostariam de solicitar. Note-se que Boris Yeltsin, presidente da Rússia naquele momento (início e fim do mandato), figura ao lado da representação que o desenhista fez de Cardoso como um prisioneiro, o único amarrado em sua faixa presidencial, cujas feições continuam a sublinhar o pânico estampado em seu rosto.

Na charge da edição do dia seguinte, treze de outubro, intitulada **Passando o chapéu**[234], Angeli continua a salientar a condição de dependência econômica a que está submetido o governo de Fernando Henrique Cardoso, antes mesmo de iniciado o seu segundo mandato. Não obstante a sua reeleição, assim como o fato de ter vencido as eleições novamente no primeiro turno, Angeli recorre, agora por meio da alusão ao retrato presidencial, mais uma vez ao estereótipo do mendigo e, em um uso criativo desse motivo artístico, reitera sua crítica à fragilidade econômica do governo, assim como o fez nas duas imagens anteriores.

Por sua vez, o editorial do dia quatorze de outubro de 1998, intitulado **Ajuste caro e difícil**[235], pondera as dificuldades internas e externas que o acordo com o FMI representará para o governo e o país. Desse modo, afirma que "vai ficando mais claro, aos poucos, os custos e benefícios associados ao esforço do governo brasileiro para mobilizar o máximo de recursos internacionais em favor da manutenção de sua política econômica".

O receio do periódico nesse momento estava em que o Brasil não recorresse aos empréstimos do FMI. Conforme demonstrado, os editoriais de junho e julho de 1996 temiam que Cardoso não perseverasse na condução das reformas do Estado, seja porque estaria interessado apenas na sua reeleição – concebida como igualmente importante e necessária –, seja devido aos insidiosos obstáculos antepostos pela sua base aliada no Congresso Nacional.

---

[232] cf. charge n. 283, **O Brasil vitorioso**, 2 jul. 2002. Inventário temático.
[233] cf. imagem 28, anexada.
[234] cf. imagem 29, anexada.
[235] Ajuste caro e difícil. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 14 out. 1998. (Editorial)

Naquele momento, de acordo com o periódico, isso poderia significar o risco de retrocesso perante os s ganhos obtidos com a estabilização da moeda.

Com isso, a preocupação verificada nos editoriais de meados de 1996 cedeu, em outubro de 1998, tal qual em julho de 1994, ao temor de o país sequer vir a dispor de condições de pleitear o seu principal mecanismo de ingresso à modernidade capitalista, o acesso capital internacional. Desse modo, na apreciação que o jornal Folha de S.Paulo fez das relações da economia brasileira com o mercado internacional em quatorze de outubro de 1998, a urgência do dia consistia em "salvar o real". Nas palavras do periódico,

> é uma **prioridade tão absoluta** que, para efeitos práticos, os **benefícios** da **ajuda externa** poderiam ser vistos como **incomensuráveis**. Ou seja, **sem esse apoio**, viriam uma **brutal desestruturação da economia brasileira** e uma **ruptura com o mercado global**[236]. (grifos meus)

Ao mencionar o aporte de noventa bilhões de dólares do governo norte-americano ao FMI, de modo a aumentar a sua "capacidade de empréstimo", o editorial assinala que uma das dificuldades externas enfrentadas pela economia brasileira, ao valer-se de tais recursos, consistiria no fato de o seu acesso estar condicionado ao "compromisso com um cronograma de liberalização comercial", com o pagamento de "taxas de juros mais altas que as do mercado", além do "socorro do Fundo" exigir, agora, a quitação da dívida contraída em "um prazo mais curto"[237].

Enfim, na edição do dia quatorze de outubro de 1998, charge intitulada **Fundo Monetário Internacional**[238], Angeli explicita sua crítica acerca da dependência da economia brasileira diante do aporte de capitais internacionais da agência, cujo nome compõe ostensivamente a parte superior da imagem. Essa imagem exemplifica o uso de outro motivo artístico frequente para a representação do mandatário como alguém submisso aos interesses dos atores históricos ligados aos quais se demonstrou- dependente e, por conseguinte, submisso. Na série analisada, a representação miniaturizada do presidente dentro de uma gaveta também se verificou como uma prática relevante entre as estratégias de enunciação do desenhista voltadas para a atribuição de uma imagem que denote aquilo que o artista entendeu ser uma postura servil do governante.

---

[236] Ajuste caro e difícil. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 14 out. 1998. (Editorial)
[237] Idem.
[238] cf. imagem 30, anexada.

No que tange à submissão de Cardoso, e do país, aos interesses do capital internacional, as quatro gavetas do escritório do banqueiro do FMI remetem à subordinação das nações de praticamente todos os continentes do globo à agência financeira internacional. Ao ser aberta, de dentro da gaveta da mesa do escritório reservada ao continente latino-americano, emerge a figura presidencial novamente miniaturizada, cujo semblante agora se expressa impassível – não sem, contudo, um olhar melancólico e distante –, a reiterar a condição de objeto inanimado que lhe foi imputada por Angeli.

Do mesmo modo que na imagem **Rogai por nós** (imagem 25), portanto, o desenhista enfatiza na charge **Fundo Monetário Internacional** (imagem 30) a impotência da autoridade presidencial perante o poder econômico do banqueiro, desta feita, a denotar o representante dos capitais internacionais tão necessários para a recuperação da economia brasileira. Tal debilidade reforçada na atitude imputada ao banqueiro que, com um sotaque característico, abre a gaveta que lhe foi reservada e permite que Cardoso saia para atender a esposa que lhe chama ao telefone. Tão suntuoso e equipado quanto o da charge **Rogai por nós**, o escritório do banqueiro do FMI foi representado de modo a sugerir, igualmente à cena em que figura seu congênere brasileiro, a imponência do prédio por meio da vista panorâmica da janela que, nessa charge, substituiu a própria parede.

A imagem de um presidente refém e, portanto, prisioneiro dos interesses do FMI também foi explicitada por Angeli ao retratar o governante na segunda sequência de charges referentes a essa temática, publicada entre os dias três e cinco de fevereiro de 1999. A imagem da edição do dia três é um bom exemplo das críticas do artista à submissão da economia brasileira que o governo de Cardoso, tal qual os seus antecessores, teria promovido junto aos interesses da agência financeira internacional.

Intitulada **Nos porões do FMI**[239], a quantia solicitada pelo presidente, mais uma vez feito prisioneiro, "500 paus" também pode ser observada na charge **O Brasil vitorioso** (2002). Uma irônica alusão às comemorações dos "quinhentos anos do Brasil" celebradas no dia 21 de abril de 2000, em meio à repressão aos que se manifestavam contra as festividades oficiais. Entre eles contava-se a presença de grupos indígenas, do MST, e outros movimentos sociais de oposição ao governo.

Assim, pode-se inferir que as reformas do Estado propaladas pela fala presidencial, assim como pelos eloquentes editoriais do jornal Folha de S.Paulo, foram apresentadas, por ambos, como tão urgentes quanto as reformas se faziam igualmente necessárias à

[239] cf. imagem 31, anexada.

modernização do Estado brasileiro. Alertavam, com a rotineira premência que lhes caracterizou as assertivas, sobre o "risco real de retrocesso" na política de "estabilização" da economia brasileira perante o "mercado globalizado", caso esse projeto não perseverasse em seus propósitos. Essa foi uma das explicações dadas por Cardoso para justificar, inclusive, a necessidade da sua permanência à frente da presidência da República, quando se propôs a concorrer ao segundo mandato (CARDOSO, 1997).

5.1.4 As reformas entre a âncora da democracia eleitoral e a catapulta do autoritarismo

No dia 27 de agosto de 1999, a edição do jornal Folha de S.Paulo estampava a seguinte manchete: "75 mil protestam contra FHC". Por sua vez, na página seguinte, a charge de Angeli ostentava o portentoso e histórico título, **Marcha dos cem mil**[240]. Ainda na capa do periódico daquele dia, publicou-se o habitual cálculo da polícia militar – que assumiu a lógica característica da matemática que se pratica no Brasil em dias de manifestação popular –, informando acerca da presença de "60 mil" manifestantes. O governo do Distrito Federal falou em "pouco mais de 40 mil", ao passo que os organizadores do protesto que ocorrera no dia anterior anunciaram a adesão de "mais de 100 mil" pessoas. A batalha dos números é representativa da disputa acerca dos significados atribuídos à manifestação pelos interlocutores do debate que se travou nas páginas da edição do jornal daquele dia.

A charge de Angeli **Marcha dos 100 mil** configurou-se em outro expressivo indício da concepção que o artista sustentou em relação aos movimentos de contestação social[241] que se manifestaram contra o governo durante o período analisado. É indicativa também da comparação feita pelo desenhista entre a prática política do mandatário e a sua vida pregressa como sociólogo.

Já o editorial publicado ao lado da charge, intitulado **Depois da marcha**[242], ao assinalar que o governo afirmou ser "a marcha-protesto" do dia anterior, um movimento de caráter "golpista", expressou o clima de exasperação que os conflitos políticos entre o governo e a oposição adquiriram naquele momento. O periódico mencionou o fortalecimento da oposição ao governo, ao mesmo tempo em que mencionou a ausência de consenso no

[240] cf. imagem 32, anexada.
[241] cf. charge n. 116, **Lar doce lar**, 22 maio 1998. Inventário temático.
[242] Depois da marcha. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 ago. 1999. (Editorial)

interior da base governista, acerca dos significados e das implicações políticas que a manifestação do dia anterior poderia acarretar para a popularidade do governo.

Não obstante, o editorial ironizou o processo de mobilização social ensejado naquele ano, ao afirmar que a oposição "parece crer que ganhou fôlego para proceder a protestos mensais, a começar pelo 'grito dos excluídos', manifestação que se arma para o 7 de setembro, o que talvez venha a ser reforçado por uma greve nacional a seguir". Contudo, no rotineiro e premente alerta do dia, o periódico referiu-se à temática que dificilmente não se verifica em suas páginas, "a ameaça capaz de solapar a recuperação econômica", proveniente, agora, do "descompasso entre a **tal demanda social**", expressa na manifestação do dia anterior, e as divergentes compreensões acerca de seus impactos sobre o prestígio político presidencial naquele momento "dentro e fora do governismo"[243].

Sintomática do contexto em que se travavam as disputadas políticas naquele momento, na coluna publicada do lado direito da charge de Angeli, intitulada **O corredor da esplanada**[244], o ex-presidente José Sarney (PMDB-PA) conjecturava sobre os motivos que teriam levado Juscelino Kubistchek (1955-1960) a promover a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, ao final da década de 1950. Assim, depois de traçar um panorama dos momentos políticos mais incisivos da história republicana brasileira, o ex-presidente José Sarney afirma,

> A meu ver, havia outro motivo bem mais pessoal e circunstancial que deu a **Juscelino** a **energia** com que **marchou para a mudança**: a **necessidade de fuga**. Fustigado por Carlos Lacerda e nossa UDN, por grupos que vinham da República do Galeão, **deu uma de d. João 6º**, fugir para o Brasil. Era hora de fugir para Goiás e, assim, sair do caldeirão das ameaças institucionais [...] Juscelino mudou-se. Talvez se tivesse ficado no Rio, haveria o **perigo de deposição, renúncia ou suicídio, rotina histórica**[245]**.**

Com a experiência de um protagonista ativo de tais rotinas que caracterizaram a história republicana do país, José Sarney somente explicita a amplitude da crítica que embutiu no trocadilho do título de sua crônica, ao fazer a comparação entre aquilo que julgou ter significado a atitude de JK na construção de Brasília e a designação do então presidente Fernando Henrique Cardoso quanto ao caráter golpista da **Marcha** que, segundo noticiado na

[243] Depois da marcha. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 ago. 1999. (Editorial)
[244] SARNEY, José. O corredor da esplanada. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 ago. 1999.
[245] Idem.

capa do periódico daquele dia, contava com "pouco mais de 40" a "mais de 100 mil" manifestantes.

Somente quando fez a sua avaliação do cenário político que caracterizava o primeiro ano do segundo mandato do governo de Cardoso foi que José Sarney evidenciou todo o sentido da sua comparação entre o atual presidente e Juscelino Kubistchek. Depois de esclarecer aos leitores como se procedeu à conciliação de interesses políticos litigantes até aquele momento na história do Brasil, José Sarney explica, em tom professoral, que,

> fizemos a República sem o povo e, hoje, achamos que podemos fazer povo sem a república, política sem político, o futuro sem passado. Tudo é ruptura, é confronto, é divergência, é luta, é desintegração. A casa está muito dividida, mas **não é hora de esticar a corda**. Existe grande insatisfação, mas **nenhum apoio do povo a qualquer golpe. Esse slogan de 'fora, renúncia e impeachment' é primário e populista**. (grifos meus)

Entra em cena novamente o termo populista, agora endereçado por José Sarney à oposição e às reivindicações dos manifestantes que participaram do protesto em Brasília no dia anterior. Assim, embora refute a argumentação presidencial acerca do suposto caráter golpista do movimento, José Sarney aproxima-se da crítica do editorial em relação à estratégia da oposição em apostar no desgaste do governo. Não sem, contudo, deixar seu recado a Fernando Henrique Cardoso, "é preciso o Brasil ter um espaço para restaurar a paz e a convivência. Sair dos passos vazios do corredor da Esplanada e buscar o bom senso"[246].

A propósito, a *performance* presidencial de Juscelino Kubistchek foi outra que ecoou por décadas no país, ao prometer resumir, aceleradamente, cinquenta anos de modernização capitalista em apenas meia década. Por outro lado, o *slogan* do ex-presidente José Sarney (1985-1990), especialmente ao lançar o seu primeiro plano econômico de combate à inflação, o Plano Cruzado (1986), anunciava ser "Tudo pelo social".

Os protestos, manifestações e mobilizações sociais contra o governo Fernando Henrique Cardoso já se avolumavam desde o seu primeiro mandato e foram frequentes ao longo de toda a passagem do mandatário pela presidência da República. A greve dos petroleiros em maio de 1995 foi um dos exemplos mais emblemáticos nesse sentido. O governo reagiu com violência ao movimento grevista e convocou o Exército para reprimir os manifestantes, o que culminou na morte de um petroleiro (ZAVERUCHA, 2005).

[246] SARNEY, José. O corredor da esplanada. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 ago. 1999.

Não obstante a repercussão que o movimento e a sua repressão pelo governo provocaram à época, e o fato de Angeli também haver se manifestado em relação ao assunto, na série das charges selecionadas para comporem o site do artista não há nenhuma alusão à greve dos petroleiros. Na série analisada, as charges em que o artista se pronunciou sobre as temáticas relativas às greves durante o período em que Cardoso esteve à frente do poder Executivo no Brasil foram publicadas entre meados de 1996 e de 1999[247]. Esse é justamente o período em que a *performance* presidencial se deparou com um conjunto de críticas cada vez mais volumosas.

Entre as imagens em que Angeli se refere à temática acerca das relações entre o Estado e a sociedade no Brasil durante o período mencionado, destacam-se as que o desenhista atribuiu um sentido autoritário à pratica política de Cardoso. Estas podem ser observadas especialmente no que tange ao tratamento que o desenhista reservou às temáticas relativas às implicações sociais da política econômica governamental, assim como aos esforços do mandatário em favor da aprovação das reformas do Estado, especialmente a que permitiu a sua reeleição.

Uma das críticas mais eloquentes à prática política do governo Fernando Henrique Cardoso a esse respeito foi desferida pelo sociólogo Francisco Oliveira, intelectual que integrou, junto com Cardoso, o CEBRAP, criado no início da década de 1970. O texto de Francisco Oliveira, produzido em 1996 e publicado somente em 1998 (SALLUM JR. 2000) – assim como o de José Luís Fiori em 1994 –, evidenciou de maneira emblemática as questões que perpassaram o debate político sobre o governo Fernando Henrique Cardoso. A análise que o sociólogo elaborou sobre a prática política do mandatário foi construída por meio de um conjunto de metáforas, cuja vivacidade de suas imagens dotou-a de uma força enunciativa que encheria os olhos e aguçaria a imaginação de qualquer chargista que, eventualmente, se deparasse com elas.

Na perspectiva de Francisco Oliveira, a despeito da manutenção da legalidade institucional, a prática política que caracterizou o governo de Cardoso demonstrou-se extremamente autoritária. Nesse sentido, o tom da sua crítica explicitava-se já no incisivo e provocativo título, **A derrota da vitória: a contradição do absolutismo de FHC (1998)**. Recorde-se que a crônica, publicada aos três de julho de 1996, em que Delfin Netto comemorava os dois anos do lançamento do Plano Real, intitulava-se **Vitória.** A comparação do sociólogo da USP sobre a prática política presidencial de Cardoso e a sua atuação

[247] cf. charges: n. 27, **Os dois Brasis** (12 jun. 1996); n. 28, **Operação tartaruga** (21 jun. 1996); n. 119, **O peixe** (26 maio 1998); n. 173, **Atropelamento** (1 ago. 1999). Inventário temático.

pregressa como sociólogo, seguiu a trilha aberta pelo texto do economista José Luís Fiori publicado no jornal Folha de S.Paulo em 1994.

Sobre o processo de conformação da coligação partidária que ofereceu sustentação política para a eleição de Cardoso em 1994, e os seus esforços em favor das reformas do Estado aprovadas até 1998, inclusive a que lhe garantiu o direito à reeleição, Francisco Oliveira caracterizou-o como uma "aliança espúria", responsável por viabilizar a aprovação de "'reformas constitucionais' levadas não a ferro e fogo, mas de "descaramento em descaramento". Entre tais "descaramentos", foram elencados pelo sociólogo o declínio de 4% na produção industrial; as "sofríveis" previsões de crescimento do PIB; a "desorganização, interna e externa, das contas públicas do Estado"; o processo de "privatização de empresas e serviços estatais pouco transparente, para dizer o mínimo academicamente respeitável", entre outros (OLIVEIRA, 1999).

Quanto à aprovação da emenda da reeleição no primeiro semestre de 1997, o jornalista Carlos Heitor Cony, por exemplo, em crônica publicada no jornal Folha de S.Paulo aos 25 de fevereiro de 1997 e intitulada o **Golpe obsceno**, afirmou,

> fica evidente que se trata de um golpe – golpe legalizado, como foram muitos outros em nossa história [...] o caráter golpista, apesar de tudo, fica nítido quando se sabe que a emenda foi imposta para dar continuidade a um grupo que está no poder e não aceita limitação constitucional com a qual e para a qual foi eleito. [...] que manobrou com a força que a nação lhe deu para governá-la dentro de limites precisos e usou a dita força para arrancar um direito que não tinha (ANGELI; CONY, 2000, p. 66).

Na compreensão de Francisco Oliveira sobre o governo Fernando Henrique Cardoso, a seu turno, as promessas de retomada dos investimentos, até o ano de 1998, não haviam se cumprido, muito menos na razão em que, a pleno pulmões, vinham sendo alardeadas pela fala presidencial. Desse modo, mais do que uma possível ambiguidade, como pontuou – um ano depois, no início do segundo mandato presidencial de Cardoso – o historiador José Carlos Reis (1999). Para Francisco Oliveira, a prática política do então presidente encerrava, antes, uma contradição expressa na "negação" da própria "política". Recorrendo a uma perspectiva que Bernardo Sorj, mal disfarçadamente, condenou ao denominá-la nos termos de um "pessimismo Frakfurtiano" (SORJ, 2001, p. 118).

Quanto a esse aspecto da discussão, o teor da crítica que Francisco Oliveira dirigiu à política social do governo de Cardoso pode ser exemplificado na citação a seguir:

> Toda a ideologia antiestatizante, neoliberalizante do governo FHC, que não seria mais que "realismo", uma vez que esta é a tendência universal, é fraca para esconder, na verdade, uma intervenção total e desapiedada sobre a sociedade. Constitui um equívoco, no qual têm incorrido mesmo os mais severos críticos do governo, pensá-lo como antiestatal. Aliás, em parte nenhuma o neoliberalismo pode se impor sem uma forte intervenção estatal. Esta é uma de suas contradições. Dá-se, assim, o primado da política sobre todas as outras esferas, o que constitui um dos traços mais autoritários do capitalismo contemporâneo. [...] Essa tendência revela-se na supremacia de uma política antipolítica, que se resume ao **império do Executivo** sobre o Legislativo e mesmo sobre o Judiciário, **num governo que se proclama o arauto da institucionalização** (OLIVEIRA, 1998, p. 16).

A perspectiva da Escola de Frankfurt na crítica de Francisco Oliveira pode ser identificada na utilização que o cientista social faz dos conceitos de "tolerância repressiva" e "personalidade autoritária" para definir a prática política de Cardoso. Como no título do seu texto, o cientista social da USP compara o presidente a um monarca absolutista, valendo-se – tal qual José Luís Fiori em **Os moedeiros falsos** (1994) – da metáfora política concernente às reflexões de Maquiavel para afirmar que o "soberano", "o próprio príncipe", "não tem como princípio a obediência às regras institucionais da divisão de poderes, no Estado Moderno" e, assim, denunciou a tradicional proeminência do poder Executivo sobre o poder Legislativo no Brasil, durante o governo de Cardoso (OLIVEIRA, 1998).

Dessa maneira, o cientista social remete-se às "reformas estruturais" do governo de Cardoso, particularmente à capitaneada, naquele momento, pelo Ministro das Reformas e da Administração do Estado, e exclama, "é a 'sociedade civil', no pensamento do ministro Bresser Pereira, administrando-se a si própria, o novo modelo de Estado enxuto do século XXI". Oliveira explicita o seu raciocínio ao depreender que o Estado – tido como o verdadeiro "agente reformador" durante o governo de Cardoso - foi, na realidade, aquele que "conformando as pressões e reivindicações da própria sociedade" exibiu o seu protagonismo diante da sociedade civil (OLIVEIRA, 1998).

A associação de Fernando Henrique Cardoso a um monarca também foi estabelecida por Angeli, aludindo, inclusive – tal qual o fizeram o Francisco Oliveira (1998) e José Luís Fiori (1994) – ao uso que o então presidente fazia das citações da obra **O Príncipe**, de Nicolau Maquiavel, como se pode observar na charge intitulada **O príncipe e os miseráveis**[248], publicada aos 13 de maio de 1998, no jornal Folha de S.Paulo.

[248] cf. imagem 33, anexada.

Elaborada em quadro único, a referência à obra do pensador florentino foi indicada já no título, inscrito na parte superior da imagem. Por meio dele, Angeli remete-se à discussão acerca das relações entre o Estado e a sociedade no Brasil, tanto quanto relaciona as implicações da política governamental de Cardoso sobre as condições de vida da maioria da população. A estratégia de enunciação do artista para criticar a gravidade da questão social no Brasil naquele momento consistiu em indicar os seus aspectos problemáticos por meio das reivindicações inscritas nas faixas e nos cartazes empunhados pela multidão aglomerada à espera da fala governamental.

As reivindicações ali estampadas expressam a compreensão do artista acerca de tais dificuldades. Por meio de seis palavras, "saúde", "trabalho", "terra", "escola", "comida" e "moradia", o desenhista, ao mesmo tempo em que se refere às questões pertinentes ao debate político sobre o governo, explicita o sentido da sua crítica a Cardoso. As inscrições dizem respeito ao aumento do desemprego que, conforme demonstrado, desde 1996 assumia índices alarmantes; às promessas de campanha não cumpridas por Cardoso como, por exemplo, a "universalização do acesso" aos serviços públicos do Estado referentes à educação e à saúde pública (CARDOSO, 1998; 1997); e à situação de carestia a que foi submetida a sociedade brasileira. Há também a referência à questão da terra no país, característica da compreensão de Angeli sobre o tipo de reforma do Estado que o governo de Cardoso deveria esforçar-se para promover, a reforma agrária (MARTINS, 1998).

Essa é a única charge em que a qualificação da prática política de Fernando Henrique Cardoso como autoritária se fez por meio da sua personificação sob o estereótipo do monarca que, ao prosseguir com seu discurso, cita "algumas palavras de Maquiavel e Montesquieu!" para a multidão mobilizada em prol do atendimento às suas reivindicações. Angeli refere-se, assim, também ao teórico que apostava na divisão dos poderes como a melhor maneira para dotar a República da estabilidade que as instituições políticas conferiram, por séculos, à monarquia inglesa, por exemplo (SADEK, 2002).

A estratégia enunciativa construída por Angeli para denunciar a discrepância entre a prática política do Estado brasileiro sob o governo de Cardoso e o discurso presidencial que o mandatário dirige à população reside em contrastar as ideias representadas pelos dois pensadores citados pelo "monarca" brasileiro, Maquiavel e Montesquieu, cujas obras tornaram-se clássicos do pensamento político contemporâneo. Essa imagem é um dos exemplos mais favoráveis para a investigação da caracterização elaborada pelo desenhista sobre o governo em tela, além de contribuir para a apreensão da maneira pela qual o artista se

apropria das ideias de pensadores da teoria política, como aqueles citados no discurso do mandatário.

A alusão a Maquiavel e Montesquieu foi utilizada pelo desenhista para contrastar o sentido "democratizador" que Fernando Henrique Cardoso (1997) atribuiu ao seu governo em seus discursos, ao passo que a referência a Maquiavel explicita o autoritarismo que caracterizaria a sua prática política. O respeito à legalidade institucional, recorrente na fala presidencial do governante, é referido por Angeli ao representar um mandatário que cita Montesquieu como forma de atestá-la, o que se opõe, entretanto, à sua conduta autoritária, reforçada, além da citação a Maquiavel, por meio da sua caracterização como um monarca.

Recorde-se que no debate mencionado entre o então sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1980) e Roberto Schwarz (1977), sobre a pertinência das ideias liberais no Brasil, o último inferiu ser o liberalismo um "traje" historicamente "apertado" para as elites políticas do país. Na charge de Angeli, por outro lado, o manto do rei cabe como um "traje folgado" para o então presidente. Em grande medida, contudo, essa "folga" com que o "manto" de Cardoso o recobre deve-se mais à habitual prática do desenhista em representar a figura presidencial por meio do recurso à sua miniaturização.

É mais provável que a ênfase da crítica do artista recaia sobre a diminuta envergadura da figura presidencial, para inferir que Cardoso dificilmente será capaz de se colocar à altura dos desafios que os problemas sociais do país se lhes apresenta. Mais ainda, a magnificência com que o "monarca" se dirige ao público decorre antes da altura do púlpito que o projeta para além do nível da multidão, sugerida pelas escadas que o conduzem ao trono. Considerada a suntuosidade do trono, pode-se inferir, ademais, que a magnitude do púlpito de onde a sociedade contempla o mandatário sirva também para que o desenhista reforce o autoritarismo com que qualifica a prática do governante, especialmente no que diz respeito à utilização da estrutura do Estado brasileiro, o "real" motivo do esplendor com que o mandatário se apresenta à sociedade. Dessa forma, a crítica de Angeli dirige-se ao caráter excludente e autoritário da dominação social historicamente engendrada pelo Estado Brasileiro, que sob Cardoso se demonstrou tão espoliadora quanto outrora.

Levando adiante a sua compreensão acerca do autoritarismo que caracterizou a prática política de Cardoso, Francisco Oliveira, por sua vez, caracterizou o primeiro mandato presidencial do sociólogo do passado como um regime cujos "traços mais perigosos do totalitarismo" repousam nos artifícios ensejados pelo Estado – como o uso abusivo das medidas provisórias – para levar adiante as reformas perseguidas pelo governo, acerca do que infere,

> o conjunto de "reformas" mediante as quais o governo pensa "liberar" o mercado é uma forma da mais violenta regressão. [...] A violência aparece como necessária para fazer retroceder o conjunto das formas da sociabilidade ao estatuto da pura mercadoria. [...] A anulação da política que é a política do governo FHC leva, necessariamente, a formas violentas, a menor das quais, mas não sem importância, aparece no desrespeito aos próprios regimentos das casas do Congresso nas votações das reformas (OLIVEIRA, 1998, p. 17).

O cientista social alude, ainda sob o mesmo signo de uma prática política autoritária, aos esforços governamentais em favor da Reforma da Previdência; àquilo que denominou de "guerra entre burocracias" para caracterizar a relação do governo com os demais entes federados; à "sistemática desqualificação da escola pública, sobretudo a universitária"; à "fúria deslegitimadora" com que o governo de Cardoso investe contra aqueles que não coadunam com o seu projeto de poder; até estender a lógica das privatizações das empresas estatais à política de segurança pública do governo ao afirmar, conforme noticiaram as "reportagens da Folha de S.Paulo", "que as empresas de seguranças são de militares e policiais civis e dispõem de efetivos superiores aos das Forças Armadas" (OLIVEIRA, 1998).

Essa definição do governo de Cardoso nos termos de um "retrocesso" é estendida por Francisco Oliveira a todos os demais aspectos do governo de Cardoso que foram objeto da análise do cientista social. Conformadoras do autoritarismo da prática política do mandatário, em seu conjunto, tais práticas revelam para Francisco Oliveira "a contradição do absolutismo fernandohenriquista, forma do neoliberalismo entre nós, que tem fortes raízes sociais, poderosamente amplificadas pela ação do seu governo" e "que colherá os frutos – já os está colhendo – de um impressionante fortalecimento do seu poder social". Por fim, reitera o caráter "absolutista" da prática política de Cardoso, remetendo-se ao paradigma hobbesiano – no que alude às reflexões de Wanderley Guilherme dos Santos sobre a questão –, para definir o tipo de dominação social praticada por Cardoso, "pura, simples e brutal" (OLIVEIRA, 1998).

A seu turno, em **A arte da política: a história que vivi (2006)**, Fernando Henrique Cardoso faz longas considerações à obra **O príncipe** de Maquiavel. Nesse livro, o então ex-presidente citou o pensador florentino para tratar da problemática relativa à questão do uso da força pelo governante. Concebendo a política como "a arte do possível" (TOURRAINE, 1998), Cardoso infere que este deve recorrer "às armas e aos meios necessários para atingir os seus objetivos", tal qual no "famoso" capítulo XVIII da obra **O Príncipe**, de Maquiavel.

Porém, ressalva que tal prática deve ser levada a termo de maneira virtuosa, para que a responsabilidade devida não ultrapasse os limites da ética, segundo Cardoso, também encerrada em ações políticas dessa natureza (CARDOSO, 2006). É nesse sentido, portanto, que o ex-presidente entende que o uso da força pelo governante seja legítimo, no que se vale das reflexões de outro clássico da política, o pensador Max Weber, **A política como vocação (1918-19)**.

Contudo, na obra publicada por Roberto Pompeu de Toledo, **O presidente segundo o sociólogo (1998)** em que se reuniram as entrevistas que Fernando Henrique Cardoso lhe concedeu ao longo do seu primeiro mandato, não há uma menção sequer aos conselhos de Maquiavel ou à sua obra, **O Príncipe**. Publicado em 1998, momento em que, depois de aprovada a mudança na Constituição que permitiu a Cardoso reeleger-se – sem nem mesmo ter de se desincompatibilizar do cargo, como estabelecia a legislação eleitoral até então vigente –, o atual presidente já vinha sendo extremamente criticado pelos seus opositores e analistas, particularmente em função das escusas mobilizações governamentais para a aprovação da emenda no ano anterior, em 1997, envolvidas em denúncias de corrupção entre os membros da base governista, no escândalo da chamada "compra de votos" (DÓRIA, 2013).

Assim, não obstante a vitória de Cardoso nas eleições presidenciais de 1998 que lhe garantiu o segundo mandato, especialmente entre os anos de 1996 e 1999, a *performance* presidencial foi subsumida, no interior do debate político sobre o governo Fernando Henrique Cardoso, à proeminência e ao volume adquiridos pela *performance* de seus críticos. A ausência de qualquer referência aos postulados de Maquiavel na obra **O presidente segundo sociólogo (1998)** é um forte indício nesse sentido, tanto quanto o são as críticas dirigidas por aqueles que usualmente saíram em defesa do seu governo, como se pôde observar da análise dos editoriais do jornal Folha de S.Paulo.

Outros indícios em favor dessa argumentação podem ser observados na análise que o historiador José Carlos Reis publicou em 1999, ao referir-se, não sem alguma parcimônia, à "cumplicidade" de Cardoso com o histórico autoritarismo que caracterizava as forças sociais em que o seu governo buscou sustentação política (REIS, 1999). Entre estes talvez seja suficiente mencionar apenas o "triunvirato" mais representativo da sua base aliada, Antônio Carlos Magalhães (PFL), Paulo Maluf (PP)[249] e José Sarney (PMDB), cuja sobrevivência política ostenta, igualmente, os indícios da persistência do autoritarismo na prática política concernente ao Estado brasileiro no limiar do século XX, da sobrevivência dos mecanismos

[249] cf. charge n. 94, **Civilização tucana**. Inventário temático.

institucionais que enredam os projetos da urgente modernização capitalista brasileira, em suas "questiúnculas", assim como os seus *condottieres* (FIORI, 1994), em suas perenes formas de dominação.

Isso não significa dizer que tais condutores da modernização capitalista no Brasil não tenham dado a sua contribuição nesse sentido. Uns o fizeram sem parcimônia alguma, outros até mesmo perdulariamente. Quanto à contribuição de Fernando Henrique Cardoso à perpetuação do autoritarismo das práticas governamentais na história brasileira, a charge intitulada **Armário de ossos**[250], publicada aos nove de maio de 2002, é um bom exemplo da interpretação que Angeli sustenta a respeito dessa questão. Publicada entre as vinte últimas charges da série de imagens analisadas, ela compõe o conjunto de caracterizações gerais elaboradas pelo artista e selecionadas para compor o final da sua narrativa.

Não obstante o fato de o título dessa imagem figurar apenas na página do desenhista na internet, a metáfora a que ele se refere é suficientemente enfatizada por Angeli, de maneira a remeter à imagem que, no interior do chamado saber convencional (GOMBRICH, 1999), se atribui, como no caso do Brasil, ao agente usualmente vinculado ao Estado e responsável pela prática de assassinatos e/ou de tortura. A julgar pela recorrência com que o artista lança mão da estratégia enunciativa pautada pela caracterização geral do seu desempenho, depreende-se que a crítica do desenhista nessa imagem refere-se, também nessa ocasião, ao autoritarismo que julgou ser característico da prática governamental de Cardoso, em particular, e do Estado brasileiro de uma maneira geral. Este, representado por meio de um armário – não mais a gaveta em que a figura presidencial era representada na sua "pequenez" (GOMBRICH, 1938) – "saturado" com as ossadas da metáfora criada pelo artista para aludir às evidências, rotineiramente escondidas, da prática "criminosa" que historicamente ambos, o Estado e o seu atual *condottiere*, promoveram.

Acrescente-se, ainda, que a charge **Armário de ossos**, dificilmente pode ser considerada uma charge que intenciona provocar o riso, aproximando a sua crítica do tom agressivo que caracterizou a tradição imagética existente desde o século XVI na Europa.

No âmbito da própria narrativa criada por Angeli ao selecionar o conjunto de charges que dispôs na internet, essa imagem pode fazer referência a uma série de episódios que foram objeto da sua representação nas charges em que a temática do autoritarismo que o desenhista imputou à prática política do mandatário se fez presente. Em relação aos "crimes" de Fernando Henrique Cardoso à frente do Estado brasileiro, mencionou-se o **Crime passional**

[250] cf. imagem 34, anexada.

(imagem 24), cometido – em nome da sua salvação, diria o editorial do periódico – contra a economia brasileira, em função da política econômica governamental ancorada na "valorização da moeda" por meio da estratégia dos "juros altos".

Entretanto, na sequência de Angeli, a imagem anterior à charge do dia 9 de maio (**Armário de ossos**), publicada em 28 de março, diz respeito ao MST, movimento que foi objeto da repressão policial durante o governo Fernando Henrique Cardoso, episódio em que o grau de violência ficou marcado na designação que se lhe atribuiu, "o massacre de Eldorado dos Carajás". Ocorrido aos dezesseis de abril de 1996, dezenove integrantes do grupo foram assassinados por tropas da polícia militar do Pará.

Desse modo, não é incomum na interpretação que Angeli elaborou sobre o governo Fernando Henrique Cardoso a caracterização da sua prática política como autoritária, nem mesmo que ao mandatário se atribua a designação de criminoso.

Entre aqueles que também não economizaram em suas críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso, um dos exemplos mais representativos pode ser encontrado na análise do sociólogo da USP, Francisco Oliveira. Um texto que esbanja na diversidade das metáforas mobilizadas para evocar as imagens por meio das quais desferiu incisivas críticas ao seu antigo colega de trabalho. Já nas quatro primeiras frases do parágrafo com que o inicia, a crítica de Oliveira abre uma boa quantidade de veredas para a averiguação das temáticas que cercavam o debate sobre o governo de Cardoso até o ano de 1998, momento em que o então presidente concorria à sua reeleição, como se observa na citação abaixo:

> Aos olhos mortais comuns, o governo FHC é um completo êxito. Para o próprio presidente, sua *entourage*, seus aliados, seus aficcionados, e também para a chamada "comunidade financeira internacional", ele deve ser o melhor já havido nestas terras brasílicas; tanto que merece ser prolongado, **para deixar não apenas uma marca indelével, mas fixar-se como um ponto de não-retorno**. Para grande parte da massa do povo, ele aparece ambíguo, mas fortemente ancorado: na estabilidade monetária e num presidente que não é, propriamente, popular, mas cuja credibilidade continua alta. É verdade que rusgas já aparecem, apesar dos **maquiadores**, **que vão desde os que cuidam da figura do presidente aos que escondem**, por trás de estatísticas precárias e conceitos duvidosos, **uma realidade que teima em desobedecer-lhes** (OLIVEIRA, 1999, p. 14). (grifos meus).

Uma das aproximações possíveis entre as inúmeras imagens criadas pelas metáforas contidas na retórica utilizada por Francisco de Oliveira para dirigir a sua crítica A Fernando

Henrique Cardoso encontra-se na charge de Angeli, intitulada **Tatuagem**[251]. Publicada em 3 de fevereiro de 1997, a imagem situa-se entre os dois momentos de aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição para os cargos do poder Executivo no país, aprovada na Câmara dos Deputados em fevereiro e, no Senado, em junho de 1997, e explicita a compreensão do artista acerca do significado da ação governamental para viabilizar a sua aprovação, de maneira que o atual presidente pudesse concorrer às eleições presidenciais de 1998. Do mesmo modo, agora de maneira explícita, a charge **Retratos do Brasil**[252], publicada aos seis de julho de 1997, depois que a emenda já havia sido aprovada pelas duas Casas Legislativas, e Cardoso passou a se envolver nos preparativos para a sua campanha eleitoral, garantida, com isso, para o ano seguinte.

Assim, críticas endereçadas ao mandatário pelo sociólogo Francisco de Oliveira (1998), cuja ênfase no autoritarismo do governante, particularmente na aprovação da emenda da reeleição, foram características do debate sobre o governo Fernando Henrique Cardoso a esse respeito. O argumento mais sólido nesse sentido pode ser reiterado na compreensão que, até mesmo aqueles que enfatizaram uma perspectiva "otimista" para analisar os significados históricos da passagem de Cardoso pela presidência da República, exibiram sobre o episódio da sua reeleição. Como é o caso da análise do sociólogo Bernardo Sorj, ao explicitar a distância da sua interpretação perante a de Francisco Oliveira, por exemplo, acaba por concordar com o caráter autoritário da prática política governamental imputada a Cardoso pelo cientista social, ao menos no que diz respeito às estratégias políticas empreendidas para a aprovação da emenda constitucional em favor da sua reeleição (SORJ, 2001, p. 123).

5.2 A demonização do adversário político

Em junho de 1998, restando apenas quatro meses para o pleito que o reelegeu, Cardoso concedeu uma entrevista no palácio da Alvorada, residência oficial do presidente da República em Brasília, em que tratou de assuntos como o "pacote fiscal", aplicado em novembro de 1997; a sua queda nos índices das pesquisas eleitorais; e a disposição de recursos do orçamento da União para os ministérios.

De acordo com a reportagem de Valdo Cruz, publicada no jornal Folha de S.Paulo no dia 26 de junho de 1998, que cita trechos da entrevista concedida, o presidente afirmou que a sua equipe econômica estava ciente de que no referido "pacote fiscal" – o conjunto de

[251] cf. imagem 35, anexada.
[252] cf. imagem 36, anexada.

medidas econômicas adotadas pelo governo para minimizar as implicações da crise financeira irradiada da Ásia sobre a economia brasileira – existiam decisões que não eram pertinentes, mas que foram mantidas para demonstrar "ao mercado que o governo não tinha medo de tomar medidas impopulares". Quanto a isso, Cardoso afirmou: "eu disse que havia algumas maldades desnecessárias. Perguntei a eles: Vocês querem que eu mostre que tenho coragem de adotar medidas duras? Querem que eu assine? Eu assino"[253].

Ainda segundo a reportagem, diante da sua queda nas pesquisas eleitorais, a campanha governista, de acordo com o próprio presidente, passaria a investir na construção de uma imagem mais popular. O mandatário decidiu perseguir a ideia de acabar com a imagem de um governo "frio e racional" depois de ouvir "[...] conselhos de alguns aliados políticos como o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)". Assim, Cardoso proferiu mais uma de suas polêmicas frases: "o gestual, na política, conta. Minha parte de candomblé precisa aumentar"[254]. Ao final da reportagem lê-se o trecho a seguir:

> FHC disse que a população, por meio das pesquisas, fez o governo acordar. "E acordou na hora certa." Segundo ele, muitos problemas são amplificados pelos adversários do governo. "Pecado venial (desculpável, perdoável) vira pecado mortal. **São os adversários que fazem isso**"[255]. (grifos meus)

Assim, a repercussão da fala presidencial no periódico desdobrou-se em torno de mais essa polêmica, acerca da qual as reportagens, os editoriais e os colunistas do jornal Folha de S.Paulo teceram seus comentários. Além da reportagem de Valdo Cruz, o assunto que contextualiza a fala de Cardoso ganhou a manchete da capa da edição do jornal daquele dia: "FHC libera gastos de ministérios. Presidente diz que pacote fiscal teve 'maldades desnecessárias' e afirma que só participa de debates 'se cair nas pesquisas'"[256], e direciona o leitor para outra reportagem em que também se repercutiram os temas presentes na entrevista concedida pelo presidente[257].

Ambas as reportagens referem-se, contudo – tal qual o editorial dessa edição do dia 26 de junho de 1998, intitulado **O BC e as eleições**[258] –, apenas ao reconhecimento que o

[253] CRUZ, Valdo. Pacote teve maldades desnecessárias, diz FHC. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 jun. 1998.
[254] Idem.
[255] Idem.
[256] **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 jun. 1998.
[257] FHC libera gastos de ministérios. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 jun. 1998.
[258] O BC e as eleições. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 6 jun. 1998. (Editorial)

presidente fez quanto aos equívocos do "pacote fiscal" de 1997 e às atuais mudanças na política econômica do governo. Nessas publicações, inferiu-se que o enfraquecimento do ímpeto recessivo das últimas medidas nessa área, às vésperas das eleições em que o presidente disputaria a sua reeleição, justamente por isso, não escondia seu apelo e caráter eleitoreiros.

As críticas do editorial, por sua vez, incidiram sobre a condução da política cambial do governo e atacaram as sucessivas medidas, tomadas ao longo do primeiro mandato de Cardoso, que levaram à sua demasiada valorização. Considerando a manipulação do câmbio para o combate à inflação como a sua prática mais danosa – por tê-la conduzido "às últimas consequências" –, o periódico destaca o interesse político subjacente à mudança de sentido das medidas econômicas adotadas pelo governo, em face da diferença em relação às medidas do "pacote fiscal" de novembro de 1997, e se posiciona quanto a isso da seguinte maneira:

> O erro de **supervalorizar** o câmbio custou e ainda custa caro. Aliás, tem sido reconhecido o impacto daquele erro inicial sobre os cofres do Tesouro, sobre os exportadores, sobre os desempregados e falidos pela forte competição dos importados e pela **política de juros escorchantes**, sem a qual teria sido impossível defender o **câmbio irrealista**. [...] Mas é evidente que **juros altos e crescimento baixo, com desemprego alto, são uma combinação fatal em tempos de eleição**. Eis que, agora presidente do Banco Central, Gustavo Franco se disse a favor da redução no ritmo da correção cambial[259].

Verificou-se que nessa edição de 26 de junho de 1998, as críticas à metáfora presente no comentário presidencial realizaram-se somente nas crônicas do colunista Vinícius Torres Freire e do chargista Angeli. O colunista articula seus comentários em torno da entrevista de Cardoso e inicia sua crônica – intitulada **FHC, maldades e carinhos** – salientando, tal qual o periódico, o caráter eleitoreiro subjacente às mudanças na política econômica. Para resumir a estratégia evidenciada na metáfora presidencial, o colunista criou outra metáfora, alusiva a uma partida de futebol, uma vez que a seleção brasileira vinculada ao esporte almejava a conquista, agora, do pentacampeonato no mundial realizado entre junho e julho de 1998 na França, como demonstra o trecho reproduzido a seguir:

> Depois que Lula empatou o jogo com os gols contra da equipe de FHC, o governo muda de camisa, aos 30 minutos do segundo tempo. Troca o uniforme tecnocrático pelo social. Saem as "maldades", entram os "carinhos". O governo, que era

[259] O BC e as eleições. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 6 jun. 1998. (Editorial)

> "olímpico", vai apelar para o seu "lado candomblé" – da montanha dos deuses para os terreiros populares[260].

Assim, o colunista refere-se a outro fragmento da entrevista de Cardoso em que o presidente admite que seu "governo estava no olimpo, subestimando o sentimento da população"[261]. Todas as metáforas assinaladas, as presidenciais e a do colunista, se instituíram, portanto, em maneiras de se referenciar, cada qual a seu modo, às mudanças que ocorreram na política econômica governamental durante o período compreendido entre novembro de 1997 e junho de 1998.

A crítica de Freire apontou, entretanto, para duas outras questões. A armadilha que o "plano FHC" criou para si mesmo, quando acreditou poder sustentar a política de juros altos no aporte de capitais internacionais. Vale ressaltar que esses capitais, quando escasseavam, induziam o governo a políticas econômicas recessivas (SALLUM JR., 1999), como as que foram introduzidas em decorrência da crise financeira internacional envolvendo os países asiáticos (SCHWARTZ, 1999). A outra questão verifica-se na assertiva em que o jornalista menciona a diminuta capacidade do governo em conjugar as forças políticas necessárias para a instituição das reformas, capazes de provocar as condições propícias à emergência de uma política social consistente e coerente. Nas palavras do colunista,

> Mas o próprio sucesso do plano FHC encalacrou o país. É preciso o **juro lunático que atrai o capital externo, que sustenta a moeda, o que estoura as contas públicas, o que não permite nenhum gasto social seguro e duradouro**. Para mudar a situação é preciso mexer com interesses fortes, tirar de uns, dar a outros. O governo não teve força política para tanto. Tenta agora uma **maquiagem para ficar no poder e, diz, fazer as reformas que não fez**. Sem elas, com candomblé, transes sociais ou o que seja, não pode haver política social de verdade[262]. (grifos meus)

A coluna de Freire critica, assim, a fala do presidente e infere que a estratégia de popularização da imagem do governo é apenas um disfarce, "uma maquiagem para ficar no poder"[263], o mesmo termo utilizado por Francisco Oliveira para denunciar os números subestimados do governo sobre o aumento do desemprego (OLIVEIRA, 1998). O jornalista continua e ressalta que a metáfora presente no comentário de Cardoso para exemplificar a

[260] FREIRE, Vinícius Torres. FHC, maldades e carinhos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 6 jun. 1998.
[261] CRUZ, Valdo. Pacote teve maldades desnecessárias, diz FHC. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 jun. 1998.
[262] FREIRE, Vinícius Torres. FHC, maldades e carinhos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 6 jun. 1998.
[263] cf. charge n. 135, **Meu *pancake***. Inventário temático.

estratégia de popularização da imagem do seu governo, que passaria a apelar para o seu "lado candomblé", foi sábia e experientemente aconselhada pelo seu aliado mais fervoroso naquele momento, o então presidente do Senado Antônio Carlos Magalhães (ACM), que não poupou esforços em favor da aprovação da emenda constitucional da reeleição, em junho de 1997.

Como informa o título da charge **Vendem-se imagens**[264] – publicada em junho de 1998 e, portanto, a pouco mais de três meses das eleições presidenciais de 1998 –, o estereótipo criado pelo desenhista para desferir a sua crítica à fala de Cardoso é o do costumeiro vendedor de uma loja de artigos religiosos aguardando, pacientemente, a chegada de algum comprador. Nela é possível reconhecer o uso que o desenhista faz das "metáforas naturais" referidas por Gombrich. Uma das mais longevas e incidentes entre elas, de acordo com o historiador da arte, é a remissão à figura do diabo (GOMBRICH, 1999, p. 138; 2012, p. 184).

A estratégia de enunciação de Angeli também se incluiu nessa tradição e, assim, permitiu abordar a dificuldade mencionada pelo historiador da arte, em relação ao problema causado justamente pela longevidade e recorrência que essas imagens assumiram no interior da linguagem da tradição imagética ao longo da sua existência na arte caricatural. Segundo o historiador da arte, deve-se "[...] observar que a própria variedade do que poderíamos chamar de *status* ontológico do Diabo apresenta um problema constante para o estudioso das sátiras pictóricas" (GOMBRICH, 2012, p. 184). A variedade mencionada por Gombrich diz respeito aos diferentes significados que as alusões ao diabo adquiriram ao longo da sua presença no interior dessa tradição imagética.

Tão antigas quanto a prática de desqualificação do adversário político são, portanto, as formas de referenciá-las. Na charge **Vendem-se imagens**, Angeli denuncia a tradicional prática de desqualificação como algo característico da prática política do governo Fernando Henrique Cardoso. Todas as imagens à venda são representações diabólicas do seu principal opositor político. As inúmeras imagens de Luís Inácio Lula da Silva saturam a cena da cor vermelha, alusiva a ambos, ao diabo e ao partido do seu concorrente, o Partido dos Trabalhadores (PT). Diante do desempenho de Lula nas pesquisas eleitorais, que colocava em risco a reeleição de Cardoso em 1998, Angeli imputa ao governante a rotineira prática de desqualificação do adversário político por meio da, igualmente usual, demonização da imagem de seu opositor.

[264] cf. imagem 37, anexada.

A única mercadoria à venda que não exibe a figura do diabólico concorrente são os olhos de bode – amontoados em um recipiente na prateleira atrás do balcão em que o vendedor se recosta –, explicitando, assim, a visão estereotipada e preconceituosa (ZINK, 2011) de que o desenhista se vale para retratar as práticas religiosas aludidas na fala de Cardoso quando referiu-se ao seu "lado candomblé".

O contraste criado pelo artista foi ironicamente demarcado na áurea que envolve o semblante do presidente candidato, o que também exemplifica o recurso à dicotomia cristã relativa à oposição entre o bem e o mal, o céu e o inferno, o cândido vendedor e o funesto utensílio religioso que representa o seu opositor político. Ou seja, o candidato presidencial, de acordo com ele próprio e o jornal Folha de S.Paulo, seria o único capaz de conduzir o país à modernidade capitalista, de levar adiante as reformas do Estado e de não colocar em risco, ou até mesmo promover um retrocesso, ante ao processo de estabilização da moeda. Quanto ao seu adversário, caberia a qualificação de representante de uma "esquerda burra", conforme explicitado no título do editorial publicado no mesmo periódico em julho de 1995.

A reflexão do historiador Jorge Ferreira (2001) sobre a persistência da "noção de populismo" nas disputas políticas no Brasil ao longo da segunda metade do século XX – utilizada por Cardoso para se referir a Lula, também em sua primeira campanha presidencial, em 1994 – pode auxiliar na identificação da particularidade dos significados da crítica de Angeli ao mandatário, quando enviesa sua crítica a Cardoso por meio do acesso ao "*status* ontológico do Diabo" referido por Gombrich.

Nessa perspectiva, o manejo que o desenhista promove do conjunto de imagens presentes na prática de se referir ao adversário político, valendo-se da tradicional metáfora que alude à figura do diabo, é representativo da usual estratégia que objetiva desqualificar o opositor político por meio da sua demonização[265]. Com isso, a crítica política de Angeli ironiza a metáfora contida na fala presidencial que expressou as estratégias de popularização da imagem do governo. Assim, o artista denuncia a prática política de Fernando Henrique Cardoso, interessada em "vender", com "cara de santo", uma imagem positiva do seu governo, ao mesmo tempo em que, por outro lado, coloca à venda, igualmente, a construção de uma imagem demoníaca do seu principal adversário nas eleições presidenciais de 1994 e 1998. A charge anuncia as disputas eleitorais que se avizinhavam e refere-se às práticas políticas que lhe foram correspondentes.

[265] Sobre a prática de desqualificação política do PCB por meio da sua demonização na propaganda anticomunista, cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectivas/Fapesp, 2002.

O desenhista, nessa imagem, subverte o sentido que a fala presidencial imprimiu à sua estratégia eleitoral. Angeli explicita que ela consiste em eximir o governo de quaisquer responsabilidades em relação às promessas de desenvolvimento econômico. Ao contrário, o que se observava era a elevação de índices sociais como o desemprego. À vulnerabilidade da economia brasileira diante das oscilações na economia internacional, somavam-se as dificuldades políticas advindas do agravamento da situação social no país, o que apresentava um contexto histórico mais desfavorável em relação àquele encontrado por Fernando Henrique Cardoso quando venceu sua primeira eleição presidencial em 1994, poucos meses depois de lançar a nova moeda.

Assim, a caracterização que Angeli promove da estratégia eleitoral de Cardoso evidencia, também, a denúncia do artista quanto à estratégia governamental empenhada em demonizar o seu adversário político, atribuindo-lhe os riscos à estabilização econômica e o recuo nas reformas do Estado. Ao relacionarmos a crítica de Angeli à linguagem política do jornal Folha de S.Paulo, em que o termo populismo e populista continuam a ser empregados em um sentido pejorativo – tanto para criticar o Palácio do Planalto, quanto o candidato de oposição ao governo de Cardoso – pode-se depreender o termo continua sendo utilizado como uma arma para a demonização do adversário político. O próprio artista recorre ao termo nesse sentido ao ironizar os esforços do governo em popularizar a sua imagem[266].

Assim o fizeram também, além de Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998 (FERREIRA, 2001; TOLEDO, 1998), José Sarney e o jornal Folha de S.Paulo, em 1998, meses antes da reeleição de Fernando Henrique Cardoso, em relação ao significado que impingiram à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) nos dois momentos. Verificou-se, portanto, que a linguagem política do periódico confirma a máxima do historiador Jorge Ferreira, que concluiu acerca do significado que o termo adquiriu no debate político no limiar do século XX no Brasil. De acordo com o historiador, no Brasil, populista é "o outro" (FERREIRA, 2001). Dessa forma, sobressaem os significados atribuídos por Angeli à metáfora natural mobilizada junto à generalizada gama de sentidos que o "*status* ontológico do Diabo" carrega consigo no interior da tradição imagética própria da linguagem da arte caricatural.

Aos treze de outubro de 2002 e, portanto, entre o primeiro e o segundo turnos das eleições presidenciais realizadas naquele ano, o editorial intitulado **A largada**[267] ressaltava que a disputa eleitoral até o momento havia contabilizado a vitória do candidato da oposição,

[266] cf. charge n. 261, **Música populista brasileira**. Inventário temático.
[267] A largada. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 out. 2002. (Editorial)

Luís Inácio Lula da Silva, do PT, no primeiro turno. Da mesma maneira, informou que o candidato oposicionista exibia para a disputa do segundo turno, a ser realizado no dia quinze de novembro, uma vantagem de 26% das intenções de voto sobre o seu adversário, José Serra (PSDB-SP), o candidato da situação.

Ex-ministro do Planejamento durante o primeiro mandato de Cardoso, José Serra foi também Ministro da Saúde no seu segundo mandato e fora a aposta do PSDB para a sua continuidade a frente do poder Executivo no Brasil[268]. Porém, não obstante a esperança do editorial daquele dia nas "grandes viradas na política brasileira", a pesquisa encomendada pelo periódico indicava a vitória do candidato oposicionista que, após três derrotas consecutivas nas últimas eleições presidenciais, em 1989, 1994 e 1998, subiu a rampa do Palácio do Planalto em 1º de janeiro de 2003.

Por sua vez, Eliane Cantanhêde, iniciava seu comentário aludindo às cores dos partidos que concorriam no pleito. Intitulada **O vermelho e o azul**, a jornalista vale-se da metáfora característica da periodicidade com que as ondas do mar arrebentam na praia, para aludir, não sem algum "pessimismo", a contingência a que poderia sucumbir a vantagem do candidato oposicionista. Dessa maneira, a jornalista inicia a sua crônica com a seguinte conclusão, "no saldo da semana entre o primeiro turno e o reinício da propaganda eleitoral gratuita na TV, amanhã, uma coisa é certa: a onda vermelha continua forte e a azul e amarela não parece ameaçar"[269].

Por outro lado, Angeli expressava mais uma das suas caracterizações gerais acerca dos significados da passagem de Fernando Henrique Cardoso pelo poder. Na charge intitulada **Favelão**, igualmente publicada no dia treze de outubro de 2002, o desenhista trata do tema da "questão social" no Brasil e enuncia sua crítica sem recorrer à prática da caricatura para construir a sua estratégia de enunciação.

O recurso à sigla formada pelas iniciais do nome do governante, "FHC", substituiu a prática de identificação do objeto de sua crítica por meio do processo de redução do traço fisionômico, característico da arte caricatural. Não se pode afirmar que exista, portanto, uma caricatura nesta charge. Todavia, isso não implicou ausência do processo de "condensação e fusão" próprio do gênero artístico, ensejado pelo desenhista ao recorrer, de acordo com o historiador da arte Ernst Gombrich, a tendência à abstração que os indivíduos evidenciam desde a Antiguidade (GOMBRICH, 1999, 129).

---

[268] cf. charges n. 272, 276, 281. Inventário temático.
[269] CANTANHÊDE, Eliane. O vermelho e o azul. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 out. 2002.

Nessa imagem, portanto, a utilização da sigla “FHC” por Angeli demonstra que o artista provocou o efeito a que Gombrich se remete, sem mobilizar a estratégia enunciativa existente na prática caricatural. Ao fundir a sigla com a representação elaborada para associar o governo de Cardoso à preservação das péssimas condições de vida da população, e a julgar pelo sentido da crítica que Angeli lhe atribuiu na série de imagens de uma maneira geral, o mandatário seria responsável por transformar o país em um “favelão”.

Ou seja, no que diz respeito aos históricos problemas sociais que caracterizaram a sociedade brasileira até o momento da sua chegada ao poder, a contribuição do governo de Cardoso foi, justamente, perpetuar a iniquidade das condições de vida das populações das **periferias** dos grandes **centros** urbanos, às quais se impôs o ônus das premências da modernidade capitalista na história do Brasil, garantida pela política econômica governamental, dividida entre a âncora dos **pacotes** e a catapulta dos **ajustes fiscais**, como ainda hoje é possível observar. Assim, como diria Fernando Henrique Cardoso, sem prejuízo para o “otimismo” que caracterizou a sua *performance* presidencial, “tecnicamente” não é possível definir essa **charge** como uma **caricatura**.

CONCLUSÃO

Depreendeu-se da análise da série de imagens selecionadas por Angeli sobre o governo Fernando Henrique Cardoso que o desenhista instituiu uma narrativa essencialmente crítica em relação à prática política do presidente, permitindo caracterizá-la, nos termos do historiador John Pocock, como uma "retórica de hostilidade" diante da *performance* presidencial, cujos significados foram recorrentemente apropriados e expropriados, de maneira a dirigir-lhe uma crítica incisiva, que remete à tradição imagética responsável por tornar a charge uma poderosa arma social, como a denominou Gombrich, especialmente entre os séculos XVIII e XIX.

A análise da interpretação de Angeli sobre o governo de Cardoso considerou, assim, a ênfase instituída pelo desenhista para a construção da sua narrativa. Desse modo, o destaque atribuído à representação do governante, por meio do recurso à imagem do intelectual que virou presidente da República, instituiu-se como outro aspecto determinante para a compreensão da dinâmica comunicativa própria da charge do artista. Daí provêm as características imputadas ao perfil presidencial, assim como as críticas ao desempenho governamental de Cardoso.

Um dos argumentos utilizados na construção do consenso erigido em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso para as eleições presidenciais de 1994 foi a trajetória política do sociólogo. Eleito senador da República pelo PMDB-SP em 1986, sua imagem ganhou projeção nacional ao tornar-se ministro da Fazenda do governo Itamar Franco (19992-1994), quando lançou o Plano Real, até ser alçado à presidência da República. Sua produção intelectual foi alardeada como fator que o capacitava para a condução das alterações que, dizia ele, a sociedade brasileira necessitava na década de 1990, e transformou-se, assim, em uma das principais estratégias de enunciação da crítica de Angeli.

Ao pautar a construção do perfil do governo Fernando Henrique Cardoso por meio da estratégia de ridicularização da figura presidencial, a interpretação de Angeli caracterizou-se pela representação de um mandatário "tolo e imbecil", com um desempenho cujos traços aristocráticos denunciam o autoritarismo subjacente à sua prática política. O estereótipo do monarca, assim como os trocadilhos que lhe foram relacionados no que diz respeito ao passado colonial do país – aludido por meio da atribuição a Cardoso a condição de descendente da família real de Bragança, por exemplo –, são representativos da caracterização geral da prática política excludente e elitista que Angeli atribui ao governante.

Na avaliação que o próprio ex-presidente elaborou acerca da sua passagem pelo Palácio do Planalto entre 1995 e 2001, Fernando Henrique Cardoso, ao evocar significativas referências intelectuais – como Nicolau Maquiavel, Alexis de Tocqueville, Karl Marx e Max Weber –, afirma que se algo lhe faltou não foi a *virtú* do *condottiere*, hipotecando à contingência da *fortuna* aquilo que escapou à virtude de sua prática política (CARDOSO, 2006). Fernando Henrique Cardoso talvez imagine ter cumprido uma espécie de, por assim dizer, "práxis" da dependência. Ou seja, colocou em prática uma estratégia de ação política orientada por uma perspectiva teórica tributária da reflexão marxista e liberal (FIORI, 2001) e que vislumbrava, nos períodos de alta dos ciclos econômicos do sistema capitalista (ARRIGUI, 1997), o momento da ação "virtuosa" por parte das elites políticas das economias periféricas. Ensejando, dessa forma, novas oportunidades de rearranjo das relações políticas historicamente estabelecidas com os países centrais do sistema capitalista internacional.

Em seu discurso de posse, Cardoso afirmou que a transição para a democracia no Brasil havia se concluído com a sua eleição (SALLUM JR., 1996). Entretanto, o primeiro sociólogo eleito presidente do país (REIS, 2011), não o fez sem alguma dubiedade[270]. Cardoso afirmou ainda que "[...] viramos a página do autoritarismo que, com nomes e formas diferentes, desvirtuou nossa República desde a sua fundação. [...] a democracia é uma conquista definitiva"[271].

Na análise do debate político e do contexto linguístico em que foram produzidas as charges investigadas, verificou-se que muitos críticos do governo, inclusive entre aqueles que saíram em sua defesa, caracterizaram a prática política do mandatário, no entanto, como autoritária. Essa apreciação foi enunciada, particularmente, por meio da comparação entre o sociólogo do passado e o político do presente, e se fez presente na intervenção de um número representativo de interlocutores que participaram do debate político sobre o governo de Cardoso. Entre as comparações elaboradas por críticos e defensores, identificou-se como as mais emblemáticas as desenvolvidas por intelectuais como o economista e cientista político José Luís Fiori e dos sociólogos Florestan Fernandes, em 1994, Francisco Oliveira e o próprio Fernando Henrique Cardoso, em 1998, do historiador José Carlos Reis, em 1999, além do sociólogo Bernardo Sorj, em 2001.

No âmbito da linguagem política do periódico, entre 1995 e 2002, tais comparações também se evidenciaram nas crônicas de jornalistas como Carlos Heitor Cony e Clóvis Rossi,

---

[270] CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso de posse. **Presidência da República**. 1º jan. 1995. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DISCURS.HTM>.
[271] Idem.

por exemplo, além das reportagens, entrevistas e dos editoriais publicados diariamente pelo jornal Folha de S.Paulo. Não obstante a complexidade da teia de significados e sentidos que caracterizaram as críticas e apologias ao governo de Cardoso, apreendeu-se que temáticas como as reformas do Estado, por exemplo, permitiram delinear o posicionamento político dos atores históricos envolvidos no debate e, assim, identificar os conflitos, interesses e grupos políticos em disputa naquele momento.

Dessa forma, compreendeu-se que, a despeito das incisivas críticas existentes nos editoriais do periódico, o seu posicionamento em favor das reformas propostas por Fernando Henrique Cardoso foi reiteradamente explicitado, particularmente no que tange às discussões acerca da reforma da Previdência Social, da política econômica governamental de combate à inflação e da reeleição presidencial. Posicionamento que se constatou inclusive nos sentidos das críticas que o periódico dirigiu ao governo.

A seu turno, a convergência de sentidos e significados entre as críticas de Angeli e as dos referidos jornalistas, especialmente as de Carlos Heitor Cony, também se fez notar. Outro relevante indício nesse sentido foi a publicação do livro **O Presidente que sabia Javanês (2000)**, com as primeiras imagens da série investigada e as crônicas do jornalista publicadas sobre o governo até aquele momento (ANGELI, CONY, 2000). Identificou-se que o dialogo mais estreito nesse sentido se deu na caracterização que ambos realizaram sobre o governo Fernando Henrique Cardoso como expressão da dependência econômica e política do país em relação aos interesses do capital financeiro internacional e da coligação partidária conservadora que lhe conferiu sustentação política. Da mesma maneira, ambos enfatizaram a relação entre a política econômica governamental e as suas implicações sociais, como o agravamento da precária situação social do país, assim como do histórico quadro de desigualdades sociais relativo à concentração de renda e da terra no Brasil que, de acordo com o desenhista e o jornalista, o governante foi responsável não somente por reiterar, mas, também, por assegurar a sua perpetuação.

Essa compreensão já se fazia presente na reflexão de José Luís Fiori, em texto publicado no periódico em julho de 1994, quando do lançamento do Plano Real. Entretanto, a comparação de Fiori entre a produção intelectual de Fernando Henrique Cardoso e o que a candidatura à presidência da República do atual ministro da Fazenda representava naquele momento, ressaltou a coerência que existiria entre ambas. Verificou-se que o entendimento de Angeli sobre essa relação aproxima-se, assim, da percepção enunciada por Florestan Fernandes em outubro daquele ano, para quem a opção do antigo sociólogo em chegar ao poder por meio de uma aliança com os grupos políticos e sociais responsáveis pela

emergência da ditadura civil-militar de 1964, representou o malogro das perspectivas e orientações políticas que pautaram a atuação do sociólogo no passado.

A definição da prática política de Cardoso como autoritária, vislumbrada nas apreciações de José Luís Fiori e Florestan Fernandes em 1994, tornou-se ainda mais eloquente na reflexão desenvolvida por Francisco Oliveira, em texto publicado em 1998. A amplitude de sua crítica ressaltou, além dos aspectos assinalados, a imagem de retrocesso que o governo de Cardoso representou em função, por exemplo, da precarização das relações de trabalho provocada pela abertura comercial de orientação privatista que caracterizou as reformas do Estado engendradas até aquele momento. Francisco Oliveira concluiu que o demasiado fortalecimento do poder Executivo promovido pela política governamental colaborou, portanto, para o refluxo da histórica luta em favor da conquista, garantia e preservação dos direitos trabalhistas, em particular, e da construção do processo de democratização social no Brasil de uma maneira geral.

O historiador José Carlos Reis, a seu turno, embora relativize, em 1999, o caráter autoritário da prática política governamental de Cardoso, entreviu a pertinência dessa compreensão acerca do significado histórico do governo de Cardoso sem, contudo, deixar de apostar em uma suposta prática civilizadora do antigo sociólogo junto aos próceres do autoritarismo subjacente à história republicana brasileira. Por sua vez, em 2001, tal qual o presidente que terminava o seu primeiro mandato em 1998 e se preparava para concorrer ao segundo pleito presidencial, o sociólogo Bernardo Sorj saiu em defesa do que considerou ser o maior benefício angariado com o governo de Cardoso, o combate à inflação e a estabilização da moeda.

Para Fernando Henrique Cardoso e Bernardo Sorj, assim como para o jornal Folha de S.Paulo, o retrocesso significava a não realização das reformas que, segundo os seus defensores, modernizaria o Estado brasileiro e, por meio da "valorização" da moeda, garantiriam o desenvolvimento econômico do país.

Observou-se, portanto, que no interior do contexto linguístico em que a produção artística de Angeli sobre Cardoso foi veiculada, diversificadas apreciações sobre a prática política do governante já haviam sido elaboradas por meio do recurso à comparação entre o sociólogo do passado e o político do presente. A análise da dinâmica comunicativa da crítica de Angeli evidenciou, dessa forma, que a prática de apropriação da linguagem disponível no interior do debate político sobre o governo Fernando Henrique Cardoso se erigiu por meio da mesma estratégia de enunciação daqueles que teceram seus comentários por meio da referida comparação.

A série de imagens selecionadas por Angeli sobre o governo Fernando Henrique Cardoso expressa, portanto, a ênfase atribuída pelo desenhista acerca da sua produção artística referente à prática política governamental que caracterizou o Estado brasileiro entre os anos de 1995 e 2002. Sua análise permitiu identificar a elaboração de uma narrativa dotada de sentido e coesão, cuja coerência verifica-se, sobretudo, na estratégia enunciativa que privilegiou a ridicularização da figura do mandatário por meio da criação de multifacetados estereótipos, para o que o artista se valeu de toda sorte de elementos que constituem a tradição imagética concernente à arte caricatural.

O mandatário foi representado, assim, como refém das próprias alianças partidárias que constituiu para chegar ao poder, tanto quanto da prevalência dos interesses políticos e econômicos de agências financeiras internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional). Outra evidência nesse sentido diz respeito à dependência das despesas da União frente à elevação da carga tributária no país desde a chegada de Cardoso à presidência da República. Tais aspectos explicitam, portanto, a ênfase do artista em construir a imagem de um governo caudatário de interesses diversos e há muito arraigados na história do Brasil.

Por outro lado, junto a essa condição de dependência política e econômica atribuída ao governo, erigiu-se, igualmente, a imagem de um mandatário que dispõe de amplas prerrogativas institucionais, recursos que lhe conferem a margem de manobra política suficientemente necessária para a consecução dos seus objetivos. As críticas quanto à natureza autoritária da prática política governamental, especialmente quanto aos esforços orientados para a aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição de Cardoso, são as maiores evidências nesse sentido.

Do mesmo modo, Angeli construiu a visão de um governo responsável pela perpetuação das práticas clientelísticas e fisiológicas que historicamente enviesaram as relações entre o Estado brasileiro e os atores históricos que dele se valeram nesse sentido. Ao mesmo tempo, salientou, por outro lado, a tendência ao isolamento que Fernando Henrique Cardoso exibiu, tanto em suas relações com o poder Legislativo quanto com a formação social brasileira de uma maneira geral. Essa imagem foi elaborada por meio da reiteração da ideia de um governo que se desgastou progressivamente ao longo dos seus oito anos de vigência, especialmente em decorrência do agravamento das precárias condições de vida da maioria da população, sobre a qual recaíram as implicações de uma política econômica que locupletou banqueiros nacionais e internacionais, além de políticos inescrupulosos.

Fio condutor dessa narrativa, a comparação feita pelo desenhista entre o sociólogo e o presidente identificou o momento da inflexão nessa trajetória política a partir de 1993, quando

Cardoso tornou-se ministro da Fazenda do governo Itamar Franco (1992-1994). A partir desse momento, o futuro presidente da República deixou de representar a prática política progressista que o artista lhe imputava até então e passou a ser representado como veículo da introdução das políticas neoliberais no país.

Quanto aos elementos constitutivos da linguagem chargística mobilizados por Angeli, verificou-se a significativa incidência, tal qual assinalado por Gombrich (1999), com que o artista recorre às metáforas para a elaboração dos seus comentários sobre as notícias diárias, assim como o uso das "metáforas naturais" para aludir às temáticas religiosas e produzir os jogos de contrastes daí provenientes. Contudo, a narrativa de Angeli privilegiou também o recurso às metonímias, expressas principalmente na série "faixas presidenciais" e nas demais séries menores identificadas no interior de sua narrativa. Para tanto, os motivos da faixa presidencial, do retrato oficial e da galeria de presidentes no Palácio do Planalto compuseram relevante número de charges para a elaboração da comparação do artista entre o político e o intelectual.

São os estereótipos, no entanto, que ocupam lugar de destaque na dinâmica comunicativa criada pelo artista para essa comparação. Retirados do "saber convencional" (GOMBRICH, 1999), relacionam-se com as figuras de linguagens mobilizadas de modo a reiterar, potencializar e, por vezes, até mesmo contradizer os seus significados. O estereótipo do cantor Elvis Presley, criado por Angeli para a caracterização da prática política governamental de Fernando Henrique Cardoso, é emblemático nesse sentido.

A criação desse estereótipo permitiu, por exemplo, verificar que a questão da vaidade do sociólogo foi recorrente no interior do debate político, além de usualmente mobilizada como arma política pelos adversários do então presidente. A representação de Cardoso como o cantor Elvis Presley também foi instrumento do artista para criticar o desempenho governamental e o desgaste do governo. O estereótipo permitiu, ainda, verificar a singularidade da representação de Angeli quanto aos significados históricos da prática política de Fernando Henrique Cardoso, caracterizando-a como algo que, a despeito do seu resplendor, encontrou a sua forma decadente.

Assim, para Ernst Gombrich o "teste do sucesso do artista" consiste na sua capacidade em representar o semelhante pelo seu equivalente, daí a caricatura como exemplo paradigmático da sua compreensão a esse respeito. Infere também que o objetivo do caricaturista reside em sintetizar o debate político. Quanto ao processo de domesticação da caricatura política no século XX apontado pelo historiador da arte, a análise da série de Angeli sobre Cardoso permite inferir, no entanto, que é justamente a crítica política que a

charge encerra em si, menos do que o objetivo de síntese, que permite ao artista escapar, ou impedir, que a dinâmica comunicativa da linguagem de sua crítica seja subsumida à opinião do periódico. A produção artística de Angeli sobre o governo Fernando Henrique Cardoso está, portanto, mais próxima da tradição imagética caracterizada por uma crítica mordaz, contundente e, até mesmo, irascível à prática política governamental, do que subsumida ao processo de domesticação da polêmica imanente ao debate político.

Quanto à perspectiva aberta por Fernando Henrique Cardoso ao lançar a nova moeda em julho de 1993, o novo plano econômico foi apresentado pelo futuro presidente, assim como pela chamada grande imprensa (MATOS, 2008; FONSECA, 2005) como o mais novo "milagre econômico" brasileiro. Nessa trilha, a "nova modernidade" (FIORI, 2001), foi concebida como a modalidade contemporânea da "procissão de milagres" assinalada por Sérgio Buarque de Holanda em **Visões do paraíso (1959)**, e recuperada por Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello (1998) para a interpretação dos significados históricos do Plano Real para a sociabilidade brasileira (ARANTES, 2001).

A prática política do governo Fernando Henrique Cardoso também pode ser compreendida como uma modalidade do processo de modernização conservadora assinalado como característico da modernização capitalista no Brasil (VIANNA, 1997). Restabelecidos os procedimentos eleitorais de escolhas dos dirigentes políticos da nação, deu-se por consolidada a democracia, imaginando, com isso, poder restringir a participação política a um conjunto de procedimentos institucionais. Sua engenharia foi disposta pela prática política governamental de maneira a recorrer a subterfúgios – como as legislações de urgência e os impostos provisórios tornados permanentes –, que, se não romperam com a legalidade constitucional, tampouco podem ser designados como transparentes ou mesmo democráticos.

Não surpreende, portanto, que em 2011 o historiador Daniel Aarão Reis ainda alerte para a necessidade de "democratizar a democracia" (AARÃO, 2011), tanto quanto o fez Luiz Werneck Vianna, em julho de 1994. Como não deveria causar assombro a eclosão, entre maio e junho de 2013, dos furiosos protestos que adquiriram amplitude nacional, protagonizados por jovens manifestantes nas chamadas "jornadas de junho".

Assim, pode-se inferir que o retrato presidencial de Fernando Henrique Cardoso na galeria de presidentes do Palácio do Planalto, como bem o disse o desenhista Angeli, representa mais um soneto da história cantada por Tom Jobim e Chico Buarque, **Retrato em branco e Preto (1968)**, agora legitimado pela democracia eleitoral, tão necessária quanto a concretização do processo de democratização da formação social brasileira, ainda inconcluso e, ao que tudo indica, sempre em risco.

FONTES TEXTUAIS

Crônicas

CANTANHÊDE, Eliane. O vermelho e o azul. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 out. 2002.

____. Ataque especulativo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 nov. 1997.

CONY, Carlos Heitor. Governo Poder. **Folha S.Paulo**, São Paulo, 24 nov. 1997.

____. Protestos no Glória. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 nov. 1997.

____. O time da Cantuária. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 maio 1996.

____. A fazenda dos animais. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 7 jul. 1995.

____. Época de burros. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 6 jul. 1995.

____. A inteligência de Laval. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 5 jul. 1995.

CRUZ, Valdo. De olho nas eleições. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 jun. 1996.

____. Cobrança Real. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 maio 1996.

FREIRE, Vinícius Torres. FHC, maldades e carinhos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 6 jun. 1998.

MORAES, Antonio Ermínio de. Acertos e desacertos da globalização. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 nov. 1997.

RODRIGUES, Fernando. Os balões de ensaio. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 9 jul. 1997.

ROSSI, Clóvis. Pra que estudar tanto? **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 22 maio 1996.

____. A inteligência e o fim da linha. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 7 jul. 1995.

____. Inteligência e vaidade. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 5 jul. 1995.

SARNEY, José. O corredor da esplanada. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 ago. 1999.

SERRA, José. Das tulipas Hong Kong. **Folha S.Paulo**, São Paulo, 24 nov. 1997.

SOUZA, Josias de. Tiro no pé. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 jun. 1996.

Editoriais

A largada. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 out. 2002.

A terceira trégua do real. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 out. 1998.

Ajuste caro e difícil. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 14 out. 1998.

Autodestruição. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 9 jul. 1997.

Depois da marcha. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 ago. 1999.

Desaquecimento europeu. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 jun. 1996.

Esquerda burra. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 7 jul. 1995. p. 1-2.

Esquerda sem ação. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 nov. 1997.

Espelho quebrado. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1 jul. 1996.

Geléia geral. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 5 jan. 1996.

O BC e as eleições. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 6 jun. 1998.

O combate à especulação financeira. **Folha S.Paulo**, São Paulo, 24 nov. 1997.

O Político. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 jun. 1996.

O risco do populismo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 jul. 1996.

Promoção de exportações. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 jun.1996.

Sem fatalismo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 jul. 1994.

Weber e o presidente. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 5 jul. 1995.

Entrevistas

PEÑA, Renata. Contra o humor a favor. **Revista Veja**. 26 jul. 2006. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/angeli/chargeangeli/chargeangeli>.

REVISTA TRIP, 9 ago. 2010. Disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/revista/191/paginas-negras/angeli/page-1.html>.

Reportagens

BUARIM JR., Oswaldo. Emendas favorecem redutos de líderes. **Folha de S.Paulo**, São Paulo 26 out. 1997.

CRUZ, Valdo. Pacote teve maldades desnecessárias, diz FHC. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 jun. 1998.

____; SOUZA, Vivaldo. Presidente ameaça prefeitos e parlamentares com cortes. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 9 jul. 1997.

____; SALOMON, Marta. Maior rebeldia foi entre o PPB. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 maio 1996.

FHC ataca infiéis e vê PSDB como um partido-avestruz. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 4 jul. 1995. (Sucursal de Brasília)

FHC critica "tripas expostas" a todo instante. **Folha de S.Paulo,** São Paulo, 26 maio 1999. (Sucursal de Brasília)

FHC libera gastos de ministérios. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 jun. 1998. (Redação)

FHC pede ajuda a empresários para reformas **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 maio 1996. (Redação)

FHC vê "sensacionalismo" na divulgação de grampo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 maio 1999. (Sucursal de Brasília)

FRAGA, Plínio. Ao comentar "O Príncipe", Fernando Henrique pede silêncio a Lula. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 5 ago. 2010. (Caderno Ilustrada). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2010/08/778374-ao-comentar-o-principe-fernando-henrique-pede-silencio-a-lula.shtml>.

GENOÍNO, José. As desmedidas do governo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 maio 1996. (Seção Tendências e Debates)

Governo vai tentar mudar regras para obter vitória. **Folha de S.Paulo**, São Paulo 24 maio 1996. (Redação)

MADUENO, Denise. Governo sofre derrota e ameaça retirar emenda. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 maio 1996. (Reportagem)

Ministro pede retirada. **Folha de S.Paulo**, São Paulo 24 maio 1996. (Redação)

Noticiário obscurece os fatos. **Folha de S.Paulo,** São Paulo, 26 maio 1999. (Redação)

Oposição quer *impeachment* de FHC. **Folha de S.Paulo,** São Paulo, 26 maio 1999. (Sucursal de Brasília)

SEIDL, Antonio Carlos. Discurso de FHC "é leitura alienada", diz empresário. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 maio 1996.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, v. 31, n. 1, p. 5-32, 1988. Disponível em: <http://www.academia.edu/1956053/Presidencialismo_de_coalizao_o_dilema_institucional_brasileiro>. Acesso em: 27 out. 2012.

ABREU SOJO, Carlos. Periodismo iconográfico (X). Clasificaciones sobre la caricatura (y2). **Revista latina de comunicación social**, n. 45, año 4, dez./2001a. Disponível em: <http://www.ull.es/publicaciones/latina/2001/latina45diciembre/4506abreu.htm>. Acesso em: 13 abr. 2013.

____. Periodismo iconográfico (VII). Hacia una definición de caricatura. **Revista latina de comunicación social**, n.40, año 4, abr./2001b. Disponível em: <http://www.ull.es/publicaciones/latina/2001/latina40abr/102cabreuVII.htm>. Acesso em: 19 abr. 2013.

____. Periodismo iconográfico (VI). La caricatura, historia y definiciones. **Revista latina de comunicación social**, n. 38, año 4, fev./2001c. Disponível em: <http://www.ull.es/publicaciones/latina/2001/latina38feb/124abreu6.htm>. Acesso em: 19 abr. 2013.

AMORIM NETO, Octávio. O Poder Executivo, centro de gravidade do sistema político brasileiro. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (eds.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2007.

ANGELI FILHO, Arnaldo; CONY, Carlos Heitor. **O presidente que sabia javanês**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

ARAGÃO, Octávio. Charges e política – o riso moldando um país. História, imagens e narrativas. n. 5, ano 3, set./2007.
ARANTES, Paulo Eduardo. **Um departamento francês de ultramar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

ARAÚJO, Cícero. Apresentação. In: POCOCK, John. G. H.; MICELI, Sérgio (Orgs.). **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2003. p. 10-16?.

ARBACH, Jorge Mtanios Iskandar. **O fato gráfico**: o humor gráfico como gênero jornalístico**.** São Paulo: USP/SP. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, 2007.

ARRIGONI, Mariana de Mello. Debatendo os conceitos de Caricatura, Charge e Cartum. III **Encontro Nacional de Estudos da Imagem**, Londrina, p. 2060-2075, maio 2011.

BENTIVOGLIO, Júlio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. **Dimensões**, Santa Catarina, vol. 24, p. 114-134, 2010.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (orgs.) **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2007. p. 87-122.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Relembrando o que escrevi**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

____. **A arte da política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

____; FALLETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

____. Fernando Henrique. Livros que inventaram o Brasil. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 37, p. 21-35, 1993.

____. "Teoria da dependência" ou análises concretas de situações de dependência? In: ____. **O modelo político brasileiro.** São Paulo: DIFEL, 1972b.

____. **Empresariado industrial e desenvolvimento econômico no Brasil.** São Paulo: DIFEL, 1972a.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

COUTO, Cláudio G.; ABRUCIO, Fernando. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições, **Tempo Social**, São Paulo, n. 2, v. 15, p. 269-301, nov. 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702003000200011&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 jul. 2012.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. Participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2005.

DAVIES, Christie. Cartuns, caricaturas e piadas: roteiros e estereótipos. In: LUSTOSA, Isabel (org.). **Imprensa, humor e caricatura**. A questão dos estereótipos culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 93-124.

DELIGNE, Alain. De que maneira o riso pode ser considerado subversivo? In: LUSTOSA, Isabel (org.) **Imprensa, humor e caricatura**. A questão dos estereótipos culturais. Belo horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 29-46.

DINIZ, Eli. Globalização, reforma do estado e teoria democrática contemporânea. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, out./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400003&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 out. 2012.

DINIZ, Simone. Interações entre os poderes Executivo e Legislativo no processo decisório: avaliando sucesso e fracasso presidencial. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 333-369,

2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt&userID=-2>. Acesso em: 02 jun. 2012.

DÓRIA, Palmério. **O príncipe da privataria**. São Paulo: Geração editorial, 2013.

ESPINA, Daniel Corrêa. **300 de Angeli**: jornalismo e retrato social em desenhos de humor. Local: Frederico Westphalen, dezembro de 2009. Universidade Federal de Santa Maria Centro de Educação Superior Norte – RS Departamento de Ciências da Comunicação Curso de Comunicação Social – Jornalismo

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. **Lua Nova** – Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 28-29, abr./1993.

FALCON, Francisco. História das Ideias. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 91-?.

FAUSTO NETO, Antônio; SANCHOTENE, Carlos R. Samuel. O ingresso da charge na mídia: da litografia ao ciberespaço. **História, imagens e narrativas**. n. 7, ano 3, p. 1-21, set./out. 2008.

FERES JÚNIOR, João. De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 48, n. 3, p. 655-680, 2005.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando; VALENTE, Ana L. Governabilidade e concentração de poder institucional: o governo FHC. **Tempo Social**, São Paulo, vol. 11, n. 2, p. 49-62, out. 2000.

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado**. São Paulo, Hucitec, 2005.

GALA, Paulo. A teoria institucional de Douglass North. **Revista de economia política**, vol. 23, n. 02 (90), p. 89-105, abr.-jun./2003.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma. **Revista Domínios da Imagem**, Londrina, n. 2, p. 7-26, maio 2008.

GINZBURG, Carlo. De A. Warburg a E. H. Gombrich. In:_____. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 41-93.

GOLDENSTEIN, Lídia. **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GOMBRICH, Ernest Hans. **Os usos das imagens**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

____. **Arte e ilusão**: um estudo da psicologia da representação pictórica. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

____. O arsenal do caricaturista. In: ____. **Meditações sobre um cavalinho de pau**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 127-142.

____; KRIS, Ernest. The principles of Caricature. **British Journal of Medical Psychology**, v. 17, p. 319-342, 1938. Disponível em: <http://gombricharchive.files.wordpress.com/2011/05/showdoc85.pdf>. Acesso em: 23/07/2013.

GOODWIN, Ricky. A monovisão dos estereótipos no desenho de humor contemporâneo. In: LUSTOSA, Isabel (org.) **Imprensa, humor e caricatura**. A questão dos estereótipos culturais. Belo horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 535-555.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2003

GRUDZINSKI, Silvia Cristina. Critérios jornalísticos de noticiabilidade presentes na rotina produtiva da charge. **Biblioteca on-line de ciências da comunicação**, Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=1753>. Acesso em: 21 jan. 2012. p. 1-11. ISSN: 1646-3137.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova** – Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 58, CEDEC. p. 193-224, 2003.

IMMERGUT, Ellen M. As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia. Tradução: Vera Pereira. Artigo originalmente publicado em STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen; LONGSTRETH F. **StructuringPolitics** – Historicalinstitucionalism in comparativeanalysis. New York: Cambridge University Press, 1992.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 27-38, fev. 2005.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives and public policies**. 2. ed. New York: Addison-Wesley Educational Publishers Inc., 1995.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Conrtraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.

LAMOUNIER, Bolívar. **A opção parlamentarista**. São Paulo: Editora Sumaré, 1991.

LEHMANN, David. F. H. Cardoso: da dependência à democracia. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 14, 1986.

LEMOS, Renato (Org.) **Uma história do Brasil através da caricatura** (1840-2006). 2. ed. Rio de Janeiro: Bom texto, 2006.

LIEBEL, Vinícius. Entre Sentidos e Interpretações - Apontamentos sobre Análises Documentárias de Imagens. **ETD**. Educação Temática Digital, v. 12, p. 172-189, 2011.

____. A análise de charges segundo o método documentário. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle. (Orgs.). **Metodologias da Pesquisa Qualitativa em** Educação. Teoria e Prática. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 182-196.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. vol. 1.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos Estudos Cebrap**, n.76, p. 17-41, nov. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300002 >. Acesso em: 02 jul. 2012.

LUSTOSA, Isabel. O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro, Civilização Brasiliense, 2003. p. 287-312. vol. 3.

PEREIRA, Gustavo Freitas. A Metafísica como subárea da História: a noção de pressuposições absolutas em R. G. Collingwood. **Controvérsia**, v. 6, n. 3, p. 68-76, set./dez. 2010.

MAGNO, Luciano. **História da caricatura brasileira**. Os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil. [Rio de Janeiro]: Gala Edições de Arte, 2012. vol. 1.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Classificando regimes políticos na América Latina. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 44, n. 4, p. 645-687, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v44n4/a01v44n4.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012.

MAINWARING, Scott. Politicians, parties, and electoral systems: Brazil in comparative perspective". **Kelloog Institute**, n. 141, jun. 1990. Disponível em: <http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/141.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2012.

MENDES, Toninho. **Humor paulistano**: a experiência da Circo editorial (1985-1995). São Paulo: Ed. SESI-SP, 2014.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. **Rumo a uma "história visual"**. Material didático produzido para aula ministrada pelo Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo FFLCH/USP aos 14 de junho de 2005. (versão 2).

MIANI, Rozinaldo Antônio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **9ª Arte**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.37-48, 2012.

____. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990**: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista.2005. Tese (Doutorado em História)-Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

MOREIRA, Marcelo S. Poliarquia em debate: limites e contribuições da teoria democrática dahlsiana. **II Seminário nacional de sociologia e política**. Curitiba, p.1-27, 2010. Disponível em:<http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT01/Marcelo%20Sevaybricker%20Moreira.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, v. 4, n. 26, p. 62-85, jan./jul. 2013. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi26/TOPOI26_2013_TOPOI_26_A05.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2013.

____. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

____. Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectivas/Fapesp, 2002.

NERY, Laura M. **Caricatura**: microcosmo da questão da arte na modernidade. 2006. Tese (Doutorado em História)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/9068/9068_1.PDF>. Acesso em: 09 jun. 2013.

____. Nostalgia e novidade. Estratégias de humor gráfico em Raul Pederneiras. In: LUSTOSA, Isabel (org.) **Imprensa, humor e caricatura**. A questão dos estereótipos culturais. Belo horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 225-249.

NORTH, Douglass. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OTTAWAY, Marina. **Democracy Challenged**: The rise of semi-autoritarianism. Washington, Carnegie Endowment for International Peace, 2003.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Carlos e MUELLER, Bernardo. Uma teoria da preponderância do Executivo. O Sistema de comissões no Legislativo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 43, v.15, p. , jun. 2000.

PEREIRA, Gustavo Freitas. A Metafísica como subárea da História: a noção de pressuposições absolutas em R. G. Collingwood. **Controvérsia**, v. 6, n. 3, p. 68-76, set./dez. 2010.

PEREIRA, Álvaro. **Depois de FHC**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

PESSANHA, Charles. O poder executivo e o processo legislativo nas constituições brasileiras. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002. p. 141-194.

PIFANO, Raquel Q. História da arte como história das imagens. **Fênix**. v. 7, Ano VII, n. 3, p. 1-21, set./out./nov./dez. 2010.

PIRES, Vera Lúcia; TAMANINI-ADAMES, Fátima Andréia. Desenvolvimento do conceito bakhtiniano de polifonia. **Estudos Semióticos**, São Paulo, vol. 6, n. 2, p. 66–76, 2010. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es>. Acesso em: 15 jan. 2011.

PIVA, Otávio. Presidencialismo de coalizão. **Revista Cultura e Fé**. n. 130, ano 33, p. 363-373, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.idc.org.br/GESTIONALE/upload/CONFIGURAZIONE/ECONTENT/CREAZIONEPORTALE/template/galleria/Image/documentos/Cultura_e_Fe/130/Estudotexto/Presidencialismo_de_coalizao.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2013.

POCOCK, John. G. H.; MICELI, Sérgio (Orgs.). **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2003.

POWER, Timothy. Optimism, pessimism, and coalitional presidentialism: debating the institutional design of brazilian democracy. **Bulletin of Latin American Research**, n. 1, v. 29, p.18-33, 2010.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico na América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro: ano 3, n. 3, set., 1949.

RAILE, Eric; PEREIRA, Carlos; POWER, Timothy. The Executive toolbox: building Legislative support in a multiparty presidential regime. Forthcoming in **Political Research Quarterly**, 2006.

REGULAMENTO do 40º Salão Internacional de Humor de Piracicaba. Disponível em: <http://salaodehumor.piracicaba.sp.gov.br/humor/wp-content/uploads/2013/04/regulamento-2013.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2013.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge Jornalística**: intertextualidade e polifonia. Um estudo de charges da Folha de S. Paulo. Maringá: EDUEM, 2000.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem *fortuna*, o intelectual de *virtú*. In: WEFFORT, Francisco (org.) **Os clássicos da política**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2002. p. 13-50.

SALLUM JR., Brasílio. O Brasil sob Cardoso. Neoliberalismo e desenvolvimentismo. In: **Tempo Social**, São Paulo, n. 02, vol. 11, p. 23-47, 2000.

____. **Labirintos**. Dos generais à Nova República. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Fabiano. Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 2, p. 237-264, 2002.

SANTOS, Wanderley G. dos. Poliarquia em 3D. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 207-281, 1998.

____. **Razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 50, p. 115-124, 1998.

____. **Ao vencedor as batatas**. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste (orgs.) **Século XX. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. vol. 2.

SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. **Prismas**. Revista de historia intelectual. n. 4, 2000, p.149-191.

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo.** Da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SOUZA, Luciana C. P. de. Com a palavra, a imagem. **História, imagem e narrativas**. n. 9, p. 1-16, out./2009. Disponível em: <http://www.historiaimagem.com.br/edicao9outubro2009/02-comapalavra.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2013.

STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen.Historical institucionalism in comparative politics. In: ____; LONGSTRETH, Frank (Eds.) **Structuring politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 01-32.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **Sentidos do humor, trapaças da razão**: as charges. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. Instituto de Economia (UFRJ)?. 2012.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **O presidente segundo o sociólogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRASPADINI, Roberta. **A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

VIANNA, Luiz Werneck. Fachada americana, estrutura barroca. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 out. 2004, Tendências e Debates, Primeiro Caderno, p. A3. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2004/10/09/2/>. Acesso em: 16 dez. 2004.

____. 1964. **Estudos – Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, UFRRJ, n. 2, jun./1994.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: REMÓND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 271-294.

ZAULI, Eduardo Meira; Marta M. Assumpção, RODRIGUES. De José Sarney a Fernando Henrique Cardoso: relação Executivo-Legislativo e política de saúde no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 25, p. 183-211, jun./dez. 2002.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia**: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002). Rio de Janeiro: Record, 2005.

ZINK, Rui. Da bondade dos estereótipos. In: LUSTOSA, Isabel (org.) **Imprensa, humor e caricatura**. A questão dos estereótipos culturais. Belo horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 47-68.

ANEXO

Imagem 1:

Fig. 3.

Fonte: GOMBRICH, E. H.; KRIS, Ernest. The principles of Caricature. **British Journal of Medical Psychology**, v. 17, p. 319-342, 1938. Disponível em: <http://gombricharchive.files.wordpress.com/2011/05/showdoc85.pdf>. Acesso em: 23/07/2013.

Imagem 2:

Fig. 12.

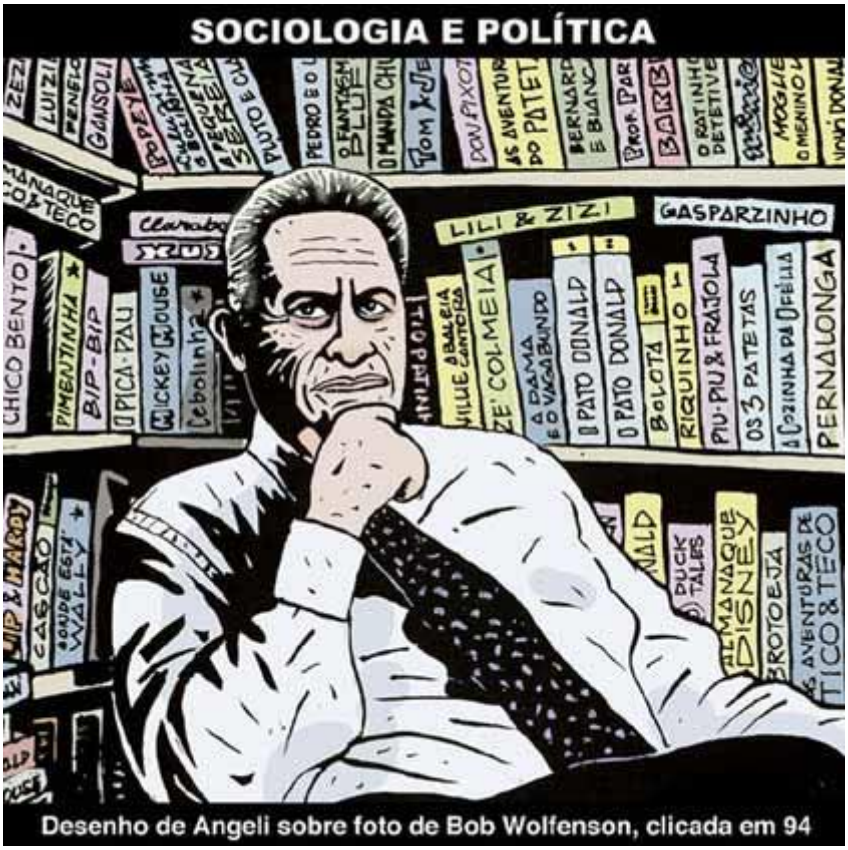
Fonte: GOMBRICH, E. H.; KRIS, Ernest. The principles of Caricature. **British Journal of Medical Psychology**, v. 17, p. 319-342, 1938. Disponível em: <http://gombricharchive.files.wordpress.com/2011/05/showdoc85.pdf>. Acesso em: 23/07/2013.

Imagem 3:

Fig. 11.

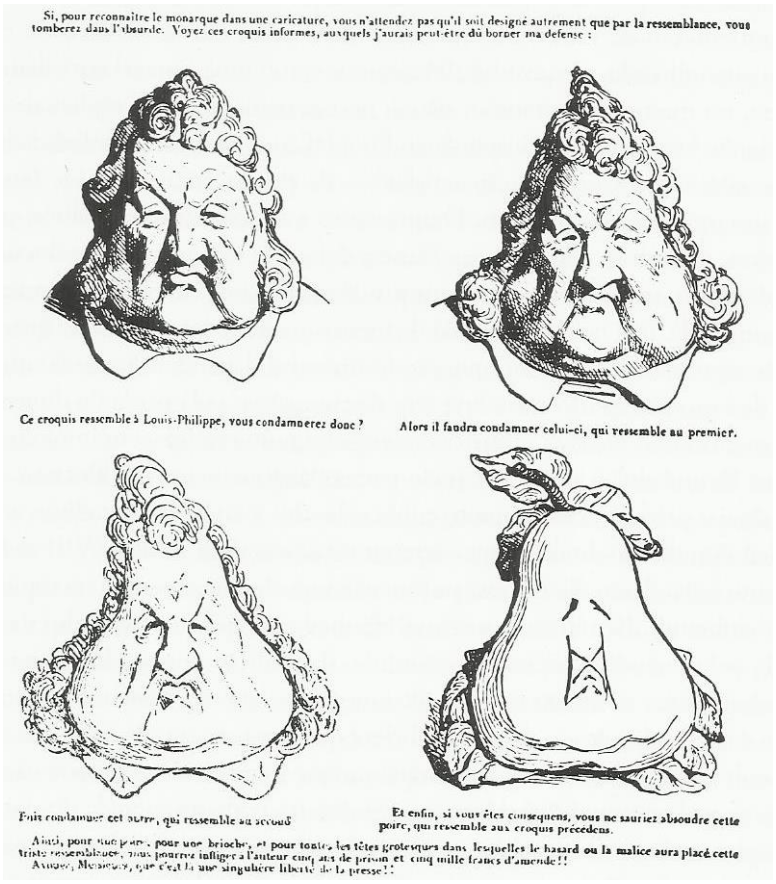
Fonte: GOMBRICH, E. H.; KRIS, Ernest. The principles of Caricature. **British Journal of Medical Psychology**, v. 17, p. 319-342, 1938. Disponível em: <http://gombricharchive.files.wordpress.com/2011/05/showdoc85.pdf>. Acesso em: 23/07/2013.

Imagem 4:



Fonte: ANGELI. Sociologia e política. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 28 jul. 2002.

Imagem 5:

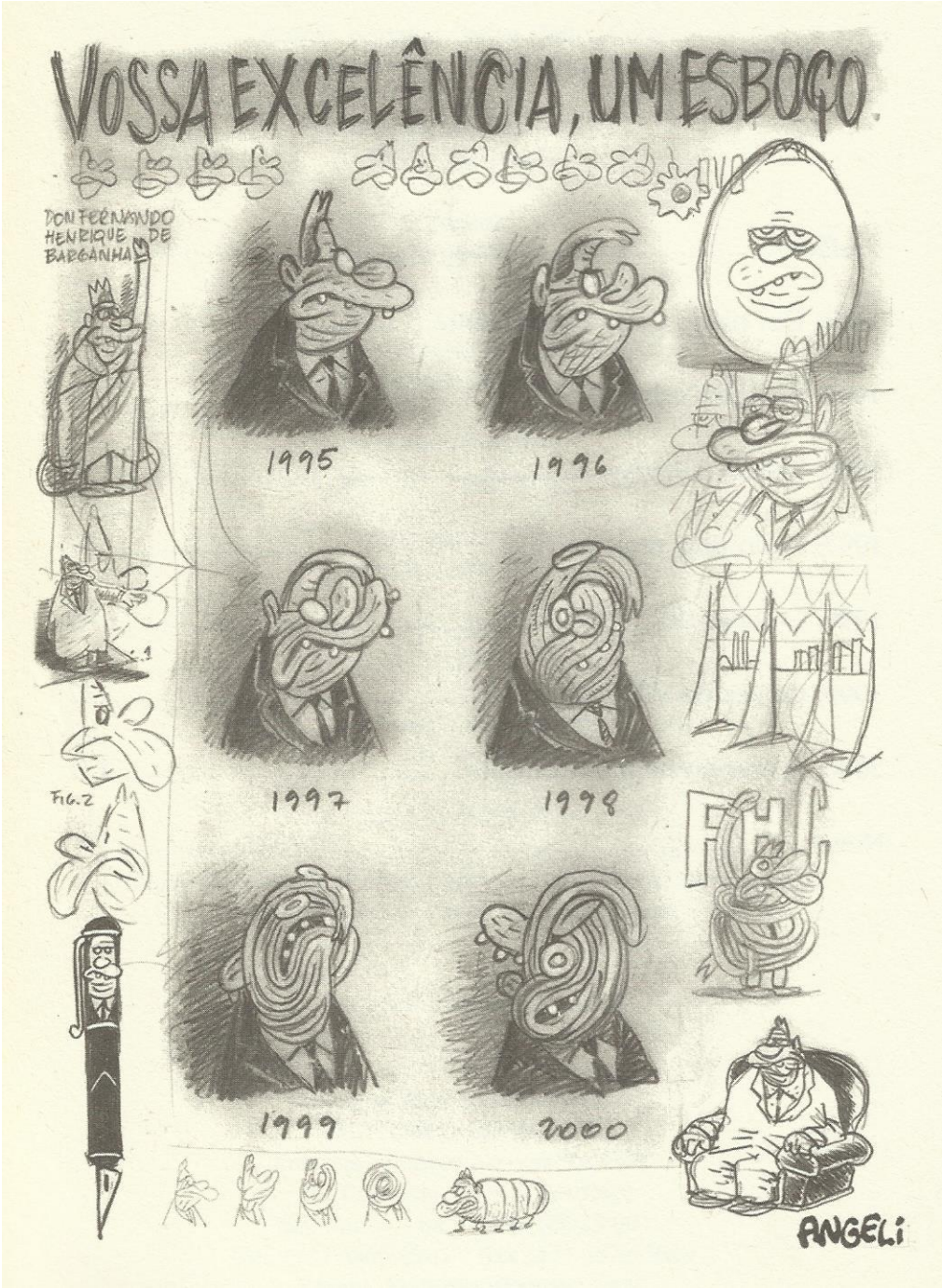


Fonte: GOMBRICH, Ernest Hans. **Arte e ilusão**: um estudo da psicologia da representação pictórica. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007. p. 291.

Imagem 6:

Fonte: ANGELI. Vossa Excelência, um esboço. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 dez. 2000.

Imagem 7:



Fonte: ANGELI; CONY, C. H. **O presidente que sabia javanês**. São Paulo, BOITEMPO editorial, 2000, p. 6.

Imagem 8:

Fonte: arquivo pessoal do autor. Disponível em: <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/31725-homenagem-charlie-hebdo#foto-471354>.

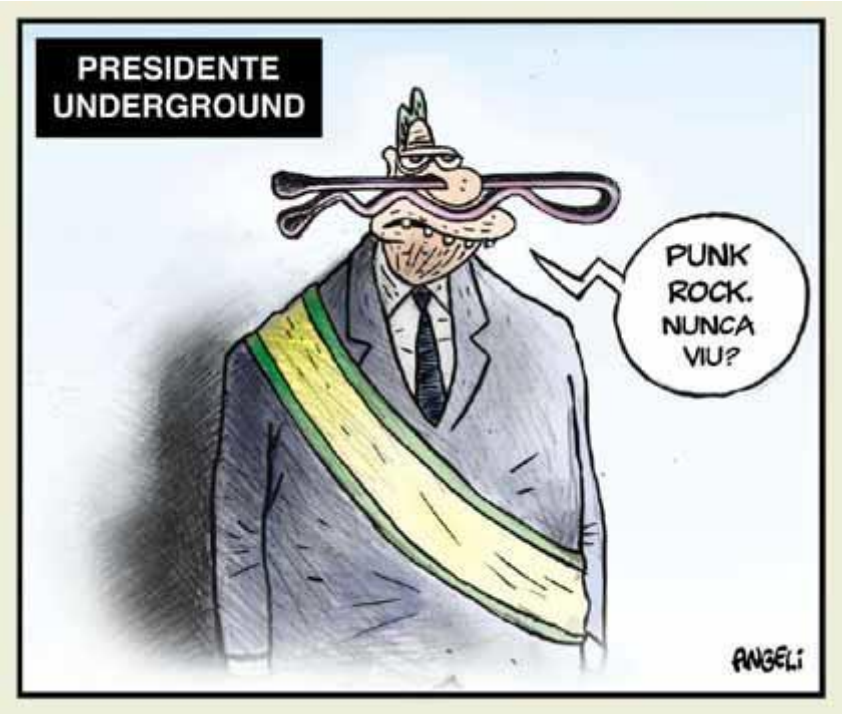
Imagem 9:

Fonte: ANGELI. Cinco dedos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 jul. 1998.

Imagem 10:

Fonte: ANGELI. Marca registrada. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 16 jul. 2002.

Imagem 11:



Fonte: ANGELI. Presidente *underground*. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 maio 1999.

Imagem 12:

Fonte: ANGELI. Retrato oficial. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 maio de 1996.

Imagem 13:

Fonte: ANGELI. FHC, atravé dos tempos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 29 out. 1995.

Imagem 14:

Fonte: ANGELI. O príncipe da sociologia. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 15 abr. 2001.

Imagem 15:

Fonte: ANGELI. Esta é a sua vida. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 7 jul. 1995.

Imagem 16:

Fonte: ANGELI. O milagre da reeleição. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 out. 1997.

Imagem 17:

Fonte: ANGELI. FHC *Style*. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 9 jul. 1997.

Imagem 18:

Fonte: ANGELI. Novo ministério. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 dez. 2000.8 maio 1996.

Imagem 19:

Fonte: ANGELI. Montando o ministério. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 jul. 1999.

Imagem 20:

Fonte: ANGELI. Desejos mil. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 dez. 1997.

Imagem 21:

Fonte: ANGELI. O alienígena. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 maio 1996.

Imagem 22:

Fonte: ANGELI. Nosso senhor e os ateus. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 28 maio 1996.

Imagem 23:

Fonte: ANGELI. Diversão para todas as idades. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 jun. 1996.

Imagem 24:

Fonte: ANGELI. Vossa Excelência, um esboço. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 jul. 1996.

Imagem 25:

Fonte: ANGELI. Rogai por nós. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 maio 1996.

Imagem 26:

Fonte: ANGELI. A crise bate à sua porta. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 24 nov. 1997.

Imagem 27:

Fonte: ANGELI. Brasil vai ao FMI. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 out. 1998.

Imagem 28:

Fonte: ANGELI. Último pedido. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 out. 1998.

Imagem 29:

Fonte: ANGELI. Passando o chapéu. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 out. 1998.

Imagem 30:

Fonte: ANGELI. Fundo Monetário Internacional. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 14 out. 1998.

Imagem 31:

Fonte: ANGELI. Nos porões do FMI. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 fev. 1999.

Imagem 32:

Fonte: ANGELI. Marcha dos 100 mil. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 ago. 1999.

Imagem 33:

Fonte: ANGELI. O príncipe e os miseráveis. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 maio 1998.

Imagem 34:

Fonte: ANGELI. Armário de ossos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 9 maio 2002.

Imagem 35:

Fonte: ANGELI. Tatuagem. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 fev. 1997.

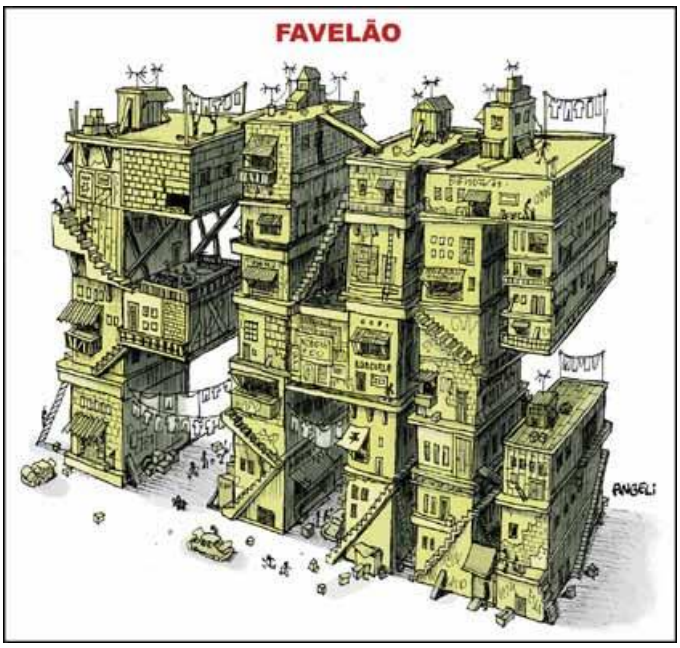
Imagem 36:

Fonte: ANGELI. Retratos do Brasil. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 6 jul. 1997.

Imagem 37:

Fonte: ANGELI. Vendem-se imagens. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 jun. 1998.

Imagem 38:



Fonte: ANGELI. Favelão. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 out. 2002.